

ESPAÇO ABERTO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

volume 8

número 2

julho/dezembro 2018



Copyright© 2018 Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRJ

Coordenador: Manoel de Couto Fernandes

Vice-Coodenador: Rafael Winter Ribeiro

Editores: Ana Maria de Souza Mello Bicalho, Antônio José Teixeira Guerra, Rafael Winter Ribeiro, Rebeca Steiman e Telma Mendes da Silva

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Editoração Eletrônica

Ilustrarte Design e Produção Editorial



Espaço Aberto está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional.

Responsabilidade: O Programa de Pós-Graduação em Geografia e os editores não são responsáveis pelo conteúdo, argumentos e uso de informações contidas nos artigos, estes são de inteira responsabilidade de seus autores.

INDEXAÇÃO

A revista Espaço Aberto encontra-se indexada em:

- Diadorim (Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras): <http://diadorim.ibict.br/ouhttp://diadorim.ibict.br/handle/1/947>
- Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal): <http://www.latindex.unam.mx/buscador/ficRev.html?opcion=1&folio=24783>
- LivRe (Portal para periódicos de livre acesso na Internet): <http://200.156.7.63/ConsultaPorLetra.asp?Letra=E>
- DRJI (Directory of research journal indexing): <http://www.drji.org/JustIncluded.aspx>
- J4F (Journal for Free): <http://www.journals4free.com/link.jsp?l=44062252>
- ROAD (Directory of open access scholarly resources): <http://road.issn.org/issn/2237-3071-espaco-aberto#.Vike8n6rTcc>
- DialNet (Portada de revistas – Dialnet): <https://dialnet.unirioja.es/revistas>
- Google Scholar
- Periódicos CAPES

E77 Espaço Aberto / Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. – Vol. 8, n. 2 (2018) – Rio de Janeiro : Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018 – Semestral

Disponível online: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto>

ISSN 2237-3071

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CDU 911

CDD 910

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Instituto de Geociências

Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Athos da Silveira Ramos nº 274

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

CEP: 21941-916

Caixa Postal 68537

<http://www.ppgg.igeo.ufrj.br>

Editorial

Em 1955 o geógrafo Max. Sorre em seu livro *Les migrations des Peuples* apresenta uma perspectiva inovadora sobre a migraçãoⁱ. Primeiro, nos advertia que a migração era um problema de estudo extremamente complexo, não merecendo ser tratado como um fenômeno de abrangência somente na escala local, tampouco limitado a uma área disciplinar e conceitual. Em suas palavras: “os problemas da migração não podem mais ser tratados sobre um plano local. São propriamente problemas planetários. (...) se inscrevem no quadro de uma política universal” (1955, p. 259). Suas análises não se voltavam somente para uma atenção das políticas internacionais, pois traçou procedimentos teóricos e metodológicos no campo das pesquisas migratórias e sobretudo para a convergência, no campo das migrações, de um estudo compartilhado com os diversos campos do conhecimento.

Obra inscrita no contexto pós-segunda guerra mundial, suas análises nos orientam para uma busca das dimensões explicativas das migrações no século XXI em diferentes escalas e tipologias, quando estas se reconfiguram como problemáticas centrais na agenda da geopolítica nacional, internacional e dos blocos regionais. Retomar Max. Sorre se faz relevante, uma vez que suas reflexões nos acompanham para o debate atual. Nas mais diversas escalas espaciais se verifica o registro da circulação de pessoas, onde um conjunto de questões se apresenta e demandam uma atenção conceitual e política.

Para refletir sobre o significado e a complexidade das migrações, a Revista *Espaço Aberto*, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, numa perspectiva colaborativa e interdisciplinar, publica o presente dossiê temático “*Migrações e mobilidade humana*”, no qual um conjunto de pesquisadores dedica-se a uma reflexão analítica sobre as migrações contemporâneas.

No primeiro artigo “Por que Migrar? Uma análise sobre as Motivações que Conduzem às Migrações Internas”, para além de postulados migratórios generalistas, os autores, Túlio Fernando de Oliveira e Yacine Guellati, em uma investigação minuciosa, consideram que as motivações conferem particularidades aos trajetos migratórios que, muitas vezes, não se adequam tão facilmente à uma receita teórica. Ainda no caminho das particularidades, “Imigrantes e (in)segurança: a Construção do Espaço Social através de uma Etnografia no Bairro Veronetta”, artigo de Fabiane Cristina Albuquerque que apresenta um rico acervo de entrevistas realizadas com migrantes estrangeiros, inclusive brasileiros, na cidade de Verona (Itália), analisa o contexto social e geográfico da construção da insegurança no bairro Veronetta, onde a maior parte da população é constituída por imigrantes. No contexto das migrações internacionais, em “Labour and Education-related Migration in the Age of Globalisation: New Links Between Brazil and Ireland”, Mary Cawley analisa a inserção dos brasileiros na Irlanda, seja como trabalhadores na economia urbana ou através da entrada e permanência pelos ingressos educacionais. Por sua vez, em “O Perfil dos Brasileiros em Nova York (1994-2014)”, Mariana Tomassini Panosso reconstrói e aplica a uma nova investigação a etnografia realizada por Maxime Margolis do livro *Litte Brasil*, um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre a emigração de brasileiros para os Estados Unidos.

ⁱ SORRE, Max. *Les migrations des peuples. Essai sur la mobilité géographique*. Flammarion: Éditeur, 1955.

Em “O DAESH, a Crise dos Refugiados na Síria e a Xenofobia de Governo na Europa”, o autor Luís Felipe Mendes analisa a questão dos conflitos na Síria, país que se tornou um dos principais pontos de origem dos refugiados deste século, e apresenta o contexto das políticas migratórias na Europa. Ainda na análise das políticas migratórias no país de destino, em “Espacios de Tránsito Migratorio y Adquisición de Discapacidad Física. El Caso de Migrantes Centroamericanos en México”, José Jonathan Coronel nos apresenta uma das rotas de trânsito de migrantes provindos da América Central e que têm o México como um dos seus pontos de conexão. Importante no trabalho situar a reflexão conceitual da migração com a vulnerabilidade dos migrantes em um contexto geográfico específico.

No campo das discussões sobre vulnerabilidade migratória, a questão dos direitos humanos é problematizada. Michelle Barreto, Mauro Simões e Milena Serafim analisam as políticas migratórias do Acordo Mercosul em sua relação com a garantia dos direitos humanos em “Migrações e Direitos Humanos no Mercosul: Breve Análise”. Em continuidade às políticas migratórias dos blocos regionais, María del Carmen Villamar atenta-se em “Regionalismos e Migrações Internacionais na América do Sul: Contexto e Perspectivas Futuras Sobre as Experiências da Comunidade Andina, o Mercosul a Unasul” para a dimensão política dos organismos internacionais em seu tratamento com as migrações. A autora fornece um quadro expositivo e analítico tanto sobre os acordos migratórios quanto sobre a crise atual das políticas regionais.

Na direção de uma discussão crítica sobre as aplicações automáticas entre cidade global e migração internacional, Viviane Riegel levanta a questão: “São Paulo é uma Cidade Global? A Cartografia dos Espaços Urbanos na Visão de Sujeitos em Mobilidade Internacional”. Através de um conjunto de narrativas com um grupo heterogêneo de migrantes, a autora relativa e particulariza o papel de São Paulo como cidade global para os migrantes. A dimensão da relação entre circulação de pessoas e espaço urbano também é analisada no contexto geográfico da cidade de Parintins, no estado do Amazonas, em “Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM)”, por Estevan Bartoli, que descreve e analisa a configuração de uma economia urbana que se apropria dos saberes locais e das práticas espaciais de deslocamento de sujeitos (pescadores e carpinteiros navais) formando o que o autor denomina de um Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho. Em “Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e Crise Político-Econômica no Brasil: o município de Itaboraí pós-2014”, Wander Guerra discute as repercussões do modelo de desenvolvimento que incentivou uma “guerra dos lugares” no contexto da crise econômica e política brasileira no município de Itaboraí, Rio de Janeiro.

Este volume traz ainda a resenha do livro Vicent Veschambre “Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition”, feita por Dirceu Cadena de Melo Filho, dedicado a entender as estratégias de apropriação do espaço por diferentes grupos sociais através da memória e do patrimônio.

Sugerimos que os leitores se dediquem a uma leitura do conjunto. Encontrarão trajetórias de migrantes em distintos lugares, particularidades geográficas que nos remetem a uma articulação entre mobilidade das pessoas e o espaço em suas diferenças e especificidades. O que instiga ao longo dos artigos é percebermos o quanto o mundo em que vivemos está marcado por uma miríade de circulação de pessoas, constituindo aquilo que Max. Sorre tão bem qualificou como o espaço em movimento.

ESPAÇO ABERTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

volume 8 número 2 julho/dezembro 2018

Sumário

Por que Migrar? Uma Análise sobre as Motivações que Conduzem às Migrações Internas Why Migrate? An Analysis of the Drivers of Internal Migration.....7 <i>Túlio Fernando Mendanha de Oliveira e Yacine Guellati</i>	7
Imigrantes e (In)segurança: a Construção do Espaço Social através de uma Etnografia no Bairro Veronetta Immigrants and (In)security: the Construction of Social Space Through an Ethnography of Veronetta Borough.....23 <i>Fabiane Cristina Albuquerque</i>	23
Labour and Education-related Migration in the Age of Globalisation: New Links Between Brazil and Ireland Trabalho e Educação Relacionados à Migração na Era da Globalização: Novos Elos entre Brasil e Irlanda.....37 <i>Mary Cawley</i>	37
O Perfil dos Brasileiros em Nova York (1994-2014) Brazilians' Profile in New York (1994-2014)57 <i>Marina Tomassini Panosso</i>	57
O Daesh, a Crise dos Refugiados na Síria e a Xenofobia de Governo na Europa The Daesh and the Refugee Crisis in Syria and Governmental Xenophobia in Europe....77 <i>Luís Felipe Mendes Felício</i>	77
Espacios de Tránsito Migratorio y Adquisición de Discapacidad Física. El Caso de Migrantes Centroamericanos en México Migratory Transit Spaces and the Acquisition of Physical Disability: The Case of Central American Migrants in Mexico.....93 <i>José Jonathan Ibarra Coronel</i>	93

Migrações e Direitos Humanos no Mercosul: Breve Análise
Migrations and Human Rights in the Mercosur: A Brief Analysis111
Michelle Camille Barreto, Mauro Cardoso Simões e Milena Pavan Serafim

Regionalismos e Migrações Internacionais na América do Sul: Contexto e Perspectivas
Futuras sobre as Experiências na Comunidade Andina, no Mercosul e na Unasul
Regionalisms and International Migration in South America: Context and Future
Perspectives on the Andean Community, Mercosur and Unasur Experiences131
María del Carmen Villarreal Villamar

São Paulo é uma Cidade Global? A Cartografia dos Espaços Urbanos
na Visão de Sujeitos em Mobilidade Internacional
Is São Paulo a Global City? The Cartography of Urban Spaces
in the Vision of Individuals in International Mobility149
Viviane Riegel

Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes
e Sistemas Territoriais em Parintins (AM)
Between Urban Dweller and Riverine Peasant: Navigating Territorialities
and Territorial Systems in Parintins (AM)169
Estevan Bartoli

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e Crise Político-Econômica no Brasil:
o Município de Itaboraí pós-2014
The Petrochemical Complex of Rio de Janeiro and Political-Economic Crisis in Brazil:
Itaboraí Municipality after 2014187
Wander de Souza Dias Guerra

Resenha de Livro

VESCHAMBRE, Vincent. *Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. 315 p. ISBN 9782753506121207
Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho

Por que Migrar? Uma Análise sobre as Motivações que Conduzem às Migrações Internasⁱ

Why Migrate? An Analysis of the Drivers of Internal Migration

Túlio Fernando Mendanha de Oliveiraⁱⁱ
Universidade Federal de Goiás
Goiânia, Brasil

Yacine Guellatiⁱⁱⁱ
Universidade de Brasília
Brasília, Brasil

Resumo: Neste artigo, analisam-se, de forma sucinta, as motivações essenciais da migração/imigração interna no contexto nacional, observando os movimentos migratórios como intrinsecamente ligados à constituição sociocultural brasileira. A presente análise apoia-se em uma pesquisa bibliográfica com diversos autores/as da temática, além de entrevistas realizadas com migrantes nordestinos na região de Inhumas, estado de Goiás. Como resultado geral aponta-se a existência de três diferentes momentos: a importância dos deslocamentos migratórios enquanto “devir histórico”; as categorias econômicas vistas como motivadoras dessas mudanças de localidades; e as justificativas afetivas dos migrantes, estas últimas ligadas ao parentesco ou à família e que têm uma importância primordial enquanto motivações para o(s) deslocamento(s).

Palavras-chave: Economia; Família; Migração.

Abstract: In this paper the authors analyze essential drivers of migration/immigration through examining movements intrinsically connected to the social and cultural context of Brazil. The research is based on interviews of migrants from Northeast Brazil who live in the region of Inhumas, Goiás state and is interpreted with insights drawn from the literature on migration. Three different moments of migration are detected: the importance of migration as a historical process; economic motivations for leaving one's place of origin; and the migrants' affective justifications. The latter is shown to be linked to kinship or family ties and to be the most relevant motivation for migrating.

Keywords: Economy; Family; Migration.

ⁱ As bases deste artigo são oriundas da dissertação de mestrado “*Toma cuidado com esses baianos*”: migração, identidade e preconceito na relação entre estabelecidos e outsiders em Inhumas (GO), defendida em 2017 (MENDANHA, 2017).

ⁱⁱ Doutorando em Antropologia. tuliofmendanha@hotmail.com

ⁱⁱⁱ Doutorando em Sociologia. yguellati1987@gmail.com

Introdução

A globalização dos movimentos migratórios e o aumento da visibilidade dos imigrantes gerou no inconsciente coletivo mundial um renovado sentimento de insegurança e de desconfiança face ao outro. Como salientado por Assis (2007) percebe-se que no atual mundo globalizado “os migrantes não são considerados livres para circular e são tratados como ameaça, como questão de segurança nacional” (p. 745).

A problematização das migrações internacionais tem se tornado um fenômeno cada vez mais visível em escala mundial, como testemunham, por exemplo, as políticas migratórias adotadas nos Estados Unidos da América após a eleição à presidência de Donald Trump e também o avanço eleitoral na Europa de candidatos da extrema-direita, que sugerem políticas migratórias restritivas, em países como a França, a Inglaterra ou a Alemanha. A situação não é diferente em escala nacional, onde a chegada de migrantes oriundos de países como Haiti e Venezuela, mas também de países do Oriente Médio, como a Síria, tem sido motivo de debates, discussões e do aumento de discursos preconceituosos, xenofóbicos e estereotipados que sustentam a ideia cada vez mais emergente de uma identidade ou uma cultura essencialmente nacional. Há de se expor, através das mais diferentes formas, a concepção de que ambos os conceitos são constructos discursivos com forte teor político, além de serem usualmente amparados por ideologias conservadoras e reacionárias.

Benedict Anderson (1993) já havia sinalizado que os dispositivos discursivos criam estratégias representacionais que retomam a noção de uma cultura ou identidade nacional pura, estas são, recorrentemente, amparadas por anacronismos históricos e tradições, as quais também podem ser vistas enquanto invenções (HOBBSAWN; RANGER, 1996) que sustentam as narrativas de determinados grupos interessados numa imagem de uma nação fechada dentro de um único circuito cultural. Nesse sentido, os indivíduos veem a si mesmos como pertencentes a uma comunidade comum, a qual, na análise de Anderson, é imaginada – local onde compartilham símbolos e signos em comum.

O discurso¹ oficial aciona modos de delinear o pertencimento a um lugar, buscando unificar os diferentes membros ao projeto nacional, no caso das nações, ou ao projeto tradicional, no caso das cidades. No entanto, ainda que os indivíduos sejam diferentes em termos de cor, classe social ou gênero, esses discursos trabalham no sentido de transformá-los em uma identidade cultural, como se fossem todos “uma mesma família”. Desse modo, memória e história reordenam a cultura num esforço de perenidade, de acordo com interesses de grupos e “famílias tradicionais”, as quais são frequentemente dotadas de maior capital cultural, influência política e tempo de pertença.

Migrantes e imigrantes – por vezes dependendo de onde se deslocam – são constantemente (re)avaliados de acordo com interesses diversos, e, periodicamente, são enquadrados como indesejados, diferentes, *outsiders*² e outras caracterizações que reforçam os marcadores sociais da diferença, expondo constantes assimetrias entre um grupo e outro: os que chegam e os que já vivem em um determinado lugar. Esse pensamento conservador alija os movimentos migratórios enquanto sua real complexidade nega a heterogeneidade intrínseca das localidades, generalizando, assim, uma homogeneidade que não se sustenta factualmente, além de ignorar os processos históricos estruturais que tem no

massivo movimento e deslocamento dos grupos, bem como na diversidade, a gênese da formação das localidades. A migração é, portanto, em seus múltiplos significados, o contato de um repertório simbólico cultural com outro, além de representar efetivamente uma das mais importantes facetas constituintes da formação nacional.

Nesse artigo, busca-se apresentar um breve aporte teórico sobre autores/as que versam sobre duas motivações essenciais nos processos de migração e/ou deslocamento: os motivos econômicos e/ou afetivos. As análises que serão a seguir apresentadas são, em parte, oriundas de uma pesquisa de mestrado (MENDANHA, 2017). Ainda que a experiência etnográfica e as entrevistas representem o contexto e as características típicas de Inhumas, município situado no estado de Goiás, no qual a pesquisa se desenvolveu, defende-se que a revisão bibliográfica sobre o tema permitiu explorar a seara dos movimentos migratórios de uma forma ampla. Além disso, serão aqui utilizados alguns trechos de entrevistas, com o intuito de demonstrar a importância da etnografia e da história oral nas análises acadêmicas para expor as subjetividades dos sujeitos, bem como suas importantes categorias nativas, uma vez que se defende que a pesquisa não foi feita “sobre eles”, mas “com eles”.

Breves Considerações sobre a Noção de Fluxos Migratórios

Em primeiro lugar, devemos nos perguntar: quem é o migrante? Quais as diferenças primordiais nas etimologias dos conceitos “migrante”, “emigrante” e “imigrante”? Para responder a essa primeira indagação, Golgher (2004) define que:

O migrante é o indivíduo que morava em um determinado município e atravessou a fronteira deste município indo morar em um outro distinto. Se eu mudo de bairro em um mesmo município, eu não sou um migrante, pois continuei morando no mesmo município, isso mesmo que a distância envolvida na troca de domicílio seja muito grande. (...) O migrante sai de um local e vai para outro. Ele tem uma origem e um destino. Uma pessoa que sai de uma região é um emigrante de seu local de origem. Uma pessoa que vem para uma região é um imigrante em seu local de destino. Eu morava em Belo Horizonte e fui morar em São Paulo. Sou um migrante, pois troquei de município. Minha origem é Belo Horizonte. Eu sou um emigrante deste município. Meu destino foi São Paulo. (2004, p. 7-8)

Outro termo frequentemente utilizado pelos estudiosos das ciências sociais ao se referir aos deslocamentos é o termo “fluxos migratórios”. O termo “fluxo” engloba variada gama interpretativa e vem sendo debatido entre pesquisadores de diversas vertentes. Scott Lash e John Urry (1994) mostraram que o termo “fluxo” pode ser associado às sociedades globais em que, na transição do século XX para o XXI, passaram a transitar novos fluxos de capital, trabalho, mercadorias, informações e imagens.

Para Hannerz (1997), centra-se o interesse da antropologia pelo termo devido às múltiplas associações do mesmo nas diversas ciências sociais, deste modo, o próprio termo etimológico em si “migra”, mudando de significado entre uma área de interesse e

outra. Appadurai (1996) propõe um significado mais extenso, ligado estruturalmente aos “fluxos culturais globais”, pensando em uma macroantropologia. Nessa mesma forma macroestrutural, Kroeber (1952) se referia ao tema buscando caracterizar “o interfluxo de material cultural entre as civilizações”. Hannerz parte desses pontos de vista e aponta que a noção de “fluxo” pode ser usada de duas maneiras:

A primeira parece mais afinada com o uso corrente, referindo-se ao deslocamento de uma coisa no tempo, de um lugar para outro, uma redistribuição territorial. Isso de fato parece ser uma forma de reintroduzir a ideia de difusão, sem a necessidade de recorrer a este termo aparentemente fora de moda. A segunda é essencialmente temporal, sem implicações espaciais necessárias. (1995, p. 5)

Como supracitado, as associações ao termo são diversas e muitas delas se modificam no decorrer do tempo, ou ainda, podem apresentar diferentes concepções, as quais, por sua vez, são de diferentes correntes teóricas da antropologia. Fugindo à designação macro, destaco que, em nosso caso, o termo fluxo se encaixa no que Hannerz (1995) chama de redistribuição territorial. Porém, no “caso dos fluxos de culturas, é certo que o que se ganha num lugar, não necessariamente se perde na origem. Mas há uma reorganização da cultura no espaço” (p. 6). Todavia, como fora destacado sobre a aparente multiplicidade de temáticas relacionadas ao termo em si, é necessário relatar que, em nosso caso, fluxos inter-relacionam a transição entre: trabalho, mão de obra, cultura, mercadorias e populações.

Migração e Identidade Cultural na Perspectiva dos Pós-Coloniais

Durham (2004) destaca que migrantes e outras minorias vêm sendo estudados, pois emergem como novos atores políticos, adquirindo interesse da parte de nós, antropólogos. A autora sustenta que a nossa ciência visualiza estes grupos, outrora vistos como despossuídos de qualquer protagonismo, como agora dotados de significações diversas e complexidades reflexivas. Ademais, a autora também sustenta que a Antropologia sempre se interessou pelas minorias – os coadjuvantes. Em suma, os grupos que outrora se encontravam longe do cenário político. Isso concedeu à nossa ciência um caráter aparentemente marginal.

Todavia, estes que eram figurantes aparecem hoje com especial atenção no cenário social brasileiro (mas também internacional); são atores políticos dotados de novas reconfigurações e remodelações em âmbito nacional. Nesse sentido, estudá-los representa compreender as novas dinâmicas e transformações da sociedade brasileira que se desenha no horizonte. Ressalta-se também a ascensão dos estudos pós-coloniais se posicionando em uma ordem de assimilação nova dos ditos subalternizados (SPIVAK, 2010), buscando dar voz e substancialidade aos sujeitos que antes não as tinham.

O conceito de identidade passou por diversas transformações e reinterpretções nas ciências sociais, sobretudo devido ao processo de globalização do mundo contemporâneo. Tal temática é tratada por diversas abordagens conceituais, no entanto parece interessante observar como ela foi abordada pelos teóricos pós-coloniais uma vez que

acredita-se que estes põem à luz diferentes perspectivas de análise a respeito da temática das migrações.

Para começar, cabe salientar que os estudos pós-coloniais operam em uma abordagem pluridisciplinar e apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes da modernidade (COSTA, 2006).

Stuart Hall, sociólogo jamaicano que fez carreira na Grã-Bretanha, é considerado um dos principais teóricos do pós-colonialismo e uma figura central dos *Cultural Studies*. Em vários de seus trabalhos, o sociólogo refletiu sobre como o conflito social se expressa no âmbito da cultura, já que para Hall o campo da cultura deve ser entendido como um espaço político onde hegemonias se fazem e se desfazem.

Com relação ao conceito de identidade, Hall (2000) defende que as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (p. 108). Para Hall, a identidade é irrevogavelmente histórica (2003, p. 30). Ao alegar que as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, Hall justifica a necessidade de compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (2000, p. 109). Para ele, as identidades emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica (p. 109). Assim, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela (p. 110) ou, como argumenta Laclau (1990): a constituição de uma identidade social é um ato de poder fazendo com que as unidades que as identidades proclamam [sejam], na verdade, construídas no interior do jogo do poder e da exclusão (apud Hall, 2000, p. 110). Por fim, a identidade significa, também na concepção de Hall:

O ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. (2000, p. 111-112)

Das Motivações Econômicas para Migração como “Projeto de Vida”

De forma geral, os migrantes que se deslocam de uma região a outra buscam, primordialmente, melhores condições de vida, para si e para o círculo familiar íntimo. Nesse contexto, o “trabalho” e o “trabalhar” são parte importante do processo de estabelecimento. Longe das análises macroeconômicas, os grupos migrantes estão economicamente interessados na possibilidade de mobilidade social alcançada através do trabalho.

Como as questões relacionadas à economia permeiam os fluxos migratórios, a categoria nativa, o “melhorar de vida” é constantemente uma das justificativas recorrentes ao processo migratório e “ganhar dinheiro” pressupõe significados polisêmicos, especialmente no que se refere à palavra dinheiro e sua materialidade.

Neiburg (2010) diz que através do soldo ocorre uma transformação na vida coletiva e esta transformação é apreendida através dos diversos sentidos sociais do dinheiro. Porém, o olhar antropológico aqui se situa no que se chama: “buscar compreender os sentidos que as transformações sociais em curso têm para pessoas singulares de carne e osso” (NEIBURG, 2010, p.6). O dinheiro recebido, porém, não se caracteriza unicamente como uma moeda de troca ou de dádiva entre o oferecimento de mão de obra em troca do salário, redutível numericamente, tampouco se restringe a seu valor pecuniário.

Uma das análises basilares na construção deste trabalho foram entrevistas feitas com três irmãos anteriormente residentes em Alagoas. São duas mulheres, M. e V., e o irmão mais novo, P. A fala destas três pessoas são importantes para entendermos como as questões econômicas e familiares estão intimamente ligadas ao processo migratório:

Meu marido cortava cana e a gente veio pra cá porque primeiro o pai dele veio na frente. O pai dele veio embora pra cá, depois ele quis vir, aí ele me perguntou se eu vinha ou se eu ficava, aí eu pensei, é o jeito eu ter que ir, aí eu vim, porque aqui é muito melhor de trabalho, pra ganhar dinheiro, muito melhor de que lá. (M., 21-04-16)

Muitos vêm, aí se tiver parente por aqui fica, aluga casa, aí depois manda buscar o resto da família. E muitos que já têm família aqui, vêm com a sua família completa, fica na casa da família por uns tempos, depois aluga casa e vai morar. (V., 14-04-16)

Vejamos o que diz M. sobre as questões monetárias:

Porque eu acho assim, trabalhar não mata ninguém não, é só você ter força de vontade, trabalhar e ter suas coisas honestamente. Tudo que eu tenho dentro da minha casa hoje custou tudo do meu suor, eu tenho orgulho de falar pra todo mundo, e todo mundo aqui nessa rua me conhece, sabem do jeito que eu cheguei aqui, a maneira que eu cheguei, só com a roupa, e umas panelinhas dentro de um saco, nem bolsa eu tinha, era um saco. E o jeito que eu estou hoje, aí todo mundo fala: nossa senhora, do jeito que essa menina chegou aqui, e o jeito que ela está hoje. Então tudo que eu tenho dentro de minha casa hoje foi o suor daqui ó, do meu rosto, trabalhando honestamente graças a deus. Tudo que eu não tive naquele tempo que eu morava lá (em Alagoas) hoje eu tenho, e meus filhos também. (M., 21-04-16)

É importante notar que a categoria trabalho tem uma representação forte para os migrantes aqui estudados, como testemunha a fala de M. Ademais, o dinheiro aqui tem um sentido polissêmico: ele significa mudança de *status*, projeto familiar de vida, e ainda elenca questões afetivas interligadas à memória: mais de uma vez, um dos pais ou mães que foram entrevistados fizeram uma comparação entre a situação que seus filhos vivem hoje, e como era a sua vida na idade dos filhos.

Cita-se que, nas casas de M. V. e P. pode-se notar uma estrutura relativamente boa. Estes residiam em casas alugadas, mas em geral bem mobiliadas, P. tinha uma moto do ano, M. dizia dar-se ao luxo de ter parabólica e internet para os filhos em casa, coisas impensáveis em sua juventude. V. fez questão de me mostrar sua geladeira nova e como dentro dela havia muita carne. Nota-se, no caso destas três entrevistas, que são pessoas da mesma família, e que o processo de vinda foi paulatinamente construído. Primeiro veio M. depois V. e por último P. que se dizia muito apegado às irmãs, o que motivou sua vinda.

Sigaud (1977) destaca que o dinheiro tem representatividades diversas: alimento, roupa, moradia, serviços e até ocasiões rituais. O dinheiro não é, então, algo puramente abstrato. Neiburg (2010, p. 8) argumenta que o dinheiro “é revestido de sentidos singulares”, o que corrobora com o estudo clássico de Simmel (1998), o qual destrincha o conceito de valor econômico, observando que o valor não é uma propriedade inerente, mas um julgamento que os indivíduos fazem sobre ele.

M. destaca a diferença entre o contexto da cidade de Inhumas-GO, onde mora hoje, e a sua realidade enquanto moradora de Alagoas. Assim, segundo ela, há um antes e um depois, somente acessível através da melhoria salarial:

O salário lá (Alagoas) é mais pouco, tudo que você faz lá, trabalha, trabalha, mas não recebe o salário combinado, e aqui é mais diferente, o estilo de vida aqui, já tem onze anos que eu moro aqui. E vim assim e gostei, e agora não pretendo voltar pra trás tão cedo. (M., 21-04-16)

A noção de melhoria de vida abarca não apenas o indivíduo, mas traz consigo um projeto de melhoria mútua de si e de seus familiares. Por sua vez, essa melhoria de vida pressupõe uma mudança no “estilo” de vida. Esse comparativo aparece nas memórias dos migrantes que se estabeleceram há mais tempo nas cidades e lugares onde se propuseram a mudar: o padrão de vida que seus filhos têm hoje é marcadamente diferente do estilo de vida que eles tinham na idade dos filhos. Maciel (2010) se remete indiretamente a Menezes e articula:

No caso dos migrantes estudados, o projeto de “melhorar de vida” articula a família em toda sua extensividade e o faz explorar as possibilidades abertas. Logo, nas diferentes trajetórias: “alguns conseguem, em determinado momentos dos ciclos de vida alcançar as condições de reprodução que os definem, (...) enquanto outros têm suas trajetórias marcadas pelo deslocamento permanente e simultâneo entre duas formas de reprodução. (MENEZES apud MACIEL, 2010, p. 74)

Aqui podemos compreender etnograficamente como o dinheiro é visto enquanto uma categoria simbólica (e que pressupõe diversas outras visualizações acerca do social e das sociabilidades) e como ele pode integrar as histórias de vida dos migrantes. A oferta de empregos e o oferecimento destes com carteira assinada e a construção do que se chama “projeto de vida” são os fatores principais aos quais se atribui um crescente sentimento de magnetismo migratório a determinadas localidades. Sobre tal questão Brito (2009) se posiciona:

Mesmo que ocorram obstáculos intervenientes, associados à distância ou aos custos de transportes, assim como aos problemas psicossociais inerentes ao traslado, a virtuosidade econômica e social das migrações é um pressuposto inegável dessas teorias. Essa dimensão positiva das migrações, tanto do ponto de vista social, quanto econômico, serve de pano de fundo para a racionalidade da decisão de emigrar. A análise custo-benefício, em todas as suas dimensões, tende a ser amplamente favorável aos benefícios. Emigrar em direção às grandes regiões urbanas é a opção mais adequada quando o objetivo é a melhoria do padrão de vida, mesmo quando se considera a enorme adversidade que essas regiões impõem aos imigrantes e suas famílias. Até porque elas tendem a ser superadas quanto maior for o tempo de residência desses imigrantes. O migrante é considerado como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar e, portanto, capaz de desenhar os seus caminhos pelo território de uma maneira adequada às necessidades do mercado de trabalho. Como se cada migrante fosse um “empresário de si mesmo” procurando a localização ótima para o seu “capital humano”. (BRITO, 2009, p. 6)

A necessidade de mudança de vida emparelha-se com a condição de maior tranquilidade adquirida pelos familiares e/ou amigos que já residem na região à qual planeja migrar. A globalização das informações é fator importante nesses processos de tomadas de decisões:

As forças da globalização, a diminuição dos custos de transporte e, talvez ainda mais importante, os custos de informação exercem grande influência sobre as migrações. O acesso de maneira rápida e praticamente sem custo às informações possibilita aos migrantes potenciais ter mais consciência do mundo à sua volta. A agilidade e a rapidez dessas informações ao alcance da população fazem com que os indivíduos conheçam melhor as oportunidades disponíveis nas mais diversas regiões do mundo. A troca de informações sobre o que acontece aos amigos e às famílias que já se mudaram colabora com o aumento da probabilidade de migrar. (COYLE, 2003, p.181)

A maior circulação de informação interligada pela mais numerosa possibilidade de mobilidade propiciada pela internet, e os meios de comunicação globalizados podem também apontar caminhos pelos quais esses trabalhadores migram.

Sobre a Necessidade de Mudança

A nova cidade – ou o novo lugar – transmite o sentimento de mudança. Como já destacamos, um exemplo disso é a alusão dos migrantes à situação de vida dos filhos: Eles (os filhos) têm coisas que eu nunca tive. Essas “coisas” são aparentemente simples. Acesso à escola, casa mobiliada, acesso à internet, brinquedos para as crianças, televisão e uma educação melhor. Mas o que se argumenta é que esses acessos fazem parte do que se chama “projeto de vida”. Na perspectiva de Gilberto Velho (2003, p. 101), o pro-

jeto engloba uma série de objetivos, embora possam ser agrupados como uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Seguindo o raciocínio do autor, o que se pleiteia é uma espécie de organização biográfica do(s) sujeito(s). Os indivíduos constroem a sua noção de projeto levando em consideração significações e acontecimentos do passado, e, é claro, a ação do presente. Dessa forma, se pudermos inserir os migrantes nessa perspectiva, vemos que são influenciados pelos campos de possibilidades nos quais eles próprios estão inseridos.

Gilberto Velho (2003) agrupa seu pensamento em campos. O campo das possibilidades é o primeiro, em seguida temos o “potencial de metamorfose”, que consiste na alteração a curto ou longo prazo, por parte do indivíduo, em seu projeto original. Nesse processo ele (re)negocia a sua realidade de acordo com a coletividade. Um exemplo próximo seria o dos migrantes com projetos pessoais, mas que são estendidos e renegociados de acordo com as necessidades de seu grupo ou família. Aplica-se aqui, portanto, que o indivíduo seja trazido a negociar com sua “rede de significados” (GEERTZ, 2008):

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. (VELHO, 2003, p. 46)

Vemos que o potencial de metamorfose pode ter sua viabilidade intrinsecamente ligada aos interesses do grupo e, portanto, ele depende de uma interação entre o indivíduo e sua coletividade receptiva, assim, o projeto de vida é visualizado como mais palpável por exercer sobre os migrantes fatores que o agregam socialmente. Essa necessidade de interação ao novo lugar de pertença é o que torna mais pragmática a mudança, caso haja também uma receptividade familiar. Dessa forma, agregam-se aos fatores de ascensão social outros, de caráter consanguíneo ou afetivo. Se houver uma confluência entre possibilidades econômicas melhores e recepção afetiva familiar, o processo de deslocamento se torna menos custoso, além do projeto de vida mais alcançável, ainda que este se situe muitas vezes em longo prazo.

Família, Parentesco e Afetividade

O sociólogo argelino Abdelmalek Sayad dedicou a maior parte de sua carreira ao estudo da migração no contexto francês e mais especificamente a observação da construção da identidade do migrante. Em *L’immigration ou les paradoxes de l’altérité* (2014), Sayad operou uma quebra de paradigma na forma em que os estudos sobre imigração eram realizados na França ao identificar a existência de correntes migratórias diferentes e tratadas diferentemente em função de suas significações sociais e políticas e não tratando a temática de forma homogênea, mas abordando-a de um ponto de vista mais humanizado. É com base nessa perspectiva que o autor interessa-nos nessa pesquisa, ainda que estudando um contexto totalmente diferente.

Remetendo-se aos imigrantes italianos em São Paulo, Collaço (2009) articula as diversas noções que contribuem na decisão de empreender o processo de emigrar, ou em seu caso estudado, de migrar:

De qualquer modo, grandes processos de imigração, como foi o caso dos emigrados dos países europeus do começo do século XX, respondem a um processo estrutural em que fatores de expulsão e fatores de absorção agem em conjunto para formalizar o fenômeno. No entanto se essas condições orientam a decisão de emigrar, delineando as possibilidades de novos lugares e de trabalho, é preciso tomar decisões de nível cotidiano que permitam conduzir a vida de alguma forma no mínimo suportável. Emergem algumas estratégias coletivas que tentam minimizar o impacto da experiência e facilitar o ajuste a nova sociedade. (2009, p. 21)

O parentesco é uma categoria central na questão migratória, uma vez que ele responde a uma rede de reciprocidade e de solidariedade entre os migrantes e representa também uma estratégia de (re)ajuste à nova realidade. Podemos visualizar esse parentesco por meio da consanguinidade e da aliança. Apesar de não se esgotar unicamente nessas duas características, o parentesco imbrica também na existência de direitos e deveres entre os aliados. Nesse sentido, essa rede de afetividade e familiaridade não se assenta unicamente em fatores biológicos ou de consanguinidade, pois é notável que essa ligação seja também de caráter sociocultural entre um determinado grupo. Sahlins (1986) aponta que as relações como a de amizade, por exemplo, podem ser tidas como relações de parentesco ou como uma possível “existência coletiva”.

De forma semelhante, Santos (2006) considera que além da consanguinidade existem laços socialmente reconhecidos entre as subjetividades dos indivíduos, e, dessa forma, em nosso caso é notório que a vinda de migrantes para Inhumas tem nos fatores motivadores os laços de família ou laços de amizade e afinidade construídos – um de seus chamarizes essenciais. Essa lógica da reciprocidade, dos direitos e deveres, é visível entre os entrevistados. Tais laços de amizade e afetividade também são vistos quando emerge o compartilhamento de informações acerca do trabalho. Maia (2002) chama a atenção para a rede de parentesco e como ela oferece um sentimento de maior acolhimento:

As reações sociais primárias de caráter familiar a par das relações de conterraneidade pois estas “são indispensáveis na fixação dos migrantes, (...) e permanecem após a estadia, (...) por contatos à distância a partir dos que migram e os que ficam na terra de origem (...)” (p. 60).

Lyra (2005) assevera que as redes de parentesco oferecem apoio psicológico. Além do mais, sustentam elos entre emprego, moradia, comunicação e, de forma geral, têm um significativo papel entre os envolvidos no processo. A autora estabelece que as “redes sociais” mais importantes são as do parentesco, amizade e conterraneidade. Bilac (1997) sinaliza de modo parecido:

Correntes migratórias são estimuladas pelas redes sociais baseadas em laços familiares, domésticos, de amizade e comunitários. Ligando migrantes e não migran-

tes em uma complexa teia de redes de relações sociais e interpessoais, tais redes conduzem informação, assistência social e financeira. Elas também modelam os efeitos da migração (...) e a continuidade dos fluxos migratórios. (1997, p. 70)

Durham (1984) situa esses aspectos como formas de adaptação à nova cidade, onde o migrante procurou se estabelecer. Em diversos vieses, o parentesco oferece uma inter-relação de solidariedade. Além do mais, é recorrente que os migrantes de uma mesma família e, por vezes, de uma mesma região, passam a viver geograficamente próximos. Para a autora, essa estratégia representa também adequação e ajustamento a um ambiente novo. Esta readaptação é necessária, bem como é preciso que o recém-chegado não dissolva completamente seus laços com a região de origem. A esse respeito, Brito (2009) diz:

A movimentação no espaço geográfico equivale a uma movimentação no espaço social, organizada a partir do grupo de relações primárias: família, parentes, vizinhança e amigos. É o grupo de relações primárias que acumula as informações necessárias para reduzir os riscos inerentes à migração, ajudando a adaptação na sociedade urbana e, ao mesmo tempo, faz com que o migrante não dissolva os seus laços com a região de origem. (2009, p. 11)

Nesse sentido, a presente experiência etnográfica mostrou como os fluxos e os deslocamentos migratórios estão associados aos grupos familiares e aos demais fatores estruturais. Argumento esse que pode ser visualizado em comum a quase todos os entrevistados: o sentimento nostálgico de rememoração – muitos sentem saudades do local onde nasceram. Já foi demonstrado por Gupta & Ferguson (2000, p. 36) que “os lugares lembrados têm servido como âncoras simbólicas para gente dispersa”. Já Woortmann (2014, p.14) ensina que a terra na qual nasceu pode ser vista pelos imigrantes ou migrantes como uma “categoria nucleante”, isto é, que “constitui parte de uma teia de significados” e “na qual igualmente se encontram as categorias família e trabalho”, desse modo, “a terra natal permanece um dos símbolos unificadores mais poderosos para povos móveis e deslocados” (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 36).

Relacionada à vinda e ao estabelecimento na cidade através de vínculos familiares surge a questão da permanência. Entre os entrevistados, é uma unanimidade que os migrantes querem se estabelecer na cidade de forma definitiva. Telles (1993) destaca:

A família no caso “é o espaço que viabiliza a sobrevivência cotidiana pelo esforço coletivo de todos os seus membros; é o espaço no qual constroem os sinais de respeitabilidade que neutraliza o estigma da pobreza; é o espaço, ainda, no qual elaboram o sentido de dignidade que compensa moralmente as adversidades impostas pelos baixos salários, pelo trabalho instável e pelo desemprego periódico”. (1993, p. 107)

Estabelecer-se no lugar onde se propôs a morar é um diferencial que modifica a estrutura econômica familiar. Portanto, passar a viver onde a melhoria salarial se assentou e as redes de sociabilidade e parentesco são estáveis configura um passo a mais na cons-

trução do projeto de vida. Maciel (2010) se refere a essa condição dos laços familiares retornando mais uma vez na importância das redes de parentesco:

A importância da família no amparo de seus membros no momento da migração é central para realização do projeto migratório. Neste contexto, o grupo familiar assume novos arranjos, que não respondem, necessariamente, ao tipo de família nuclear concebido como princípio organizador da família no Brasil pós-anos 1970. O entrelaçamento entre migrações e grupo familiar leva em consideração, neste texto, a família de trabalhadores rurais migrantes, antigos moradores ou pequenos proprietários do norte e nordeste do país que passaram pela a dissolução do trabalho familiar em prol do trabalho individualizado, do *agrobusiness*. (2010, p. 225)

Vettorassi (2014) também nos mostra que migrantes, em um processo de ambientação novo, reconstróem suas cadeias de significação, recolocando suas devidas identidades e reavaliando seus diferentes modos de ver o mundo:

Novas racionalidades, redes e processos ocorrem entre os grupos migrantes, e é possível que, ao invés de ali haver um escamoteamento de seus modos de vida, de sua cultura, de seus tempos e espaços, bem pelo contrário, ali há processos e códigos utilizados para a preservação e difusão de algumas de suas identidades. (2014, p. 157)

Já Elias e Scotson (2000) trazem a questão dos deslocamentos migratórios em sua obra e, nesse sentido, suas definições iluminam muito bem o argumento inicial desse texto:

Os aspectos migratórios da mobilidade social são um exemplo. Às vezes, são concebidos simplesmente como aspectos geográficos: tudo o que parece acontecer às pessoas para se deslocarem fisicamente de um lugar para outro. Na realidade, elas sempre se deslocam de um grupo social para outro. Sempre tem que estabelecer novos relacionamentos com grupos já existentes. Tem que se acostumar com o papel de recém-chegados que tentam fazer parte de grupos com tradições já estabelecidas ou que são forçados a uma interdependência com eles, tendo que lidar com os problemas específicos desse novo papel. Muitas vezes lhes é atribuído o papel de *outsiders* em relação aos grupos estabelecidos e mais poderosos, cujos padrões, crenças, sensibilidade e costumes são diferentes dos seus. (2000, p.174)

A afirmação de que as pessoas deslocam grupos sociais de um lugar ao outro também é complementada pelo fato de que o migrante não desloca unicamente a si e sua família a outro lugar, ele desloca todo o seu repertório cultural simbólico. É aqui que percebemos como os deslocamentos são polissêmicos no sentido de confluência de culturas, signos, cosmologias e heterogeneidades, tudo isso através da movimentação de pessoas que dentro de sua mala carregam também memórias e histórias.

Considerações Finais

Com esse texto, buscou-se demonstrar não apenas as razões econômicas e como essas funcionam como força motriz – segundo uma série de avaliações feitas pelos indivíduos no que se refere ao contexto econômico de si e familiar – como também propôs-se a defender a lógica das afetividades, do micro social, das histórias de “gente comum”, além de abordar como estas histórias pressupõem valores que emanam do individual e incidem no grupo.

Compreender a dinâmica dos movimentos migratórios enquanto devir corresponde também a entender estes como equipamento cultural tradicional brasileiro, conforme defendeu Durham (1984). Além do mais, a complexidade dos movimentos migratório-imigratórios representa, por si só, uma série de outras questões interligadas às mazelas sociais nacionais em âmbito coletivo, como redistribuição de renda, desigualdade social e regional e, por vezes, concentração fundiária. No que se referem às subjetividades, os deslocamentos têm aspirações diversas, compreensíveis a nós pesquisadores apenas se conseguirmos intercambiar uma relação entre vicissitudes dos indivíduos e seus desejos intrínsecos.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Cultura libre, fondo de cultura económica, 1993.

APPADURAI, A. *Modernity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos feministas*. v. 15, n. 3, p. 745-771, 2007.

BILAC, E. D. Arranjos domésticos e condição migratória. In: PATARRA, N.; BAENINGER, R.; BÓGUS, L. M.; JANUZZI, P. (orgs.). *Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas: Unicamp/IE, p. 177-268, 1997.

BRITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009. 20 p. (Texto para discussão n. 366).

COLLAÇO, J. H. L. *Sabores e memórias: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-22022010-125038/pt-br.php>.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, 2006.

COYLE, D. *Sexo, drogas e economia: uma introdução não convencional à economia do século 21*. Tradução Melissa Kassner. São Paulo: Futura, 2003.

DURHAM, E. R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984. 245 p. (Coleção debates/Perspectiva, 77).

_____. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 156 p.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 7-12, 2000.

FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLGHER, A. B. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2004.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, p. 30-49, 2000.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 103-131, 2000.

_____. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Humanitás, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomáz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chave da antropologia transnacional. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

HOBSBAWN, E; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

KROEBER, A. *The nature of culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1952.

LASH, S.; URRY, J. *Economy of signs and space*. Londres: Sage, 1994.

LYRA, M. R. S. B. Sulanca X Muamba: rede social que alimenta a migração de retorno. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 144-154, 2005.

MACIEL, L. M. O sentido de “melhorar de vida na cidade”. In: BAENINGER, R. (org.). *Populações e cidades, subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, p. 223-237, 2010.

MAIA, R. L. Migrações e redes de relações sociais em meio urbano: um exemplo a partir do Porto. *Revista de Demografia Histórica*, v. 20, n. 1, p. 53-80, 2002.

MENDANHA, T. F. “Toma cuidado com esses baianos”: migração, preconceito e identidade na relação entre estabelecidos e *outsiders* em Inhumas-GO. Dissertação (Mestrado). UFG. Goiânia 2017.

NEIBURG, F. *Os sentidos sociais da economia*. Horizontes das ciências sociais no Brasil-Antropologia. São Paulo: ANPOCS/Barcarolla/Discursos Editoriais, p. 1-34, 2010.

_____. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 7-12, 2000.

SAHLINS, M. *Historical metaphors and mythical realities*. Michigan: Michigan Press, 1986.

SANTOS, A. *Antropologia do parentesco e da família*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SAYAD, A. *L’immigration ou les paradoxes de l’altérité*. T. 1 – La fabrication des identités culturelles. Paris: Raisons d’Agir, 2014.

SIGAUD, L. A percepção do salário entre os trabalhadores rurais. In: SINGER, P.; PINSKY, J. (orgs.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, p. 49-67, 1977.

SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J., OELZE, B. (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas* (3. ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VETTORASSI, A. Mapas afetivos: recursos metodológicos baseados na história oral e reflexões sobre identidades espaciais e temporais em estudo sociológico. *História e Cultura*, v. 3, n. 3 (Especial), p. 155-176, 2014.

Túlio Fernando Mendanha de Oliveira e Yacine Guellati

TELLES, V. S. *Pobreza e cidadania* – dilemas do Brasil contemporâneo. Caderno CRH 19, Salvador, 1993.

WOORTMANN, E. F. Migração, família e conhecimentos tradicionais. *Vivência: revista de antropologia*. v. 1, n. 43, p. 13-27, 2014.

Recebido em: 30/07/2018

Aceito em: 22/10/2018

¹ A noção de discurso se expande para além do mesmo, como bem mostrou Michel Foucault (1996). Em sua abordagem metalinguística o filósofo questiona a ilusão monológica do conceito de discurso bem como dos sujeitos que o produzem. Para ele os sujeitos emanam ideologias e posicionamentos por vezes subjacentes nos discursos, servindo-se deste como interesse próprio ou de um grupo. Assim, os discursos podem servir também para marginalizar e criar estratificações sociais.

² Os *outsiders* são vistos como aqueles que não pertencem ao grupo há mais tempo estabelecido. São os “não membros da boa sociedade, os que estão de fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established*”. Os *outsiders* “existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social”. (NEIBURG in ELIAS; SCOTSON, 2000, p.7)

Imigrantes e (In)segurança: a Construção do Espaço Social através de uma Etnografia no Bairro Veronetta

Immigrants and (In)security: the Construction of Social Space Through an Ethnography of Veronetta Borough

Fabiane Cristina Albuquerqueⁱ

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Campinas, Brasil

Resumo: Este artigo tem como base uma pesquisa de mestrado, mais especificamente um estágio realizado em Verona (Itália) entre 2015 e 2016, no bairro Veronetta, conduzido através da vivência pessoal e de entrevistas com imigrantes de diferentes nacionalidades que ali habitam. Durante cinco meses, a pesquisa etnográfica revelou que a representação da imigração como problema de insegurança incide diretamente na autopercepção dos próprios imigrantes, nas suas relações sociais e na construção do espaço urbano em que vivem. Veronetta, caracterizado como bairro perigoso devido à presença de imigrantes, tem esta imagem internalizada por muitos deles e reproduzida no dia a dia, a qual, olhada “de dentro”, nos remete a problemas sociais de fundo – sobretudo a segurança – que serão aqui analisados.

Palavras-chave: Imigração; Representação; Insegurança; Espaço Urbano; Bairro.

Abstract: This article is based on research undertaken between 2015 and 2016 for a Master's degree and studied immigrants of different nationalities who live in the borough of Veronetta in Verona (Italy). Ethnographic research spanning five months revealed that the representation of immigration as a problem of insecurity held by Italians can directly affect self-perceptions of the immigrants themselves as well as their social relations and how they construct the urban space in which they live. Veronetta is characterized as a dangerous neighborhood due to the presence of immigrants and this image is shown to have been internalized by many of the immigrants and is reproduced on a day-to-day basis, which, when viewed “from the inside”, brings us back to the fundamental social problems analyzed here, above of all that of security.

Keywords: Immigration; Representation; Insecurity; Urban Space; Neighborhood.

ⁱ Doutoranda em Sociologia, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). fabcristbr@hotmail.com

Introdução

Na atualidade, umas das representações recorrentes dos imigrantes é a insegurança, visto serem os catalizadores ideais de tal sentimento enquanto “bode expiatório” (GIRARD, 2004), em geral ligado à desordem e à criminalidade, dando sentido às causas das tensões sociais, pois é sobre quem se descarregam os efeitos negativos da globalização e do capitalismo predatório (APPADURAI, 2009).

O sentimento de insegurança se caracteriza como representação do mundo, em sua construção social, ao imprimir formas de pensar e interpretar a realidade (LOURENÇO; LISBOA, 1992). Na atualidade, com a chegada de imigrantes, o caráter permanente do fenômeno através de filhos nascidos ali e que reivindicam a cidadania a pleno efeito, além da crise humanitária dos últimos anos com a chegada de refugiados africanos e do Oriente Médio, o controle das fronteiras e as leis mais rígidas para entrada e permanência, então, tornou-se objetivo comum da União Europeia. A “Fortaleza Europa” (SASSEN, 1999)¹, blindada a todo custo através da Frontex, principal agência (ou “braço de ferro”) de controle das fronteiras, é responsável por diversas operações em mar e em terra resultantes na morte de milhares de pessoas, como reportam organizações internacionais.²

De forma particular na Itália, a representação do imigrante deu origem a leis mais severas, mediante o discurso prevalente da “segurança” nacional e dos cidadãos. Contraditoriamente, duas leis (para a permanência e a entrada de imigrantes no país) foram responsáveis por jogar grande parte desses imigrantes na ilegalidade – conforme a Lei Bossi e Fini, que cria o reato de clandestinidade para aqueles que não possuem o visto no país.³ O espaço social do qual muitos compartilham vem sendo também estigmatizado e relacionado a perigo e ameaças, além de utilizado para explicar, devido à presença de imigrantes, a degradação urbana. Na verdade, a falta de planejamento urbano é apenas uma das omissões de determinados governos frente a políticas públicas de inclusão, cuja inoperância cria uma geografia das desigualdades onde não raro o imigrante é o elemento central.

Bairro Veronetta: de “Terronetta” a “Negronetta”

Veronetta, um dos 23 bairros da cidade de Verona, situa-se a aproximadamente dois quilômetros do centro histórico da cidade, separado apenas pelo rio Adige, ainda que exista diversas pontes para ligar os dois pontos; a principal delas é a San Fermo, que liga o centro histórico à rua XX de setembro (Figura 1). O bairro contém quatro zonas territoriais: San Giovanni in Vale, San Paolo, San Stefano e Veronetta Centro. As zonas de Veronetta Centro e San Paolo são as altamente urbanizadas e densamente povoadas, enquanto San Giovanni in Vale e San Stefano, áreas de colina, são localizações mais calmas e com grande concentração de conventos religiosos (além de abrigar o Museu Africano) (Figura 2).



Figura 1 – Cidade de Verona: localização do bairro Veronetta (a linha vermelha indica o centro da cidade que fica à esquerda do bairro estudado e a parte amarela indica a área onde a pesquisa foi realizada).

Fonte: *Google Maps* (acesso em 12/06/2018).

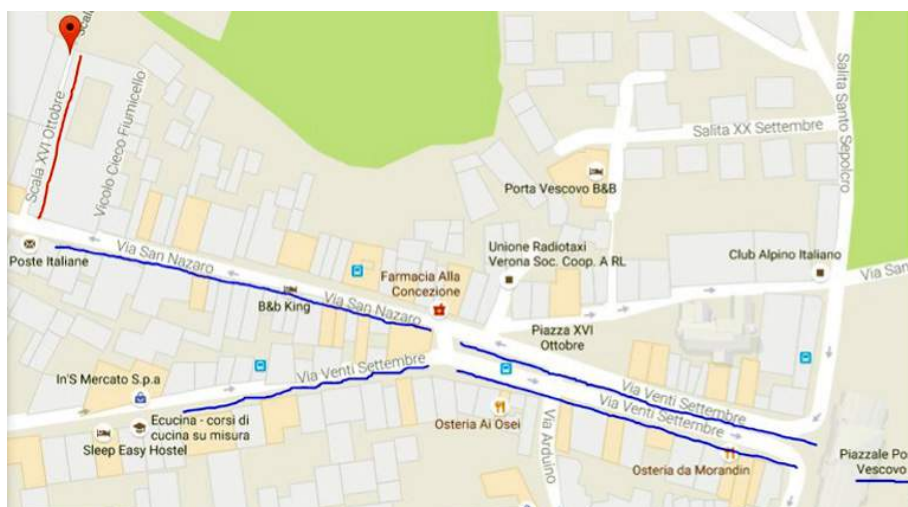


Figura 2 – Bairro Veronetta: área de pesquisa (em azul, ruas indicadas como zonas mais perigosas pelos próprios imigrantes).

Fonte: *Google Maps* (acesso em 12/06/2018).

As principais nacionalidades presentes em Veronetta são: Sri Lanka (25,0%), Romênia (9,9%), Brasil (6,2%), Albânia (6,2%), Nigéria (5,9%), Marrocos (5,2%) e Gana

(4,3%). Em 2006, os imigrantes do bairro consistiam em 19,7% de sua população, ou seja, 2.090 imigrantes para um total de 10.411.⁴

Veronetta foi escolhido como campo de minha pesquisa de mestrado, realizada em Verona (Itália) entre dezembro de 2016 e abril de 2017, por ser o bairro com maior número de imigrantes por habitantes autóctones, conhecida também como “Negronetta”, devido à grande presença de pessoas “não brancas” (como no caso de imigrantes indianos, marroquinos e cingaleses, que não se consideram “negros”, mas apresentam a pele escura). Tive contato com o bairro e a universidade ali presente, quando morei na Itália anteriormente por 6 anos e frequentei o espaço como estudante e como cliente das lojas que vendem produtos típicos do Brasil. No passado, Veronetta também foi um bairro que atraiu muitos italianos do sul da Itália, em especial nos anos 1960, tendo sido, antes de “Negronetta”, chamada de “Terronetta” (BRIATA, 2011, p. 4), neologismo criado a partir do termo “terrone” (modo pejorativo para se referir aos italianos do sul).

Por ser também uma zona universitária, é grande o número de estudantes que moram sozinhos em Veronetta. Muitos comércios do bairro são geridos por estrangeiros, que se concentram principalmente nas ruas XX de Setembro, Nicola Mazza e San Nazarro (BRIATA, 2011). Além de haver, naturalmente, uma grande procura de moradias econômicas por parte de estudantes universitários, o bairro também atraiu os imigrantes pelo baixo custo dos aluguéis (BERTANI, 2006), resultado do descaso das autoridades frente à deficiente conservação pública da área. O jornal *Expresso*, de outubro de 2010, traz um importante artigo escrito por Fabrizio Gatti, cuja longa manchete é:

Verona, África do Norte: Um bairro de alta densidade de imigrantes. Um prefeito super-*Leguista* [referência ao partido político *Lega Nord*] que não estimula a integração porque quanto mais difícil for a convivência, mais votos consegue obter. História e realidade de Veronetta, já denominada “Terronetta” e agora “Negronetta”.⁵

No decorrer do artigo, o autor afirma que as casas ou apartamentos no bairro são bastante degradados, pois muitos proprietários se recusam a alugar casas aos imigrantes, de modo que estes precisam se contentar com os imóveis que “sobram” e que, geralmente, se encontram em péssimas condições de habitação. Em estado deplorável e carentes de reforma, ainda assim, não são alugados por menos de 500 ou 600 euros, valores muito elevados para um imóvel em tais condições. É comum ouvir opiniões ou discursos que relacionam a causa do problema da degradação física de prédios e ruas aos imigrantes que se encontram circulando por ali (BRIATA, 2011). Ouvi muitos moradores de Veronetta, italianos e estrangeiros, reclamarem do mal cheiro de algumas ruas, pois alguns imigrantes, segundo eles, as utilizam como “banheiro público”. No entanto, o que pude ver é um bairro sem muitos espaços públicos ou de convivência, principalmente durante o inverno.

As duas praças que pude frequentar, Praça Isolo e Praça Santa Toscana, eram muito pequenas se comparadas com o número de habitantes do bairro. Contudo, apesar de seu reduzido tamanho, a Praça Santa Toscana é frequentada (mesmo durante o inverno) por imigrantes que param ali para conversar, muitas vezes em grupos, ou permanecem ali sentados, sozinhos. Já na Praça Isolo encontrei vários refugiados políticos que ficavam ali,

olhando por horas para o celular. Ao conversar com um deles (um refugiado do Gana), soube que eles não podiam ir muito longe de onde estavam hospedados, pois sem documento a polícia poderia pará-los na rua. Nas duas praças existe uma pequena feira de roupas onde, por sua vez, a maioria das bancas de vendedores ambulantes é de imigrantes. Às quartas-feiras, quando eu costumava ir para observar a feira na Praça Isolo, em uma das ocasiões comprei um cachecol na banca de um paquistanês que me disse: “olha, é tudo *made in Italy*, coisa boa, de qualidade”. Tais vendedores estrangeiros sabem que esse é um detalhe local importante e remetem, nestes casos, ao enorme orgulho italiano frente às marcas de roupas nacionais (o mesmo acontece com seus produtos alimentícios).

Outra exceção relevante no contexto de relações humanas e com o espaço é que, próximo à universidade, existem muitos idosos, e no bairro todo vi um grande número deles (nas zonas San Giovanni in Vale, zona de Colina, com menor número de imigrantes) e suas “cuidadoras”⁶ de outras nacionalidades, essenciais para as atividades cotidianas de tais autóctones (além de inúmeros afazeres domésticos, caminhar amparados pelo braço, ter o carrinho de compras empurrado, ou mesmo fazer passeios com seus cães). Veronetta ainda possui a maior quantidade de comércios administrados por imigrantes (na zona Centro) – entenda-se, não apenas frequentado por eles –, mas nem por conta de tais interações “espaciais” positivas o bairro deixa de ser muito estereotipado, tanto pelos italianos quanto pela maioria dos imigrantes, que o consideram de “má fama”, “perigoso” e a “ser evitado” – de acordo com depoimentos e entrevistas (à frente).

Em geral existem bares e outros locais frequentados prevalentemente por imigrantes, e outros por italianos. Os bares ao redor da universidade, por exemplo, têm os preços mais elevados e o número de imigrantes é reduzido. Mas o preço não é a causa principal, visto que em outros bares frequentados por imigrantes é a “atmosfera” do lugar que os atrai. Nas zonas indicadas como locais de maior perigo conheci logo alguns brasileiros, recebendo conselhos amistosos e contraditórios; na verdade, se tratava de um local seguro, sendo preciso somente ter cautela e tomar cuidado com “alguns marroquinos”.

A alusão aos “marroquinos” como fator de perigo também foi recorrente em outras entrevistas, e muitos imigrantes se referiam a eles como causadores de insegurança em Veronetta, de modo que estabelecer contato com um deles se tornou um objetivo importante para a pesquisa. Foi nesta ocasião que conheci o brasileiro Márcio⁷, e em nosso primeiro contato eu mesma cheguei a pensar que ele viesse de Marrocos devido às suas características físicas: escuro de pele e cabelos crespos. De fato, ele acabaria por demonstrar bastante sofrimento por ser vítima desta “confusão”, pois quando o questionei se já havia sofrido algum tipo de preconceito, respondeu prontamente da seguinte forma: “Todos os dias. Olha só a minha cara de marroquino” – confirmando algo da própria imagem estereotipada difundida também entre imigrantes.

Veronetta “In-segura”: Discursos e Imagens sobre um Bairro Estigmatizado

Briata (2011) relembra a administração de Verona pelo partido de centro-esquerda, nos períodos anteriores à ascensão da *Lega Nord* na cidade, no ano de 2007, a qual propôs um projeto para o bairro – e a cidade – a fim de estimular a interação e a boa convivência entre os moradores, intitulado “Veronetta si-cura”.⁸ Depois da eleição seguinte

para prefeito (que elegeu Flavio Tosi da *Legia Nord*), contudo, imigração e insegurança, mote de sua campanha, passaram a ser o principal canalizador dos problemas da cidade. Várias foram as propagandas que ligavam a imigração ao problema da insegurança e da ordem pública. Como ainda reporta Briata (2011), em muitos países ocidentais, os bairros com grande concentração de imigrantes são vistos como “mundo à parte”, criando assim estereótipos e barreiras concretas ou simbólicas que impedem o percurso de integração.

A segurança de toda a cidade, e em particular de Veronetta, foi um dos principais pilares da vitoriosa campanha eleitoral de Tosi. De acordo com a campanha:

(...) a segurança concretiza-se através da presença constante de rondas policiais, da instalação de câmeras nas áreas mais problemáticas, assim como no anúncio de uma série de regulamentos que atingem principalmente as atividades de *call center* e que limitam o horário de abertura dos locais que vendem bebidas alcoólicas. (BRIATA, 2011, p. 6-7)

O aspecto negativo devido à presença de imigrantes levada a termo pelos meios de comunicação é alvo de extrema preocupação, ainda no pensamento da autora, visto que enfatiza a existência de uma realidade diversa, na qual há interesse e esforços de moradores italianos e imigrantes no sentido de desconstruir concretamente tal discurso.⁹ Sabe-se que o prefeito da *Legia Nord* chegou a propor um plano de regras estéticas para o bairro, que limita as atividades que estão em “contraste” com os valores artísticos, históricos e ambientais da cidade. Por exemplo, os locais que vendem comida “étnica” são proibidos de funcionarem a uma distância mínima de 300 metros entre si, o que prejudica principalmente aqueles proprietários que almejam abrir o próprio negócio, e não os já estabelecidos no bairro (BRIATA, 2011). Entrevistei uma mulher de Guiné-Bissau que discorreu com clareza a respeito de tal contexto:

Mudei-me em 2003. Eu vivi antes na Província, via Veronetta pela televisão (...) Quando se falava daqui era sobre droga, esfaqueamento. Eu sinceramente tinha medo. Eu caminhava durante o dia. Depois vivendo aqui todos os dias, conhecendo as pessoas, acabei por não me preocupar. (...) Eu não me sinto em perigo aqui em Veronetta. Eu me identifico. (...) Veronetta é perigosa porque tem drogas. Veronetta ‘tá cheia de residências universitárias e são os “filhinhos de papai” que podem se permitir comprar a droga. (...) E outra coisa, fala-se mais de Veronetta em época de eleição. Essa é a coisa que notamos também. Quando há eleições regionais se fala de Veronetta. Porque existe partido que é a favor de certa coisa, outro não é. Falam mal e prometem que vão resolver, como “nós somos os que vão protegê-los dos imigrantes”. (Cristina, de Guiné-Bissau, 40 anos, estudante universitária, desde 2002 na Itália)

A estigmatização do bairro pela grande presença de imigrantes pode ser ainda mais bem entendida mediante estudos de Wacquant (2008) sobre os guetos, nos quais aponta para a tendência de “demonização” de áreas e racialização de populações a fim de isolá-las e marginalizá-las. A tendência é que “descivilização” e “demonização”, segundo

Wacquant, formem uma combinação estrutural e discursiva, reforçando-se reciprocamente e legitimando o abandono de políticas públicas e de território para dar espaço à contenção penal e às políticas securitárias. Pode-se falar ainda na disseminação de um interesse inconsciente em exagerar a diferenciação cultural do subproletariado urbano a ponto de criar uma alteridade radical: os habitantes dos bairros estigmatizados seriam “condenados de antemão a uma espécie de morte social em fogo brando, privados dos meios de expressar publicamente, senão pela infração da lei e da norma, a única capaz de atrair a atenção dos poderes estabelecidos”. (WACQUANT, 2008, p. 30)

Veronetta: Gueto ou “Brooklin” Italiano

Briata (2011, p. 6) constata que a percepção da insegurança no bairro, de fato, “deriva, sobretudo, dos repetidos episódios de embriaguez, moléstia e perturbação à ordem pública dos grupos marginais de imigrantes, em alguns casos ligados à microcriminalidade”. Andando por algumas ruas à noite é muito comum levar “cantadas” desses homens parados e em grupo, e, não por acaso, muitas mulheres expressaram o constrangimento de ter que passar por esses pontos. Neste sentido, é importante frisar que o “aluguel de camas” (conhecido na Itália como *posti letti*), e não propriamente de quartos, é outra característica típica do bairro.

Assim, muitos dos inquilinos do bairro possuem um lugar exclusivamente para dormir, não lhes sendo permitido usufruir do espaço da casa ou do apartamento. Não é à toa que muitos dos imigrantes, após a jornada de trabalho, permanecem nas ruas ou bares até tarde da noite, voltando para casa – isto é, para sua cama – apenas para dormir. Em geral, o discurso dominante é o de que eles estão acostumados a se comportarem assim, mas, na realidade, são as condições socioeconômicas que obrigam esses imigrantes a viverem situações deste tipo.

Aqui, tem destaque um problema característico que parece assolar a maioria dos imigrantes na Itália, relacionado diretamente com sua marginalização social: a ausência de informações ou explicações, por parte dos órgãos públicos (e não propriamente dos cidadãos italianos), no sentido de ajudá-los quanto à legalização – ou adaptação – no país. Um senhor mexicano diz como soube do bairro através de uma senhora italiana, que lhe teria dado “algumas dicas” úteis para sua inserção:

Aqui não tem ninguém que te fala como são as coisas, eu não aconselho ninguém de migrar. Então eu conheci uma senhora que me explicou algumas coisas, ela disse que Veronetta está numa zona de estrangeiros, “então fica sossegado” disse a senhora. (Carlos, do México, 49 anos, operário e sindicalista, desde 1998 na Itália)

Um jovem originário do Gana explicita o problema em questão:

Eu vim para a Europa sem saber nada, sem saber como era. Eu vim para pedir ajuda, eu tive problemas no meu país. Eu não sei sobre a Europa, eu vim e pronto, para encontrá-los, para ouvi-los e ver o que eles vão fazer comigo. Então nós

estamos esperando nossos documentos. Estou no Convento Santa Clara. (...) Eu trabalho limpando jardins três vezes por semana. As pessoas nos cumprimentam (...) não se comunicam muito, mas nos cumprimentam. (...) Na polícia é muito negativo, são muitos que vão todos os dias. Eles não explicam pra gente. É muito negativo. (Bacara, de Gana, 25 anos, há oito meses na Itália)

O depoimento de um jovem brasileiro que abriu recentemente um bar em uma das ruas mais estigmatizadas de Veronetta, por seu lado, remete à realidade “insegura” vivenciada na região – agora por conta da “microcriminalidade”, como apontada por Briata (2011) – colocada em prática pelos estrangeiros:

Aqui é o Gueto de Verona que eles chamam, né? É uma rua que 20, 30 anos atrás era uma das melhores ruas para se morar em Verona. Quando eu cheguei era pior ainda. Porque tudo quanto é estrangeiro que chegava em Verona vinha morar aqui. O aluguel era barato. (...) Aqui abriram as primeiras lojinhas africanas, chinesas e brasileiras. Aí o pessoal vem sempre pra cá comprar as coisas (...) Eles [imigrantes de outras nacionalidades] me incomodam. Eu tive problemas com eles dois dias atrás porque eles queriam entrar e queriam vender coisas ilegais aqui dentro, como droga. (...) Porque não queria ser racista, eu falei “Pode entrar, beber um café, só não pode encher o saco.” (...) Aí não deu certo. Eu chamei um amigo meu que é da polícia federal italiana. Eles vieram aqui fardados, conversaram com os caras e a partir daí, no dia depois, eles passavam aqui e nem olhavam pra dentro. Eu quero que eles fiquem longe. (Caique, do Brasil, 20 anos, há 8 anos na Itália)

Neste contexto, a linha (ou o discurso) que separa a “segurança” da “insegurança” torna-se extremamente tênue. Em muitas partes do mundo imigrantes e refugiados sentem uma enorme necessidade de se adaptar e se apropriar das cidades a fim de construir um sentido de pertencimento, fugindo à lógica da exclusão social existente atualmente. Daí as opiniões de dois brasileiros, que formularam identicamente uma concepção “insegura” do bairro. Segundo o primeiro deles,

Aqui é o Brooklin da Itália. Tem o mundo todo aqui. Eu gosto de morar aqui. Tem o lado bom e o lado ruim. O lado bom é que tem o mundo inteiro aqui. Tem o mundo inteiro. O lado ruim é que tem aqueles que fazem confusão. (Jerry, paranaense, 28 anos, há 10 anos na Itália)

Depois, em uma conversa com um grupo de brasileiros (na qual também Jerry estava presente) num bar na parte mais estigmatizada do bairro, ao redor da Porta Vescovo, o brasileiro Márcio (há 12 anos na Itália, ainda sem a plena legalização de sua documentação), depois que revelei a eles que fui seguida à noite por dois homens italianos dias antes, disse: “Mas você sabe onde você está? Estamos no Brooklin. Aqui vem muita mulher fácil. Não é culpa do homem”. Em seguida, complementou: “Nós te observamos desde quando você chegou. Te analisamos, mas você foi encontrar um velho, ao invés de

falar com nós”. Márcio se referia a Enrico, um senhor italiano com quem fiz rapidamente amizade, e que se revelou meu “informante” em Veronetta devido a sua longa experiência na área. Como visto, no ponto de vista dos brasileiros que viviam ali, como também sou brasileira, eu deveria ter procurado por eles para que me apresentassem o bairro.

Caminhando pelas ruas de Veronetta, pode-se ainda notar certa “disputa simbólica” pelo território através de frases, cartazes e adesivos em seus muros e paredes. Nas ruas San Vitale e Scrimiare pude encontrar adesivos da *Legia Nord* (de ideologia populista de direita e anti-imigração) com a frase “Stop Invasione” (“Pare a Invasão”), se referindo à imigração. Já em muros de casas, entre as duas ruas mencionadas, havia uma pichação com os dizeres “zona antifascista”. Dias depois, ao passar pela mesma rua, o muro havia sido pintado, porém, poucos dias mais tarde estava novamente pichado (sobre a pintura ainda fresca): “O grito continua, policiais infames”. Estas intervenções mostram que existem “forças invisíveis” no bairro disputando ideologicamente o espaço.¹⁰ Na rua XX de Setembro, por exemplo, me deparei com um cartaz que dizia “CHEGA DE PRECONCEITOS” e uma figura de um casal homossexual empurrando um carrinho de criança (o texto, na verdade, havia sido cuidadosamente rabiscado a ponto de tornar sua leitura impossível).

Vale frisar que os imigrantes exercem aquilo que se convencionou chamar de “ocupação simbólica do território” (QUASOLI; CHIODI, 2000). Em outras palavras, alguns grupos colocam em prática, pela procura de lugares de encontro e socialização entre conacionais, a ocupação física de muitos locais como praças e ruas. E mesmo sem cometer nenhum comportamento ilegítimo ou inaceitável para a população residente autóctone, a simples “presença física de pessoas diferentes” pode constituir uma fonte de insegurança; desta forma, os imigrantes, muito mais do que os italianos, sofrem com a falta de espaços públicos de encontro e tendem a “encher as ruas, praças e parques” (QUASOLI; CHIODI, 2000, p. 15 e 19). Para outro jovem brasileiro:

É uma zona que se degradou bastante. Hoje em dia eles ficam ali. É dividido por zona. Parece brincadeira, né? Mas é dividido por continente. Por exemplo, aqui na frente da loja ficam mais brasileiros, do lado direito os cubanos, latinos mais do lado esquerdo. Mas a gente conhece todo mundo, mas não é que fica todo mundo misturado. Fica tudo dividido. Mais pra frente, no final, perto da Praça Santa Toscana, ali ficam mais os marroquinos e tunisianos. Essas coisas assim. (Otávio, 22 anos, há dez anos na Itália)

Como bem notaram Elias e Scotson (2000) sobre o bairro que estudaram na Inglaterra, também uma zona estigmatizada, as opiniões de cada um sobre o próprio bairro e os bairros vizinhos, nesse contexto, como em muitos outros, formavam-se no âmbito de troca de ideias contínuas dentro da comunidade, no decorrer da qual os indivíduos exerciam considerável pressão sobre os outros, para que todos se conformassem à imagem coletiva da comunidade na fala e no comportamento (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 54-55). A maioria dos imigrantes de Veronetta com quem conversei reproduz a mesma ideia geral que se ouve dentro e fora do bairro – dentro e fora dele, ou seja, na sociedade que encontra os adjetivos e a linguagem para se falar do espaço em que vivem.

Neste contexto de diferentes encontros e nacionalidades, outra fala do brasileiro Jerry resume a condição do imigrante brasileiro percebendo a si próprio, ou melhor, encontrando na vivência em Veronetta uma condição positiva enquanto brasileiro, ainda que incorra, ele próprio, em certa discriminação de imigrantes e estigmatização do local:

Eu moro aqui há 10 anos no bairro. Antes não era assim, tinha poucos marroquinos, africanos. A gente se reunia na rua San Nazarro, uns 40 brasileiros. A polícia chegava e mandava todo mundo embora. Mas a gente voltava (risos). Era o ponto para procurar trabalho. Um fala para o outro. Eu fui parado várias vezes, mas veem que sou brasileiro e me deixam. Os brasileiros são mais aceitos que os marroquinos. Se tem 3 marroquinos e entra 5 brasileiros eles dão trabalho para os brasileiros. Eles gostam da gente. Já tive experiência de racismo. Tem italiano que diz que a gente vem pra roubar o trabalho deles. (Jerry, paranaense, 28 anos, há 10 anos na Itália)

Veronetta “In-segura”, Discurso e Imagens

O nigeriano Peter Obehi, autor de um documentário sobre Veronetta (“Veronetta, outra face de um bairro”)¹¹, entrevistou tanto imigrantes quanto autóctones buscando desmistificar essa imagem negativa de um conflito constante entre ambos, bem como a fama de “bairro violento”. Segundo um depoimento seu:

Quando eu estava fazendo o documentário sobre Veronetta, muitas pessoas diziam que era um bairro degradado, negativo. Eu, para poder contar, tive que andar nele de dia e de noite, frequentar, sentir o cheiro, o sabor, conhecer. Eu andava sempre de bicicleta, ninguém nunca me tocou. (Peter Obehi, da Nigéria, 26 anos, na Itália desde 2004)

Caminhando pelas duas ruas indicadas como as mais “perigosas” – Rua XX de Setembro e San Nazarro – ou frequentadas por “vagabundos e “drogados”, percebi uma grande presença de homens de diversas nacionalidades que param em frente a alguns comércios para beber e fumar (e, segundo alguns comerciantes, para usar drogas e também para vender). Minha necessidade de chegar até esses homens para poder conversar foi grande, pois os outros imigrantes apontavam esses espaços frequentados por eles como maior zona de insegurança. Na primeira vez em que fui sozinha (embora o corpo de uma mulher esteja suscetível desde “cantadas” a até violência física), não consegui falar com nenhum deles. Por sua vez, existem muitos africanos no bairro que pedem esmolas, principalmente em frente a supermercados, e fui abordada por um deles; quando ele se explicou, dizendo “eu preciso, querida” (“*Ho bisogno, amore*”), ouvi um italiano ao lado respondendo: “Eu também preciso, vai trabalhar você também”.

Tais comportamentos recorrentemente sentidos como causa de insegurança, ainda que desmistificados pelos próprios habitantes do bairro (estrangeiros e italianos), tendem a continuar representando Veronetta como uma zona a ser evitada, principalmente de-

vido à estigmatização perpetrada pelos meios de comunicação – discurso, mas também imagens que representam tais discursos –, somada à ideia de políticas excludentes que se beneficiam não apenas da mídia, como também da própria “pressão” coletiva, de caráter (in)conscientemente preconceituoso, de acordo com os comportamentos existentes em tais comunidades (ELIAS; SCOTSON, 2000).

O conceito de degradação está associado à questão da segurança (MANERI, 2001), como um problema que foi “securitizado” (LEONARD, 2010) e ligado à presença de certos grupos, como os imigrantes, que para o imaginário coletivo são, ainda, os responsáveis pelo deterioramento da paisagem urbana – sem embargo, na esteira de uma imagem de portadores da desordem social e da ameaça à segurança. Essas políticas modernas, que reproduzem, porém, velhas lógicas, como a da “cirurgia social”, buscam estabelecer um conflito nítido resumido entre o que as sociedades consideram “classes trabalhadoras” e as presumidas “classes perigosas” (SIMONCINI, 2012).

Neste sentido, em Veronetta existem muitos refugiados que, embora acolhidos em Centros Sociais ou conventos, passam muito tempo nas praças (sobretudo na Praça Iso-lo), quando não acabam nas portas de supermercados (a exemplo de muitos localizados na rua XX de Setembro), tornando grande o número daqueles que pedem esmolas e que, para muitos, “atrapalham” as pessoas “normais”. Para Simoncini (2012), aqueles que cumprem a função de classe perigosa, hoje, são os imigrantes (em especial os islâmicos), os ciganos, as populações de periferia e, enfim, os movimentos sociais e políticos mais radicais que são construídos diariamente como categoria “desviante”.

Conclusões

Como Veronetta está muito próximo ao centro de Verona, ainda que “fora dos muros”¹², não se pode dizer que essa significativa quantidade de imigrantes está “empurrada” para as periferias da cidade. O abandono para com o espaço público e, conseqüentemente, em relação às interações sociais é um problema muito particular do Estado italiano que vem sendo colocado como um problema de imigração, e não como descaso das autoridades locais. Quando perguntei a algumas pessoas o que levou os imigrantes ao bairro, alguns apontaram que o aluguel das casas era baixo. Logo, não foram os imigrantes que fizeram com que a área abrangida por Veronetta se tornasse degradada, mas sim a degradação previamente presente nos apartamentos velhos e sem reformas (e conseqüentemente no bairro todo), cujo menor custo do aluguel atraiu e continua atraindo os imigrantes, bem como os próprios estudantes.

Através de muitos depoimentos surgiram ideias de “perigo” e “ameaça” ligadas a certos tipos de comportamentos, como “pedir esmolas” ou “falar demais”. E no decorrer das demais entrevistas, percebe-se que outros imigrantes também apontam esses mesmos comportamentos como sendo a causa da insegurança que muitos imigrantes ou grupos suscitam. Logo alguns comportamentos, como ficar em grupos até tarde nas ruas ou bares, urinar na rua e falar alto são criminalizados e apontados como sinais de “perigo”. É este sentimento de perigo que está baseado numa ideia de “ordem”, e o simples fato de um imigrante não jogar a latinha no cesto de lixo é um sinal de “incivilidade” que se torna uma “ameaça” a tal ordem. (QUASOLI; CHIODI, 2000)

Para alguns imigrantes, a negação de que existe racismo, preconceito ou qualquer forma de discriminação na sociedade, ou que são estereotipados, e afirmar que “nunca tive problemas”, é um modo de dizer que estão integrados, que os italianos gostam deles e os aceitam, se livrando, assim, da “culpa” que muitos acham que são dos próprios imigrantes, pelo peso das representações negativas.¹³

A necessidade de achar uma figura que encarnasse essa representação da insegurança esteve presente em diversos depoimentos. No caso dos brasileiros nos Estados Unidos, Sales (1999) verificou que a alusão a uma figura que encarnasse a “alteridade” e a quem fosse transferido, assim, todo o mal da imigração era comum, pois devido à desigualdade social no Brasil, para muitos imigrantes brasileiros de classe média, igualar-se com outros brasileiros era algo não habitual.

Não parecia ser esse o caso dos brasileiros entrevistados em Veronetta. As mesmas nacionalidades apontadas por eles como “problema”, ou como “bons” e “maus”, são as mesmas indicadas pela própria sociedade italiana. Além do mais, a percepção da própria condição de ser brasileiro também foi apreendida no ambiente no qual vivem, experiência essa que, para a maioria, era positiva (como visto no caso do brasileiro Jerry). Na perspectiva dos homens que frequentam essas ruas em certos pontos estigmatizados, as motivações são bem diferentes daquelas que apontam outros imigrantes.

O bairro Veronetta, na cidade de Verona, como unidade menor, é um espaço ideal para se entender como esse discurso chega a afetar as interações sociais, enfim, bem como na reprodução de um discurso sobre o espaço social e seus moradores (imigrantes). O bairro não foi estigmatizado apenas com a chegada de imigrantes, mas com a presença de italianos do sul, o que já era motivo de uma imagem negativa sobre o espaço. Com o crescente número de imigrantes que foram atraídos pelo baixo custo dos aluguéis nesse bairro, então, a degradação do local passou a estar relacionada à presença deles, quando, na verdade, o processo teria sido ao contrário, visto que a degradação das moradias (mais econômicas) atraiu os imigrantes, e muitos deles, desprovidos de documentos, estão em uma situação, portanto, que acaba dificultando as relações sociais. As condições de moradia no bairro, onde não raro um inquilino é quem aluga uma única cama, e não de um quarto ou casa/apartamento, também expõem esses imigrantes à condição de conviverem muito tempo nas ruas da cidade e do bairro.

Resulta daí que tais comportamentos, como estar parado diante de locais, em grupos, são apontados como causa de insegurança, e as ruas com a maior concentração de imigrantes como aquelas “mais perigosas”. Como bem lembra Bertani (2006), alguns comportamentos de ordem moral e de ofensa ao decoro social se tornaram um problema de segurança pública, como consumir bebidas alcoólicas pela rua, permanecer em grupos até tarde da noite fora de casa, falar alto ou “atrapalhar” os demais moradores. Comportamentos “desordeiros” e “indecorosos” podem criar, nesse caso, uma imagem do bairro como espaço degenerado.

Muitos imigrantes entrevistados internalizaram esse discurso sobre o próprio bairro onde vivem como lugar perigoso. No entanto, durante as falas, percebeu-se uma grande contradição entre o vivido e o discurso, pois muitos apontavam o bairro como local para ser evitado, principalmente em relação a outros grupos, mas nenhum deles havia sofrido nenhum tipo de ação violenta ou que os tivesse colocados sob ameaça. Foi o caso de um brasileiro, dono de um bar no bairro, que apontou todos os problemas com a presença

de imigrantes que vendiam e consumiam drogas, do perigo de algumas nacionalidades, mas afirmou que fecha o bar às duas da madrugada, todos os dias, sem medo algum.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, A. *O medo ao pequeno número*. Ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BASSO P. Tre temi chiavi del razzismo di stato. In: BASSO P. (org.). *Razzismo di Stato*: Stati Uniti, Europa, Italia. Milão: FrancoAngeli, 2010.

_____; PEROCCHO, F. Gli immigrati in Europa. In: BASSO, P.; PEROCCHO, F. (org.). *Gli immigrati in Europa*: Disegualianza, Razzismo, Lotte. Milão: FrancoAngeli, 2003.

BERTANI, M. Capitale sociale e reti informali in aree ad alta densità di immigrati: il quartiere di Veronetta. In: *Dalla società civile al capitale sociale*. A cura di Paola Di Nicola. Milão: FrancoAngeli, 2006.

BRIATA, P. Dall'immigrazione come risorsa alle risorse dei quartieri multietnici. Pianificazione e "Città delle differenze". In: "Innovare il welfare. Percorsi di Trasformazioni in Italia e in Europa". (Conferência Espanet: Milano, 29 setembro-01 outubro de 2011. Disponível em: <http://docplayer.it/9128050-Dall-immigrazione-come-risorsa-alle-risorse-dei-quartieri-multietnici.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GATTI, F. Verona, Africa Del Nord: (...). In. *Jornal Expresso* (site), outubro de 2010. Disponível em: <http://espresso.repubblica.it/attualita/cronaca/2010/10/27/news/verona-africa-del-nord-1.25306>. Acesso em: 31 mar. 2016.

GIRARD, R. *Il sacrificio*. Milão: Raffaello Cortina, 2004.

LEONARD, S. EU border security and migration into the European Union: Frontex and securitization through practices. *Journal of Contemporary European Research*, 5, 3. 2010, p. 371-388.

LOURENÇO, N.; LISBOA, M. *Representações da violência*. Percepção social do grau, da frequência, das causas e das medidas para diminuir a violência em Portugal. Lisboa: Centro de estudos judiciais, 1992.

MANERI, M. Il Panico Morale come Dispositivo di Transformazione all'Insicurezza. *Rassegna italiana di sociologia*, 1, p. 5-40, 2001.

Fabiane Cristina Albuquerque

SALES, T. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.

SASSEN, S. *Guests and Aliens*. Nova York: The New Press, 1999.

SIMONCINI, A. Per una genealogia del securitismo: note preliminari. In: *Bolletino telemático di filosofia política*, 2012.

VERONA. Prefeitura. Departamento de Estatística. Disponível em: https://www.comune.verona.it/media//_ComVR/Cdr/Statistica/Allegati/recupero_gennaio_2008/Il_quartiere_Veronetta_2006.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

WACQUANT, L. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo Editora, 2008.

Recebido em: 06/07/2018

Aceito em: 09/10/2018

¹ Cf. também BASSO, P.; PEROCCO, F. *Gli immigrati in Europa: Disegualianza, Razzismo, Lotte*. Milão: FrancoAngeli, 2003.

² Entre outras, ver Amnesty internacional e Osservatorioiraq.it (Disponível em: <http://osservatorioiraq.it/analisiimmigrando/lampedusa-l%E2%80%99altra-faccia-dell%E2%80%99operazione-mare-nostrum?cookie-not-accepted=1>). (Acesso em: 03 jun. 2016).

³ A segunda lei referida é conhecida como “Lei Turco Napoletano”. Além destas há uma terceira, mais recente, chamada “Pacote Segurança” (Pacchetto Sicurezza).

⁴ Os dados oficiais mais recentes sobre a população do bairro (incluindo o percentual de imigrantes) são de 2006, e se encontram disponíveis no site da Prefeitura de Verona, no Departamento de Estatística. Ver: https://www.comune.verona.it/media//_ComVR/Cdr/Statistica/Allegati/recupero_gennaio_2008/Il_quartiere_Veronetta_2006.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

⁵ Tradução livre. No original: “Verona, Africa Del Nord: un quartiere ad altissima densità di immigrati. Un sindaco super-Leghista che non gestisce l’integrazione perché piu la convivenza é difficile, piu voti gli arriva. Storia e realtà di Veronetta, già soprannominata ‘Terronetta’ e ora ‘Neronetta’”. In: <http://espresso.repubblica.it/attualita/cronaca/2010/10/27/news/verona-africa-del-nord-1.25306>. (Acesso em: 31 mar. 2016).

⁶ Em italiano, *badante*.

⁷ Os nomes dos entrevistados são fictícios (salvo exceções indicadas).

⁸ O termo “sicura” em italiano significa “segura” (de segurança), mas também assume o sentido de “se curar”.

⁹ Ver o documentário de Peter Obehi, “Veronetta: outra face de um bairro” (2014), que mostra a convivência e a interação entre os moradores, de forma a negar o conflito entre italianos e imigrantes.

¹⁰ Depois vim a saber que se tratava de uma zona de encontro de jovens comunistas e anarquistas.

¹¹ Tradução livre do documentário intitulado “Veronetta: un nuovo volto di un quartiere”. Vencedor da 35ª edição do Festival de Cinema Africano em 2014.

¹² Referência à expressão italiana “fuori delle mura”, que indica os locais fora do centro histórico, zona mais antiga da cidade.

¹³ Cf. BASSO P. Tre temi chiavi del razzismo di stato. In: BASSO P. (Org.). *Razzismo di Stato: Stati Uniti, Europa, Italia*. Milão: FrancoAngeli, 2010.

Labour and Education-related Migration in the Age of Globalisation: New Links Between Brazil and Ireland

Trabalho e Educação Relacionados à Migração na Era da Globalização: Novos Elos entre Brasil e Irlanda

Mary Cawleyⁱ

National University of Ireland
Galway, Irlanda

Abstract: International migration over great distances is one expression of increased global connectivity. Migration between Brazil and Ireland since the late 1990s illustrates three well-recognised contemporary flows: recruitment on work permits to fill vacancies in both manual and professional employment and student migration to attain language and higher educational training and skills. The scale and types of labour recruitment changed over time, in association with changing economic conditions and labour availability in Ireland and enlargement of the European Union (EU). Many of the early migrants returned to Brazil but some remain undocumented in Ireland. Migration between Brazil and Ireland provides an interesting example of the establishment of new economic and social relations between previously weakly-connected countries, in a relatively short period of time.

Keywords: Brazil; Ireland; Migration; Labour; Education.

Resumo: Migração internacional a longa distância é uma expressão do aumento da conectividade global. A migração entre Brasil e Irlanda que ocorre desde fins de 1990 ilustra três fluxos contemporâneos bem reconhecidos: de recrutamento de trabalho que permite preencher vagas tanto de emprego manual quanto de emprego profissional qualificado e migração de estudantes para cursos de línguas e de treinamento e qualificação de nível de educação superior. A escala e os tipos de recrutamento de trabalho mudam no tempo, sendo associados com mudanças em condições econômicas e na disponibilidade de trabalho na Irlanda, ampliada à União Europeia (EU). Muitos dos primeiros imigrantes retornaram ao Brasil, mas alguns permaneceram indocumentados na Irlanda. A migração entre o Brasil e a Irlanda representa um exemplo interessante do estabelecimento de novas relações econômicas e sociais, em relativo curto espaço de tempo, entre países outrora fracamente conectados.

Palavras-chave: Brasil; Irlanda; Migração; Trabalho; Educação.

ⁱ Whitaker Institute and School of Geography and Archeology. mary.cawley@nuigalway.ie

Introduction

The aim of this paper is to document the main features of recent immigration from Brazil to Ireland which illustrates three types of contemporary flows: for skilled and less skilled manual employment, for professional employment, and for educational purposes (PIORE, 1979; RUHS and ANDERSON, 2010; FINDLAY et al., 2017). The paper does not theorise these movements in detail because, although skilled and less skilled manual Brazilian workers have been studied in some depth, similar detail is not available for professionals and students. However, reference is made to a number of broad explanatory concepts. At an aggregate level, immigration from Brazil to Ireland since the late 1990s fits within the context of increased global integration, as rapid advances in information and communication technologies (ICTs) have facilitated flows of information about labour market vacancies and societal cultures on an unprecedented scale and the costs of international travel and transport have been reduced significantly (HELD et al., 1999; DICKEN, 2015). Brazilian immigrants in Ireland have contributed human capital in the form of labour and research skills, and gained human (and economic) capital through work, study and research. Their immigration suggests that they are attracted by benefiting from increased income immediately (in the case of those in the workforce) and opportunities for career enhancement in the future through further education, following neoclassical and human capital theories (BORJAS, 1989). Evidence of remitting funds by manual workers points to movement within a family context as explained by the new economics of labour migration (NELM) (STARK, 1991).

Labour and educational migrations between Brazil and Ireland involve state regulation as well as personal agency (CASTLES et al., 2014). Brazilian skilled workers were recruited initially on one-year renewable permits, in the late 1990s, to meet vacancies in abattoirs and meat processing plants, when the Irish economy was growing rapidly (OECD, 2010). Recruitment of males to less skilled work in construction and road building also took place within a short period of time because of the demand that existed. Recruitment of both males and females declined when the Irish economy entered recession between 2008 and 2010. Since economic recovery in 2011, Brazilian professionals, among others, have been recruited on preferential critical skills employment permits issued to fill vacancies in specified sectors, including engineering and ICTs (O'RIAIN, 2014; DBEI, 2017). Trade relations are growing also between Ireland and Brazil, as part of internationalisation strategies, and demand exists for Brazilian-Portuguese language skills in Ireland (ENTERPRISE IRELAND, 2012a, b). Student immigration commenced in the mid-2000s for English language acquisition, as the Brazilian economy improved and, in 2013, Ireland became a partner in the Brazilian government's third level Science Without Borders programme (CLARKE et al., 2018). A Brazilian national does not need to apply in advance for a visa to enter Ireland. A holiday visa for 90 days may be issued at the port of entry upon certain conditions being met (INIS, 2018). Students pursuing a course of more than 90 days' duration must apply for a special residence permit and increased numbers of such permits have been issued.

This paper is based primarily on census of population data, other official data sources and published research. It is divided into three sections: (i) review of the evolution

of recent Brazilian immigration to Ireland; (ii) discussion of three groups of migrants-workers in skilled and less skilled manual occupations, professionals and students; (iii) concluding comments.

Brazilian Immigration to Ireland: Evolution

Until recent decades, few historical links existed between Ireland and Brazil (E. MURRAY, 2006). It is estimated that, by the end of 2000, less than one thousand Irish citizens, who included Catholic missionaries, were living in Brazil, notably in São Paulo, Rio de Janeiro, and Bahia (ibid.). Brazilian immigration to Ireland was limited until the late 1990s when owners of Irish meat plants approached an expatriate involved in beef exporting from Brazil to source workers for them, to fill vacancies (MAHER, 2013). Many of the early immigrants came from Vila Fabril, on the outskirts of the city of Anápolis in Goiás State, where a large meat plant was facing closure, although the relatively higher wages being offered in Ireland are suggested as being the major incentive to migrate, following the neoclassical model (BORJAS, 1989; HEALY, 2006). The expatriate's Brazilian wife acted as an agent and arranged the work permits and travel (MAHER, 2010). Accommodation was usually provided on arrival by the employer. Employers applied for the work permits and they were issued and renewed without difficulty in the late 1990s and the early 2000s (RUHS, 2005). The early migrants were men, both single and married, who were often joined by their wives or partners as soon as the cost of their flight was earned or borrowed in Brazil (MAHER, 2010). Sometimes children remained in Brazil to be cared for by grandparents and funds were repatriated for that purpose and for investment (ibid.), aligning with Stark's (1991) NELM model. In other cases, children joined their parents and attended school in Ireland.

People born in Brazil were first recorded as a distinct group in the Irish census of population in 2002 when 1232 people were registered (Table 1). The numbers increased seven-fold between 2002 and 2011 and by more than 50% between then and 2016. Whilst males were recruited initially, the 2002 census data show that female immigration commenced soon thereafter as part of family reunification and as awareness grew of employment opportunities in Ireland. Women found employment on work permits in catering and elderly health care in particular. Women without work permits were often employed as housekeepers, cleaners and in childcare in private homes, as Garret Maher's research reveals (MAHER and CAWLEY, 2015). Published data are not available for counties in 2006 but a special census report shows that, one-third of 4388 Brazilians (61.5% of whom were male) were living in County Galway, just over 400 in County Kildare, 513 in Dublin City with the remainder being distributed more widely (CENSUS 2006a, 2008: 65) (Figure 1). The main occupations were butchers and meat cutters, builders' labourers and food and drink operatives. By 2011, gender parity was almost reached and, by 2016, females slightly outnumbered males, as relatively larger numbers of female students arrived (Table 1). It is estimated that some 44% of the initial immigrants came from Goiás state but gradually immigration took place from other areas including large cities like São Paulo (IOM, 2009: 8).

Table 1 – Population born in Brazil, usually resident in Ireland and present on census night: gender and % distribution by county of residence 2002, 2011, 2016.

	2002	2011	2016
State	1232	8704	13640
Male	63.7	50.6	46.7
Female	36.3	49.4	53.3
Co Dublin	24.0	51.5	65.3
Co Kildare	14.8	4.4	2.4
Co Meath	7.0	3.0	2.5
Co Cork	7.8	4.8	5.1
Co Galway	9.1	11.4	8.5
Co Roscommon	12.4	5.0	2.6
% total	75.1	80.1	86.4

Sources: CENSUS 2002, Table B0442; CENSUS2016, Table E7002



Figure 1 – Ireland: Counties.

Brazilians are now widely distributed throughout the Irish state but a majority reside in a limited number of counties, notably Dublin, where the capital city is located, and counties which contain meat processing facilities (Table 1; Figure 1). Gort, County Galway (population 1776 in 2002), received national and international media and research attention because Brazilians comprised some 30% of the total population in the early 2000s (HEALY, 2006; McGRATH and MURRAY, 2009; SHERINGHAM, 2010; MAHER and CAWLEY, 2015). Most worked in a meat plant which closed in 2007, following insurance-related difficulties arising from a fire in 2004 (Figure 2). As the numbers of migrants increased, shops selling Brazilian foods and clothing were opened, as was a money transfer office which offered cheaper rates than Irish banks or a Western Union service (Figure 3). The growing importance of County Dublin as a destination over time reflects increased immigration of students to English language schools and to universities and institutes of higher education in Dublin City and of professionals in the ICT sector, to work in international companies such as Google and Facebook located there.

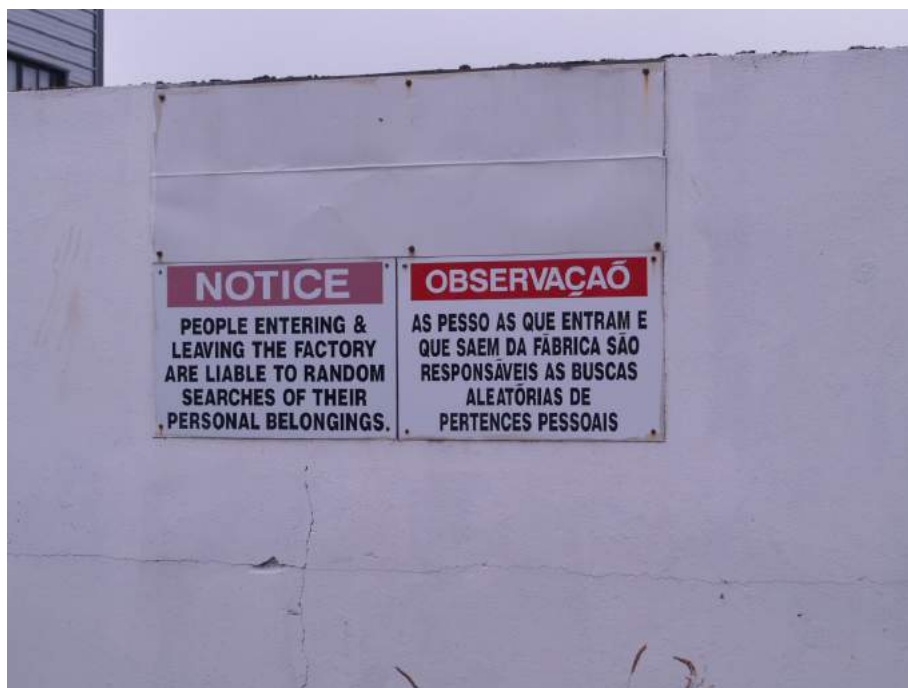


Figure 2 – Bilingual notice relating to searching of workers at former meat plant, Gort, Co. Galway, Ireland.

Source: M. Cawley, August 2011.



Figure 3 – Currency transfer office and shop, Gort, Co. Galway, Ireland.
Source: M. Cawley, August 2007.

The total Brazilian population in Ireland increased by more than 250% between 2002 and 2006 (Table 2) although, a relatively low base and potential underreporting in 2002, must be considered. The total almost doubled between 2006 and 2011 and grew by 56.7% in 2011-2016. Growth was most marked in the 15-24 and 25-44 year age groups, particularly the latter between 2011 and 2016. The increased importance of student immigration to English language schools during 2006-2011 (when the Irish economy was in recession and labour demand had fallen) and to universities and institutes of higher education during 2011-2016 are important contributory factors, as discussed below.

Table 2 – Brazilian Nationals: age groups and % change 2002-2016.

Age-group	2002	2006	Change 2002-2006	2011	Change 2006-2011	2016	Change 2011-2016
	N	N	%	N	%	N	%
0-14	107	446	316.8	709	59.0	553	-22.0
15-24	257	980	281.3	2133	117.6	2782	30.4
25-44	798	2706	239.1	5371	98.5	9583	78.4
45-64	67	248	270.1	476	91.9	681	43.1
65+	3	8	166.7	35	337.5	41	17.1
Total	1232	4388	256.2	8704	98.4	13640	56.7

Sources: CENSUS 2002, Table B0443; CENSUS 2006b, Table C0441;
CENSUS 2016, Table E7003.

Brazilian immigrants in Ireland are actively involved in employment but they are more vulnerable to unemployment than the total population (GJUG, 2017). Of those aged 15 years and over, the proportions at work were broadly similar to the total population in 2011 and a little less in 2016 (Table 3). In both years, the proportions unemployed and looking for their first regular job exceeded those for the total population where increased numbers of Irish students continued in education (CONEFREY, 2011). Unemployment, having lost or given up a job, was slightly higher among Brazilians. The presence of Brazilian students attending school or college was marked in both years and reflects the increased presence of English language and third level immigrant students. Resident Brazilian school leavers in Ireland experienced difficulties in accessing free fees at third level, because of not meeting conditions relating to period of residence in the EEA (European Economic Area- the countries of the EU [European Union] plus Iceland, Liechtenstein and Norway), nationality and immigration status, as well as course requirements (CITIZEN INFORMATION, 2018). Between 2011 and 2016, the numbers aged 0-14 also declined. Smaller proportions of Brazilians were engaged in home duties and the proportions unable to work due to illness or disability was one tenth that of the total population. Relatively small proportions were retired.

Table 3 – Brazilian nationals and total state population aged 15 years and over, usually resident and present in the state, 2011 and 2016, by principal economic status.

	Brazilian population				State population	
	2011	2016	2011	2016	2011	2016
	N	N	%	%	N	N
All persons	7995	13087	100.0	100.0	3551289	3687585
Persons at work	4011	6568	50.2	50.2	50.1	53.4
Unemployed looking for first regular job	311	472	3.9	3.6	0.9	0.8
Unemployed having lost or given up previous job	796	1090	10.0	8.3	10.9	7.1
Student or pupil	2270	4207	28.4	32.1	11.2	11.3
Looking after home/family	527	629	6.6	4.8	9.5	8.2
Retired	25	23	0.3	0.2	12.6	14.4
Unable to work due to sickness or disability	28	54	0.4	0.4	4.4	4.3
Others not in labour force	27	44	0.3	0.3	0.4	0.4

Source: CENSUS 2016, Table EB005.

Note: comparable information is not published for earlier census years

Of those at work in 2011 and 2016, the main industries engaged in (those accounting for 1% or more of the total are referred to) are presented in Table 4. The total numbers at work increased substantially over the five years but some changes took place in the relative distribution between types of industry. Accommodation and food service activities remained the single most important source of employment and the numbers involved almost doubled. The numbers not stating the industry in which they were engaged doubled also and undoubtedly relates, in part, to undocumented workers who may move between jobs frequently or do not wish to convey this information. Manufacturing which includes meat processing declined overall. The numbers in the retail and wholesale trade increased but the sector's proportionate importance declined. The growing relative importance of ICT, finance and insurance, professional, scientific and technical employment is apparent. These are sectors which include critical skills needed by the growing economy since 2011 for which special permits are available, which include a spousal/partner work permit and provision to apply for naturalisation and permanent residence once the conditions of the permit are satisfied (DBEI, 2017).

Table 4 – Brazilian nationals, aged 15 years and over, usually resident and present:
% distribution by broad industrial grouping, 2011 and 2016.

	2011	2016	% of total	% of total
Total at work	4011	6568		
Agriculture, forestry and fishing	111	70	2.8	1.1
Manufacturing	628	586	15.7	8.9
Construction	144	133	3.6	2.0
Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles and motorcycles	611	759	15.2	11.6
Transportation and storage	47	83	1.2	1.3
Accommodation and food service activities	750	1452	18.7	22.1
Information and communication	107	511	2.7	7.8
Financial and insurance activities	62	153	1.5	2.3
Professional, scientific and technical activities	80	232	2.0	3.5
Administrative and support service activities	358	580	8.9	8.8
Education	201	312	5.0	4.8
Human health and social work activities	138	203	3.4	3.1
Arts, entertainment and recreation	57	107	1.4	1.6
Other service activities	58	119	1.4	1.8
Activities of households as employers producing activities of households for own use	75	128	1.9	1.9
Industry not stated	523	1058	13.0	16.1

Source: CENSUS 2016, Table E7019.

Note: industrial groupings that accounted for less than 1% of the total are omitted from the table, so the numbers do not add to the totals at work.

Brazilian Labour and Education-Related Immigration to Ireland

From Meeting Labour Market Deficits to Undocumented Status

The first Brazilian migrants were recruited for meat plants in counties Meath, Roscommon and Galway (MAHER and CAWLEY, 2016) (Figure 1). The number of work permits issued to Brazilians increased substantially until 2007 as the Irish economy grew

rapidly (Table 5). They applied to both skilled and less skilled jobs where severe deficits existed. However, the impending admission of ten central and eastern Europe states to the EU meant that their citizens had some priority access to the Irish labour market from the early 2000s. They had immediate access from the accession date of 1 May 2004 because of the demand for labour (Sweden and the United Kingdom also permitted immediate access to their labour markets). In August 2004, the issue of work permits to non-EEA nationals for low-skill jobs ceased (RUHS, 2005). Substantial numbers of permits continued to be renewed for Brazilians until 2007 but, in 2008, renewal of permits declined markedly and the number of deportation orders increased (Table 5) (QUINN, 2009). In 2008 also, the Irish immigration authorities were reported as “restricting entry to a large number of Brazilians who are suspected of landing to gain illegal employment” (PILLINGER, 2008, p. 160). ‘Illegal employment’ relates to a practice of overstaying a holiday visa issued for 90 days, at the port of entry, and gaining undocumented employment.

Table 5 – Work permits issued for Brazilian nationals, for various years 1999-2017.

Year	New permits	Renewals	Total	Refusals
1998	16	18	34	2
2000	543	93	638	0
2004	188	1324	1512	39
2005-April 2007	480	2266	2746	137
2008	358	226	584	136
2009	74	269	343	59
2012	65	121	186	61
2014	143	24	167	34
2015	287	22	309	71
2017	635	40	675	201

Sources: DBEI, 2010, 2013, 2015, 2016, 2018;
OIREACHTAS 1999, 2001, 2005, 2007, 2008a.

Following the NELM model, some of the early Brazilian immigrants planned to spend a defined period of time in Ireland, earn funds to support their families and save for investment (home improvements, for example) and in businesses on their return (STARK, 1991; MAHER, 2010). They often held more than one job. As noted, in addition to Western Union facilities, a money transfer office was established by a Brazilian in Gort, so great was the repatriation of funds. They financed their own return and that of family members, if they had been joined by them (MAHER, 2010). Others who became unemployed and undocumented obtained repatriation support from the International Organisation for Migration (PILLINGER, 2008; IOM, 2009). In 2010, the Irish government sought funds from

the European Return Fund for repatriation purposes (KRINGS, 2010). When funding for repatriation became exhausted, increasing numbers of undocumented people became dependent on precarious short-term, often day, employment, as Garret Maher's research illustrates (MAHER and CAWLEY, 2015). Some immigrants did not wish to avail of repatriation funds because of a restriction on re-entering Ireland. They became dependent on support from churches and the local community, in Gort, for example, where their undocumented status was overlooked by the authorities because of positive relationships with the local community (MAHER, 2011). Men queuing to obtain employment as day labourers was common outside a Brazilian-owned Internet café in Gort (Figure 4).



Figure 4 – Brazilian men wait for employment as day labourers, Gort, Co, Galway, Ireland
Source: M. Cawley, August 2011

The experience of the early immigrants to Gort is well documented and reveals both positive features and difficulties associated with adapting to a new environment. Much attention was given to good inter-community relations, the celebration of Brazilian festivals on the square and the expertise acquired by one Brazilian boy in the Irish sport of hurling (HEALY, 2006). However, lack of adequate English language skills created difficulties in accessing medical and other services and some women were isolated in their homes (McGRATH and F. MURRAY, 2009; McGRATH, 2010). Some of Garret Maher's respondents reported being exploitation by employers, arising from poor knowledge of English, although other employers were praised for their support (MAHER and CAWLEY, 2016). Special English language supports were provided in primary and secondary schools for children who did not know the language, although additional resources we-

re required (OECD, 2009; SHERINGHAM, 2009). Access to free third level education was problematic for most immigrant students. Some Brazilian immigrants in Gort and elsewhere obtained residency rights, however: through attaining Irish citizenship (INIS, 2018), having a parent or grandparent from an EU country, through marriage to an Irish person or through the birth of a child in Ireland before January 2003. A Supreme Court Judgement in January 2003 removed the latter right for an immigrant parent (LENTIN, 2007). Arising from a referendum result in 2004, the automatic right to citizenship for a child born in Ireland to an immigrant parent was also lost (ibid.).

A Gort Justice for the Undocumented Campaign Group (GJUG, 2017), which includes Brazilian and Irish people who are campaigning for the granting of residency rights to undocumented migrants, has reported current difficulties experienced. Among 70 undocumented people who were surveyed (61% male and 31% female), most were of working age, 58% were married and 51% had children. Fifty percent were living in Ireland for more than ten years. Good levels of education were reported: 51% had completed secondary education and 27% had a third level qualification. However, without residency status they are not entitled to access training and further education, resulting in employment in insecure, low-paying jobs with little prospect of advancement. Almost one-quarter were receiving less than the minimum wage and cases of workplace exploitation were reported. Some families were fearful of seeking medical treatment in case their undocumented status was detected and they were subject to deportation. They had difficulty in obtaining a medical card which provides access to free medical treatment. Some migrants lacked sufficient knowledge of English to become informed about the social supports that may be available to them. Being undocumented, even if paying social insurance, they are not eligible to claim social protection from the state.

Non-Manual and Professional wWorkers

Recent professional Brazilian immigration to Ireland is less-well documented than that of meat plant and other manual workers, whose presence was so marked in some small towns from the late 1990s. Published research is not available, as yet. Census data illustrate growth in the number of Brazilians engaged in information and communication, administrative and support services, professional, scientific and technical activities to which critical skills permits may apply (Table 4). Demand exists for these occupations as the economy grows and vacancies are advertised widely internationally (DBEI, 2017). Also, as educational and trade links develop between Ireland and Brazil, there is increased demand for speakers of Brazilian Portuguese by Irish companies. Critical skills work permits are issued for an initial period of two years. The immigration of Brazilian professionals is reflected in the establishment of a professional network in 2017 to provide information and social support (BPNI, 2018). Brazilian students, on completion of a graduate course of study, as discussed below, may apply for a work permit for two years also and are another source of professional and high-skilled employees (EDUCATION IN IRELAND, 2016; INIS, 2018). The recent growth in the recruitment of higher status employees on two year permits helps to explain the increase in the number of new permits issued since 2014 (Table 5).

Students

Whilst the number of work permits issued to Brazilians fell in Ireland during the mid-2000s, a new immigration stream of students who came to learn English emerged. An improved economy in Brazil enabled parents or individuals to fund English language acquisition overseas, which was considered necessary as new international trading relations were established (DALSIN, 2006). Ireland had been developing English language programmes in a targeted way since 2004 and this initiative gained momentum as part of the government's programme to aid recovery from recession (CLARKE et al., 2018). In 2008, 4828 Stamp 2 residence permissions were granted to Brazilian students (OIREACHTAS, 2008b). A residence permit certifies that the holder is registered with the immigration service and is required if a non-EEA citizen wishes to remain longer than 90 days in Ireland. A Stamp 2 residence permit allows a student to study a full-time course on an official list for a specified period of time (INIS, 2018); the standard immigration permission available for the purposes of pursuing an English language programme on the interim list of eligible programmes is eight months. Three consecutive language courses may be pursued. A Stamp 2 permit confers a right to work in casual employment for a maximum of 20 hours per week during the school or college term and 40 hours per week during the summer and Christmas vacations. If a graduate course of study is followed, on its completion, a holder of a Stamp 2 permit may apply to remain resident in Ireland for up to 24 months to seek employment (EDUCATION IN IRELAND, 2016). Applications from graduates is one of the factors contributing to the growth in first time permits issued since 2014 (Table 5).

The potential to work part-time as an English language student is documented as an attraction of Ireland for Brazilians. Professionals whom DALSIN (2006) interviewed, who left careers in Brazil, reported four reasons for coming to Ireland to learn or improve their English language skills: a location in Europe, potential to travel within Europe at relatively low cost, being a country where English is spoken, and having a student visa scheme which permits work for defined periods of time. Some professionals who are former students of English may return to Brazil and later succeed in obtaining employment in Ireland (POLLAK, 2016).

Separate from English language acquisition, the Brazilian government introduced a Science Without Borders programme in 2011 which provided scholarships for graduate and postgraduate study abroad, to meet needs of Brazilian industry (HENNIGAN, 2015; CLARKE et al., 2018). In 2013, eight memoranda of understanding were signed between universities and institutes of technology in Ireland and Brazil (HENNIGAN, 2015). By 2014, 26 Irish third level institutions were involved in the programme. The main areas of study are science, engineering, technology and mathematics. Some 973 students applied in 2014 and 1,084 in 2015 (ibid.). The opportunities provided for gaining experience of working with Irish industry were cited by some students as advantages of study in Ireland (CLARKE et al., 2018). It is estimated that Irish institutions received some €50 million from Brazil in tuition and accommodation fees and that the students spent an additional €20 million from other scholarship and private sources up to 2015 (HENNIGAN, 2015). The funding of undergraduate study abroad for one year, by the Brazilian government, effectively ended in late 2015; since then, only postgraduate, postdoctoral and senior internships have been

funded (ICEF, 2017). Since 2015, the Irish government, universities and institutes of technology have made available R\$4 million for scholarships for Brazilian students to study in Ireland (O'SULLIVAN, 2015). In 2015, 10,955 first-residence permits were issued to Brazilians in Ireland, 28.5% of the total issued, mainly for education reasons (EUROSTAT, 2017).

Whilst not all visiting students will be present in Ireland at the time of a census, it is nevertheless possible to identify the increased presence of such students from census data (Table 6). As noted already, the children of immigrant parents must satisfy residence and citizenship criteria, as well as meeting educational requirements, in order to progress to free third level education. The large proportion of students aged 19 years and over, and their growth between 2011 and 2016, therefore reflects the immigration of students from Brazil, instead of a major increase in progression from second level to third level education in Ireland. By contrast, the number of students attending primary schools declined, as the number of younger children of Brazilian nationality declined (see Table 2).

Table 6 – Students of Brazilian nationality, 2011 and 2016.

	2011		2016		% change 2011-2016
	N	%	N	%	
All Students (Number)	2831	100,0	4632	100,0	63,6
At school aged 5 -12 years	412	14,5	294	6,4	-28,6
At school or college aged 13 – 18 years	404	14,3	433	9,3	7,2
At school or college aged 19 years and over	2015	71,2	3905	84,3	93,8

Source: CENSUS 2016, Table E7033

In 2017, a new organisation, Research Brazil Ireland (RBI), was established by Irish third-level institutions and research centres as a consortium to drive a coordinated national approach to promote Ireland's scientific and technological reputation in Brazil and its attractiveness as an international research partner. The programme develops research and educational links across five thematic areas: ICTs; environmental science and technologies; advanced materials and nanotechnology; biopharmaceuticals, biotechnology and health; sustainable energy and agro production. This strategic cooperation is being financed by the state research funding agency, Science Foundation Ireland (RBI, 2017). The programme has longer term commercial objectives to the benefit of both countries.

Discussion and Conclusion

Increased migration over long distances is a feature of recent globalization trends and includes growing links between Brazil and Ireland since the late 1990s which

involve state regulation as well as personal agency (HELD et al., 1999; CASTLES et al., 2014). Much of the migration has been from Brazil to Ireland, although movement in the opposite direction has occurred also associated with investment, employment and through marriage and other social relationships. Three groups of migrants may be identified. First, skilled workers were recruited on work permits for the meat processing sector, in the late 1990s, followed by less skilled labour in other sectors, and their immigration may be explained within the context of neo-classical economic, human capital and NELM theories (PIORE, 1979; BORJAS, 1989; STARK, 1991). They were attracted by relatively higher wages and remittances took place for family support and family reunification but also for future business developments on their return to Brazil (MAHER, 2010). Changing migration policy, associated with enlargement of the EU in 2004, had negative implications for the recruitment of Brazilians, as had recession from 2008 to 2011. Legislative changes in 2003 and 2004 also reduced the residency rights of non-nationals in Ireland. Some Brazilian migrants who remain are undocumented and are dependent on precarious employment. Second, since Ireland's recovery from recession in 2011, Brazilian professionals have been recruited, among others, to meet specialist requirements in, e.g., ICTs, engineering and professional language skills. It is likely that their numbers will increase in future as commercial relationships between Ireland and Brazil are developed further. Third, Ireland became a destination for Brazilian students wishing to improve their English language skills from the mid-2000. In 2013, Irish higher education institutions became involved as hosts in the Brazilian Science without Borders international scholarship programme and have funded scholarships since 2015.

The links established between Ireland and Brazil through labour and education related migration since the late 1990s illustrate broader international trends. They assume particular interest because of limited existing relationships between the two countries. However, those limited relationships facilitated the initial recruitment of meat plant workers to Ireland. The towns where the early migrants worked and lived have established transnational links with Brazil; Brazilians still live there and have formed conjugal relationships with Irish people, members of the communities have moved to live in Brazil and cultural transfers have taken place. The recent arrival of sizable numbers of Brazilian students to study the English language and smaller numbers of researchers and graduate students to study in Ireland will also, undoubtedly, have future impacts on long-term social and economic relations between the two countries.

References

BPNI (BRAZILIAN PROFESSIONAL NETWORK IRELAND). Available at: <https://www.bp-nireland.com/2018>. Accessed 1 September 2018.

BORJAS, G.J. Economic theory and international migration. *International Migration Review*, 1989, 23 (3): 457-485.

Mary Cawley

CASTLES, S., DE HAAS, H., and MILLER, M.J. *The age of migration*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 5th edition, 2014.

CENSUS 2002. Tables. Available at: <https://www.cso.ie/en/census/2002censusreports/>. Accessed: 10 July 2018.

CENSUS 2006a. *Non-Irish nationals living in Ireland*. 2008. Accessible at: https://www.cso.ie/en/media/csoie/census/documents/NON_IRISH_NATONALS_LIVING_IN_Ireland.pdf. Accessed on: 10 July 2018.

CENSUS 2006b. Tables. Available at: <https://www.cso.ie/en/census/census2006reports/>. Accessed: 10 July 2018.

CENSUS 2016. Tables, Statbank. Available at: <https://www.cso.ie/en/census/census-2016reports/>. Accessed: 10 July 2018.

CITIZENS INFORMATION. Third-level student fees and charges. Available at: http://www.citizensinformation.ie/en/education/third_level_education/fees_and_supports_for_third_level_education/fees.html. 2018. Accessed on: 9 April 2018.

CLARKE, M.; HUI YANG, L.; HARMON, D. *The internationalisation of Irish higher education*. Dublin: Irish Research Council, EUR Ireland and The Higher Education Authority, 2018.

CONEFREY, T. Unemployment and Labour Force Participation during the Recession. *Central Bank of Ireland, Economic Letters*, 2011, 4.

DALSIN, K. Why did you move to Ireland? In VAILATI, A. and RIAL, C. (eds.). *Migration of rich immigrants*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016, p. 163-178.

DBEI (DEPARTMENT OF BUSINESS, ENTERPRISE AND INNOVATION). Work permits issued by nationality, 2010, 2013, 2015, 2016, 2018. Available at: <https://dbei.gov.ie/en/>. Accessed on: 17 August 2018.

_____. Critical skills employment permits, 2017. Available at: <https://dbei.gov.ie/en/What-We-Do/Workplace-and-Skills/Employment-Permits/Permit-Types/Critical-Skills-Employment-Permit/>. Accessed on: 15 July 2018.

DICKEN, P. *Global shift: mapping the changing contours of the world economy*. London: Sage, 7th edition, 2015.

EDUCATION IN IRELAND. Working in Ireland 2016. Available at: <http://www.educationinireland.com/en/Living-in-Ireland/While-You-re-in-Ireland/Working-in-Ireland/>. Accessed on: 16 July 2018.

ENTERPRISE IRELAND. *Access Brazil*. Dublin: Enterprise Ireland, 2012a.

_____. Enterprise Ireland reports on successful trade mission to Brazil. Available at: <https://www.enterprise-ireland.com/en/News/PressReleases/2012-Press-Releases/Enterprise-Ireland-reports-on-successful-Trade-Mission-to-Brazil.html>. 2012b. Accessed on: 2 July 2018.

EUROSTAT. *Newsrelease 174/2017, Residence permits for non-EU citizens, 2016* (2015 data for Ireland). Brussels: Eurostat, 2017.

FINDLAY, A.M., MCCOLLUM, D. and PACKWOOD, H. Marketization, marketing and the production of international student migration. *International Migration*, 2017, 55 (3): 139-155. doi: 10.1111/imig.12330.

GJUG (GORT JUSTICE FOR THE UNDOCUMENTED GROUP). *Gort is my home, 2017 survey report*. Gort: Gort Resource Centre, 2017.

HEALY, C. *Carnaval do Galway: the Brazilian community in Gort, 1999-2006*. *Irish Migration Studies in Latin America*, 2006, 4 (3): 150-153. Available at: <http://www.irlandeses.org/journal/>. Accessed on: 25 August 2016.

HELD, D., MCGREW, A., GOLDBLATT, D. and PERRATON, J. *Global transformations*, Cambridge: Polity, 1999.

HENNIGAN, T. A second home: the Brazilian influx to Irish universities. *The Irish Times*, 3 March 2015. Available at: <https://www.irishtimes.com/news/education/a-second-home-the-brazilian-influx-to-irish-universities-1.2118797>. Accessed on: 25 August 2016.

ICEF (INTERNATIONAL CONSULTANTS FOR EDUCATION AND FAIRS). *Brazil shutting down science without borders*. Available at: <http://monitor.icef.com/2017/04/brazil-shutting-science-without-borders/>. Accessed on: 16 July 2018.

IOM (INTERNATIONAL ORGANISATION FOR MIGRATION). *Assessment of Brazilian migration patterns and assisted voluntary return programme from selected European member states to Brazil, Research Report, September 2007-February 2009*. Brussels: IOM, 2009.

INIS (IRISH NATURALISATION AND IMMIGRATION SERVICE). *Permissions, stamps and conditions, 2018*. Available at: <http://www.inis.gov.ie/en/INIS/Pages/registration-stamps>. Accessed on: 1 August 2018.

KRINGS, T. After the boom: the impact of the economic crisis on migration and migration policy in Ireland. *International conference: rethinking migration in times of economic crisis in Europe, 9 – 10 Dec. 2010* (unpaginated). Available at: www.migremus.uni-bremen.de. Accessed on: 30 May 2018.

LENTIN, R. (2007) Ireland: racial state and crisis racism. *Ethnic and Racial Studies*, 2007, 30 (4): 610-627, doi: 10.1080/01419870701356023.

MAHER, G. A transnational migrant circuit: remittances from Ireland to Brazil. *Irish Geography*, 2010, 43 (2): 177-199. doi.org/10.1080/00750778.2010.500891.

_____. Transnational religious practices: the Brazilians in Ireland. *Irish Migration Studies in Latin America*, 2011, 7 (4): unpaginated. Available at: http://www.irlandeses.org/ims-la2011_7_04_10_Garret_Maher.htm. Accessed on: 20 June 2012.

MAHER, G. Attitudes to Brazilian migrants in rural Ireland in conditions of economic growth and decline. In: CAWLEY, M., BICALHO, A.M. de S. M. and LAURENS, L. (eds.), *The Sustainability of rural systems: global and local challenges and opportunities*. Galway and Okayama: Whitaker Institute NUI Galway and CSRS of the IGU, 2013, p. 161-169. Accessible at: [Cawley_Bicalho_Laurens_2013_The_Sustainability_of_Rural_Systems.pdf](#).

_____; CAWLEY, M. Social networks and labour market access among Brazilian migrants in Ireland. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 2015, 41 (14): 2336-2356. DOI: 10.1080/1369183X.2015.1061424.

_____; CAWLEY, M. Short-term labour migration: Brazilian migrants in Ireland. *Population, Space and Place*, 2016, 22: 23-35. DOI: 10.1002/psp.1859.

McGRATH, B. Social capital in community, family, and work lives of Brazilian migrant parents in Ireland. *Community, Work and Family*, 2010, 13 (2): 147-165.

_____; MURRAY, F. Brazilian migrants in Ireland: emergent themes from research and practice on the significance of social networks and social capital. *Translocations*, 2009, 5 (1): unpaginated. Available at: <https://ec.europa.eu/migrant-integration/librarydoc/brazilian-migrants-in-ireland-emergent-themes-from-research-and-practice-on-the-significance-of-social-networks-and-social-capital>. Accessed on: 10 August 2018.

MURRAY, E. Brazil and Ireland. *Irish Migration Studies in Latin America*, 2006, 4 (3): 99-101. Available at: <http://www.irlandeses.org/0607.pdf>. Accessed 25 August 2016.

OIREACHTAS. Written answers- work permits, Wednesday, 21 April 1999. *Dáil Éireann Debate*, 1999, 503 (4): unpaginated. Available at: <https://www.oireachtas.ie/en/debates/debate/dail/1999-04-21/63/>. Accessed on: 2 August 2018.

_____. Written answers-work permits, Tuesday, 6 February 2001. *Dáil Éireann Debate*, 2001, 529 (4): unpaginated. Available at: <https://www.oireachtas.ie/en/debates/debate/dail/2001-02-06/74>. Accessed on: 2 August 2018.

_____. Written answers-work permits, Wednesday, 12 April 2005. *Dáil Éireann Debate*, 2005, 600 (1): unpaginated. Available at: <https://www.oireachtas.ie/en/debates/debate/dail/2005-04-12/>. Accessed on: 3 August 2018.

_____. Written answers-work permits, Tuesday, 24 April 2007. *Dáil Éireann Debate*, 2007, 636 (1): unpaginated. Available at: <https://www.oireachtas.ie/en/debates/debate/dail/2007-04-24/34/#s452>. Accessed on 2 August 2018.

_____. Dáil Éireann debate, work permits, Tuesday, 2 December 2008. *Dáil Éireann Debate*, 2008a, 669 (2): unpaginated. Available at: <https://www.oireachtas.ie/en/debates/debate/dail/2008-12-02/32/#s84>. Accessed on: 2 August 2018.

_____. Dáil Éireann debate, immigration statistics, 5 November 2008. *Dáil Éireann Debate*, 2008b, 666 (1): unpaginated. Available at: <https://www.oireachtas.ie/en/debates/debate/dail/2008-11-05/143/>. 2008b. Accessed on 2 August 2018.

OECD (ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT). *Review of migrant education: Ireland*. Paris: OECD, 2009.

_____. *Economic outlook*. Paris: OECD, 2010.

O'RIAIN, S. *The rise and fall of Ireland's celtic tiger: liberalism, boom and bust*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

O'SULLIVAN, S. R\$4 million in Scholarships to Brazilian Students launched during Irish Ministerial visit to Brazil. Available at: <http://confap.org.br/news/r4-million-in-scholarships-to-brazilian-students-launched-during-irish-ministerial-visit-to-brazil/2015>. Accessed on 3 August 2018.

PILLINGER, J. The illegal employment of foreign nationals in Ireland. In: KUPISZEWSKI, M. and MATTILA, H. (eds.), *Addressing the irregular employment of immigrants in the European Union: between sanctions and rights*. Budapest: International Organization for Migration (IOM), Regional Mission for Central and South Eastern Europe, 2008, p. 127-194.

PIORE, M. *Birds of passage: migrant labour and industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

POLLAK, S. 'The few words of English I had came from Bob Marley', *The Irish Times*, August 3, 2016, p. 11. Available at: <https://search.proquest.com/news/docview/1943740087/fulltextPDF/8522FAA380CC491APQ/26?accountid=12899>. Accessed on: 20 August 2018.

QUINN, E. *Programmes and strategies in Ireland fostering assisted return and reintegration in third countries*. Dublin: Economic and Social Research Institute, 2009. Available at: <https://www.esri.ie/pubs/BKMNEXT160.pdf>. Accessed: 20 August 2018.

Mary Cawley

RBI (RESEARCH BRAZIL-IRELAND). Official launch and showcasing of Research Brazil Ireland (RBI) on October 21 2017 in São Paulo. Available at: <http://www.educationinireland.com/en/News/Research-Brazil-Ireland-RBI-.html>. Accessed on: 3 August 2018.

RUHS, M. *Managing the immigration and employment of non-EU nationals in Ireland: studies in public policy 19*. Dublin: Policy Institute, Trinity College Dublin, 2005.

RUHS, M.; ANDERSON, B. (eds). *Who needs migrant workers?* Oxford: Oxford University Press, 2010.

SHERINGHAM, O. Ethnic identity and integration among Brazilians in Gort, Ireland. *Irish Migration Studies in Latin America*, 2009, 7 (1): 93-104. Available at: www.irlandeses.org/0903sheringham.htm. Accessed on: 9 December 2014.

_____. A transnational space? Transnational practices, place-based identity and the making of "home" among Brazilians in Gort, Ireland. *Portuguese Studies*, 2010, 26 (1): 60-78.

STARK, O. *The migration of labour*. Oxford: Blackwell, 1991.

Recebido em: 30/09/2018

Aceito em: 23/11/2018

O Perfil dos Brasileiros em Nova York (1994-2014)

Brazilians' Profile in New York (1994-2014)

Marina Tomassini Panossoⁱ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo se refere a uma revisita etnográfica realizada no campo previamente estudado por Maxine Margolis, antropóloga americana que conduziu uma pesquisa pioneira sobre brasileiros em Nova York na década de 1990. Foram realizadas sessenta entrevistas com brasileiros em quatro regiões da área metropolitana de Nova York. Os resultados apresentados aqui se referem à caracterização desses brasileiros, buscando identificar as principais transformações em relação ao seu perfil, onde vivem e a forma como as comunidades se localizam na cidade a partir de algumas características de classe, nível educacional, região de origem e tempo de migração.

Palavras-chave: Migração; Revisita Etnográfica; Imigrantes Brasileiros.

Abstract: This article is about an ethnographic revisit conducted in the field previously studied by Maxine Margolis, an American anthropologist who has conducted a pioneering research on Brazilians in New York in the 1990s. Sixty interviews with Brazilians were made in four regions of the New York metropolitan area. The results presented here are related to the characterization of these Brazilians and the identification of their profile changes, places where they live, and the way communities are located in the city based on class characteristics, educational level, origin and time of migration.

Keywords: Migration; Ethnographic Revisit; Brazilian Immigrants.

Introdução

Quando a antropóloga americana Maxine Margolis se propôs a estudar o grupo de brasileiros na cidade de Nova York no final da década de 1980, pouco se sabia sobre essa comunidade. Uma das principais características encontradas se referia exatamente à sua invisibilidade: não apareciam no censo, eram confundidos com a grande massa de hispânicos e, ainda, tinham um forte traço de desunião e desengajamento. As descobertas de sua pesquisa foram publicadas no livro *Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York* (1994), em que se dedicou a descrever detalhadamente a vida dos brasileiros na cidade. Considerando esse estudo um marco na compreensão do deslocamento de

ⁱ Doutorado pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos. marinato-massini@gmail.com

brasileiros para os Estados Unidos, a pesquisa foi pensada através da proposta metodológica do sociólogo britânico Michael Burawoy (2003) de uma revisita etnográfica focalizada, que é quando um pesquisador retorna a um campo estudado anteriormente, por si mesmo ou outra pessoa, na tentativa de compreender e explicar a diferença no tempo. A pesquisa se efetivou em 2013 através do *Institute of Latin American Studies* (ILAS) da *Columbia University*, com a supervisão de Margolis. Durante quatro meses, foram realizadas entrevistas com sessenta brasileiros que decidiram viver em Nova York. As entrevistas ocorreram através da técnica não aleatória da bola de neve, em que uma informante apresentou outras pessoas e assim, sucessivamente. Foram entrevistadas, também, pessoas em lojas brasileiras, restaurantes, salões de beleza, igrejas e ONGs. O trabalho de campo foi focado em quatro regiões principais da área metropolitana nova-iorquina. Foram consultados, ainda, diversos jornais, blogs, sites e canais no YouTube feitos por brasileiros que vivem nos Estados Unidos para brasileiros que pensam em morar no país¹.

A pesquisa teve como objetivo analisar as principais permanências e mudanças na vida dos brasileiros, na estruturação das redes e na própria experiência migrante, partindo da hipótese de que acontecimentos como os ataques de 11 de setembro, a crise financeira internacional e o crescimento econômico brasileiro afetaram direta e indiretamente esta população. Essas transformações, no entanto, não deixam de estar inseridas também no próprio contexto de transitoriedade e instabilidade do tempo presente, marcados pelo processo emancipatório de individualização e pelo paradoxo atual da mobilidade que se define por fronteiras *fechadas x fluidas*, ou seja, entre políticas migratórias cada vez mais restritivas de um lado, e um intenso fluxo de capital, dinheiro, bens, serviços, pessoas, informação, tecnologias, políticas, ideias, imagens e regulações que transcendem o Estado-nação e dissolvem suas fronteiras, de outro (SOUZA, 2013; HAESBAERT, 2014).

Os tópicos apresentados neste artigo foram pensados através de um quadro teórico formulado com base no trabalho realizado por Margolis e se referem à caracterização desses brasileiros, buscando identificar as principais transformações em relação ao seu perfil (classe, nível de escolaridade, gênero, idade, tempo de migração), onde vivem e a forma como as comunidades se localizam na cidade. O material empírico da pesquisa dialoga com o conjunto de pesquisas institucionais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério das Relações Exterior – MRE, American Community Survey, International Organization for Migration – IOM, Migration Policy Institute – MPI, Pew Research Center, entre outros), e, ainda, com algumas etnografias e pesquisas acadêmicas realizadas com brasileiros no exterior. Através desse percurso, podemos verificar determinados padrões que nos permitem apontar tendências da migração brasileira e analisar o fenômeno migratório contemporâneo no sentido mais amplo.

Onde Vivem

“O mundo todo quer estar aqui, o mundo todo está aqui”, me disse um cabelereiro que já está há nove anos em Nova York, referindo-se à imagem fetichizada e glamorizada da cidade e suas centenas de milhares de imigrantes. Essa imagem, reproduzida e propagada globalmente há décadas, tem atraído milhões de turistas anualmente e os brasileiros estavam, até bem pouco tempo, no topo da lista. Em 2013, quase 900 mil

brasileiros visitaram a cidade, um recorde. O Brasil perdeu apenas para o Reino Unido e para o Canadá entre os países que mais enviaram turistas para Nova York (RICKER e VILA-GOULDING, 2013; MANTOVANI, 2014).

No entanto, sabemos que parte desses turistas foi e não voltou mais. E é assim que a comunidade brasileira na cidade vem ganhando grande parte de seus novos integrantes a cada ano, em busca do famoso sonho americano: “Eles chegam tão iludidos, achando tudo lindo, pensando que vai ser fácil. Mas eu não falo nada, não sou eu que vou ficar desanimando. Logo, eles descobrem a realidade”, conta uma brasileira sobre os recém-chegados à cidade. Nem tudo é mesmo tão encantador como parece. De acordo com o relatório anual da ONG *Coalition for the Homeless* de 2016, a população de sem-teto de Nova York cresceu cerca de 86% em dez anos e chega ao seu recorde. Apesar da recuperação econômica e diminuição do desemprego, o abismo social cresce na cidade. No final de 2015, foi registrado uma média de 58 mil pessoas dormindo nos abrigos públicos por noite, quase metade eram crianças. Uma situação como essa só ocorreu durante a Grande Depressão de 1929 (MARS, 2016). Segundo uma reportagem do jornal *El País*, de janeiro de 2016, o aluguel de um apartamento de dois quartos em Manhattan que custava em média 2.399 dólares por mês em outubro de 2009, chegou a 4.058 dólares um ano depois. Os salários não acompanharam. Dados do Instituto de Política Fiscal mostram que enquanto o faturamento dos negócios no estado de Nova York subiu 61% entre 2001 e 2013, a renda dos trabalhadores cresceu metade disso e é insuficiente para cobrir a inflação. Entre 2009 e 2012, a renda do 1% da população mais rica do estado aumentou 32%, enquanto os 99% restantes mal viram seus salários subirem 1%. Um dos anúncios do portal *Oportunidades de Moradia* mostra que uma pessoa interessada em se candidatar a uma kitchenette no Bronx que custa 867 dólares por mês, construída em um programa voltado à população de “baixa renda”, precisa comprovar um salário anual entre 31.098 e 36.300 dólares. Os moradores da cidade que possuem empregos que exigem baixa qualificação, entre eles milhares de imigrantes, não ganham nem perto disso e estão tendo que se deslocar para lugares cada vez mais distantes. Infelizmente, os brasileiros não estão somente entre os ávidos consumidores que visitam Nova York diariamente, mas também acompanham negros e imigrantes de diversos lugares do mundo que vêm perdendo espaço na cidade, morando cada vez mais longe do grande centro, apinhando-se em pequenos apartamentos ou *basements*, e até dormindo na rua ou em abrigos da cidade. Em duas décadas, a população brasileira cresceu consideravelmente na região de Nova York e teve que se reorganizar e se localizar conforme seus recursos e redes migratórias, diante das dificuldades resultantes da crise econômica que afetou seriamente o mercado de trabalho e imobiliário dos Estados Unidos em 2008.

O título do livro de Margolis que sintetiza sua pesquisa sobre brasileiros em Nova York leva o nome de uma rua em Manhattan onde ficava a maior concentração do comércio brasileiro na cidade: *Little Brazil*. Essa rua atravessa um dos pontos mais famosos de Manhattan, a Times Square, e ao longo do quarteirão concentravam-se restaurantes, lojas e agências de viagem brasileiras. Entre os brasileiros que moravam em Manhattan, haviam aqueles que optavam por áreas mais nobres como o Greenwich Village, principalmente artistas, escritores e músicos, enquanto aqueles que trabalhavam em subempregos moravam no Harlem espanhol e no Upper West Side, em prédios de

apartamentos baratos e superpovoados. Alguns outros moravam no Brooklyn, Bronx e Staten Island, mas não havia concentrações de brasileiros significativas nessas áreas. Mas, desde que uma quantidade maior de pessoas passou a escolher Nova York para viver, já foram se localizando em regiões que estavam sendo tomadas por outros grupos de imigrantes. Muitos se agruparam em algumas regiões do Queens. Desde aquela época, já havia concentrações em Long Island City, Jackson Heights e principalmente em Astoria, onde havia um aglomerado de lojas de varejo de propriedade de brasileiros. Assim como os brasileiros, a maioria dos imigrantes recém-chegados a Nova York se direcionava para lá, onde convivia com grupos de diversas nacionalidades, como gregos, italianos e hispânicos.

Outras cidades e locais ao longo de toda área metropolitana da Grande Nova York também começaram a receber brasileiros. Os brasileiros que estavam se direcionando para a região de Newark, no estado vizinho de Nova Jersey (mas a apenas meia hora de trem de Manhattan), também viviam em apartamentos pequenos e lotados. Em Newark, já havia até um jornal local semanal para brasileiros na época. Como esta era uma região já habitada por portugueses, muitos brasileiros chegavam para trabalhar em seus negócios, principalmente no ramo da construção e demolição. Grande parte dos moradores dessa região vinha de Governador Valadares, cidade famosa de Minas Gerais, por ter uns dos principais fluxos entre Brasil e Estados Unidos e, também, do estado do Paraná. Hoje, essa população ampliou e se diversificou, como veremos a seguir.

Manhattan

A primeira coisa que fiz quando cheguei em Nova York foi pegar um metrô e ir até a *Little Brazil*. Ao procurar pela rua buscava por uma espécie de “Chinatown” brasileira, ou seja, uma rua tomada por um comércio bem estereotipado verde e amarelo, cheio de referências “tropicais” como “feijoada, samba, mulata e futebol”. Mas, para minha surpresa, a *Little Brazil* possuía um tom bem acinzentado, composto por uma mistura de restaurantes japoneses e mexicanos, pubs irlandeses, lojas de acupuntura chinesa, lanchonetes e bancos americanos. Havia apenas três churrascarias brasileiras e uma loja de roupas no segundo andar de um prédio. Sueli Schimitt, uma brasileira que tem um blog sobre dicas de Nova York, parece ter tido uma impressão semelhante:

Fui pessoalmente essa semana até a rua 46 mostrar a decadência do que poderia ser uma rua sobre o país mais lindo do mundo, o Brasil! A rua 46 é uma rua de comércio, restaurantes e loja normal, com apenas três restaurantes brasileiros. A apenas uma quadra do consulado brasileiro, nada é feito pela rua que leva o nome de *Little Brazil*. Falta uma boa loja, falta uma padaria, falta um bom supermercado, falta ali uma decoração mais brasileira... falta espírito, empenho e interesse².

Não são muitos, também, os brasileiros que moram atualmente em Manhattan. Os brasileiros em Nova York estão inseridos no processo de gentrificação, com supervalorização dos principais centros urbanos e expulsão das grandes massas para periferia³.

Durante o trabalho de campo, observei que os brasileiros que moram em Manhattan atualmente são, em sua maioria, documentados, com alto nível de educação e qualificação profissional, com inglês bom ou fluente. Todos os entrevistados estavam em Manhattan há muitos anos (o que estava há menos tempo tinha chegado há sete anos e o que estava há mais tempo já vivia na cidade há 28 anos) e já estavam integrados à sociedade americana. Todos não só visitam com frequência o Brasil como praticamente todos viajam também para outros lugares do mundo. Dois deles eram típicos imigrantes transnacionais, que passavam alguns meses no Brasil e outros em Nova York. Apesar de terem contato e amizades com pessoas do Brasil, evitam frequentar espaços de socialização da comunidade brasileira. Cristiana era uma dessas brasileiras que está nos Estados Unidos há 12 anos. Filha de uma funcionária do Itamaraty, já chegou aos Estados Unidos com uma estrutura toda organizada e logo começou a cursar uma faculdade de arte em Boston, onde morou anteriormente (*Massachusetts of Art and Design School*):

Eu tive pouco contato com a comunidade brasileira. Eu conhecia gente que conhecia brasileiros que tinham entrado pelo México. Por exemplo, quando eu trabalhava no museu tinha um brasileiro que trabalhava no café e ele morou com dois brasileiros que, segundo ele, não usavam geladeira pra guardar comida. Gente que veio da roça, roça mesmo, sabe? Mas a minha atitude aqui foi de conhecer americano e não brasileiro. Eu falei, brasileiros eu vejo no Brasil.

Os brasileiros que moram em Manhattan geralmente compartilham essa postura, uma certa rejeição e preconceito em relação à comunidade brasileira. Ainda existem brasileiros morando em Manhattan que trabalham em subempregos e conseguem dividir apartamento e morar em regiões mais baratas, mas são poucos. Para as pessoas que gostariam de morar em Manhattan, Astoria acabou se tornando uma opção bem interessante, pois fica a apenas 20 minutos de metrô do centro de Nova York. Oito entrevistados que já tinham morado em Manhattan moram hoje em Astoria.

Astoria

Astoria é um bairro que apesar de ter muito brasileiro e um comércio voltado para seu público tem ainda muitos imigrantes de outras nacionalidades. É uma grande mistura. Portanto, a presença do brasileiro é notada, mas não dominante. Pode-se viver em Astoria e comer comida brasileira todos os dias em restaurantes self-services baratos; comprar pão de queijo, queijo minas e guaraná Antártica em lojas especializadas de produtos brasileiros; ou fazer a unha e o cabelo em um salão só com funcionários do Brasil. De acordo com Margolis (2013), por volta de 2010 já havia pelo menos 16 restaurantes de culinária brasileira, uma padaria, seis lojas de produtos alimentícios do Brasil, dois salões de beleza brasileiros, agência de remessas de valores de propriedade de brasileiros, companhias de carros de aluguel com motoristas e oficinas automecânicas e várias butiques e lojas de moda e presentes brasileiros. Durante o trabalho de campo, frequentei muitos desses espaços e pude entrevistar proprietários dos comércios, funcionários e clientes. Fui tomar um cafezinho com pão de queijo em

suas casas diversas vezes, comi feijoada vendo Faustão no domingo e até comi uma deliciosa rabada preparada por senhora brasileira que já estava nos Estados Unidos há quase trinta anos. Os brasileiros em Astoria conseguem aproximar seu estilo de vida aos costumes brasileiros.

A comunidade brasileira em Astoria não está isolada. A maioria é documentada, fala inglês, frequenta pouco a igreja e eventos religiosos, costuma ir com mais frequência para Manhattan e se relaciona com outras nacionalidades e com a sociedade americana. Mas também entrevistei pessoas que estavam há muitos anos em Nova York e ainda não falavam bem inglês e só conviviam com brasileiros ou latinos. Este perfil é facilmente encontrado em estabelecimentos brasileiros como nos salões de beleza, cafés e restaurantes. Os brasileiros nessa região são mais desunidos e voltados para o trabalho: “Aqui a gente dorme carregando pedra, por isso não sobra tempo para ver ninguém”, me conta um motorista. Mas, mesmo que a grande maioria trabalhe em subempregos, tem uma situação econômica mais estável. Existem também muitos estudantes brasileiros em Astoria. Desde aqueles que querem estudar inglês, até aqueles que estão fazendo pós-graduação. A opção de um bairro mais barato e próximo de Manhattan acaba sendo bastante atrativa. Por essa mesma razão, tornou-se a moradia de muitos brasileiros recém-chegados que entram com visto de turista e pretendem permanecer, mas que não fazem parte de uma ampla rede de migração como nos casos de outras comunidades.

A ONG Cidadão Global, localizada na região, possui ações que são mais “sofisticadas” do que as organizações de outras regiões. Seus programas são voltados para o empoderamento econômico, programas de desenvolvimento de liderança, organização de base comunitária, programa de assistência jurídica, preservação cultural e programa de integração, mobilização social e acesso linguístico. Ou seja, existe uma preocupação em promover a visibilidade dos brasileiros, seus direitos e inserção na sociedade americana, enquanto em outras regiões os programas são mais assistenciais, como em Newark e Mount Vernon.

Newark

“Se existe um ‘Braziliantown’ ele está em Newark”, me conta uma psicóloga que atende brasileiros na ONG Mantena. De acordo com o jornal local, existem hoje cerca de 20 mil brasileiros na cidade que fica em Nova Jersey (CANÔNICO, 2010). Apesar da comunidade brasileira ser notável na cidade, ela ainda divide seus espaços com uma comunidade portuguesa estabelecida na região há mais tempo. Um entrevistado conta que os brasileiros que “invadiram” essa área, ao contrário de outros lugares nos Estados Unidos, não eram de Minas, mas paraenses, que hoje praticamente dominam a mão de obra operária de manutenção de pontes na região (um serviço perigoso, porque se trabalha em alturas fantásticas e com risco de vida muito grande, mas paga-se muito bem aos operários): “a turma ganha muito, contudo trabalha muito também”. No entanto, nos últimos dez anos houve uma invasão mais generalizada de brasileiros de diferentes estados do Brasil, incluindo os mineiros e paraenses. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro também têm seus representantes, mas não chegam perto dos outros três citados anteriormente. No bairro, pouco se ouve inglês. Os brasileiros compartilham os espaços

com portugueses e hispânicos. Segundo um entrevistado, “na ‘hierarquia ilegal’ da cidade, os portugueses são os patrões, e os brasileiros, empregados”.

Uma das vantagens descritas por alguns entrevistados é que na área do Ironbound existe um centro comercial muito próximo, o que dispensa o uso de transporte público ou carro. No bairro, tem até um Boticário, diversos mercados onde são vendidos produtos brasileiros, lojas de roupas brasileiras como a Tutti Frutti e a Total Brazil. Existem três churrascarias, Brasília Grill, Casa Nova Grill e Boi na Brasa, além de lojas de comidas típicas como a Delícia de Minas e a pizzaria Brazilian Pizza. Kecia, uma brasileira que criou um canal no YouTube com vídeos sobre sua rotina (prática cada vez mais comum), acha que Newark é um lugar ideal para chegar e começar a vida nos Estados Unidos, porque não é necessário falar inglês. Em sua fala, é como se os Estados Unidos ainda fosse algo exterior, “fora dali”:

Newark é bom pra você chegar, ser acolhido, aprender o básico. Depois que você criar asas, é melhor sair. Eu ainda não posso, então, estou onde meu bolso alcança. Não adianta a gente querer ter uma vida lá fora que a gente não conhece, que a gente não tem condição de manter. O que você não pode fazer é chegar em Newark, se instalar e morrer. De jeito nenhum! Procura evoluir! [...] Eu brinco com um amigo meu que aqui é uma favela ambulante. O povo aqui não respeita. Por ter só imigrante... só, não! Mas, por ter muito imigrante, as leis americanas aqui não funcionam muito. Por exemplo: tem buraco na rua, tem lixo no chão. Você para pra poder atravessar na faixa de pedestre e se o carro estiver vindo, passa por cima de você mesmo, não está nem aí! Aí, quando você vai pra Massachusetts, quando você vai pra Pensilvânia, você vê que as leis americanas se aplicam. Então, aqui, infelizmente, a nossa raça não nega. É um povo que fala alto, não respeita o meio ambiente, é uma buzinação do caramba no trânsito, é muita briga, muito barraco mesmo. O seguro de carro aqui, por exemplo, é um dos mais caros. Por conta da questão da segurança. Aqui, é claro, não é o melhor lugar do mundo, não é totalmente seguro. Mas ainda assim é melhor do que o Brasil. Eu ando com um Iphone tranquila, ando com uma roupa tranquila, os nossos carros dormem na rua... Então, acontece. A gente ouve falar sim. O fulano foi roubado. A gente vê no jornal, televisão, coisas do tipo, mas não gente próxima. Pelo menos nós, as pessoas que eu conheço, a gente não tem nenhum conhecido que passou por algum problema. É claro, também, que você não vai andar perto dos projetos, que são tipo uma periferia, uma favela. Só pro pessoal de baixa renda. Tem gente do bem, tem gente do mal... Enfim, tem de tudo!

A comunidade brasileira de Newark vive isolada. Uma psicóloga conta que muitas pessoas não vão nem para Manhattan, principalmente as mais velhas (pois os mais jovens acabam falando inglês, porque vão para a *High School* quando chegam), que vêm com o propósito de trabalhar e juntar dinheiro e não se interessam em conhecer a cultura e aprender inglês. Então, acabam ficando ali, como numa área protegida, um porto seguro. Segundo ela, até no Mc Donald's tem gente que fala português. E quando não tem ninguém que fale português, tem alguém que fala espanhol, e eles acabam se

virando. Então, essa população se tiver que aprender alguma outra língua, aprende o espanhol. Outra entrevistada conta que pessoas que não falam português ou espanhol ali na região tem até mais dificuldade de arrumar emprego. Atualmente, Solange, diretora da ONG Mantena, exerce uma espécie de liderança na região. Desde a fundação do projeto em 2004 até hoje a ONG foi se destacando na região e, segundo seus relatos, quando os brasileiros têm algum problema sério acabam se referindo a ela. Solange não está regularizada e já faz sete anos que ela não visita o Brasil. Como vive envolvida diariamente com os brasileiros, fala inglês muito mal. Segundo ela, a maioria da população de Newark também é indocumentada e não fala inglês (possivelmente, esse *status* compartilhado com outros brasileiros, crie uma relação de empatia com a comunidade). As pessoas a procuram nas mais diversas situações: quando um marido alcoólatra bate na mulher, quando alguém é preso, quando alguém é enganado por um advogado... E, como ela mesmo diz, toda a ajuda só é possível porque o povo de Newark é extremamente solidário. Todo o trabalho da ONG é feito através de voluntários. Solange conta que as pessoas por lá são muito carentes, mal informadas e precisam de ajuda até para preencher um formulário. Ela dá como exemplo o curso preparatório para a prova americana de cidadania. Geralmente, eles decoram só as respostas e quando os funcionários tentam dialogar, eles não passam. Mas para ela a condição de vida dos brasileiros em Newark é razoável. Tem muita gente morando junto, às vezes, quatro, cinco pessoas. Mas cada um tem o seu quarto. Já ligaram para ela para falar de uma moça que morava em um *basement* com duas crianças e tinha muita barata. Segundo ela, cerca de 70% da população brasileira ali é indocumentada. Mas existe gente também nos dois extremos. Enquanto alguns brasileiros estão ganhando muito bem, tem gente agora dormindo na estação e nos abrigos. Frequentei casas de três famílias de brasileiros indocumentados em que só o marido trabalhava na construção e as esposas apenas cuidavam dos filhos e, no entanto, moravam em casas muito amplas, com área externa e tinham dois carros. Ou seja, me parece que aqueles que chegaram há algum tempo conseguiram se estabelecer no mercado de trabalho e manter uma qualidade de vida muito boa.

Mount Vernon

Mount Vernon é uma cidade que fica ao norte da cidade de Nova York, no condado de Westchester e é considerada “cidade-irmã” de Poços de Caldas desde 2005, devido ao grande número de brasileiros dessa região do Brasil. Um dos entrevistados me conta que quando chegou ficou muito surpreso e parecia até “prefeito, porque acenava para todo mundo”. Ele não imaginava que havia tanta gente conhecida de sua cidade. Existe hoje na cidade uma rotatória igual a de Poços de Caldas e o prefeito de Mount Vernon, Ernest D. Davis, chegou a ir para o Brasil para visitar a cidade mineira. De acordo com o Consulado Brasileiro, os brasileiros constituem hoje cerca de 10% dos 72 mil residentes de Mount Vernon – cerca de dois terços dos brasileiros da região são de Poços de Caldas (SANTOS, 2006). A prefeitura chegou até a contratar, recentemente, um policial que fala português fluente. Na cidade, você também pode encontrar lojas, salões de beleza e restaurantes que servem a população local, concentrados na Gramtha Avenue, apelidada pelos poços-caldenses de rua Assis Figueiredo.

Um brasileiro que chegou na cidade em 1996, Ricardo Braxtor, também exerceu um papel semelhante ao de Solange em Newark e acabou fundando um centro brasileiro de apoio para os imigrantes brasileiros que iam chegando na cidade. A diferença é que Ricardo já estava há muitos anos nos Estados Unidos e por essa razão acabou se tornando uma pessoa de referência para todos os tipos de pergunta: como comprar um bom carro? Onde comprar alimentos mais baratos? Você conhece algum advogado? Perguntavam-lhe sobre casamento, passaportes, vistos, traduções... E assim, ele acabou inaugurando o *Brazilian Civic Center* em 2002, que durante seis anos oferecia programas e serviços para ajudar os brasileiros no processo de adaptação ao país americano. No entanto, após a crise de 2008 sua organização ficou ameaçada. Quase todos os seus programas foram cortados desde que a instabilidade econômica levou o Departamento Estadual de Educação de Nova York a rever seus orçamentos e, conseqüentemente, deixou de financiar o seu programa “inglês como uma segunda língua”. Com a ajuda de apenas um empregado, seu centro serve hoje apenas como uma estação de processos de documentação do consulado brasileiro. Ricardo conta que mal podia pagar o aluguel e a conta de luz, e, por isso, foi obrigado a acabar com as aulas de inglês (ROMAN, 2010). Portanto, assim como na Mantena Global Care, o *Brazilian Civic Center* funcionava como uma ponte entre a comunidade brasileira de Mount Vernon e o consulado. Aqui também haviam voluntários que se ofereciam para serviços como de traduções de questões criminais que afetavam a comunidade brasileira para oficiais da polícia ou da corte que não falavam português. Rogério, um brasileiro que já estava nos Estados Unidos desde 2004, disse que, em Mount Vernon, 99% das pessoas entraram pelo México. Da sua família vieram três. Primeiro seu irmão, depois ele, e por último sua irmã mais nova. Eles não queriam muito que ela passasse pela travessia, por contas dos relatos de abuso sexual, mas ela não passou por nada grave. Ele conta que agora a comunidade está pequena e muita gente voltou para o Brasil. Ele reclama dessa situação, porque acaba se aproximando de muitas pessoas e depois elas vão embora e nunca mais as vê. Mas como as pessoas deixam, muitas vezes, esposa e filhos em suas cidades, têm que voltar. Rogério conhece pessoas que voltam para salvar seu casamento.

Fica claro, portanto, que existem estilos e padrões de vida bastante distintos entre os brasileiros na região metropolitana de Nova York. Há vinte anos atrás, já se podia perceber que o fato de os brasileiros serem estrangeiros numa terra estranha não anulava as diferenças econômicas e sociais existentes entre eles no Brasil (MARGOLIS, 1994:48). Ou seja, a etnicidade não era capaz de contrabalancear a divisão de classes sociais no âmbito da comunidade expatriada. Com o crescimento da população brasileira, este mesmo cenário só ampliou e se fortaleceu. Prevalece a divisão e hostilidade entre grupos, separados geograficamente. A participação em um ou outro grupo ocorre, geralmente, desde o momento em que o imigrante chega na cidade, através de sua rede migratória e motivação inicial. A localização afeta diretamente a experiência migrante como um todo, desde seu sentido prático (na busca de moradia e emprego, por exemplo), como no sentido fenomenológico (no processo de estranhamento, adaptação e reterritorialização). A seguir, veremos como as disparidades entre as regiões se exemplificam nos dados específicos sobre as caracterizações da migração brasileira.

Quantos e Quem São

Não é fácil calcular o número de brasileiros que viviam nessas regiões. Margolis fez um apanhado de estimativas e as conclusões são de que haveria cerca de 300 a 600 mil brasileiros nos Estados Unidos no final da década de 1980. Já os dados atualizados sobre o número de brasileiros no exterior variam de uma fonte para outra e fica difícil definir hoje uma estimativa aproximada. Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) buscaram estimar o número de brasileiros no exterior. No entanto, a estimativa do MRE é muito mais alta do que a do Censo de 2010 realizado pelo IBGE. De acordo com o MRE, existem 3.105.922 de brasileiros no exterior (2013), e 1.315.000 brasileiros estariam nos Estados Unidos, enquanto os dados do Censo apontam para somente 491.243, sendo que 116 mil estariam nos Estados Unidos. É importante ressaltar que parte significativa dos fluxos migratórios internacionais do Brasil é constituída do que se convencionou chamar de ilegais ou clandestinos, o que impossibilita que se conheçam números verdadeiros por meios de registros consulares (concessão de vistos de residência) de brasileiros no exterior. Algumas estimativas apontam que cerca de 60% dos brasileiros vivendo nos Estados Unidos entraram irregularmente naquele país (FAZITO e SOARES, 2008).

De acordo com o censo de 2010, os brasileiros residentes no exterior estão em 193 países do mundo e o Estados Unidos lidera essa lista, com 23,8% do total – seguido por Portugal (13,4%), Espanha (9,4%), Japão (7,4%), Itália (7,0%) e Inglaterra (6,2%). Entre os que foram para os Estados Unidos, 20,1% eram de São Paulo; 43,2% de Minas Gerais; 16,6% do Paraná; 22,6% de Goiás e 30,6% do Rio de Janeiro.

Em cinquenta anos, a quantidade de imigrantes nos Estados Unidos quadruplicou. Hoje, o país recebe mais de um milhão de imigrantes a cada ano e é o país com o maior número de imigrantes no mundo. De acordo com o *Pew Research Center*, existem cerca de 42,2 milhões de imigrantes nos Estados Unidos, o que representa 13,2% da população. Mas o número de imigrantes não documentados tem se mantido estável, em cerca de 11,3 milhões depois de um crescimento avançado nas últimas duas décadas. Em Nova York, existem hoje cerca de 4,3 milhões de imigrantes, o que quer dizer que mais de um a cada cinco nova iorquinos é um imigrante nascido no exterior, de acordo com o censo americano. O número de imigrantes não documentados corresponde a cerca de 3,8% – ou 750 mil pessoas (LOPEZ e RADFORD, 2017).

As estatísticas oficiais sobre o número de brasileiros em cada localidade de Nova York são suspeitas. Talvez os contrastes mais gritantes a esse respeito sejam entre os dados oficiais do governo dos Estados Unidos e as estimativas populacionais dos consulados brasileiros fornecidos pelo Itamaraty (MARGOLIS, 2013). Conforme os dados no American Community Survey de 2014, os brasileiros correspondem a 0,8% da população dos Estados Unidos, ou seja, 331.454 pessoas, número que fica bem longe da realidade, por uma série de dificuldades que ocorrem durante a coleta de dados, tanto do lado da pesquisa (que ainda coloca os brasileiros entre latinos em geral) quanto pelo lado dos próprios brasileiros (quando não documentados, pois temem serem delatados para as autoridades). De acordo com o levantamento do American Community Survey existem cerca de 63.433 brasileiros no estado de Nova York, enquanto o consulado prevê 300 mil. Os distritos con-

sulares costumam englobar mais de uma cidade, como o distrito consular de Nova York, por exemplo, que inclui a área metropolitana, contando com Newark e Nova Jersey. “Ou seja, enquanto na visão do Brasil os Estados Unidos são, com certeza, o maior foco de migração, do ponto de vista norte-americano a imigração brasileira é bem insignificante” (MARGOLIS, 2013:103). De acordo com a ONG Brazil Information Center (BIC), localizada em Washington D.C., a população brasileira no país ultrapassa um milhão de pessoas. Estima-se, ainda, que pelo menos 300 mil vivem na área de Nova York, Nova Jersey e Connecticut. Somente no Queens, viveriam hoje mais de 100 mil brasileiros.

A maioria dos brasileiros (algo em torno de 70%) está concentrada nos estados de Nova York, Nova Jersey, Massachusetts, Connecticut, Flórida e Califórnia. E embora a região de Nova York seja a maior delas, o Brasil não está entre os primeiros 30 países de estrangeiros naquela cidade (foram registrados menos de 20 mil brasileiros pelo censo americano). Mesmo no Queens, onde certamente há a maior concentração de Nova York, o Brasil não aparece na lista dos 20 primeiros países de onde vinham os estrangeiros da região (menos de 16 mil brasileiros foram computados). Em Astoria, onde fica a maior colônia de brasileiros do Queens, calculou-se que eles representavam menos de 4% dos estrangeiros. As regiões onde há uma quantidade significativa de brasileiros geralmente são visitadas pelo “consulado itinerante”, quando funcionários consulares vão até as regiões menores para prestar seus serviços. Atualmente, o consulado de Nova York supervisiona os consulados itinerantes em Mineola (em Long Island), Mount Vernon e Port Chester (no condado de Westchester ao norte da cidade), Schenectady (no extremo norte do estado de Nova York) em Newark e Long Branch (Nova Jersey), Filadélfia e Pittsburgh (na Pensilvânia).

Fica claro, portanto, que nos últimos vinte anos houve um aumento significativo da população brasileira na região metropolitana de Nova York. Embora o crescimento das comunidades pareça claro, ainda é difícil ter informações mais consistentes sobre a quantidade de brasileiros, persistindo, assim, a invisibilidade e negação da população brasileira como parte importante entre as comunidades imigrantes dos Estados Unidos, principalmente de Nova York.

Nível de Escolaridade e Classe Social

Um dos traços mais marcantes sobre a caracterização dos brasileiros em Nova York (assim como nos Estados Unidos e no exterior de uma forma geral) se referia ao alto grau de escolarização, se comparado à média de outros grupos migrantes (principalmente latinos) e até com a população americana. Desde o início da migração para os Estados Unidos, os brasileiros foram se tornando parte de grupos de classe média de países em fase de industrialização que se tornavam importantes participantes das movimentações globais, em oposição ao estereótipo dos migrantes estrangeiros como pessoas que se afastavam de sua terra natal por conta da pobreza e falta de esperança. Estes eram brasileiros que, apesar da educação superior e aperfeiçoamento profissional, não encontravam empregos no Brasil, com salários que reconhecessem o investimento que haviam feito em sua carreira. Os imigrantes brasileiros eram predominantemente de classe média ou classe média baixa, com uma porcentagem bem menor de classe baixa, em oposição à maioria dos brasileiros em sua terra natal. Ainda, seu nível educacional era “extraordi-

nariamente" alto, segundo Margolis (1994): 46% haviam frequentado a universidade, e destes, 31% concluíram a graduação.

De acordo com o American Community Survey (2007-2009), 15% dos brasileiros natos residentes nos Estados Unidos não tinha completado o ensino médio, 31% tinha completado o ensino médio, as pessoas com nível superior incompleto e nível superior completo correspondiam a 21% cada um e finalmente haviam 11% que tinham feito pós-graduação stricto ou lato sensu. Lima (2009) registrou que, em 2007, 20% de todos os imigrantes nos Estados Unidos não tinham escola secundária completa, enquanto entre os brasileiros essa proporção era de somente 10%. Um terço dos brasileiros tinham diploma da escola secundária, comparado com um quarto de todos os imigrantes e 31% da população nativa. Os brasileiros também tinham uma proporção maior de pessoas com diploma universitário se comparados aos imigrantes em geral e à população nativa: 19% dos brasileiros tinham um diploma de graduação, comparado com 16% para todos os outros imigrantes e 18% para os nativos.

No entanto, com a crescente estabilidade econômica e valorização da moeda brasileira nos anos seguintes houve não só uma maior diversificação das regiões de origem, assim como das classes que se propunham a investir em um projeto migratório. Os últimos anos foram marcados por uma mudança no socioeconômico do brasileiro no exterior, com a presença em território americano de um número maior de brasileiros de classe média baixa e classe baixa, com níveis de educação inferiores. Mais brasileiros da classe trabalhadora de regiões rurais e pequenas cidades do Brasil estavam emigrando até 2013, período anterior à recente crise econômica e política brasileira. Muitos desses brasileiros acabaram encontrando empregos em Nova York não muito distintos dos que tinham no Brasil (COSTA, 2004). Como demonstramos acima, esse era o perfil predominante de regiões como Newark e Mount Vernon. Nessas localidades, observamos que os níveis de formação são, realmente, mais baixos. Entre os 33 entrevistados nessas duas regiões, apenas 15% das pessoas tinham completado a graduação, sendo que duas pessoas chegaram a entrar na universidade, mas não se formaram. Quarenta por cento das pessoas tinha completado o ensino médio e 33% o ensino fundamental. Duas pessoas não haviam terminado o ensino fundamental, pois trabalhavam em fazendas desde muito cedo. Em Astoria, entre os 20 entrevistados, 50% tinham terminado a graduação, 40% concluíram o ensino médio e 10% apenas o ensino fundamental. Em Manhattan, dos sete entrevistados somente um não era graduado, um artista plástico que cursou a escola até o ensino médio. Mas a migração brasileira para o Estados Unidos permanece ainda caracterizada por uma classe mais alta e mais educada do que a média da população brasileira, população de latinos e americanos.

Em relação à tendência descendente na escala social existe ainda o fato de que, com o passar do tempo, os custos da imigração caem porque cada emigrante adicional que se junta a um fluxo migratório torna mais provável que outros venham em seguida (PORTES, 1995). Ou seja, à medida que as redes sociais de migração amadurecem e se expandem, elas reduzem os custos pessoais e financeiros da migração, permitindo o surgimento de uma população migrante mais diversificada. Com a redução dos custos da migração e aumento dos lucros, as redes sociais ajudam a criar um perfil demográfico do imigrante que passa a refletir a população do lugar de origem. Muitos entrevistados pen-

sam o projeto migratório contando com a ajuda financeira de um familiar ou conhecido que já está no exterior e pagam quando começam a trabalhar.

Um brasileiro de Mount Vernon, por exemplo, disse que seu irmão o ajudou, porque os custos totais da emigração clandestina pelo México foram mais ou menos 27 mil reais (o custo do esquema era 6.500 dólares e o dólar estava muito caro). Mas ele conta que chegou com a roupa do corpo e dois dias depois já estava trabalhando. No Brasil, ele trabalhava numa fazenda e ganhava um salário mínimo. Assim que chegou, passou a fazer 90 dólares por dia na construção e o dólar estava a R\$3,50. Então, logo conseguiu pagar. E assim, logo depois ajudou a sua prima que estava no Brasil a ir para lá. Quanto mais membros da família ganham dinheiro no exterior, aumentam-se as somas arrecadadas de assistência financeira e informação disponíveis para migrantes em potencial (MASSEY et al., 1998). Portanto, para essas pessoas que foram incorporadas ao perfil socioeconômico do brasileiro na região metropolitana de Nova York, a migração pode representar uma mobilidade social ainda mais significativa do que para os imigrantes majoritariamente bem qualificados das décadas anteriores.

Gênero

No início da migração de brasileiros para Nova York, na década de 1960, 1970, os homens eram a grande maioria, mas logo as mulheres passaram a fazer parte do grupo e já no final da década de 1980, a proporção entre mulheres e homens era quase uniforme (46% e 54%). Essa diminuição da razão de sexo já era esperada, pois, nas primeiras fases das migrações internacionais há, geralmente, maior prevalência de homens, tendendo em seguida a um maior equilíbrio, principalmente por causa da reunificação de famílias. Nessa mesma época, as mulheres já representavam 52,3% dos imigrantes recém-chegados nos Estados Unidos e, em 1985, o jornal *New York Times* publicou um artigo intitulado “Homens são apenas um terço dos imigrantes nos Estados Unidos”, sugerindo que a quantidade de imigrantes entrando no mercado de trabalho seria menor devido ao crescimento de mulheres e crianças imigrantes que estavam chegando ao país através da reunificação familiar (DONATO e GABACCIA, 2016).

Cerca de uma década depois, os cientistas sociais Stephen Castles e Mark Miller divulgaram a ideia da feminização da migração como um padrão global em seu famoso livro *A Era da Migração* (2009). Nessa mesma época, quando alguns demógrafos brasileiros se empenharam em estimar o saldo migratório internacional do país chegaram à conclusão de que o Brasil, entre 1980 e 1990, teria experimentado uma perda líquida de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas por meio dos fluxos internacionais: 1,05 milhão de homens e 750 mil mulheres (Carvalho; Campos, 2006). Já no censo brasileiro de 2010 podemos notar uma virada. Do total de brasileiros no exterior, 264.743 eram mulheres (53,8%) e 226.743 homens (46,1%). As mulheres representavam a maioria em todas as faixas etárias (IBGE, 2011). Em minha pesquisa havia mais mulheres do que homens (66% e 34%), no entanto, essa proporção também se deve às consequências do procedimento não aleatório da coleta de dados. Muitas brasileiras indicavam amigas que teriam mais tempo de responder porque passavam mais tempo em casa do que os homens.

Idade

Como a imigração brasileira em Nova York ainda era um fenômeno recente no final da década de 1980 e início da década de 1990, a maioria da população era jovem. No *corpus* de Margolis, cerca de 35% dos entrevistados tinham menos de 30 anos, outros 43% estavam na faixa dos “trinta e poucos”, 16% entre os 40 e 50 anos e apenas 5% tinham mais de 50 anos. Dois terços não tinham filhos e entre aqueles que tinham, uma proporção significativa deixou sua prole vivendo com parentes no Brasil.

Mas, atualmente, um dado comum a quase todos os estudos se refere ao fato da maioria dos brasileiros no exterior corresponder à população de 20 a 40 anos do país. De acordo com os dados do censo 2010, 60% dos brasileiros que decidem viver no exterior correspondem a pessoas de 20 a 34 anos. Do total de 491.243 emigrantes, 24.927 têm de 15 a 19 anos; 64.775 de 20 a 24 anos e 64.869 de 25 a 29 anos. Com base nesses resultados, o IBGE infere que a principal motivação pelo deslocamento de brasileiros ao exterior foi a busca de emprego de forma individual, em grande medida sem o acompanhamento de outros membros da família, uma vez que a faixa etária de 0-14 anos e o grupo da população idosa representam apenas 4,4% e 1,4%, respectivamente, do total (IBGE, 2011). Esses dados foram confirmados em minha pesquisa. A maioria dos entrevistados tinha entre 30 e 40 anos (37,5%), depois vinham as pessoas de 40 a 50 (25%). A população mais jovem, com menos de 30 anos, e aqueles com mais de 50 correspondiam a 18,7% cada. Desses, um pouco mais da metade tinham filhos (53%), sendo que entre esses entrevistados que tinham filhos, 39% estavam com eles nos Estados Unidos e o restante morava no Brasil ou outros países (havia um filho de uma brasileira que morava em Portugal e uma filha que morava na Argentina).

Tempo de Imigração

Quanto ao tempo médio de imigração, em 1990, mais da metade dos brasileiros (56%) pesquisados por Margolis vivia nos Estados Unidos há três anos ou menos, um terço estava de quatro a dez anos e apenas 12% estava há uma década ou mais. Este é, certamente, um dos dados que sofreu maior alteração, devido ao caráter recente da migração na época em que Margolis realizou sua pesquisa e ao prolongamento desse fluxo. Dentre meus entrevistados, 21,8% estava nos Estados Unidos há menos de três anos. Um quarto dos entrevistados já morava lá de quatro a dez anos, a maioria estava entre dez e vinte anos (34,3%) e 18,7% eram os brasileiros mais veteranos, que já estavam nos Estados Unidos há mais de vinte anos. Esse é um ponto que está relacionado não só com a ampliação e estabilização das redes e o crescimento da segunda geração, mas também é determinado por forças externas, como fatores econômicos e políticos.

Conclusão

A pesquisa nos mostra como a vida dos brasileiros que vivem em Nova York reflete a estrutura social em que estão inseridos, sendo afetados pela organização e dinâmicas da cidade que ainda enfrentava em 2013 os reflexos da crise financeira e imobiliária

de 2008, que se desdobraram em precarização do trabalho, desemprego e alta dos aluguéis. Morar em Nova York não é mais como antigamente. É mais difícil achar emprego, conseguir se regularizar e, mais ainda, economizar para mandar dinheiro para o Brasil. As chances de cada um ainda estão vinculadas à classe social, nível educacional, local de origem e a rede migratória à qual se conectam. A localização, o pertencimento à cidade, as opções de trabalho e lazer, estão limitados pela posição social. Brasileiros sem documentação, de classes mais baixas e menos qualificados acabam se fechando em comunidades brasileiras em busca dessa segurança, com redes mais solidárias e coesas, enquanto brasileiros com níveis de educação elevados e classes mais altas fazem o movimento contrário, integrando-se cada vez mais à sociedade americana, e, consequentemente, menos unidos e colaborativos entre seus pares.

Se formos observar as tendências nesse fluxo migratório, podemos constatar que em tempos de crise no Brasil – como a ocorrida nos anos 1990 – a migração tende a ser de classes mais altas e de pessoas com melhores níveis educacionais. Com o crescimento econômico e maior estabilidade no país, ocorreu uma maior diversificação das classes sociais, com níveis educacionais mais baixos, e uma ampliação dos locais de origem, incluindo brasileiros de regiões rurais. Mas a migração brasileira para o Estados Unidos permaneceu ainda caracterizada por uma classe mais alta e mais educada do que a média da população brasileira, do que a população de latinos e até do que os próprios americanos. E mesmo que em 2013 a situação fosse menos favorável aos imigrantes do que quando Margolis realizou sua pesquisa há duas décadas atrás, os brasileiros costumam avaliar a sua experiência como positiva, mesmo que tenham que passar de advogada a empregada doméstica ou de comerciante a lavador de pratos. Mesmo aqueles não documentados, declaram-se positivamente surpresos com a sociedade americana e se consideram portadores de direitos em suas vidas diárias, chegando a experimentar uma dimensão da cidadania que desconheciam ou não praticavam no Brasil. Os brasileiros sentem-se respeitados e prezam por aspectos como segurança e poder de consumo. Há, ainda, na migração para os Estados Unidos (e principalmente para Nova York) um glamour, uma supervalorização decorrente da influência cultural americana no Brasil e no mundo, que é alimentada tanto por aqueles que partem como também pelos que ficam no Brasil. Dessa forma, o próprio ato em si de viver nos Estados Unidos já é tido como ascensão social. Mas os brasileiros ainda precisam se adequar às classificações étnicas do sistema americano e o fazem de forma instrumental, de acordo com seus interesses. E dentro dessas dinâmicas internas, ainda confusas, acabam permanecendo invisíveis para as instituições americanas: ainda são confundidos com hispânicos, são associados a imagens exóticas ligadas ao “samba, mulata e futebol” e ainda não conseguem ser diferenciados pelo censo americano, o que acaba levando à pouca disponibilidade de recursos e investimentos que possibilitem maior inclusão. Ao analisar as causas, pode-se perceber que estão ainda associadas à falta de coesão da comunidade e a uma queixa recorrente de falta de solidariedade que, embora muitas vezes não se efetive na prática, demonstra uma falta de interesse em se considerarem como unidade.

Apesar de não fazerem parte do grupo mais visado pelas autoridades americanas, os brasileiros também sofreram as consequências das medidas de segurança pós ataques de 11 de setembro, considerado como um marco na produção de novas significações para

os movimentos migratórios em todo o mundo, através da culpabilização dos imigrantes como suspeitos ou responsáveis pela insegurança social e política das sociedades desenvolvidas. Esse marco na criminalização dos imigrantes, segundo Póvoa Neto (2005), ocorreu num duplo sentido: tanto na busca de suspeitos ou culpados de ameaçar a ordem pública, principalmente entre imigrantes, estrangeiros e minorias étnicas; como também no avanço notável e acelerado das tentativas de criminalizar a própria condição migrante (SANTOS, 2007). Conseqüentemente, notamos a diminuição da comunidade de brasileiros em situação irregular, vide o fechamento cada vez maior das fronteiras, aumento da fiscalização e a tendência mundial de uma onda de crescimento de partidos de extrema direita que defendem programas contrários aos direitos dos imigrantes.

Finalmente, os brasileiros têm se demonstrado pessimistas quanto à chegada de novos imigrantes brasileiros e, portanto, de novos concorrentes, devido às dificuldades que têm enfrentado e observado na região metropolitana de Nova York. Parece que depois de um período de grande instabilidade, o mercado vem se reestabelecendo aos poucos, mas dificilmente será – pelo menos nos próximos anos – tão promissor quanto para aqueles que chegavam há duas décadas atrás e em pouco tempo conseguiam mandar dinheiro para a família, comprar casas e investir no Brasil – mesmo com a recente valorização do dólar.

Vimos, portanto, que esse fluxo migratório está inserido no amplo debate entre a tensão entre os benefícios econômicos e demográficos da imigração – já que estes têm sido comprovados por uma ampla variedade de estudos de diversas áreas diferentes nas últimas décadas – e um debate populista anti-imigração que vem ganhando força mundialmente (e ainda mais atualmente sob a gestão Donald Trump – Jair Bolsonaro). O deslocamento de pessoas ao redor do mundo está presente cotidianamente nas capas dos jornais, nos noticiários da TV, nas mídias alternativas, nos congressos, nos partidos, nas conversas rotineiras informais, ou seja, existe uma produção simbólica massiva e preocupante em torno dessas pessoas. Compreender quem são e a forma como têm se colocado nas dinâmicas tanto do país de origem como de destino é fundamental para que se possa debater a questão migratória na contramão dessa força estigmatizante e excludente que tem ganhado força recentemente.

Referência Bibliográfica

AMERICAN COMMUNITY SURVEY. Foreign Born Population. Disponível em: https://www.census.gov/newsroom/releases/archives/foreignborn_population/cb10-159.html. Acesso em: 08 ago. 2014.

BUROWAY, M. Revisits: an outline of a theory of reflexive ethnography. *American Sociological Review*, v. 68, October 2003, p. 645-679.

_____. *The extended method case: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press, 2009.

CANÔNICO, L. Newark, reduto brasileiro em NJ. *G1*, 10 ago. 2010. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2010/08/newark-reduto-brasileiro-em-nj.html>. Acesso em: 03 set. 2013.

CARVALHO, J. A. M.; CAMPOS M. B. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, 2006.

CASTLES, S.; MILLER, M. *The age of migration: international population movements in the modern world*. Nova York: Palgrave-Macmillan e Guilford, 2009, 338p.

DONATO, K.M.; GABACCIA, D. The global feminization of migration: past, present and future. *Migration Policy Institute*, jun., 2016, Disponível em: http://www.migrationpolicy.org/print/15635#.V1QnU_krLIU. Acesso em: 03 jul.2016.

FAZITO, D.; SOARES, W. Undocumented migration, brokerage and solidarity: an exploratory network analysis of the Brazil US migration system. In: POPULATION AMERICAN ASSOCIATION CONGRESS, New Orleans, USA, 17-20 April, 2008.

HAESBAERT, R. *Viver no limite*. Território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios – Resultados do Universo*. IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

LIMA, A. *Brasileiros na América*. Boston, 2009 (publicado pelo próprio autor).

LOPEZ, G; RADFORD, J. Facts on U.S. immigrants. *Pew Research Center*, 3 mai. 2017. Disponível em: <http://www.pewhispanic.org/2017/05/03/facts-on-u-s-immigrants-trend-data/>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MASSEY, D. S. et al. *Worlds in motion: understanding international migration at the end of millennium*. Oxford: Clarendon Press, 1998, 362p.

MARGOLIS, M. *Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papyrus, 1994, 452 p.

_____. *Goodbye, Brazil: emigrés from the land of soccer and samba*. Madison: University of Wisconsin Press, 2013, 302p.

MARS, A. A desigualdade racha Nova York em duas. *El País Brasil*, 03 jan. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/02/internacional/1451775291_943339.html. Acesso em: 06 mar. 2016.

MANTOVANI, F. Americano ensina turista brasileiro a não ser um “babaca” em Nova York”. *G1*, 14 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/10/americano-da-dicas-de-como-turista-brasileiro-deve-agir-em-nova-york.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MENEZES, F. Z. Pesquisa indica que pelo menos 15 dos 55 bairros de Nova York tiveram gentrificação. *Gazeta do Povo*, 16 mai. 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/pesquisa-indica-que-pelo-menos-15-dos-55-bairros-de-nova-york-tiveram-gentrificacao-6uvbem2x0aa0msgmdrh4xkz2c>. Acesso em: 18 mai. 2016.

PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, Alejandro (Ed.). *The economy sociology of immigration: essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*. New York: Russel Sage Foundation, p. 1-41, 1995.

RIKER, D; VILA-GOULDING J. The Boom in Brazilians Traveling to the United States. *Journal of International Commerce and Economics*, January 2013.

ROMAN, C. Brazilian Center Struggles to Survive. *Arquivos Columbia*, 10 jan. 2010. Disponível em: <http://archives.jrn.columbia.edu/2010-2011/newyorktorch.jrn.columbia.edu/indexd20a.html?p=1332>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SANTOS, F. A Brazilian Outpost in Westchester County. *New York Times*, 26 jun. 2006. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/06/26/nyregion/26brazil.html>. Acesso em: 06 set. 2013.

SANTOS, G. A. *Estados, redes sociais e fronteira: a migração do sul catarinense para os Estados Unidos*. Tese de Doutorado. UFSC: Florianópolis, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Território e (des)territorialização. In: M. L. Souza, *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-110, 2013.

Recebido em: 25/06/2018

Aceito em: 5/11/2018

¹ O sociólogo britânico Michael Burawoy traz em seu livro *The Extended Case Method* (2009) uma proposta de uma etnografia reflexiva que transcende oposições convencionais, colocando em diálogo participante e observador, micro e macro contextos, história e sociologia, tradição teórica e pesquisa empírica. Sua proposta se baseia em quatro principais ampliações: a ampliação do observador na vida dos participantes estudados; a ampliação das observações no tempo e espaço; a ampliação de microprocessos para macroforças e, finalmente e mais importante, a ampliação teórica. Basicamente, busca mostrar como as experiências dos indivíduos em qualquer conjunto de microprocessos refletem a estrutura social na qual eles estão inseridos. Seu objetivo principal é reforçar a importância das forças externas para consolidar o interesse histórico dentro da sociologia-como-etnografia, a transportando de um passado inconsciente para um mundo historicizado. Esta pesquisa foi publicada na tese *Brasileiros em Nova York: Uma Etnografia Revisitada (1994-2014)*, defendida em 2016 através do Departamento de Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos

da Universidade do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Outros capítulos contemplam aspectos referentes à motivação para emigrar e os processos de adaptação, integração e engajamento comunitário; mundo do trabalho; retorno; segunda geração; e os paradoxos contemporâneos da mobilidade; que ampliam e complementam o entendimento sobre a caracterização desses brasileiros em Nova York.

² www.fashionspill.com

³ Eu mesma aluguei um quarto na casa de uma alemã que morava há 33 anos em Nova York, na rua 158 Oeste, em Washington Heights, um bairro depois do Harlem, onde havia uma grande parte dos moradores da República Dominicana e onde podia-se ouvir espanhol com frequência nas ruas e estabelecimentos comerciais. A mulher que alugou o quarto me contou que sempre morou em bairros nobres de Manhattan, mas que recentemente havia se separado e por isso teve que se mudar e alugar um quarto para estudantes. Seu filho único dormia na sala enquanto eu dormia no maior quarto da casa pelo valor de 1.200 dólares mensais. De acordo com Menezes (2016), pelo menos 15 dos 55 bairros de Nova York tiveram gentrificação.

O Daesh, a Crise dos Refugiados na Síria e a Xenofobia de Governo na Europa

The Daesh and the Refugee Crisis in Syria and Governmental Xenophobia in Europe

Luís Felipe Mendes Felício¹

Universidade Estadual Paulista
Marília, Brasil

Resumo: Visando colaborar com o debate acerca da crise de refugiados que marca a segunda década do século XXI, o presente texto objetiva refletir sobre o papel do grupo fundamentalista Daesh, conhecido como Estado Islâmico (EI), levando em conta a influência de potências ocidentais para sua formação, consolidação e fortalecimento, na promoção da expropriação territorial no norte da África e no Oriente Médio, sobretudo na Síria, de onde se origina a grande parte dos milhares de deslocados que rumam à Europa por meio da perigosa travessia do Mar Mediterrâneo, bem como identificar aspectos que fazem parte da ascensão do sentimento xenofóbico europeu, tendo em vista a chegada destes deslocados no Velho Continente. As reflexões neste realizadas fundamentam-se em bibliografia levantada por pesquisa bibliográfica sobre os seguintes temas em livros e artigos: Estado Islâmico, xenofobia, refugiados. As reflexões que serão apresentadas foram organizadas da seguinte forma: primeiramente, buscou-se esclarecer – de forma concisa – os aspectos da formação e atuação do Daesh, além das forças que o combatem, e seus efeitos no cenário internacional; em seguida, trabalhou-se a respeito do contexto de produção de refugiados oriunda deste fenômeno de expropriação; por fim, esboçou-se uma breve trajetória do recente fortalecimento dos sentimentos xenofóbicos nos países europeus.

Palavras-Chave: Daesh; Refugiados; Xenofobia; Europa.

Abstract: In order to contribute to the debate on the refugee crisis of the second decade of the Twenty-first Century, this paper has the aim of reflecting on the role of the fundamentalist group Daesh (also known as the Islamic State – IS) in the crisis. The influence of Western powers in the rise, consolidation and strengthening of the Daesh is related to territorial expropriation in north Africa and the Middle East, especially in Syria, from where most of the thousands of displaced persons originate and go to Europe by way of the dangerous crossing of the Mediterranean Sea. The arrival of these displaced people is shown to give rise to European xenophobic sentiment. The views presented in this work are based on bibliographical research concerning the Islamic State, xenophobia and refugees. The article

¹ Departamento de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências. luismendesfelicio@gmail.com

is organized in the following way: first, the rise and performance of the Daesh as well as the forces that fight against it is treated in regard to its effects on the international scene; then, the context of the production of refugees due to expropriation is presented; and finally, a brief trajectory of recent xenophobic sentiments in European countries is outlined.

Keywords: Daesh; Refugees; Xenophobia; Europe.

Introdução

O grupo fundamentalista que este artigo visa estudar já teve muitos nomes, o mais famoso e popular deles talvez seja Estado Islâmico, nome autodeclarado em 2014. Porém, um termo ganhou popularidade no Oriente Médio: Daesh, ou Da'ish, passando a ter seu uso ampliado. Trata-se de uma sigla árabe para o antigo nome do grupo, “al-Dawla al-Islamiya fil Iraq wa al-Sham”, não tendo um significado particular¹. A comunidade árabe, que não usa siglas com frequência, é defensora desta troca de nomenclatura, em respeito à religião islâmica que é deturpada pelos feitos do grupo fundamentalista (IRSHAID, 2017).

O Daesh busca a construção de um califado islâmico, organização em que o chefe de Estado – califa – é também sucessor da autoridade político-religiosa do profeta Maomé, visando aquilo que engloba o Grande Oriente Médio, a Península Ibérica e estende-se pela Ásia (chegando ao “Uiguristão”, território muçulmano chinês) – Figura 1. Na busca pelo califado, o grupo fundamentalista promove a expropriação territorial das populações originárias – especialmente, os sírios. O grupo é, conforme demonstrarei a partir da bibliografia levantada, resultado direto das intervenções imperialistas norte-americanas, francesas e britânicas no Oriente Médio, a saber: a derrubada do governo de Saddam Hussein no Iraque em 2003, o financiamento de grupos rebeldes a fim de desestabilizar o governo de Assad na Síria a partir de 2011, dentre eles o que hoje é o EI. Faz-se necessário o estudo desta organização, que transcende o senso comum do que seja terrorismo, visto que possui instalações territoriais que administra e governa.

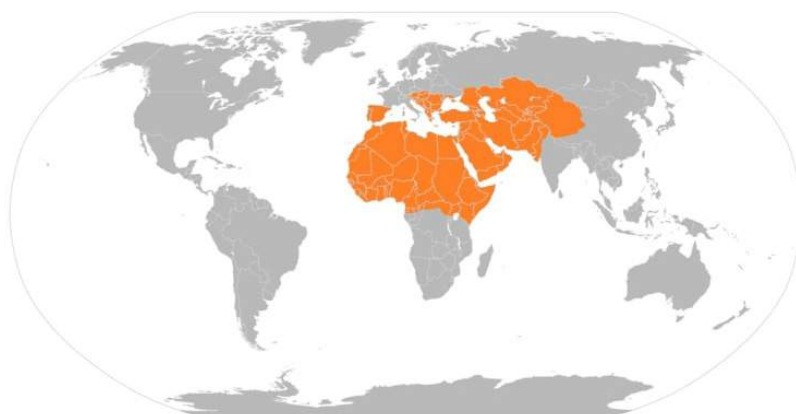


Figura 1 – Ambições territoriais do Daesh.
Fonte: FIVER (2014).

Esse movimento de expansão faz com que estas pessoas atingidas, deslocadas aos milhões, busquem refúgio no exterior. A maioria acaba em campos de refugiados nos países árabes vizinhos. No entanto, uma parcela significativa e crescente busca refúgio na Europa, seja pelo caminho continental (pelos Bálcãs) ou através da travessia do Mar Mediterrâneo, com muitas mortes pelo caminho. Os países europeus, motivados pelo sentimento xenofóbico, promovem uma forte resistência contra o recebimento e integração de refugiados em suas políticas estatais, o que nos mostra um fortalecimento da extrema-direita no Velho Continente. Mesmo países que colaboraram diretamente para o patrocínio do Daesh – como França e Inglaterra – agora fogem das responsabilidades geradas pela ação do grupo, desviando-se da recepção e abrigo de refugiados em seu solo.

A partir disto e para promover a compreensão do tema, o foco de explicação foi dividido em três pontos: o Daesh, onde traçou-se uma breve trajetória do grupo, a partir de suas raízes, passando pela formação e atuação, ponderando ainda sobre a influência do ocidente na sua formação e o combate promovido pela coalizão; a crise dos refugiados, onde refletiu-se sobre a questão dos refugiados, tendo em vista autores que pensam a teoria das migrações para compreender o ponto de vista dos países de acolhida de refugiados, bem como trabalhou-se com dados oficiais da Organização das Nações Unidas e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados para dar dimensões da situação da crise; a xenofobia na Europa, onde foram cruzadas relações entre o nacionalismo e o pós-nacionalismo com a rejeição do estrangeiro refugiado, o preconceito e o ódio que levam à negação do refúgio com dados dos programas governamentais de países europeus no que se refere à questão da rejeição de refugiados (em outras palavras, a xenofobia de governo).

O DAESH

O Daesh, grupo fundamentalista sunita², figura no cenário internacional atual como uma entidade extremamente peculiar: o grupo opera visando a instalação de um califado, um sistema de governo cujo chefe da nação é o Califa, considerado sucessor da autoridade política do profeta Maomé, com atribuições de chefe de Estado; é um líder político do mundo islâmico. O atual Califa do Daesh é Abu Bakr Al-Baghdadi.

Surgido no Iraque, o grupo hoje está instalado por regiões do Oriente Médio e norte da África, assim como tem assumido a autoria de diversos atentados terroristas na Europa – como nos casos recentes contra a França – novembro de 2015, Paris – e Bélgica – março de 2016, Bruxelas –, por exemplo. Não se trata de um grupo terrorista usual, mas de uma força muito mais sofisticada, capaz de recrutar membros das mais diversas partes do globo para sua luta armada em busca da instalação do Califado Islâmico, conforme analisa Damin:

O El é, hoje, uma organização muito mais complexa do que foi, por exemplo, a Al-Qaeda de Osama bin Laden. Hoje o El governa cidades, possui fontes geradoras de recursos financeiros próprios, uma burocracia e forças irregulares numerosas, parte delas formada por estrangeiros.

[...] A trajetória da Al-Qaeda no Iraque até tornar-se o Estado Islâmico mostra que essa organização é um desafio de monta para o Ocidente e também para

os países do Oriente Médio. Mais do que uma simples organização terrorista sunita, o EI se transformou em um grupo insurgente, com milícia significativa e pretensões territoriais. (DAMIN, 2015, p. 26-32)

Na Figura 2, é possível observar o auge da ocupação territorial do Daesh no Iraque e na Síria; o grupo chegou, entre 2014 e 2015, a ocupar metade da Síria e quase um terço do Iraque.

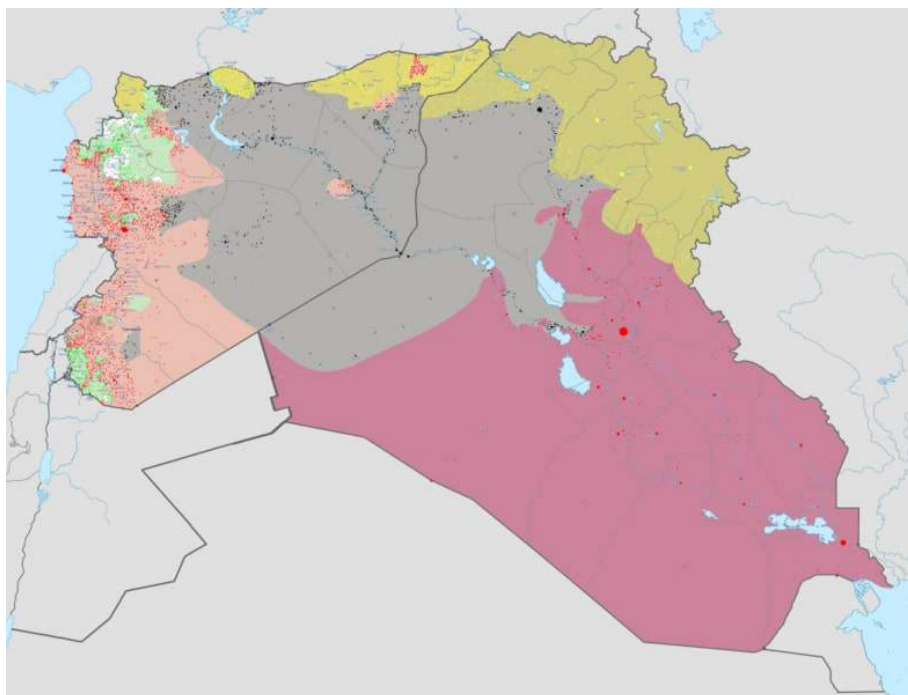
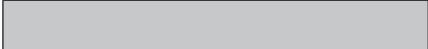
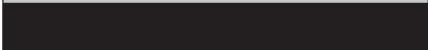





Figura 2 – Territórios do Estado Islâmico em junho de 2015.
Fonte: KHAERR (2017).

Legenda

	Área sob controle do Daesh
	Área sob controle de rebeldes sírios
	Área sob controle do governo da Síria
	Área sob controle do governo do Iraque
	Áreas sob controle curdo

Antes de dar sequência, porém, é pertinente estabelecer uma sucinta definição sobre a jihad: a palavra não significa guerra santa, mas o trabalho determinado em uma causa nobre, o seguimento da fé; no entanto, grupos modernos radicalizaram o termo para um sentido militarizado. Alguns teóricos do islã defendem a jihad apenas em autodefesa em caso de agressão estrangeira à comunidade islâmica; outros, porém, em uma visão mais militante, acreditam que a jihad enquanto agressão pode dirigir-se contra toda população infiel ou não islâmica, ainda que esta não esteja oprimindo diretamente a comunidade muçulmana (KNAPP, 2003).

A luta jihadista – luta armada do fundamentalismo islâmico – não é recente, importante ressaltar. Suas origens remontam ao século XX e à Irmandade Muçulmana, organização-mãe de numerosos grupos terroristas islâmicos, formada em reação à extinção do califado turco em 1924 (MILMAN, 2004) e profundamente atuante no Egito do pós-2ª Guerra. No entanto, o que hoje configura o Daesh propriamente dito tem suas raízes no precursor da busca pelo califado, o jordaniano Abu Musab al-Zarqawi.

Al-Zarqawi, encarcerado por cinco anos – de uma sentença de quinze – na Jordânia, mudou-se em 1999 para o Afeganistão, estabelecendo contatos com a Al-Qaeda; seu grupo, de sigla JTWJ (Jama Jama at al-Tawhid wa al-Jihad), já estava em solo iraquiano quando, em 2003, o governo de George W. Bush invadiu o Iraque, sem aval das Nações Unidas, retirando do poder o ditador sunita Saddam Hussein. O grupo de Zarqawi, unido à Al-Qaeda iraquiana, aproveitou-se da situação de instabilidade sociopolítica para fortalecer-se; a violência sectária entre xiitas e sunitas atingiu níveis alarmantes.

Em 2006, após a morte de Al-Zarqawi e sob a liderança de Abu Omar al-Baghdadi (iraquiano), os grupos proclamaram-se o Estado Islâmico do Iraque. Em 2014, a Al-Qaeda anunciou que o então Estado Islâmico do Iraque e da Síria não mais compunha seus quadros. Em junho do mesmo ano, o grupo adotou a denominação final: Estado Islâmico, com Abu Bakr Al-Baghdadi, iraquiano, como califa (DAMIN, 2015). O grupo aproveitou-se da situação caótica de guerra civil entre forças governistas e rebeldes na vizinha Síria para fortalecer-se, conseguir financiamento, treinamento e armamento norte-americanos e franceses na condição de opositores de Assad (COCKBURN, 2015).

Após os atentados terroristas empreendidos pela Al-Qaeda em 11 de setembro de 2001, os EUA, valendo-se do discurso da segurança nacional, passaram a empreender atividades militares sob o lema da “Guerra ao Terror”, conhecida por Doutrina Bush; o então presidente George W. Bush adotou a prática das guerras preventivas, promovendo ataques a nações tidas como ameaças em potencial aos Estados Unidos da América e seus aliados. Em 2003, sem autorização da ONU³ (HOBBSAWM, 2007), invadiram o Iraque sob a acusação de que este detinha armas de destruição em massa, com imenso apoio militar do Reino Unido. Quando o ex-presidente Barack Obama retirou as tropas norte-americanas em 2011, atitude que lhe rendeu, inclusive, o Prêmio Nobel da Paz, criou-se o cenário para que estes grupos radicais passassem a agir, uma vez que não se tinha mais o peso da presença das tropas e tanques norte-americanos (COCKBURN, 2015).

Concomitantemente, o “perfume dos jasmims” espalhava-se pelo Oriente Médio e norte africano: o movimento popular conhecido como Primavera Árabe, iniciado na

Tunísia, país que tem o jasmim por símbolo, fortalecia-se, atingindo o Egito de Hosni Mubarak e a Líbia de Muammar Kadhafi. Em 2011, a série de levantes contra governantes longevos atingiu a Síria do presidente Bashar Al-Assad, no poder desde 2000, desafeto dos EUA por sua proximidade com a Rússia (AGUILAR et al., 2014). Assim, estadunidenses e franceses passaram a atuar no patrocínio, armamento e treinamento de rebeldes contra Assad – entre eles, estava a fusão dos sunitas iraquianos com o grupo fundamentalista sírio Fatah Al-Nusra: o ISIS, Estado Islâmico do Iraque e da Síria, na sigla em inglês (NAPOLEONI, 2015).

No mesmo ano em que a Al-Qaeda, como dito, desligou de seus quadros o Estado Islâmico e o mesmo tomou posição com Al-Baghdadi, houve a cisão com o Fatah Al-Nusra. Também em 2014, iniciou-se a reação: John Kerry, então Secretário de Estado dos Estados Unidos no segundo mandato Obama, passou a reunir aliados para uma coalizão internacional de combate ao EI; os aliados de Washington estão em grande parte compostos de europeus, tais como Reino Unido, França e Bélgica, mas também em países do Oriente Médio (DAMIN, 2015). O *modus operandi* desta coalizão pauta-se em ataques aéreos com bombardeios – não há, até então, mobilização para uma investida frontal terrestre contra o califado de Al-Baghdadi (Figura 3). Dados liberados pelo Pentágono indicam que somente os EUA gastam US\$ 9 milhões por dia nas operações contra o EI, dois terços do total gasto pela Coalizão.⁴

A atuação do Daesh – tratando-no enquanto um grupo que ultrapassa o *status quo* de terrorista, estabelecendo-se como um genuíno insurgente com apetite por territórios (CALFAT, 2015) – colabora para uma produção massiva de refugiados que está marcando a segunda década do século XXI.



Figura 3 – Ataque aéreo da coalizão a posição do Daesh em Kobane em 2014.
Fonte: Voice of America News (2014).

A Crise dos Refugiados na Síria

A fim de proporcionar um norte conceitual a esta reflexão, invoco a definição oficial do Estatuto dos Refugiados, assinado em 1951 na Convenção de Viena:

Para os fins da presente Convenção, o termo “refugiado” se aplicará a qualquer pessoa: Que [...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país. (ONU, 1951, p. 137)

Não é exagero dizer que a crise de refugiados que se tem hoje na Síria e adjacências é a maior tragédia humanitária desde a Segunda Guerra Mundial (1939-45); aliás, em seu site oficial, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados expressou opinião nesse sentido: “pior crise humanitária da nossa era”, disse o Alto Comissário, Antonio Gutierrez (ACNUR, 2016). Partindo-se de dados oficiais desta mesma entidade, tem-se números alarmantes sobre as dimensões da tragédia: até abril de 2016, eram cerca de 5 milhões de refugiados⁵, além de um número superior a 8 milhões de deslocados internos⁶. A Síria vem enfrentando, conforme já foi supramencionado, uma sangrenta guerra civil desde 2011 entre forças do governo de Assad, rebeldes e os insurgentes do Daesh.

A construção do Califado provoca a expropriação das comunidades originais de seus territórios, frente à avassaladora força militar que o grupo hoje possui e sua capacidade de domínio e sofisticada ocupação territorial sobre as áreas por onde se situa. Em cidades sírias e iraquianas, o governo de Al-Baghdadi força os deslocamentos daqueles que não desejam viver sob o jugo do fundamentalismo religioso e da violência, buscando assim condições de vida estáveis no estrangeiro, frente à inaptidão dos Estados maternos de oferecer a segurança básica no que tange ao combate efetivo e decisivo contra as forças insurgentes. A respeito disso, cita-se:

As diversas comunidades presentes no Iraque e na Síria (xiitas, sunitas, curdos, alawitas e cristãos) foram basicamente desintegradas pelo ataque do Estado Islâmico na região. Sua ação consiste em forçar sua interpretação do islã sobre as pessoas, e aqueles considerados apóstatas, politeístas ou que de qualquer forma são contra suas regras, são mortos ou obrigados a deixar seu país. (PENACHIONI, 2015, p. 60)

Andrade, em estudo sobre a questão da guerra civil síria e os refugiados dela advindos, classifica os povos que fogem deste conflito como legítimos refugiados, tendo por base o Estatuto. Tendo em vista que os mesmos, uma vez fora de seu país de origem, sofrem de temores muitíssimo bem fundados e não gozam da proteção de seu país aos seus direitos mais elementares como a vida (ANDRADE, 2011). É sabido e admitido pela própria ONU que em diversos campos de refugiados, como os que estão presentes nos países fronteiriços à Síria, tais como Turquia, Líbano, Jordânia e

o próprio Iraque, há amplas violações aos direitos humanos mais essenciais, como a vida, a liberdade religiosa e sexual, a integridade e a alimentação. Isso em mente, é preciso prosseguir ao próximo ponto, mais especificamente, a ida dos refugiados sírios para a Europa.

Os países receptores de refugiados possuem uma visão pautada na ideia de viés sedentário (CASTLES, 2010) – enxergando a migração em geral, sobretudo a dos refugiados, como algo negativo; os pobres que buscam asilo não devem sair de seus respectivos países, continuando uma mentalidade colonial. A visão predominante – que é claramente míope – é a que toma os refugiados como um problema a ser resolvido através de políticas de curto prazo, de forma a romper ou ao menos conter o fluxo de desabrigados rumo à Europa.

O humanitarismo de fachada é largamente utilizado pelos países do Norte de forma a, de um só tempo, promover uma autoimagem de filantropia e evitar lidar com a questão da crise dos refugiados – pela qual, reforça-se, algumas nações europeias são diretamente responsáveis através de suas ações imperialistas no Oriente Médio em conjunto com Washington. A manipulação de vidas humanas em estado de plena violação dos direitos humanos em prol dos interesses hegemônicos europeus é, assim, uma ampla tendência, conforme aponta Chimni (2000), cujas reflexões sugerem o uso do humanitarismo enquanto uma ideologia de dominação e manutenção da hegemonia pelos países dominantes, implicando na erosão dos direitos fundamentais dos refugiados.

Na Síria, o ACNUR aponta que mais de 50% da população civil foi forçada a deixar suas casas, deixando um número que supera 7,6 milhões de deslocados internos no país, o que correspondia a mais de 10% dos deslocados de todo o mundo, que chegavam à casa dos 60 milhões naquele período (ACNUR, 2015). Para além disso, os refugiados ligados à Guerra Civil na Síria, onde o Daesh figura como um dos atores centrais do conflito, buscam, na casa dos centenas de milhares, refúgio em solo europeu. Nota-se, porém, que a grande maioria dos refugiados, um número acima de 4 milhões, está nos países vizinhos de Damasco: Líbano, Iraque, Egito, Jordânia etc. (ACNUR, 2015). Este artigo não se pauta no desconhecimento deste fato, no entanto, aqui interessa o caso particular daqueles refugiados que migram rumo à Europa seja atravessando o Mar Mediterrâneo, seja pelo caminho dos Bálcãs. A República Árabe da Síria tornou-se uma produtora em massa de deslocados e refugiados

Estes homens, mulheres e crianças abandonam tudo o que lhes restava, arriscando suas vidas no tortuoso caminho pelo Mediterrâneo, que atravessam a partir da Tunísia ou Líbia, na maioria dos casos, ou continente adentro, passando pela Turquia até atingir o leste europeu. Na travessia, uma boa parte morre afogada, caso do menino sírio Alan Kurdi, cujo corpo apareceu em uma praia turca em 2015. Há um rastro de sangue pelo Mar Mediterrâneo: até julho de 2016, mais de 4 mil pessoas perderam suas vidas, um assustador aumento de 26% com relação a 2015⁷; além disso, dados mostram que mais de 300 mil pessoas fizeram a travessia marítima, entre refugiados e migrantes, neste mesmo ano⁸ (Figura 4).

CRISE MIGRATÓRIA

Conheça as principais rotas usadas pelos estrangeiros na Europa



Figura 4 – Rotas de fuga dos refugiados rumo à Europa.

Fonte: Folha de São Paulo (2015).

A Organização das Nações Unidas, ONU, por vezes cobrou da União Europeia e dos demais países do mundo maior receptividade àqueles que fogem de catástrofes humanitárias. O ex-Secretário-Geral, Ban Ki-moon, que acredita que o problema não é logístico, mas de solidariedade, disse: “Precisamos urgentemente que os países transcendam seus interesses nacionais e se unam para uma resposta decisiva e global”. Grandi, chefe da AC-NUR, destacou o papel dos países emergentes no acolhimento dos descolados e afirmou em discurso: “O direito ao refúgio – e os valores de tolerância e solidariedade que são a sua base – são abalados pela xenofobia, pela retórica nacionalista e pelo discurso político que faz conexões entre refugiados, questões de segurança e terrorismo”⁹.

Conforme Castles (2010), o tema dos refugiados deve ser enxergado a partir do viés social, compreendendo de forma humanista como os processos migratórios, neste caso, dos refugiados, constitui uma transformação social comum, com positivos efeitos aos países de acolhida e mesmo aos de trânsito, não como uma problemática da segurança, não como uma crise a ser resolvida o mais breve possível, não como uma ameaça ao generalizar pelo preconceito – a xenofobia – as populações africanas e árabes por terroristas, radicais.

A Xenofobia de Governo na Europa

A xenofobia, repulsa ou medo do estrangeiro, é um sentimento de matriz etnocêntrica, da boa visão exacerbada de si e crença na inferioridade alheia; aquele que pratica a xenofobia, portanto, o xenófobo, promove violência cultural ou direta contra o estrangeiro, motivado por este medo. A respeito disto, coloca-se:

A xenofobia pode ser identificada como uma [...] valoração exaltada do próprio (referindo-se a uma comunidade social de valores comuns) e uma deflação desvalorada e aviltante do outro (de cultura distinta), existe um processo de “desumanização” do outro, convertendo-o a um nível de uma “coisa”, desprovido de humanidade, montando-se então o palco para violência direta. (AMARAL, 2016, p. 456)

A Europa é o continente materno do nacionalismo – consequentemente, da xenofobia. Quem muito trata da questão nacionalista e sua influência na Europa é o historiador Eric J. Hobsbawm em “Nações e Nacionalismo desde 1780”, na qual ele faz uma análise dos fenômenos da nação e do nacionalismo em seus sentidos modernos desde seu surgimento marcado pela Revolução Francesa em 1789. Em sua obra, o autor discorre que, devido à grande migração geográfica na Europa da segunda metade do século XIX, questões que até então não eram grandes fatores do nacionalismo, como a etnia e a língua, passaram a alterar a questão nacional para os movimentos de direita política. “Ao criar os estratos médios gentílicos, o processo linguístico deixou claros a inferioridade, a insegurança de *status* e o ressentimento tão característicos dos estratos médios baixos, fazendo o novo nacionalismo ser muito atraente para eles” (HOBSBAWM, 2013, p. 162-163). E foi dentre essa classe média que o nacionalismo europeu sofreu a mutação em direção à direita xenófoba que levou à ascensão do nazifascismo no período entre-guerras.

A transição do leste europeu socialista ao capitalismo, com uma série de países falidos e com severos problemas estruturais como o desemprego. Sua entrada na União Europeia forneceu mão de obra barata ao continente, ao passo que desempregou trabalhadores ocidentais (HOBSBAWM, 2007); daí temos um fortalecimento das velhas direitas radicais, do sentimento nacionalista e da xenofobia; *a priori*, a rejeição era contra os europeus do leste, porém a entrada de africanos e árabes no continente faz com que o ódio estenda-se a estes povos, vistos como uma ameaça a um sentimento mais amplo do que o meramente nacional, mas à identidade europeia em si, às tradições europeias e seus valores, tal qual aponta Zúquete:

Tem sido observado que, no seio de alguns círculos intelectuais, tais como os que rodeiam a nova direita europeia, o nacionalismo estava a ficar fora de moda, tendo sido substituído por uma aliança a uma fonte mais lata de identidade cultural, tal como a Europa. [...] De certa forma, este discurso pós-nacionalista centrado nas fronteiras e tradições europeias e ocidentais, vem complementar a perspectiva nacionalista, mas tem igualmente o potencial de lhe fazer concorrência. A ênfase colocada numa entidade mais alargada – Europa ou o Ocidente – emana tanto da necessidade coletiva de defesa dos europeus autóctones em relação aos ataques

da nova ordem mundial e do seu *ethos* globalizante (que apaga tradições e raízes, como do medo e luta contra islamização. (ZÚQUETE, 2011, p. 660-661)

Uma ameaça aos tão estimados valores europeus, à prestigiosa nacionalidade e sentimento de pertencimento à Europa é enxergada nos estrangeiros que buscam refúgio. A questão religiosa faz pesar: um temido confronto entre a civilização cristã e o mundo islâmico torna-se pauta de acaloradas discussões recheadas de preconceito (em meio à generalização e reforço dos estigmas mais estereotipados motivados pela reação aos atentados terroristas do Daesh em solo europeu) receando uma “islamização” da Europa, a perda dos valores cristãos-europeus. Posto isso, a ideia de ter filhos de árabes e africanos como legítimos europeus graças ao princípio jurídico do *jus solis* assusta os conservadores, que pedem veementemente pelo reforço da ideia do *jus sanguinis* para concessão de nacionalidade europeia e acesso ao Espaço Schengen (MARCHI; BRUNO, 2015).

A crise econômica favorece a promoção de tal discurso, indo além da ameaça cultural vista na figura do refugiado, mas vendo-o também como uma severa ameaça ao sistema social europeu, ao emprego e outros tópicos, em concreta inconsistência, visto que estes refugiados são atirados à marginalidade da vida social, tem negados direitos básicos e veem-se agregados às cadeias do subemprego: “Perante o aumento do desemprego, a extrema-direita denuncia a chegada maciça de mão de obra barata e não sindicalizada das regiões do globo desestabilizadas pelas guerras.” (MARCHI; BRUNO, 2015, p. 46-47)

A fim de ilustrar a realidade, temos que, por exemplo, República Tcheca, Polônia, Hungria e Eslováquia rejeitaram em 2015 uma proposta de distribuição de cerca de 160 mil refugiados entre os membros da União Europeia.¹⁰ A Hungria, aliás, promove um dos fechamentos de barreira mais radicais, com cercas, muros e repressão a quem tente passá-las: “O primeiro-ministro Viktor Orbán mandou erigir barreiras e reforçou os controles nas fronteiras para conter os crescentes fluxos de refugiados da rota balcânica” (MARCHI; BRUNO, 2015, p. 45). A Áustria, em 2016, construiu um muro para a contenção do fluxo de imigrantes pela Itália, país que recebe grande número de refugiados da travessia mediterrânea¹¹.

A Alemanha, que afirmou ter capacidade de receber meio milhão de refugiados anualmente nos próximos anos, tem cobrado os demais países a ampliar seu apoio, uma vez que figura hoje como o país que mais tem fornecido abrigo; porém, não sem forte resistência de grupos da cunha xenofóbica: “Aqui (Alemanha)¹², a disponibilidade para acolher refugiados expressa pela chanceler Angela Merkel permitira ao partido de extrema-direita AfD¹³ agudizar a sua campanha de protesto” (MARCHI; BRUNO, 2015, p. 45).

Na França, conhecida por sua política de constante intervenção nas ex-colônias – o que a fez, inclusive, participar do financiamento dos rebeldes que desestabilizaram a Síria, entre eles o EI, a recepção é bem menor: o país acordou receber 30 mil refugiados¹⁴; além disso, boa parte da população resiste com postura xenofóbica, organizando protestos contrários ao acolhimento. Nas eleições de 2017, Marie Le Pen, candidata da extrema-direita com discurso amplamente xenofóbico e contrário à recepção de refugiados, muito semelhante ao presidente republicano dos EUA Donald J. Trump, abalou o cenário político local, recebendo expressiva votação e terminando o pleito presidencial na 2ª colocação; Le Pen, aliás, refere-se ao Islã como “fascismo verde” (Ibidem, p. 49). Vale lembrar, em 2015 o país foi vítima de dois atentados promovidos pelo Daesh – em

janeiro, ao *Charlie Hebdo*, e em novembro, a Paris –, além do independente a Nice, em julho de 2016, o que colabora para aterrorizar a população e estimular respostas irracionais e preconceituosas aos refugiados em geral.

O caso do Reino Unido é especial: participante direto dos programas militares no Oriente Médio, é um dos países que mais nega asilo às vítimas do caos. Em 2016, o fortalecimento do nacionalismo e da direita conservadora culminaram na saída do país da União Europeia – o chamado BREXIT –, uma forma de fugir dos acordos de recepção de deslocados do bloco europeu que afetará não somente os advindos do Oriente Médio e Norte Africano, mas os imigrantes do leste europeu que vivem no país. A ocasião alimentou esperanças semelhantes na França, Holanda e Itália, além de diversos movimentos separatistas pelo mundo – o escocês, inclusive. Neste mesmo ano o país anunciou a construção de um muro para bloquear a entrada de refugiados por Calais, França¹⁵.

É possível raciocinar, a partir do contexto e dos dados fornecidos, que as políticas governamentais que visam coibir a recepção de refugiados e sua integração na sociedade europeia estão fundamentadas nos pilares da xenofobia e da ignorância, com o fortalecimento de uma extrema-direita de discurso pós-nacionalista.

Conclusão

Os refugiados do século XXI são filhos do seu tempo, vítimas do processo de expropriação motivado por um grupo fundamentalista na forma de califado; califado este que é resultado direto das intervenções da Europa (Reino Unido e França) e dos EUA na política de países de Oriente Médio, suas agressões imperialistas e negligência que a globalização permite, frente ao caráter unilateral do poder nos dias atuais. Os interesses estrangeiros que levaram a guerra aos povos árabes são os mesmos que lhes rejeitam socorro. Criaram as condições para o surgimento do Daesh, mas não é mostrada capacidade para combatê-lo com eficiência.

Enquanto isso, a responsabilidade de acolher as vítimas desses processos é repassada de país a país. São poucos e raros os que visam incluí-los no seio de sua sociedade; a lógica europeia – na qual pode-se aplicar o conceito de viés sedentário de Castles com clareza – é isolá-los em campos de refugiados e devolvê-los a seu território original o mais breve possível, de preferência sequer instalar estes abrigos em solo europeu.

As potências europeias – destacam-se Reino Unido e França – exploraram colonialmente estes países; posteriormente, sua geopolítica imperialista e alinhada com a de Washington as fizeram participar das empreitadas militares que resultaram na barbárie que se vê. Então, quando estas pessoas batem às portas dos causadores de suas moléstias, nada ou pouco recebem. São barrados também pelos ex-comunistas do leste europeu, cuja entrada no mundo capitalista é um trauma ainda insuperado.

O cenário de crise econômica proveniente desde 2008 associado à crise dos refugiados e à generalização dos árabes por terroristas, devido aos atos de uma minoria fundamentalista, propicia que os fantasmas reacionários do século XX voltem a assombrar o continente europeu. A ameaça xenofóbica da extrema-direita é real, é perigosa e cresce diariamente. Os direitos humanos dos refugiados encontram-se cada vez mais erodidos e ameaçados.

Referências Bibliográficas

AMARAL, R. A. D. Violência cultural: xenofobia, terrorismo e o advento da intolerância nas relações internacionais. 2016. Texto originalmente publicado em março de 2016, nos Anais do evento SemanaRi (UFABC/UNIFESP). Disponível em: <https://semanari.files.wordpress.com/2016/03/anais-eletronicos-semana-ri-2016.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016. p. 449-465.

AGÊNCIA BRASIL. *Países do leste europeu, Dinamarca e Finlândia recusam sistema de cotas*. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-09/paises-do-leste-europeu-dinamarca-e-finlandia-recusam-sistema-de-cotas>. Acesso em: 01 maio 2017.

_____. *Reino Unido construirá muro em Calais para barrar imigrantes*. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-09/reino-unido-construira-muro-em-calais-para-barrar-imigrantes>. Acesso em: 01 maio 2017.

AGUILAR, S. L. C.; FURTADO, G.; RODER, H. A Guerra Civil Síria, o Oriente Médio e o sistema internacional. *Série Conflitos Internacionais*, v. 1, n. 6, p. 1-6, 2014.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Após 4 anos de conflitos na Síria, Brasil lidera acolhimento de refugiados sírios na América Latina*. 2015. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/apos-4-anos-de-conflito-na-siria-brasil-lidera-acolhimento-de-refugiados-sirios-na-america-latina>. Acesso em: 24 maio 2017.

_____. *Chefes da ONU pedem mais solidariedade com as pessoas forçadas a se deslocar*. 2016. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/chefes-da-onu-pedem-mais-solidariedade-com-as-pessoas-forçadas-a-se-deslocar>. Acesso em: 14 out. 2016.

_____. *Mais de 300 mil refugiados e migrantes cruzaram o Mediterrâneo em 2016*. 2016. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/mais-de-300-mil-refugiados-e-migrantes-cruzaram-o-mediterraneo-em-2016/>. Acesso em: 14 out. 2016.

_____. *Mortes no Mediterrâneo seguem aumentando, um ano após afogamento de menino sírio*. 2016. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/mortes-no-mediterraneo-seguem-aumentando-um-ano-apos-afogamento-de-garoto-sirio/>. Acesso em: 14 out. 2016.

_____. *Relatório do ACNUR revela 60 milhões de deslocados no mundo por causa de guerras e conflitos*. 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/06/18/relatorio-do-acnur-revela-60-milhoes-de-deslocados-no-mundo-por-cao-da-guerra-e-conflitos/>. Acesso realizado em: 13 nov. 2018.

_____. *ACNUR: Refugiados sírios já passam dos 4 milhões*. 2015. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/acnur-refugiados-sirios-ja-passam-dos-4-milhoes/>. Acesso em: 01 jun. 2017.

ANDRADE, G. B. A Guerra Civil síria e a condição dos refugiados: um antigo problema, “reinventado” pela crueldade de um conflito marcado pela inação da comunidade internacional. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, v. 2, p. 121-138, 2011.

AVELAR, D.; BALBINO, L. Saiba quais são os principais conflitos que alimentam a crise de refugiados na Europa. *Folha de S. Paulo*, 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/09/1676793-saiba-quais-sao-os-conflitos-que-alimentam-a-crise-de-refugiados-na-europa.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2018.

BBC. *Entenda as diferenças e divergências entre sunitas e xiitas*. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_diferencas_sunitas_xiitas_muculmanos_lab. Acesso em: 01 fev. 2018.

_____. *EUA gastam US\$ 9 milhões ao dia para combater “Estado Islâmico”*. 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150612_eua_gastos_ei_fn. Acesso em: 14 out. 2016.

CALFAT, N. N. O Estado Islâmico do Iraque e do Levante: fundamentos políticos à violência política. *Conjuntura austral: journal of the global south*. v. 6, n. 31, p. 6-20, 2015.

CASTLES, S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. *Revista Internacional da Mobilidade Humana*, Brasília, n. 35, p. 11-43, 2010.

CHIMNI, B. S. Globalisation, Humanitarianism and Erosion of Refugee Protection. *RSC Working Paper n. 3*. Refugee Studies Centre “Queen Elizabeth House”. University of Oxford, p. 1-23, 2000.

COCKBURN, P. *A origem do Estado Islâmico: o fracasso da “Guerra ao Terror” e a ascensão jihadista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2015. 208 p.

DAMIN, C. Jr. Surgimento e trajetória do Estado Islâmico. *Boletim Meridiano 47*, v. 16, n. 148, p. 26-33, 2015.

HOBSBAWM, E. J. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 182p.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013. 280p.

IRSHAID, F. ISIS, Estado Islâmico ou Daesh? Um grupo extremista, muitos nomes. *BBC*. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-42020312>. Acesso em: 20 nov. 2017.

KNAPP, M. G. The concept and practice of Jihad in Islam. *Parameters*. p. 82-94, 2003.

MARCHI, R.; BRUNO, G. A extrema-direita europeia perante a crise dos refugiados. *Relações Internacionais*. n. 50. p. 39-56, 2016.

MILMAN, L. Origem dos movimentos islâmicos revolucionários. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 35, s.p., 2004.

NAPOLEONI, L. *A fênix islamista: o estado islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 154p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), *Mais de 4 mil refugiados e migrantes morreram em 2016, a maior parte no Mediterrâneo, alerta OIM*. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mais-de-4-mil-refugiados-e-migrantes-morreram-em-2016-a-maior-parte-no-mediterraneo-alerta-oim/>. Acesso em: 16 out. 2016.

PENACHIONI, J. B. Estado Islâmico, imigração e o fenômeno das escravas sexuais. *Ponto e Vírgula*. PUC SP. n. 18, p. 56-70, 2015.

PEMBERTON, B.; KNOX, P. What does ISIS stand for, what does Daesh means and what is the right name for the terrorist organisation? *The Sun*. Disponível em: <https://www.thesun.co.uk/news/2595042/isis-islamic-state-daesh-terror-group-name/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

REUTERS. *França não vai receber mais do que 30 mil refugiados, diz premiê*. 2015. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKCN0RO2P720150924>. Acesso em: 16 out. 2016.

ZÚQUETE, J. P. Novos tempos, novos ventos? A extrema-direita europeia e o Islão. *Análise Social*; v. 46, n. 201, p. 653-677, 2011.

Recebido em: 19/01/2018

Aceito em: 05/11/2018

¹ *The Sun*, 2017.

² Os sunitas, a fim de tomar nota, configuram maioria da população muçulmana, tendo seu nome atribuído aos escritos da Suna, os quais seguem além do Corão (BBC, 2016).

³ Organização das Nações Unidas.

⁴ BBC, 2015.

⁵ ACNUR, 2015.

⁶ Idem, 2015.

⁷ ONU, 2016.

⁸ ACNUR, 2016.

⁹ Idem, 2016.

¹⁰ Agência Brasil, 2015.

¹¹ Idem, 2016.

¹² Nota nossa

¹³ Alternative für Deutschland (Alternativa para a Alemanha, tradução nossa).

¹⁴ Reuters, 2015.

¹⁵ Agência Brasil, 2016.

Espacios de Tránsito Migratorio y Adquisición de Discapacidad Física. El Caso de Migrantes Centroamericanos en México

Migratory Transit Spaces and the Acquisition of Physical Disability: The Case of Central American Migrants in Mexico

José Jonathan Ibarra Coronelⁱ

Universidad Nacional Autónoma de México
Ciudad de México, México

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo, mostrar los agentes presentes en los espacios mexicanos de tránsito migratorio de centroamericanos, que se asocian al riesgo de adquisición de discapacidad física. A partir de ello, el trabajo devela la importancia de la discapacidad como factor que altera la situación de vulnerabilidad y el proyecto personal de migrar. El artículo toma como referencia, entrevistas realizadas a migrantes centroamericanos que narraron su experiencia en el tránsito por México. Se proponen cuatro agentes asociados a la adquisición de discapacidad física: delincuencia organizada, agentes del Estado mexicano, seguridad privada y, pandillas. También se muestra que la adquisición de una discapacidad física en el trayecto migratorio no necesariamente aumenta la vulnerabilidad de la persona.

Palabras Clave: Espacios de Tránsito Migratorio; Migración de Tránsito; Discapacidad; Riesgos; Vulnerabilidad.

Abstract: The following article has the objective of treating the agents present in Mexican transitory space of Central American migration, which are associated to the risk of acquiring physical disabilities. The present paper analyzes the importance of physical disabilities as factors for creating vulnerability and personal migratory projects. The research is based on interviews undertaken with Central American migrants concerning their experience of passing through Mexico. Four agents are related to the acquisition of physical disabilities: organized crime, Mexican state agents, private security and gangs. It is also shown that the acquisition of a physical disability during the migratory journey is not necessarily related to the increase of a person's vulnerability.

Keywords: Migratory Transit Spaces; Transit Migration; Disability; Risk; Vulnerability.

ⁱ Estudiante de doctorado en el Posgrado en Geografía de la Universidad Nacional Autónoma de México. jjibarrac@gmail.com

Introducción

La Organización de las Naciones Unidas (ONU), estima que el número total de migrantes internacionales se ha incrementado en un 49% desde el año 2000, llegando a una cifra record en 2017, de 258 millones de personas, entre las que se cuentan 25.9 millones de refugiados y solicitantes de asilo, y entre 2.3 y 3.3 millones de migrantes con discapacidad. A este ritmo, se piensa que para 2050 habrá en el mundo más de 400 millones de migrantes internacionales, muchos de ellos con algún tipo de discapacidad. A dichas cifras, deben sumarse las personas que se movilizan entre fronteras de forma no autorizada, y que debido a su movimiento clandestino, son difíciles de contabilizar (ONU, 2017, 2016; ACNUR, 2015).

Específicamente en México, la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) calcula que al menos 150 mil personas en situación migratoria irregular cruzan anualmente a territorio mexicano por su frontera sur, con el objetivo de utilizar el país como espacio de tránsito para llegar, principalmente, a Estados Unidos. La *Central America-North America Migration Dialogue* (CANAMID) reporta datos muy superiores, que alcanzaron para 2005 y 2014 cifras máximas de 418 mil y 392 mil migrantes en tránsito por México, respectivamente. Del total, un 75% son de origen guatemalteco, hondureño o salvadoreño (Rodríguez, 2016; ACNUR, 2015).

La vulnerabilidad en la que se encuentran los migrantes centroamericanos en tránsito por México no es un fenómeno nuevo y mucho menos desconocido (REDODEM 2017, 2016, 2015, 2014; González y Aikin, 2015; Silva, 2014; ACNUR, 2017; Bronfman, Leyva y Negroni, 2004; Hernández, *et al.*, 2004; Villa, *et al.*, 2004). Desde mediados de la década de los 80's algunos estudiosos sobre el tema (Castillo, 1989; Aguayo y O'Dogherty, 1986) registraban la falta de mecanismos de ayuda hacia los migrantes centroamericanos que, huyendo de los conflictos armados y derivados problemas económicos, políticos y sociales de sus países, experimentaban en México agresiones y abusos. Desde entonces, no sólo ha sido el número de inmigrantes del istmo en el norte del continente americano lo que se ha incrementado, sino también la situación de vulnerabilidad y los riesgos que afrontan, principalmente en su tránsito por México.

Precisamente los espacios de tránsito migratorio en México han sido foco de atención de académicos, organismos internacionales, asociaciones civiles, eclesiásticas, y medios de comunicación. Ellos han señalado constantemente las violaciones a los derechos humanos de los migrantes en México y la vulnerabilidad del grupo ante los múltiples riesgos que se presentan en dichos espacios. Los informes de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos sobre la Situación de los Derechos Humanos en México de 2015, y el de la Red de Documentación de las Organizaciones Defensoras de Migrantes (REDODEM) de 2016 y 2017, exponen con base en información recabada directamente en albergues y casas de migrantes, que robos, extorciones, secuestros y abusos por parte de autoridades y organizaciones criminales son prácticas comunes que afectan a uno de cada ocho migrantes en tránsito por México.

A dichos actos violentos se agregan aquellos que repercuten directamente en las funciones y estructuras corporales de los migrantes, y que proponemos clasificar de la siguiente manera: a) afectaciones temporales relacionadas con actos desarrollados con

violencia física; por ejemplo, golpes y maltratos en situaciones como asaltos o extorciones; b) afectaciones temporales relacionadas con las capacidades, resistencia y esfuerzo físico de las personas y su interacción con los espacios de tránsito migratorio; por ejemplo, enfermedades, cansancio, llagas, rozaduras, desnutrición, insolación, deshidratación, etc. c) afectaciones emocionales y a la integridad física; por ejemplo, abuso sexual, violación, intimidación, secuestro, discriminación, xenofobia, violencia verbal, etc.; d) afectaciones permanentes e irreversibles, como la pérdida total o parcial de funciones y/o estructuras corporales; por ejemplo, la adquisición de discapacidad física, sensorial, mental o psicosocial.

En el presente artículo, se pone especial atención a la afectación corporal ligada a la adquisición de una discapacidad física, pues llama la atención que en casas y albergues para migrantes, se atiende constantemente a personas que durante su tránsito migratorio por México experimentan la pérdida, por inmovilidad o amputación, de alguna de sus extremidades. Las estadísticas oficiales provienen del Instituto Nacional de Migración de México (INM), organismo que a través del Grupo Beta, cuerpo especializado en atención a migrantes en tránsito, informa que ha atendido en promedio a dos migrantes al día por causa de mutilaciones, lesiones y heridas graves.

En este contexto, el presente artículo tiene por objetivo, mostrar los agentes presentes en los espacios mexicanos de tránsito migratorio de centroamericanos, que se asocian al riesgo de adquisición de discapacidad física. A partir de esto, el trabajo devela la importancia de la discapacidad como factor que altera la situación de vulnerabilidad y el proyecto personal de migrar. El texto toma como referencia entrevistas realizadas a migrantes centroamericanos que narraron en la ciudad de Tapachula, entre enero de 2016 y agosto de 2018, su experiencia en el tránsito por México, desde su ingreso irregular al país, hasta la adquisición de una discapacidad física y su proceso de recuperación.

El primer apartado del artículo, encuadra el trabajo en los estudios sobre migración, a partir de la discusión teórica y conceptual de la migración en tránsito. En seguida, se abordan los tópicos de los riesgos y la vulnerabilidad en contextos migratorios, para después, dar paso a la descripción de los espacios migratorios en México y mostrar, finalmente, los principales agentes asociados a la adquisición de una discapacidad física en espacios mexicanos de tránsito migratorio.

Definición y Complicaciones de la Migración en Tránsito

La migración es *per se* un fenómeno espacial, pues para darse requiere de nociones propias de la espacialidad: ubicación, extensión, intensidad, distribución, permanencia, movimiento, dirección, temporalidad, y relaciones sociales y de poder. Entre las distinciones más utilizadas están las relacionadas con la ubicación y la dirección, puesto que gran parte de las investigaciones clásicas en la migración identifican, en primera instancia, si su análisis se encuentra en el área de la emigración o en el campo de la inmigración. Esta dicotomía sugiere un trayecto unidireccional que da peso al lugar de origen y/o al de destino, y minimiza el recorrido que las personas hacen entre los dos puntos.

Para escapar de la dicotomía, se retoman las ideas de Collyer y De Haas (2010) quienes miran la migración como un viaje fragmentado. Lo novedoso del concepto es

que no proyecta un futuro ni marca un destino final, en vez de ello, describe los recortes espacio-temporales de la migración. Bajo esta idea, es posible incluir a los migrantes que transitan de un lugar a otro sin patrón fijo, a quienes no saben por dónde ir ni a dónde llegar, los desplazados por fuerza, quienes llegaron a un lugar que no planearon, e incluso, a quienes cambian sus rutas conforme se les presentan obstáculos u oportunidades. Tal es el caso de un migrante que adquiere discapacidad en un lugar que planeó fuese de tránsito, y que posiblemente se convierta en su lugar de residencia, o que por lo menos, amplíe su estancia en el lugar donde adquirió la discapacidad.

La migración de tránsito es una categoría problemática porque no existe una definición clara del concepto. Aunque el fenómeno es intrínseco al proceso migratorio, no fue sino hasta la última década del siglo XX que se visibilizó como una problemática internacional, ya que fue una época en que la movilización de personas se incrementó en dirección a Europa y el norte del continente americano (ONU, 2015). Ante los masivos flujos de población se crearon foros, conferencias y documentos que, desde instancias internacionales nombraron al fenómeno como migración de tránsito. El rastreo histórico del concepto fue hecho por Düvell (2010; 2006), quien ubicó la primera definición internacional en la conferencia de las Naciones Unidas de 1993, donde se estipuló que “la migración en tránsito es migrar a un país con la intención de emigrar a otro como lugar de destino final”. Un año después, la OIM instó a los estados miembro a reconocer la migración de tránsito como un patrón importante en los desplazamientos humanos internacionales. A pesar de este reconocimiento, no existe una definición formal respaldada por la OIM en su Glosario sobre Migración, ni en ningún otro documento. Por su parte, la Oficina del Alto Comisionado en Derechos Humanos de la ONU, lo define como “la estancia temporal de los migrantes en uno o varios países, con el objeto de llegar a otro destino definitivo” (ONU, 2015). Otros autores la han definido como “la estadía temporal, de corto plazo, de un migrante en el camino que va del país de origen a uno de destino” (Ivakhiniouk, 2004; citado en Düvell, 2006); como el “estadio entre la emigración y el asentamiento” (Papadopolou, 2005, citado en Düvell, 2006); o como “los movimientos de personas que van de un supuesto país de origen, cruzando varios países en una ruta, hasta llegar a un país de destino, supuestamente final” (Collyer, Düvell y De Haas, 2010).

Cuando se mira a las personas, los migrantes en tránsito se pueden definir como “extranjeros que permanecen en un país por un periodo de tiempo, mientras buscan migrar permanentemente a otro país” (Asamblea de la Unión Interparlamentaria, 2005; citado en Düvell, 2006); como “personas que ingresan al territorio de un estado para viajar a otro” (Consejo de Europa, 2002; en Düvell, 2006), o como “migrantes que permanecen temporalmente en un país y tienen el objetivo de llegar a otro, ya sea que lo logren o no” (Cassarino y Fargues, 2006). Si bien la noción de espacio de tránsito desafía las clásicas visiones dicotómicas de la migración (origen-destino), se reconoce que aún tiene grandes complicaciones en su formulación teórica.

a) En principio, el uso de la palabra tránsito señala el paso de un sitio a otro, por lo que aparentemente no escapa del todo de la dualidad origen-destino; a pesar de ello, confronta los conceptos, porque plantea que un sitio de tránsito puede convertirse en uno de destino, y que uno de destino se puede interpretar como parte del tránsito; en

ese sentido, brinda la idea de un proceso migratorio siempre en construcción y que no tiene necesariamente un destino final (Cassarino y Fargues, 2006; Collyer, Düvell y De Haas, 2010).

b) Al usar “tránsito”, se insinúa también un desplazamiento que, paradójicamente puede no darse; por ejemplo, aquellos migrantes varados o atrapados en una ciudad o país al que no deseaban llegar y donde los obstáculos políticos, económicos o sociales, les imposibilitan moverse de lugar (Basok, *et al.*, 2015). Esta contradicción se expresa claramente en el caso de análisis del presente artículo, ya que un migrante que adquiere una discapacidad significativa en su trayecto por México, deja de desplazarse, interrumpiendo, al menos durante el tiempo de su recuperación, su proyecto personal de migrar. Esa persona es un migrante en tránsito que, paradójicamente, no está transitando. La movilidad que supone su categorización, es en realidad inmovilidad, es una persona atrapada en la movilidad.

c) En términos de duración, el concepto es borroso y arbitrario; no se sabe a ciencia cierta el tiempo que durará una persona en el tránsito migratorio. La estadía en un sitio u otro depende de múltiples factores, por ejemplo, entre los individuales se debe pensar en las habilidades y destrezas que tenga la persona para hacer frente a los riesgos del trayecto, ello incluye su estado de salud, la situación de sus funciones y estructuras corporales, y su capacidad para insertarse en los canales adecuados que le permitan concretar su proyecto migratorio. El factor político también es relevante, pues una persona podría encontrarse por tiempo indefinido en un país extranjero esperando la resolución de algún trámite tipo visa, para ingresar a otra nación. A lo anterior se agrega el aspecto económico que arbitra el acceso a los canales de traslado de migrantes; desde quienes pagan a organizaciones traficantes de personas para poder llegar a su destino, hasta quienes carecen de todo recurso económico, y que se ven obligados a trabajar durante su trayecto. Todos estos factores complican la delimitación temporal del tránsito migratorio (Düvell, 2006).

d) La aplicación del concepto cruza también por lo discursivo. Comúnmente, se identifica que los flujos migratorios internacionales siguen un patrón que va de los países periféricos a los países centrales, y que algunas naciones, por su ubicación geográfica, forman una especie de canal de paso hacia los países de destino, tal es el caso de México, Marruecos o Turquía. Si bien esta información es verdadera, en el discurso se habla poco, por ejemplo, de Portugal, España, Italia o Polonia como países de tránsito para llegar a Alemania, Francia o Bélgica. La aplicación del concepto tiene entonces, un fuerte marco discursivo.

d) Existe una tendencia generalizada que asocia la migración de tránsito con la migración irregular. El ingreso de una persona a un país extranjero sin la documentación necesaria para permanecer legalmente en su territorio, le obliga a desplazarse por las vías de la clandestinidad, que generalmente, se vinculan con elementos negativos, como la violencia, criminalidad, tráfico de personas, tratantes de blancas, redes de prostitución, narcotráfico, contrabandistas, etc. Esta relación, ha provocado la creación de un discurso antiinmigrante que estigmatiza a las personas en tránsito como una amenaza, y a los países de tránsito como problemáticos e incapaces de controlar el flujo de personas (es el caso de territorios “reconocidos” como países de tránsito: México, Marruecos, Turquía).

Independientemente de las complicaciones conceptuales, Düvell (2006.19) identificó una serie de características que tienen los migrantes en tránsito y que se toman como base para el presente artículo:

1) La persona tiene la clara intención de trasladarse a un país de destino a través de un país de tránsito. 2) La intención de cruzar por un país para llegar a otro existe desde antes de la salida de la nación de origen, y forma parte del proyecto personal de migrar. 3) Durante el tránsito, la persona tiene la clara intención de seguir adelante, desde el país de su “actual” estancia a un destino final. 4) La persona toma medidas para alcanzar sus objetivos, por ejemplo, ahorrar antes del viaje, o trabajar en el tránsito. 5) La persona tiene como objetivo principal llegar y establecerse en un destino final, sabiendo que para lograrlo transitará por uno o más países. 6) La persona puede o no tener claro el lugar exacto de su destino final, pero reconoce estar en camino a él¹.

Riesgos en el Contexto de la Migración en Tránsito

Los riesgos en los espacios de tránsito migratorio pueden clasificarse según su principal factor de asociación: vinculados al ambiente y vinculados a la sociedad. La propuesta hecha por Silva y Cruz (2013), coloca en el primer caso las adversidades de las condiciones climáticas, como temperaturas extremas, huracanes o lluvias intensas; las dificultades de la interacción directa con la flora y la fauna, o bien, los obstáculos que representa la topografía e hidrografía. Los riesgos asociados a cuestiones sociales, son aquellos en los que los migrantes interactúan con los diferentes actores de la sociedad y experimentan abusos o agresiones, por ejemplo, señala la misma autora, ser víctima de traficantes, trata de blancas, explotación laboral, asaltos, violación sexual, discriminación, xenofobia, maltrato físico y verbal, y demás violaciones a los derechos humanos. Independientemente del factor en que se contextualiza el riesgo, Silva y Cruz (2013) mencionan que entre las repercusiones destacan, precisamente, las afectaciones temporales o permanentes, de las funciones y estructuras corporales, cuya gravedad va desde un malestar corporal producto de la alimentación o extensas caminatas, hasta la pérdida de los sentidos, amputación de extremidades, o incluso la muerte. El riesgo de afectación de las funciones y estructuras corporales, específicamente el de la adquisición de discapacidad física, es el punto en que se coloca el acento del presente artículo, en tanto que se le identifica como el hecho de quiebre que modifica la vulnerabilidad de un migrante.

Reconociendo que los riesgos son un factor esencial en el estudio de la vulnerabilidad de los migrantes, se retoman algunas definiciones:

Estar expuesto en el camino a una cosa o persona que es potencialmente una amenaza o un peligro, a tal grado que pueda perjudicar o dañar, a veces irreparablemente, el proyecto de migrar o la integridad física del migrante (Silva y Cruz, 2013.25).

El riesgo se concibe como un proceso que entreteje a los migrantes con personas o cosas (asaltantes, víboras, el tren carguero) en encuentros o situaciones

(donde quedan expuestos a los peligros), que tienen el potencial de perjudicarlos físicamente o de disfrutar su viaje [...] el último eslabón de este proceso es la posibilidad de sufrir algún daño o perjuicio a la integridad física (lesiones o pérdidas de bienes) o al proyecto de migrar (el atraso o la anulación del viaje); sin este potencial no existe el riesgo (Ruíz, M., 2001.18).

Los contextos de riesgo se refieren a las condiciones sociales, culturales, económicas y políticas particulares, resultado de las distintas formas en que se interrelacionan los grupos de población dentro de los diferentes espacios geográficos donde se generan situaciones de riesgo que son producto de las interacciones individuales (Bronfman, *et al.*, 2004.21).

Aunque no existe un consenso para definir los riesgos en la migración, los estudiosos sobre el tema reconocen la existencia de los mismos en las diferentes etapas del fenómeno. Silva y Cruz (2013) entienden los riesgos como un factor que obstaculiza, y en algunos casos cancela, el proyecto de migrar. En el caso de los daños a la integridad física, los mira como una barrera para lograr el objetivo de migrar. En otro extremo, Olivia Ruíz (2001.269), afirma que, “la migración en sí misma es un riesgo, y que en la personificación de un extranjero se corporeiza el mismo riesgo”.

Se define para este artículo que los riesgos son un producto social dinámico que varía en tiempo y en espacio, y que en el contexto del fenómeno migratorio se refieren a la probabilidad de que acontezca una interacción entre un migrante y otras personas, objetos o ambientes, que resulten en algún tipo de afectación económica, de relaciones sociales, o en la integridad física y/o emocional del migrante, incluyendo el proyecto de migrar. La magnitud e intensidad de la potencialidad de ocurrencia de los riesgos en la migración, depende de la toma de decisiones humanas, esto quiere decir, que existe la posibilidad de reducción, evitación o mitigación de acontecimiento. Esto sólo es posible si se transforma la situación en la que se producen dichos riesgos, es decir, por medio de la reducción de la vulnerabilidad.

Vulnerabilidad en Contextos Migratorios

Aplicado al fenómeno migratorio, Silva (2014.387) define la vulnerabilidad como el “proceso que surge como consecuencia de la interacción de una serie de factores sociales, contextuales y personales que convergen en el proceso de migración”, ello significa que la vulnerabilidad coloca a las personas en mayor o menor probabilidad de enfrentar un riesgo.

Bustamante (2007; 2001), enfocado en dar respuesta a la génesis de la vulnerabilidad de los migrantes, define al fenómeno como una “situación que surge como consecuencia de la interacción social de los extranjeros que entran en un país con los nacionales” (Bustamante, 2001.224). Su perspectiva jurídica, le lleva a considerar a los migrantes como sujetos de derechos humanos y sociales que, en la construcción de su vulnerabilidad, presentan un proceso dialéctico definido por dos aspectos: vulnerabilidad estructural y vulnerabilidad cultural.

[La vulnerabilidad estructural se refiere a] la diferencia entre un nacional y un extranjero/inmigrantes en sus relaciones con el Estado en el país de acogida, [mientras que] la vulnerabilidad cultural se deriva del conjunto de elementos culturales (estereotipos, prejuicios, racismo, xenofobia, ignorancia y discriminación institucional) con significados despectivos que tienden a justificar las diferencias de poder entre los nacionales y los extranjeros (Bustamante, 2001. 226-236).

En este sentido, se coincide con el pensamiento de Bustamante, pues a partir del criterio de distinción del Estado entre un nacional y un extranjero, surge una posición privilegiada para los primeros y una de desventaja para los segundos. En dicha distinción recae la génesis que impone reglas de acceso al territorio según nacionalidades. Ante la inviabilidad de acceso a los canales legales de internación a los territorios, muchas personas cruzan las fronteras clandestinamente y transitan por espacios que, en el caso de México, están dominados por el crimen organizado y en general por la violencia. Este contexto vulnera a los migrantes y los expone a mayor cantidad de riesgos.

A las reflexiones de Bustamante adicionamos la distinción que hay entre los mismos extranjeros que ingresan a territorio nacional en una situación migratoria regular y aquellos que lo hacen en situación irregular; y dentro de este último grupo, también vale la pena hacer la separación entre los que tienen y los que no tienen discapacidad, e incluso, por tipo de discapacidad. Cada uno de los grupos experimenta una vulnerabilidad distinta.

En términos espaciales, Düvell (2006) identifica que la vulnerabilidad se presenta en todas las fases del proceso migratorio, en el lugar de origen, el tránsito y el destino. El trayecto ideal de un migrante sería el paso de un lugar de origen seguro a otro con igual o mayor seguridad, y transitando por sitios también seguros, es decir, donde la vulnerabilidad no exista. El peor de los casos, sería un proceso migratorio que trascorra siempre bajo amenaza elevada de ocurrencia de riesgos. Entre los dos extremos yacen una serie combinaciones de grado, por ejemplo, una guatemalteca que tenga como proyecto migratorio llegar por tierra a Canadá, transitará por espacios que la vulnerarán diferencialmente en México y Estados Unidos. Incluso dentro de cada país, la vulnerabilidad puede variar según la región. Lamentablemente, la migración irregular en tránsito por México (y en otros países de tránsito), suele desplazarse por entornos inseguros, colocando a las personas en una situación de vulnerabilidad.

Espacios Mexicanos de Tránsito Migratorio

La migración irregular de personas centroamericanas en tránsito por México ha seguido principalmente el trazado de la infraestructura ferroviaria del país, debido a que subir a los contenedores de un tren de carga fue la forma que encontraron los migrantes para transportarse rápida y gratuitamente hacia la frontera norte sin ser vistos por las autoridades migratorias. El uso del tren de carga como medio de transporte fue común entre los migrantes desde la década de los 90's y hasta 2014, año en que el Gobierno Federal implementó una estrategia específica de contención migratoria llamada Plan

Frontera Sur. Entre otros objetivos, el plan dictó “evitar que migrantes pongan en riesgo su integridad al usar un tren que es de carga y no de pasajeros” (SEGOB, 2015). Para lograrlo, se pusieron en marcha cinco operaciones: 1) vagones cubiertos por un domo que impide la sujeción de personas en el techo, 2) operativos y redadas junto a las vías del tren, 3) custodios en el tren, 4) construcción de bardas y pilotes y, 5) mejoras en las vías, que aumentan la velocidad del tren (Animal Político, n/d).

El Plan, lejos de cumplir con el objetivo de salvaguardar la integridad física de los migrantes, los vulneró, ya que muchos continuaron viajando sobre el tren, pero ahora en condiciones más difíciles y arriesgadas. A partir de 2014, la cantidad de personas que subieron al tren de carga disminuyó considerablemente, pero no así el flujo total de migrantes, que a pie, o en otros medios de transporte, continuaron su camino hacia el norte siguiendo las vías del tren. De esta forma, el camino que marcan los durmientes del ferrocarril sigue siendo la ruta más concurrida por los migrantes centroamericanos que intentan llegar a la frontera con Estados Unidos. Existen dos rutas iniciales, una intermedia y tres de destino. Como se muestra en la Figura 1, en ciertas localidades las vías de tren se dividen, esto es relevante, en tanto que en esos sitios una persona migrante toma la decisión de seguir uno u otro camino para llegar a un destino específico en la frontera norte y consumir su proyecto de migrar.



Figura 1 – Rutas migratorias.
Fuente: elaboración propia.

Los migrantes comienzan su trayecto por México en la frontera con Guatemala principalmente por dos rutas: la primera (R1) inicia en Ciudad Hidalgo-Tecún Umán, recorre la costa chiapaneca y se adentra al Istmo de Tehuantepec, en Oaxaca, para llegar a la localidad de Medias Aguas; ahí se encuentra con la segunda ruta (R2) que nace en El Ceibo y Tenosique, Tabasco, y corre por el norte del mismo Istmo. El segundo trayecto, recorre los estados del centro del país, desde Medias Aguas, en Veracruz, hasta la Ciudad de Querétaro, con la posibilidad de cruzar (R3B) o evadir (R3A) la Ciudad de México. Querétaro es un importante punto en la ruta migratoria, pues ahí las personas deciden tomar uno de los caminos que los llevará a su destino en la frontera con Estados Unidos.

La ruta más corta se dirige al estado de Texas, E.U. por la región este de México, de tal forma que para llegar a Piedras Negras-Eagle Pass o, Ciudad Acuña-Del Río, los migrantes siguen la ruta 4A; mientras que para llegar a Matamoros-Browsville, Reynosa-Mc Allen, o Nuevo Laredo/Laredo, se sigue la ruta 4B. Por la parte central de México se sigue la ruta 5, que lleva a Ciudad Juárez-El Paso, y finalmente, el camino más largo, que lleva a Arizona y California, pasa por la región del Bajío y continúa por la costa del Pacífico hasta llegar a Agua Prieta-Douglas, Nogales o Mexicali-Calexico².

Metodología

Para alcanzar el objetivo del presente artículo, se siguió un camino cualitativo con técnica de entrevista. Se seleccionaron 12 entrevistas realizadas en cuatro visitas al albergue Casa Jesús el Buen Pastor del Pobre y el Migrante en Tapachula, Chiapas, entre enero de 2016 y agosto de 2018. El lugar de la entrevista fue seleccionado debido a que en dicho albergue se atiende a personas migrantes que han sufrido algún tipo de afectación corporal. Las doce personas entrevistadas cumplían con las siguientes características:

1) Situación migratoria: personas que ingresaron a México en una situación migratoria irregular y que en su proyecto personal de migrar identificaban a México como un país de tránsito. Esto incluye a los individuos que al momento de la entrevista habían modificado su estatus migratorio a regular (1 personas) o estuvieran en proceso (5 personas).

2) Función o estructura corporal: personas que adquirieron alguna discapacidad física (amputación, pérdida de movimiento) en los espacios de tránsito migratorio, lo suficientemente significativa como para alterar el proyecto personal de migrar. Seis de los entrevistados tienen una de las extremidades inferiores amputadas; dos personas perdieron una de sus extremidades superiores; dos migrantes tenían las dos extremidades inferiores amputadas; uno perdió dos extremidades inferiores y una superior, y otro migrante perdió la movilidad en ambas extremidades inferiores.

3) Edad y género: personas de sexo masculino que al momento de haber adquirido la discapacidad en la ruta migratoria tuvieron 18 años o más.

4) Nacionalidad: se entrevistó sólo a migrantes nacidos en Guatemala (2 personas), Honduras (7 personas) y El Salvador (3 personas).

Riesgos, Vulnerabilidad y Agentes Involucrados en la Adquisición de Discapacidad

Los riesgos a los que se enfrentan los migrantes en su tránsito por México son múltiples. La REDODEM (2017, 2016, 2015, 2014), a través de la base de datos de su red de organizaciones no gubernamentales enfocadas al atendimento de migrantes, mostró un listado de los delitos que se cometen constantemente contra dicho grupo de población: abuso de autoridad, abuso sexual, violación sexual, cohecho, desapariciones forzadas, robos, sobornos, extorciones, homicidios, intimidaciones, privación ilegal de la libertad, secuestros y torturas, entre otros. A través de las entrevistas realizadas a los doce migrantes centroamericanos en tránsito por México, se corroboró la existencia de estos actos delictivos; fuera porque los entrevistados experimentaron la violencia en carne propia, o porque estuvieron presentes en la agresión a otros migrantes.

La violencia en México, repercute directamente en las funciones y estructuras corporales de los migrantes, desde pequeñas heridas o alteraciones temporales de las habilidades corporales, hasta enfermedades permanentes, repercusiones mentales o la adquisición de una discapacidad.

Las entrevistas realizadas indicaron que la adquisición de discapacidad sucedió principalmente al inicio de la ruta migratoria (R1, R2, R3), específicamente en los estados de Chiapas, Tabasco, Oaxaca y Veracruz. Diez de los doce entrevistados adquirieron discapacidad en el tren carguero, y dos en situaciones laborales. En todos los casos, la discapacidad fue un factor que modificó el proyecto inicial de migrar.

Todos los entrevistados señalaron que su objetivo inicial era llegar a Estados Unidos, pero después de adquirir una discapacidad su proyecto migratorio se modificó. Uno de los migrantes había regularizado su estancia en México, cinco estaban en proceso de solicitud de refugio, cuatro no habían hecho ningún trámite porque tenían la firme intención de continuar su camino a Estados Unidos tras su recuperación física, y dos más no tenían plan.

Todos tenían asistencia médica –precaria– asegurada por el Comité Internacional de la Cruz Roja en Tapachula, y aseguraban sentirse menos vulnerables ante los delincuentes que antes de tener discapacidad.

México me gusta. La gente es amable. Ahora me regalan cosas. Es mejor que allá (Migrante guatemalteco con discapacidad física).

Quiero buscar trabajo aquí. A Honduras no regreso, si voy me matan. Sé hacer pan, y eso lo puedo hacer con muletas (Migrante hondureño con discapacidad física).

[En México o en Honduras] igual te roban, de todo pasa. Yo me iba a pelear un día, así como estoy [sin piernas], o sea igual te pasan cosas malas. No es seguro, cualquier día me matan [...] Pero si me aceptan [México] me quedo, porque la iglesia y México me ayudan (Migrante hondureño con discapacidad física).

De la información recabada en entrevistas, se obtuvieron cuatro agentes presentes en los espacios mexicanos de tránsito de migración centroamericana, asociados a la adquisición de discapacidad física:

1) Delincuencia organizada. Organizaciones criminales en el sur de México, principalmente asociadas al narcotráfico, tienen presencia a lo largo del recorrido de las vías del tren. Su modo de operación responde a dos formas: por un lado, exigen cuotas a los migrantes para tener derecho a transportarse en el tren de carga, a quienes no tienen la posibilidad de pagar se les da como alternativa aceptar transportar droga a Estados Unidos. En caso de no tener dinero o no aceptar la propuesta, los integrantes del crimen organizado arrojan a los migrantes del tren en marcha. Inevitablemente los migrantes sufren afectaciones corporales, entre ellas la amputación de alguna de sus extremidades.

[...] estaba yo en el tren, ahí cerquita de Arriaga. Se subieron esos, me dijeron que si me ponía la “mochila” para llevar la droga allá [...], me tardé en contestar, y ¡zas!, me tiraron. Caí, no sentí dolor, sólo vi que no me podía parar (Migrante hondureño con discapacidad física).

2) Agentes del Estado Mexicano. Policías federales, estatales y municipales, militares, marinos, y personal del Instituto Nacional de Migración son agentes del Estado implicados en agresiones a personas en situación migratoria irregular en tránsito por México. Tras la implementación del Plan Frontera Sur en 2014, se dio una situación específica con el personal del INM. Se incrementó el número de agentes destinados a vigilar el tren de carga para evitar que los migrantes subieran a él. La ubicación de los puestos de control migratorio es conocida por los migrantes, quienes de voz en voz, indican los lugares en donde es imposible pasar si se va a pie, en tren o en otro transporte, como autobús. Ante la amenaza de ser detectados, las personas evitan el contacto con los agentes del INM. Quienes van sobre el tren de carga, bajan cuando éste aún está en marcha, unos kilómetros antes de los puestos de control. Lamentablemente, muchos no bajan con éxito. Quienes logran bajar se suman a los que se desplazan a pie, e intentan rodear los puestos de control migratorio. El riesgo de adquisición de discapacidad no desaparece, pues los sitios aledaños suelen estar dominados por el crimen organizado y pandillas, que con actos de violencia también generan discapacidad.

[...] eran las 10 de la mañana. No había mareros, no había nada. Pero cuando ya iba a la ciudad de Celaya, me empecé a alarmar porque sabía estaba migración ahí [...] vi que no estuviera migración, me quité una cobija, la enredé y la puse en la parte de abajo y me paré en la escalera. El tren iba continuando, ahí fue que una rama se metió en la mochila y yo quise reventarla [...] me botó y caí en medio del vagón, me cortó la pierna, luego me dio vuelta en el mismo ratito y, ¡la mano! Eso fue el 21 de junio (Migrante hondureño con discapacidad física).

3) Seguridad privada. El tren carguero de la compañía Ferromex, tiene un acuerdo con el cuerpo de seguridad Cusaem, cuya tarea es vigilar que las mercancías que se transportan lleguen en tiempo y forma a su destino. Las entrevistas a migrantes, acusaron

a los vigilantes del tren de amenazas con mano armada para no subir. El caso de uno de los entrevistados muestra que un disparo en la pierna, derivó en una discapacidad.

[...] eran los del tren [...] los vi, yo me iba a bajar [el tren estaba detenido], pero se puso mal, éramos varios, yo creo que le dio miedo [...]. Me disparó en la pierna. En el hospital no había material, la pierna se me puso negra [...] luego me la cortaron y aquí estoy, en recuperación, sin pie (Migrante guatemalteco con discapacidad).

4) Pandillas. Si bien existen varias pandillas locales de origen mexicano que violentan a los migrantes centroamericanos, se destaca una organización multinacional que opera en Centro y Norte América, y que específicamente en el sur de México tiene mucha fuerza: la Mara Salvatrucha. Esta pandilla fue creada por migrantes salvadoreños en Los Ángeles, E.U. hacia finales de la década de los 80's. En México, los "Maras" tienen presencia en los espacios de tránsito migratorio, principalmente en la zona sur, donde cobran cuotas a migrantes para subir al tren. Quienes pertenecieron a esta organización y deciden escapar de ella migrando al norte del continente, suelen encontrar a otros miembros en México, quienes tienen la indicación de asesinar a quien abandona a la organización.

[...] yo fui, soy, mara; pero estaba feo y me quería salir. Me vine a México, pero éstos te siguen. De la Mara no sales. Aquí en la frontera me agarraron, pensaron que traía un mensaje, yo les mentí y hasta que se las olieron. Corrí, sólo uno me alcanzó y nos agarramos a golpes [...] me rompió la columna [...]. Ahora estoy en silla de ruedas, pero ya me acostumbré (Migrante salvadoreño con discapacidad).

Consideraciones Finales

Medina (2016.131) en las conclusiones de su trabajo que vincula migración en México y discapacidad, afirma que los migrantes que adquieren discapacidad presentan una mayor vulnerabilidad a la que tenían previamente al ser migrantes. Su afirmación es arriesgada, pues difícilmente se puede establecer una valoración en torno a si se tiene una mayor o menor vulnerabilidad por el hecho de adquirir una discapacidad. Cientos de migrantes centroamericanos salen de sus lugares de origen por motivos de violencia, son perseguidos o están amenazados de muerte; no es posible establecer una valoración en términos de vulnerabilidad cuando se da a elegir entre vivir en un ambiente de violencia donde la vida está casi comprometida, o intentar vivir, aunque ello signifique cruzar México, con todos los riesgos que representa.

La adquisición de una discapacidad física en los espacios mexicanos de tránsito migratorio no necesariamente aumenta la vulnerabilidad de la persona, más bien la transforma, en tanto que entra en juego, precisamente, el factor de la discapacidad. Las entrevistas a migrantes con discapacidad física mostraron que, si bien la alteración de sus funciones y estructuras corporales derivó en un replanteamiento del proyecto inicial de

migrar y les obligó a adaptarse a su nueva condición física, también les brindó mayor seguridad. Los estigmas y prejuicios (injustificados) que rondan en torno a la discapacidad, invitan a la sociedad a ser caritativa y brindar ayuda a quienes parecen “sufrir” por la pérdida de alguna de sus extremidades. Paradójicamente, esta visión caritativa y asistencialista de la discapacidad, tan criticada en los *Disability Studies* (Brognia, 2009) es, hasta cierto punto, positiva para los migrantes, en tanto que, 1) da la posibilidad de agilizar trámites para solicitar refugio en México, 2) la persona migrante se abstiene de transitar por los canales migratorios clandestinos, exponiéndose a menor cantidad de riesgos, y 3) la violencia, abusos y extorsiones, por parte de agentes del Estado, delincuencia organizada u otros particulares se ve minimizada; aunque se debe remarcar que no desaparece. La adquisición de una discapacidad en contextos migratorios representa grandes retos, desde la aceptación personal de la nueva forma corporal, hasta la adaptación a otras maneras de desarrollarse en la vida, ello incluye las complicaciones en la búsqueda de empleo y los inconvenientes que representa intentar una recuperación médica en un país que no garantiza en la práctica el acceso pleno a los servicios de salud.

Por otro lado, en términos teóricos, es difícil asignar una tipología adecuada para un migrante que adquiere discapacidad en un país que en su proyecto personal de desplazamiento, representaba apenas el camino para llegar a un destino final. Las personas entrevistadas se vieron obligadas a permanecer más tiempo de lo planeado en México; incluso, algunas de ellas, legalizaron su estancia en el país. La designación de migrante en tránsito es cuestionable, en tanto que la movilidad que supone la categorización, en realidad es una inmovilidad, la persona con discapacidad física permanece indefinidamente sin transitar.

Independientemente de la forma en que se le llame a este grupo, se sabe que la discapacidad física fue adquirida en lo que nombramos como “espacios mexicanos de tránsito migratorio”. Dichos espacios fueron construidos socialmente durante décadas, tanto por los migrantes, que poco a poco, delinearón una ruta hacia el norte del continente; como por los actores locales, que reaccionaron a la presencia del grupo de forma positiva con albergues y casas de migrantes, y de manera negativa, con la presencia de actores que violentan a la migración. Las entrevistas corroboraron que el riesgo de adquirir discapacidad es una realidad, y que su concretización se debe, principalmente, a la presencia de cuatro agentes: delincuencia organizada, agentes del Estado mexicano, seguridad privada y pandillas.

Finalmente, es importante señalar que la adquisición de una discapacidad física en los espacios mexicanos de tránsito migratorio no es un accidente, y que la vulnerabilidad y los riesgos no son características intrínsecas de la migración en tránsito; son apenas situaciones construidas por procesos que surgen a consecuencia de la interacción de factores sociales, culturales, económicos, políticos y personales, en un tiempo y espacio determinado. Esto da la posibilidad de reducir, evitar o mitigar la adquisición de una discapacidad en los espacios mexicanos de tránsito migratorio.

Bibliografía

AGUAYO, S.; O'DOHERTY, L. Los refugiados guatemaltecos en Campeche y Quintana Roo. *Foro Internacional*, v. 27, n. 2, p. 266-295, 1986.

ACNUR-UNHCR – Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados. *México, Factsheet*, Febrero, [folleto], UNHCR, 2017.

_____. *Tendencias globales. Desplazamientos forzados en 2015. Forzados a huir*, ACNUR, 2015.

Animal Político. *Programa Frontera Sur: una cacería de migrantes*. n/d. Disponible: <http://www.animalpolitico.com/caceriademigrantes/grafico02.html>. Consultado en: marzo de 2018.

BASOK, T.; BELANGER, D.; WIESNES, M.; CANDIZ, G. *Rethinking transit migration. Precarity, mobility, and Self –Making in Mexico*. Inglaterra: Palgrave-MacMillan, 2015.

BERGER, R. *Introducing disability studies*. USA. Rienner, 2013.

BROGNA, P. Las representaciones de la discapacidad: las vigencias del pasado en las estructuras sociales presentes. En: BROGNA, P. (Comp.). *Visiones y revisiones de la discapacidad*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009.

BRONFMAN, M.; LEYVA, R.; NEGRONI, M. *Movilidad poblacional y VIH-SIDA contextos de vulnerabilidad en México y Centroamérica*. Morelos, México: Instituto Nacional de Salud Pública, Cuernavaca, 2004.

BUSTAMANTE, J. Extreme Vulnerability of Migrants: The Cases of the United States and Mexico. *Migraciones Internacionales*, v. 6, n. 20, p.98-118, 2001.

_____. La migración de México a Estados Unidos: de la coyuntura al fondo. *Revista latinoamericana de población*. v. 1, n.1, p. 1-25, 2007.

CASSARINO, J.; FORGUES, P. Policy responses in MENA countries of transit for migrants and an analytical framework for policy-making. En: NYBERG, N. (edit.) *Mediterranean transit migration*. Danish Institute for International Studies. 2006.

CASTILLO, M. La frontera México-Guatemala: un ámbito de relaciones complejas. *Estudios Latinoamericanos*. v. 4, n. 6, p. 128-137, 1989.

COLLYER, M.; De HAAS, H. Developing dynamic categorization of transit migration. *Population, space and place*. n.18, p.468-481, 2010.

_____; DÜVEL, F.; De HAAS, H. Critical approaches to transit migration. *Population, space and place*. n.18, p.407-414, 2010.

DÜVEL, F. Crossing the fringes of Europe: transit migration in the EU's neighborhood. *Working paper*. n.33, University of Oxford, 2006.

_____. Transit migration: a Blurred and politicizes concept. *Population, space and place*. n.18, p. 415-427, 2010.

_____; MOLODIKOVA, I.; COLLYER, M. (eds.). *Transit migration in Europe*. Hardback: Amsterdam University Press, 2014.

GONZÁLEZ, A.; AIKIN, O. Migración de tránsito por la ruta del occidente de México: actores, riesgos y perfiles de vulnerabilidad. *Migración y desarrollo*. n. 24, p. 81-115, 2015.

HERNÁNDEZ, D.; SILVA, M.; DRESER, M.; CABALLERO, M.; LEYVA, R.; BRONFMAN, M. México. Chetumal. En: BRONFMAN, M.; LEYVA, R.; NEGRONI, M. *Movilidad poblacional y VIH-SIDA contextos de vulnerabilidad en México y Centroamérica*. Cuernavaca, Morelos, México: Instituto Nacional de Salud Pública, 2004.

MEDINA, M. Migrantes que adquirieron su discapacidad en su tránsito por México: causas que la detonaron y necesidades que enfrentan. En: BROGNA, P.; ZARDEL, J.; CRUZ, R. (coords.). *Voces de la alteridad*. UNAM, FES-Iztacala, 2016.

ONU – Organización de las Naciones Unidas. Making migration work for all. Report of the secretary-General. *Asamblea General*, 12 de diciembre, sesión 22, tema 14 y 117, 2017. Disponible: https://refugeesmigrants.un.org/sites/default/files/sg_report_en.pdf. Consultado en: marzo de 2018.

_____. Centro de Noticias ONU. *ONU cifra en 244 millones los refugiados que viven fuera de su país*, 12 de enero, 2016. Disponible: <https://www.un.org/development/desa/es/news/population/international-migrants.html>. Consultado en: marzo de 2018.

_____. Oficina del Alto Comisionado de los Derechos Humanos. *Situación de los migrantes en tránsito*, Oficina del Alto Comisionado de los Derechos Humanos, 2015. Disponible: http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Migration/StudyMigrants/OHCHR_2016_Report-migrants-transit_SP.pdf. Consultado en: abril de 2018.

REDODEM – Red de Documentación de las Organizaciones Defensoras de Migrantes. *El Estado indolente: recuento de la violencia en las rutas migratorias y perfiles de movilidad en México. Informe 2017*, REDODEM, 2017. Disponible: https://drive.google.com/file/d/1fiSF_oZRYh98F_a519_wCsTFsNZIV5xri/view.

_____. *Migrantes en México: recorriendo un camino de violencia. Informe 2016*, REDODEM, 2016. Disponible: <https://drive.google.com/file/d/0B2qOr5xTBM2TZDZhcWdrVjZ-KeVkv/view>.

_____. *Migración en tránsito por México. Rostro de una crisis humanitaria internacional*. REDODEM, 2015. Disponible: <http://www.sjmmexico.org.mx/wp-content/uploads/2016/12/informe-2015.pdf>.

_____. *Migrantes invisibles, violencia tangible. Informe 2014*, REDODEM, 2014. Disponible: <http://www.sjmmexico.org.mx/wp-content/uploads/2015/07/informe-migrantes-2014.pdf>.

RODRÍGUEZ, E. Migración centroamericana en tránsito irregular por México: nuevas cifras y tendencias. *Central America-North America Migration Dialogue*, PB, n. 14, 2016.

RUIZ, M. Los riesgos de cruzar. La migración centroamericana en la frontera México-Guatemala. *Frontera Norte*. v. 13, n. 25, 2001.

RUIZ, O. Riesgo, migración y espacios fronterizos: una reflexión. *Estudios demográficos y urbanos*, Colegio de la Frontera, Sur, n. 47, p. 257-284, 2001.

SEGOB – Secretaría de Gobernación. Programa Frontera Sur: proteger la vida de las personas migrantes y fortalecer el desarrollo regional. *Secretaría de gobernación Blog*. 11 de mayo de 2015. Disponible: <http://www.gob.mx/segob/articulos/programa-frontera-sur-protoger-la-vida-de-las-personas-migrantes-y-fortalecer-el-desarrollo-regional>.

SILVA, Y. Vulnerabilidad: un concepto para pensar las migraciones internacionales. En: ANGUIANO, M.; CRUZ, R. (coords). *Migraciones internacionales, crisis y vulnerabilidades. Perspectivas comparadas*. Tijuana, México: El Colegio de la Frontera Norte, 2014.

_____; CRUZ, R. Los riesgos de la migración irregular de menores mexicanos a Estados Unidos. En: SOLÍS, M. (coord.). *Estudios de lo local en la frontera norte de México. Sujetos, familias y espacios*. Tijuana, México: El Colegio de la Frontera Norte, 2013.

VILLA, B.; TAPIA, A.; CABALLERO, A.; SILVA, M.; GONZÁLES, R.; GUERRERO, C.; BRONFMAN, M. México. Ciudad Hidalgo, Chiapas. En: BRONFMAN, M.; LEYVA, R.; NEGRONI, M. *Movilidad poblacional y VIH-SIDA contextos de vulnerabilidad en México y Centroamérica*. Cuernavaca, Morelos, México: Instituto Nacional de Salud Pública, 2004.

Recebido em: 30/07/2018

Aceito em: 13/11/2018

¹ Düvell (2006) sólo menciona las primeras 5 características.

² Otro de los destinos más concurridos en la ruta migratoria es la frontera entre Tijuana, México y San Diego, Estados Unidos. Este cruce fronterizo no tiene conexión férrea con el resto del país.

Migrações e Direitos Humanos no Mercosul: Breve Análise

Migrations and Human Rights in the Mercosur: A Brief Analysis

Michelle Camille Barretoⁱ

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Campinas, Brasil

Mauro Cardoso Simõesⁱⁱ

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Campinas, Brasil

Milena Pavan Serafimⁱⁱⁱ

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Campinas, Brasil

Resumo: As migrações são movimentos de pessoas que possuem diversas causas. Busca-se, nesse entendimento, determinar a proteção dos direitos humanos como fator fundamental na proposição de ações dentro do Mercosul. A revisão da literatura combinada com a análise documental dos acordos do bloco servirá como método para entender essas relações entre migrações e garantia de direitos. Entende-se como clara a vontade de ampliar fronteiras econômicas no bloco, mas não tão expressivas as garantias dos direitos fundamentais via Estados-Nação. Desta forma, acredita-se essencial a preocupação com o tema para maior proposição de políticas que resolvam conflitos de interesses e que garantam direitos.

Palavras-chave: Garantias Fundamentais; Movimento de Pessoas; Políticas Regionais.

Abstract: Migrations involve the movement of people who have different causes. The purpose of this study is to understand how the protection of human rights is a fundamental factor in proposing political action within the Mercosur. Methods consisted of reviewing the literature and undertaking documentary analysis of the block agreements which permit understanding the relationship between migration and rights assurance. All parties involved agree on expanding the economic borders of the block but not so with regard to guarantees of fundamental rights via nation-states. We conclude that relating migration

ⁱ Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Graduada em Gestão de Políticas Públicas e Administração. barretoc.michelle@gmail.com

ⁱⁱ Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas. Pesquisador do Núcleo Geral Comum (NGC) e no Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA). mcsimoes1973@gmail.com

ⁱⁱⁱ Professora do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Aplicadas e dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e em Política Científica e Tecnológica. milenaserafim@gmail.com

and basic human rights is essential for proposing policies that resolve conflict of interests and guarantee rights.

Keywords: Fundamental Guarantees; Movement of People; Regional Policies.

Introdução

O propósito central deste trabalho é examinar os aspectos relevantes e inerentes ao processo de migração de pessoas, em especial no Mercosul, e relacionar tais elementos com a defesa e proteção de direitos humanos.

É possível encontrar elementos da discussão sobre o conceito-chave das migrações internacionais, como ponto de partida a ideia da movimentação de pessoas. Busca-se ampliar as formas de ver o migrante como indivíduo que tem por necessidade ou escolha a mudança de país, de vivência e experiência, permitindo estabelecer que a presença de políticas regionais que promovam e respeitem o direito fundamental de escolha do lugar é essencial para todo o processo.

Evidenciam-se as regulamentações das migrações e possíveis políticas de proteção e defesa dos direitos humanos neste contexto do Mercosul, com breve reflexão da importância em se promover políticas menos restritivas. Com a certeza de que o estudo das migrações internacionais está muito ligado ao estudo dos direitos humanos, nessa perspectiva, é interessante observar como as organizações internacionais lidam com a temática e o reflexo na região.

Por fim, pretende-se encontrar aspectos que evidenciem as determinantes no processo de garantia de direitos, na intenção de promover o debate e as ações definitivas para mudança da situação atual dos migrantes, que não é uma tarefa fácil, porém é necessária.

Metodologia

Acredita-se que a melhor forma de se fazer uma análise reflexiva sobre o tema é observando os estudos já organizados sobre as migrações e direitos no período de existência do Mercosul. A partir de dados secundários, publicações em periódicos, documentos oficiais, livros temáticos, dossiês, entre outros, foi possível elencar uma série de ideias que compõem a discussão.

A revisão bibliográfica, acompanhada da análise documental, foram métodos que auxiliaram o processo de entendimento das relações entre os conceitos e as práticas. A busca combinada de palavras-chave foi essencial para encontrar autores e ideias que se complementavam na discussão, formando um corpo teórico robusto para explicação de como se entende as migrações internacionais.

Já a análise de documentos foi feita a partir de documentos oficiais do bloco e legislação brasileira. Evidenciam-se algumas normas que regem as relações entre migrações e direitos por entender que são elementares para quem busca saber a quais determinações estamos sujeitos em nossa vida cotidiana.

Dessa forma apresenta-se o conteúdo da discussão como uma análise breve das questões intrínsecas ao processo migratório e a garantia de direitos humanos, fomentando a promoção de condutas alinhadas com a preservação da dignidade humana.

Migrações Internacionais: uma Breve Contextualização do Debate

As migrações internacionais contemporâneas compõem o complexo processo de entendimento sobre os movimentos populacionais no mundo. Avaliam-se características deste processo que abrangem os deslocamentos populacionais no Mercosul.

Para tanto, entende-se fundamental refletir migrações internacionais a partir do processo de globalização que precede e, ao mesmo tempo, impulsiona as migrações e que, a partir desta concepção, as considerações estarão envolvidas na perspectiva de que os processos neoliberais em busca de ganho de capitais são excludentes e prejudiciais à vida em comunidade, uma vez que privilegiam o capital ao ser humano.

Desta visão, pode-se ter em mente que as migrações internacionais estão no centro de determinadas problemáticas sociais e que as pessoas que migram, por diversas vezes, se encontram em situação de vulnerabilidade.

Essencialmente, os movimentos migratórios não são estáticos e sofrem mudanças de acordo com algumas condições globais, como crises econômicas, políticas, guerras, entre outras. Essas condicionantes podem também ser por razões positivas, de organização social ou desenvolvimento econômico, que geram oportunidades de trabalho e renda para os indivíduos.

Hoje, é extremamente importante considerar o contexto de luta e compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e efetivação dos Direitos Humanos dos migrantes. É preciso reconhecer o novo, difícil e conflitivo papel dos Estados Nacionais e das políticas sociais em relação aos processos internacionais e internos de distribuição da população no espaço – cada vez mais desigual e excludente. Há que se tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local. É de fundamental importância considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária – que, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à reestruturação econômica produtiva em escala global. (PATARRA, 2005, p. 24)

Entende-se também que as migrações internacionais constituem o movimento de pessoas entre nações. Para tanto, os Estados têm suas fronteiras e regras que podem dificultar ou facilitar o ingresso do migrante. É fato que há responsabilidade do Estado pelo migrante que ingressa em seu território.

Do ponto de vista conceitual, a migração internacional vincula-se inexoravelmente à ideia de Estados nacionais, materializando-se por meio do cruzamento das fronteiras políticas de tais Estados. (CASTLES, 2009; SAYAD, 1999) As migrações internacionais, assim, só existem porque existem as fronteiras. Juridicamente deveriam constituir a exceção no sistema de Estados-nação, que constrói-se sobre a tríade: governo, povo e território, em que um povo estável (ou estabilizado), localizado em um território definido, é ligado a um governo e a um ordenamento jurídico que possui jurisdição (poder) sobre

aquele território. O migrante é aquele membro de um Estado que se desloca para outro território e, portanto, se coloca sob a jurisdição deste outro Estado. (BARALDI, 2014, p.16)

Migrações estão relacionadas diretamente com a movimentação de pessoas. E essa movimentação é fundamental na construção dos espaços, dos lugares, culturas e identidades. Baraldi (2014) afirma que existe uma preferência por evidenciar migrações internacionais como termo mais próprio para delimitar o conceito da mobilidade humana, reforçando a luta dos migrantes contra exclusão do paradigma de Estado-nação.

No entendimento de Nascimento (2012), existem três principais causas para migrações, sendo elas as diferenças existentes entre países no que se refere a níveis de desenvolvimento, demografia e consolidação democrática. Essas diferenças na verdade representam grandes esferas da vida em sociedade, das condições de sobrevivência e subsistência.

O *Manual de derechos humanos de personas migrantes* realizado pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul, em junho de 2017, declara que a migração é o ato de sair de um território para outro, podendo ser no mesmo Estado ou não e que apresenta características de movimento, podem ser chamadas de migrações forçadas ou voluntárias, permanentes ou temporárias.

A União Interparlamentar (UIP), em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de uma Oficina do Alto Comissariado para Direitos Humanos (OACDH), elaboraram um manual *Migración, derechos humanos y gobernaza*, em 2015, que trata sobre aspectos relevantes do tema de migrações internacionais, desse modo explicitam que

La migración en la actualidad es consecuencia de una serie de factores económicos, políticos y sociales. Los migrantes dejan sus países de origen debido a una situación de conflicto, a violaciones generalizadas de los derechos humanos o a otras razones que amenazan su vida o su seguridad. Muchos de ellos se ven obligados a buscar empleo en otra parte por la falta de trabajo en condiciones decentes. También emigran para reunirse con miembros de su familia que ya se han establecido en el extranjero. La inmigración, la entrada en un país de destino, suele reflejar pautas de migración históricas, conexiones familiares y redes de migración. A medida que la globalización amplía la circulación mundial de capitales, bienes, servicios y tecnología, la migración responde a la creciente demanda de capacitación y de mano de obra en los países de destino. Estos factores, junto con el envejecimiento de la población y la disminución de la fuerza laboral en los países de ingresos altos, intensifican la migración internacional, incluida la movilidad de la mano de obra y de trabajadores cualificados. (OACDH, 2015, p. 20)

O sujeito das migrações internacionais é o migrante e este não pode ser objeto desqualificado de estudos, é necessário estabelecer que o migrante é relevante, possui direitos e necessita da garantia destes.

O migrar é um ato que carrega em si uma complexidade, e definir o termo migrante não é uma tarefa simples. Nascimento (2012) contribui para a discussão da definição do tema argumentando que as motivações para migrar são diversas: questões financeiras, profissionais, políticas, ambientais, conflitos armados, entre outros. Também podem ser definidos migrantes quanto à situação documental de entrada no país, como regulares e irregulares. Neste ponto é vital frisar que no entendimento da autora migrar não é um crime, sendo assim, evita-se dizer que o migrante é ilegal ou legal. Patarra (2005) afirma, a partir da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994 no Cairo, que são considerados migrantes internacionais os migrantes documentados, não documentados e refugiados/asilados.

Entende-se o ato de migrar como um movimento, e torna-se essencial estabelecer uma conexão do movimento de migrar com a construção do lugar a partir da experiência vivida. Realiza-se uma aproximação com a fenomenologia, discreta, mas complementar, para pensar no indivíduo que se encontra na situação de migrante.

Para estabelecer essa breve conexão, mesmo que na fronteira da limitação desta aproximação, as concepções e considerações sobre lugar como forma de experiência vivida estão baseadas no trabalho de Marandola Jr. (2010). Em transposição com o tema pode-se pensar que o indivíduo migra a partir de razões internas (pessoais) e externas (condição política, econômica, ambiental) e para tanto é necessário deixar seu lugar de nascimento e partir para um novo, onde deve construir uma nova experiência direta com o ambiente que se insere.

Faz sentido pensar nessa concepção quando estudamos direitos humanos, pois são envolvidas características intrínsecas à atividade humana na garantia dos direitos, e na garantia da dignidade dos migrantes, essencialmente na nova configuração de vida que estabelecem com o ambiente em que se instalam, convivendo com novas condições sociais e culturais.

Para as migrações internacionais ainda é relevante mencionar a presença das organizações internacionais na resolução de conflitos e proposição de políticas regionais e multilaterais. Para regular sobre os trabalhadores migrantes a Organização Internacional do Trabalho (OIT) se faz presente nos conflitos, mesmo que seguindo os parâmetros definidos pela Organização Internacional do Trabalho, desenvolvida pós-industrialização mundial. A Organização Internacional para Migrações (OIM) se faz presente como a principal organização intergovernamental que tenta estreitar as relações entre países promovendo a gestão humanitária das migrações. Também se ocupam do tema das migrações organismos da ONU como a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e a própria divisão de direitos humanos da ONU.

Migrações do Mercosul e para o Brasil: uma Análise das Normas e Acordos

A criação do Mercosul como bloco econômico visava a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos e não estava no centro da discussão a elaboração de ações que promovessem maior integração social entre as populações. No que se refere às migrações, nos momentos em que se constituíam as alianças, não foram estabelecidas regras regionais sobre a circulação de pessoas, ignorando o contexto de que a região é terreno de migrações históricas (MENDES, 2016, p. 83).

No que se refere aos movimentos migratórios internacionais *entre* os países da América do Sul, de um modo geral são os mesmos históricos e bastante complexos, envolvendo desde fluxos intercontinentais, como vimos anteriormente, até aqueles em espaços binacionais e tri-nacionais. Essas migrações compreendem diversas formas de mobilidade da população no território e derivam tanto de fatores econômicos como políticos. (PATARRA; BAENINGER, 2005, p. 86)

As autoras afirmam que nos anos 1970 os movimentos migratórios intrarregionais foram consideráveis, nos anos 1980 já foram mais modestos e nos anos 1990 reduzidos pela oscilação e instabilidade geradas por crises políticas na região (PATARRA; BAENINGER, 2005, p. 86). Destaca-se que negociações entre Brasil e Argentina nos anos 1980 culminaram na proposta de construção do Mercosul, e em 1991 foi promovido e assinado o Tratado de Assunção.

As determinações promovidas pelo Tratado de Assunção (1991) não regulavam a migração no contexto regional, nem as questões sociais que se repetiam nos países marcados pela divisão capitalista de desenvolvido e em desenvolvimento. Apenas foi mencionada a vontade política de estabelecer bases para uma união estreita entre os povos, para alcançar os objetivos de modernizar as economias, ampliar as ofertas de bens e serviços, melhorando a qualidade de vida dos habitantes.

Para Mendes (2016), uma crítica que se faz à construção do Mercosul é que não havia um órgão ou mecanismo que reduzisse assimetrias e disparidades entre os países nas questões de desenvolvimento humano. Nesse sentido, as reflexões sobre a condição de vida dos indivíduos foram reduzidas apenas a trabalho e emprego.

Vale recordar que, ao longo dos anos 1990, os países do Mercosul estavam envolvidos em crises financeiras e tentando levantar suas economias, em especial com os acordos de tarifas e econômicos promovidos dentro do bloco, visando minimizar os resultados negativos. Desta maneira a questão da proteção dos direitos pouco aparecia nas agendas internas dos países e muito menos na agenda de negociações do Mercosul.

Contudo, com o Tratado de Ouro Preto (1994), houve uma reorganização na estrutura do Mercosul, refletindo na questão migratória, pois foi criado o Foro Consultivo Econômico-Social com o intuito de estabelecer uma nova determinação para a situação dos migrantes, extrapolando a visão do migrante laboral para uma visão ampla de cidadania. Mendes (2016) afirma que neste evento foi consolidada a ideia de elaboração de instrumentos que promovessem o desenvolvimento humano da região, afirmados no Acordo Multilateral de Seguridade Social (1997) e na Declaração Sociolaboral do Mercosul (1998).

Os dois documentos internacionais visavam estabelecer regras para colaboração entre os países de reconhecimento e garantia de direitos laborais. No entanto, o Acordo Multilateral não estabelecia em seus artigos a obrigatoriedade dos países de modificarem suas legislações internas, porém, se tornou de grande importância por garantir aos migrantes uma segurança jurídica para reivindicar seus direitos sociais e benefícios previdenciários.

Enquanto os países ainda se adequavam para ratificar os acordos, foi criada a Comissão *Ad Hoc* sobre a Dimensão Social do Mercosul para, a princípio, estabelecer melhorias

no texto aprovado em 1998. No entanto, a estrutura tripartite diante das frentes sindicais que acompanhavam o processo não avançou muito no debate das questões sobre migração, nem no que se refere aos migrantes de fronteira, que deveriam ter maior atenção pela alta mobilidade e dificuldade de acesso aos benefícios (MENDES, 2016, p. 88).

Desta maneira, a questão da Dimensão Social do Mercosul acabou por não ser tão eficiente na amplitude das migrações. Os países, no entanto, continuaram com as suas regras internas de recebimento de imigrantes.

Os órgãos que regulam e administram a entrada de estrangeiros no Brasil são Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Trabalho, sendo que o Ministério da Justiça cuida da parte documental dos migrantes. A Lei nº 6.815 de 1980, até final de 2017, era a regimento da política migratória do país, conhecida como “Estatuto do Estrangeiro”. Teve suas bases constituídas nos momentos de ditadura militar brasileira e reforça traços críticos da visão xenofóbica do brasileiro em relação aos migrantes. A lei também criou o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que estabelece resoluções e é presidido pelo Ministério do Trabalho em conjunto com outros representantes dos outros ministérios. Também vinculado ao Ministério da Justiça temos o Comitê Nacional para os Refugiados – Conare.

Em relação à entrada de migrantes mercosulinos no país, Patarra e Baeninger (2004, p. 8) determinam que,

Dentre as migrações internacionais do Mercosul para o Brasil, nos anos 1990, a metade teve origem no Paraguai; 34,7% na Argentina; e, 14,6 % no Uruguai. Para o Mercosul Ampliado, a migração de paraguaios para o Brasil respondeu por 31% do total, seguida do fluxo de argentinos (21,2% do total) e dos bolivianos (20,2%) e, finalmente, dos peruanos (13,2%). Esses fluxos indicam que para a compreensão dos deslocamentos populacionais no Mercosul é preciso que se amplie a região de análise, incorporando, mesmo que de maneira agregada, países que imprimem uma nova dinâmica às migrações na América Latina.

Segundo o estudo da Organização Internacional de Migrações em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego em 2009, sobre o perfil migratório do Brasil a partir de dados fornecidos pelo CENSO 2010 e o levantamento da CELADE (Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia) de 2006,

Existe uma diferença evidente com relação à composição dos grupos de emigrantes segundo os países de destino na região do MERCOSUL. A emigração de brasileiros para o Paraguai e Bolívia se caracteriza, mormente, como migração do tipo familiar, composta por homens relativamente jovens e chefes de família, mulheres em idade reprodutiva e crianças em idade escolar. Em geral, estas populações apresentam baixa escolaridade (menos de 6 anos de estudo em média) e baixa renda familiar. Contudo, tendem a manter sólidos vínculos com familiares nas comunidades de origem e exercem forte circularidade nas áreas de fronteira. Já o estoque de brasileiros residentes na Argentina e Uruguai se caracteriza pela estrutura mais envelhecida e jovens mais qualificados para o

mercado de trabalho, ocupando não apenas o setor da agricultura, mas também indústria e serviços (mesmo que de maneira incipiente). (OIM, 2010, p. 29)

Estes dados do Censo de 2010 apresentam um fluxo já estabelecido para migrantes dos países do Mercosul para o Brasil. É possível observar, através do Atlas do Censo de 2010, que a distribuição dos maiores grupos de estrangeiros para o país, a partir de 2005, é de 10.001 a 11.814 para Bolívia e Paraguai, seguido pela Argentina de 4.001 a 8.000, e Uruguai, Peru e Colômbia de 2.000 a 4.000 pessoas migrantes. Vale lembrar que Bolívia é Estado Parte em processo de adesão desde 2012 e Peru e Colômbia são Estados Associados ao bloco. Ainda segundo o Censo de 2010 o número total de estrangeiros no Brasil é de 433.428 habitantes.

Para comparar a evolução dos números de pessoas que entraram no país e que se naturalizaram, o Atlas mostra o aumento de migrações de bolivianos, colombianos paraguaios e peruanos para o Brasil enquanto que a migração de argentinos diminuiu, conforme a Figura 1.

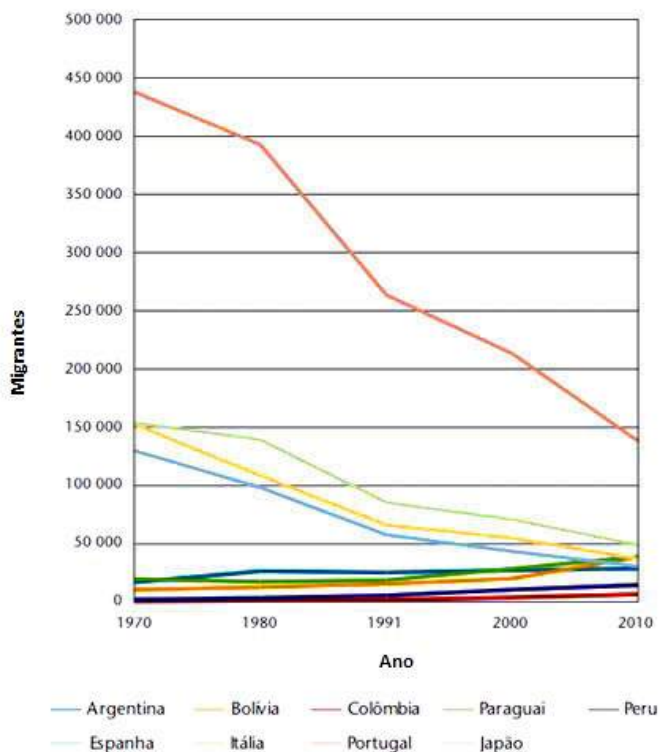


Figura 1 – Evolução do número de naturalizados brasileiros e estrangeiros que fixaram residência, por país de naturalidade – 1970/2010.

Fonte: IBGE. Gráfico do Atlas do Censo 2010, p. 26.

Sobre a saída de brasileiros para países vizinhos e participantes do bloco, o Relatório do Censo 2010 (2011, p. 60) estabelece que no norte do país os movimentos transfronteiriços foram mais expressivos, a Guiana Francesa recebeu emigrantes partindo do Amapá, a Venezuela, de Roraima, a Bolívia, do Acre e no centro-sul os emigrantes se dirigiram para Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

A movimentação das pessoas nas fronteiras é interessante quando nos referimos ao Mercosul, que se propõe a promover a integração regional, porém ainda tem-se muito a avançar nas questões das migrações e o controle sobre os movimentos. Patarra e Baeninger (2005) determinavam sobre os números de estrangeiros, que haviam diversas assimetrias informacionais.

Trabalha-se até hoje com a estimativa de 1 milhão de estrangeiros no Brasil, considerada estável nos últimos dez anos, mas o Ministério do Trabalho forneceu autorizações a apenas 62.890 pessoas, entre 1993 e 2000. A desproporção entre imigrantes não documentados e os legais é nítida; situação reforçada, ademais, pelas restrições e pouca abertura do país aos refugiados políticos. Um dos problemas para os imigrantes estrangeiros é a já citada lei de imigração, editada na década de 1980, quando vigorava um regime político de exceção, que considerava o estrangeiro uma questão de segurança nacional. (p. 89)

A questão da entrada indocumentada dos migrantes é fonte de diversas violações de direitos, principalmente quando são necessários cuidados e acesso aos serviços públicos. A necessidade de melhorar a cooperação entre os países do Mercosul para regularizar a situação dos migrantes é urgente. Ainda que tenham sido feitos avanços nos últimos anos ainda são percebidas situações de vulnerabilidade dos migrantes, nesse contexto não estão indicados os casos especiais de asilo e refúgio.

A partir dos anos 2000, o Mercosul já estava mais sedimentado e as discussões dentro do bloco já avançavam sobre os problemas sociais. Com as determinantes dos movimentos migratórios já estabelecidas, principalmente para migrantes a trabalho, os países conseguiram se organizar na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul para determinar alguns documentos que diminuíssem as assimetrias entre as legislações internas no que se refere às migrações.

A Comissão Parlamentar Conjunta estabelecida em 1994 com o Protocolo de Ouro Preto, teve papel interessante nos processos burocráticos do Mercosul, na convergência de legislações dos Estados Parte a fim de completar o processo de integração. Em 2005, por meio do Protocolo Consultivo do Parlamento do Mercosul é constituído o Parlamento do Mercosul, que em suas atribuições estavam representar os povos do Mercosul, defender a democracia, paz e liberdade, impulsionar o desenvolvimento sustentável com justiça social e respeito à diversidade cultural, garantir o processo de integração, estimular a formação de uma consciência coletiva de cidadania, contribuir para consolidação da integração latino-americana e promover a solidariedade e cooperação regional (OIM, 2012, p. 32).

O Parlamento tem certa importância no desenvolvimento das questões migratórias, pois foi possível internalizar nos estados membros os acordos estabelecidos em outras

instâncias do bloco. Como o caso dos Acordos de Residência, ou a Declaração de Princípios e Diretrizes do Mercosul sobre Justiça, Segurança e Direitos Humanos.

Segundo o *Cuadernos Migratorios* nº 3 da Organización Internacional para las Migraciones, Oficina Regional para América del Sur, 2012, cria-se por meio da decisão do CMC nº 7/76 a Reunião dos Ministros do Interior do Mercosul, com finalidade de criar mecanismos de integração e cooperação. Para o tema de migrações no bloco, a Reunião dos Ministros aprovou a criação da Declaração de Santiago sobre Princípios Migratórios do Mercosul em 2004.

Esta declaração reconhece que as migrações são importantes no processo de formação nos Estados, reconhece a necessidade de fortalecer as iniciativas de regularização dos fluxos migratórios, assegurar aos migrantes direitos já declarados em convenções e tratados internacionais vigentes, entre outras determinações. Foi o primeiro documento importante para os processos de regularização das migrações intrabloco.

A Conferência Sul Americana sobre Migrações, realizada em 2000, entra no rol de eventos estratégicos para a região debater migrações e políticas para adoção nos países da América do Sul.

Entende-se a partir dessa movimentação que se consolida uma fonte de pressão internacional sobre a criação e regulamentação das questões de migração no bloco, visto que, em diversas instâncias, são firmados compromissos em nível estatal para promoção e proteção dos direitos humanos.

As conferências que se seguiram trouxeram importantes elementos para as discussões dentro do bloco. Pode-se ver que a partir de 2000 alguns problemas como obtenção de visto, visto para turistas, regulamentação de migrantes nas fronteiras, casos especiais de trabalhadores de fronteiras, foram discutidos pelos integrantes do Grupo de Trabalho Especializado sobre Migrações a fim de propor documentos para minimizar as disparidades entre os países nas políticas de migrações. O grupo em certa medida atinge esse objetivo com o *Acuerdo sobre Localidades Fronterizas Integradas*, pelo nível de integração institucional (OIM, 2012, p. 40).

Segundo a OIM (2012), os documentos tratados ao longo da existência do grupo foram Declaração do Rio de Janeiro sobre o Instituto de Refúgio (no ano 2000, em apoio à Convenção sobre Refúgio da ONU de 1951), Declaração de Assunção em Matéria do Tráfico de Pessoas e Tráfico de Migrantes (2001), Acordo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile (2002) e o Plano de Combate ao Tráfico de Pessoas entre os Estados Parte e Estados Associados (2008).

O grupo de trabalho estava integrado na instância de uma comissão técnica que trabalhava estrutura interna da Reunião dos Ministros do Interior. A partir de 2002 começaram as discussões para criação do Foro Especializado em Migrações (FEM), criado em 2003, também ligado à Reunião dos Ministros do Interior do Mercosul.

São importantes para a regularização das migrações no Mercosul os Acordos de Residência, são eles o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul e o Acordo para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul, Bolívia e Chile, aprovados pela Decisão CMC nº 28/02. Ambos os acordos concedem o direito à residência e ao trabalho que são condições primordiais na garantia de permanência daquele que migra.

Segundo Mendes (2016), foram estabelecidos diversos instrumentos para facilitar a permanência e a circulação dos trabalhadores migrantes dentro do bloco, tais como Acordo sobre Regularização Migratória Interna do Mercosul, Acordo sobre Regularização Migratória do Mercosul, Bolívia e Chile, Acordo de Livre Trânsito e Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Acordo de Livre Trânsito e Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, todos em 2002.¹ Após a criação do Foro Especializado em Migrações (FEM) também foi aprovado a Declaração de Santiago sobre Princípios Migratórios (2004).

Analisando a partir das determinações dos autores, esses acordos foram fundamentais para a discussão do tema de migrações no Mercosul, por estabelecer em seus artigos direitos e garantias para os migrantes. Há, de certa forma, uma preocupação com os direitos humanos e com a garantia dos direitos via Estado, porém não são determinadas ações concretas nos acordos, foram necessárias outras discussões e pressão das organizações internacionais e sindicatos (no âmbito de direitos laborais) para que políticas regionais fossem determinadas.

O artigo 9 do Acordo de Residência versa sobre direitos e garantias dos migrantes e nele se apoiam as promessas de garantia de direitos humanos, no entanto, só em 2009 todos os países do bloco implementaram o acordo, um lapso temporal de adequação das normas internas que mostra a vulnerabilidade da relação entre garantia de direitos e burocracia Estatal.

Essa vulnerabilidade pode ser observada ao longo das discussões que envolvem direitos humanos no panorama internacional e na elaboração dos documentos da proteção dos direitos fundamentais.

Direitos Humanos: um Panorama das Normas de Proteção de Migrantes

A discussão sobre direitos humanos se fortaleceu no pós 2ª Guerra Mundial, na medida em que se formalizou a criação de uma organização multilateral, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Carta das Nações Unidas. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por meio da Resolução 217 A (III), foi aprovada na Assembleia Geral.

No sentido de desenvolver o tema sobre os direitos, define-se a visão contemporânea dos direitos humanos expressa na Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993 que, em seu parágrafo 5º, afirma: “Todos os direitos humanos são universais, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase” (Conferência de Viena, 1993). Para Piovesan (2004), a visão contemporânea dos direitos humanos conjuga o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais, reforçando a necessidade da proteção integral dos direitos humanos.

A Conferência de Viena reuniu 171 países para a discussão sobre a proteção dos direitos humanos a partir daquele contexto mundial que vinha se formando. Benoni (2009), ao investigar o processo de construção da Declaração de Viena, analisa que a conferência reforça o etnocentrismo ocidental e não garante o consenso entre as nações.

No entanto, entende-se que os países presentes mesmo não atingindo o pleno acordo sobre a universalidade dos direitos humanos estabeleceram a estratégia de firmar um compromisso de promoção e proteção dos direitos à medida que todos se comprometessem a cumpri-los.

A conferência de Viena, neste aspecto, conseguiu aprovar texto que afirma a universalidade dos direitos humanos, sem deixar de reconhecer a importância das particularidades culturais. Buscou transcender o debate simplificador e o monopólio que se nutre de estereótipos. (...) Não obstante, o avanço foi real e a linguagem, em que pese a “ambiguidade construtiva” própria do discurso político multilateral, estabeleceu determinados parâmetros que favorecem a universalidade de todos os direitos humanos. (BENONI, 2009, p. 101)

Ramos (2014) afirma que existem argumentos que revelam a contrariedade da universalidade dos direitos humanos. Seriam esses argumentos relacionados à existência de diversas percepções valorativas do mundo, na qual nada é universal; à universalidade no plano externo e preservação no interno, com falta de adesão e engajamento prático dos estados-membros; aos valores culturais diversos; à proteção de direitos em países com recursos econômicos suficientes. Esses argumentos servem para exemplificar como a pluralidade está mais presente nas questões de direitos humanos do que a universalidade, e quão complexa é a sua aplicação nas diversas sociedades.

Jullien (2009), em seu livro *O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo*, levanta questões sobre o desenvolvimento do pensar sobre o universal, sobre a ligação ao pensamento europeu e provoca a reflexão sobre a grande influência da globalização na concepção do que é o universal, e a quem de fato ela se aplica.

A concepção da universalidade dos direitos humanos é baseada no modelo de organização da sociedade, que perpassa a ordem econômica capitalista. Esse modelo que, através da garantia de direitos, deveria ser propor soluções e acaba sendo conivente com violações, e a universalidade torna-se um conceito complexo de efetivar-se na realidade.

A complexidade dos direitos humanos reside em que eles podem ser concebidos, quer como forma de localismo globalizado, quer como forma de cosmopolitismo ou, por outras palavras, quer como globalização hegemônica, quer como globalização contra hegemônica. Proponho-me de seguida identificar as condições culturais através das quais os direitos humanos podem ser concebidos como cosmopolitismo ou globalização contra hegemônica. A minha tese é que, enquanto forem concebidos como direitos humanos universais, os direitos humanos tenderão a operar como localismo globalizado – uma forma de globalização de-cima-para-baixo. (...) Para poderem operar como forma de cosmopolitismo, como globalização de-baixo-para-cima ou contra-hegemônica, os direitos humanos têm de ser reconceitualizados como multiculturais. O multiculturalismo, tal como eu o entendo, é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra hegemônica de direitos humanos no nosso tempo. (SANTOS, 1997, p. 112)

Contudo, via de regra, para os atores envolvidos na proteção e promoção dos direitos, é importante ressaltar que os direitos humanos, nas palavras de Carvalho Ramos (2014, p. 28), consistem no reconhecimento de que são direitos de todos, não havendo diferenças entre os seres humanos. Essa universalidade também refere-se ao alcance que estes direitos devem ter; portanto, afirmam-se tanto perante as diversas ordens estatais e internacionais, como diante de ordens extraestatais (NEVES, 2005, p.8). Nesse sentido, torna-se explícita a obrigatoriedade dos países em proteger e promover os direitos, de acordo com os documentos internacionais ratificados e também em consonância à vontade de promover a diminuição das desigualdades dentro de um país em particular e entre os países com os quais se relaciona.

Por fim, entende-se que para a aplicação da universalidade no contexto de migrações é dado que desde a entrada do migrante no país há um controle estatal de seu trânsito, e cabe ao Estado aplicar políticas que promovam os direitos, nesse sentido quando se diz que o Estado quer limitar a universalidade, ele na verdade limitaria direitos fundamentais. (VEDOVATO, 2012, p. 116)

Documentos Internacionais de Proteção de Direitos Humanos

Claramente, direitos humanos estão ligados à proteção da dignidade humana e garantia de condições para preservá-la seja em que espaço do globo estiver o ser humano.

Neste sentido, Sarlet (2013) faz uma profunda reflexão sobre as dimensões da dignidade, estabelecendo que é complexa a delimitação por conter diversos aspectos a serem entendidos. Na organização das dimensões como críticas, vê-se que a dificuldade de compreensão jurídico-constitucional da dignidade da pessoa humana, por constituir um valor próprio que identifica o ser humano, a dimensão ontológica relaciona a dignidade como um elemento centrado na autonomia e autodeterminação, conceito geral pautado pela Declaração Universal de 1948 e outras jurisprudências, a dimensão da dignidade e intersubjetividade pautando o sentido de comunidade e pluralidade (em Hannah Arendt) destacando alguns aspectos relevantes à ordem jurídica dos Estados, a dignidade como construção histórico-cultural, relacionada com a hegemonia cultural no norte do mundo, a dignidade como limite e tarefa, no sentido de gerar direitos e deveres ao Estado e à comunidade.

O que se percebe, em última análise, é que onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e moral do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde não houver limitação do poder, enfim, onde a liberdade e a autonomia, a igualdade (em direitos e dignidade) e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e minimamente assegurados, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana e esta (a pessoa), por sua vez, poderá não passar de mero objeto de arbítrio e injustiças. (SARLET, 2013, p. 35)

Desta compreensão segue-se para o entendimento de que para uma livre circulação de pessoas e preservação da dignidade é fundamental a garantia, via jurisdicional, dos

direitos humanos e assim podem ser analisados os documentos internacionais que estabelecem parâmetros do trato jurídico-legal do trânsito das pessoas e da garantia de vida.

Com efeito, segundo o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos da ONU, os seguintes tratados formam um conjunto de garantias e direitos das pessoas, que também envolvem artigos específicos para migrantes, delineados pelo Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH) do Mercosul:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948;
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966;
- Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, 1966;
- Convenção de Viena sobre as Relações Consulares, 1963;
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, 1965;
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher (CEDAW), 1979;
- Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, 1984;
- Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989;
- Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias², 1990;
- Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, 1951;
- Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, 1967;
- Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea, 2000.

O IPPDH ainda seleciona os documentos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos a partir da Organização dos Estados Americanos (OEA):

- Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto San José da Costa Rica), 1969;
- Protocolo Adicional a Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), 1988;
- Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, 1984;

Dentre os documentos do Mercosul o instituto seleciona:

- Acordo de Residência do Mercosul, Bolívia e Chile, 2009;
- Declaração Sociolaboral do Mercosul, 1998;
- Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, 1997.

Esses são os documentos oficiais em que podem ser encontradas particularidades da proteção internacional dos direitos humanos e mais especificamente do Mercosul. Desta maneira cabe evidenciar os termos proteção da dignidade humana, igualdade de direitos, liberdade de sair e regressar ao país de nascimento, não discriminação, combate a práticas de tortura e tráfico ilegal, direitos de nacionalidade, direitos da família, direito à não expulsão (*non refoulement*)³. Para o contexto do Mercosul são os direitos sociais que têm mais interesse, a medida que são acordos para facilitar o trânsito e o trabalho na região.

Pode-se encontrar nos estudos produzidos pelo Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul que muito se avançou na questão de defesa dos direitos humanos no Mercosul. O instituto avalia que apesar de o bloco ser instituído para integração econômica, houve a valorização da dimensão social no processo, e para tanto, as preocupações desse fator se voltaram para as migrações dos trabalhadores, em busca de oportunidades de emprego nos países vizinhos.

Determinam como fundamentais no processo a Reunião dos Ministros do Interior do Mercosul, bem como os Acordos de Residência por assegurarem a igualdade de direitos, reunificação familiar, tratamento igualitário para nacionais e migrantes, direito de transferir dinheiro e garantia de direitos para os filhos dos migrantes (IPPDH, 2016, p. 29).

Colaborando com a evolução da temática, os Estados Partes têm compreendido a importância de elaborar políticas migratórias conjuntas, visto que as nações da América do Sul passaram a se encontrar nos Fóruns e Convenções regionais para defesa dos direitos, bem como impulsionados pelas novas gestões dos países e instituições preocupadas com a garantia de direitos dos migrantes e nacionais.

O estudo também aponta que a construção da “Cidadania do Mercosul” tem sido um elemento-chave na integração entre os países:

En 2010, el Consejo del MERCOSUR aprobó la elaboración de un “Plan de Acción para la conformación progresiva de un Estatuto de la Ciudadanía del MERCOSUR”. A través de él, el MERCOSUR ha establecido que el estatuto de ciudadanía “estará integrado por un conjunto de derechos fundamentales” y conformado sobre la base de la política de libre circulación e igualdad de derechos. (IPPDH, 2016, p. 30)

Por fim, as ações integrativas para proteção e promoção de direitos humanos no Mercosul também se espelham na UNASUL e nas Conferências e Encontros regionais, onde se apresentam propostas de ação. Desta maneira, é necessário avaliar as políticas públicas para migrações conjuntas do Mercosul, mas essencialmente o trato das políticas brasileiras, na intenção de evidenciar elementos que permitam perceber os efeitos dos acordos firmados no Mercosul na materialização de políticas públicas brasileiras de proteção e promoção dos direitos humanos.

Conclusão

Os aspectos fundamentais para o entendimento do processo de migrações no Mercosul são complexos e envolvem um olhar interdisciplinar para a questão. São diversos elementos que constituem a base das migrações internacionais e que refletem nas migrações e políticas regionais. Diante deste panorama, as breves análises sobre o que são migrações internacionais revelam que, para muitos, a questão da movimentação de pessoas é uma prática comum e necessária para a continuidade das atividades humanas, para outros, é único meio de sobrevivência, mas para todos é um processo não linear que engloba as questões mais profundas da vida em comunidade, a forma com que estamos inseridos no capitalismo e como alguns indivíduos vivem à margem dos ganhos do capital.

Nesse sentido, claramente são necessárias influências de grandes organismos internacionais na proposição de soluções para os conflitos e principalmente para a ajuda humanitária. Vemos que historicamente o Mercosul é uma região com fluxos migratórios constantes, e a iniciativa do bloco econômico não priorizou as ações de equidade de recursos para investimentos na economia e na sociedade, deixando claro que o objetivo era reerguer as finanças dos países-membros e possibilitando as violações de direitos.

O Brasil representa rota de passagem ou permanência de muitos migrantes mercosulinos, bem como seus nativos procuram novas moradas nos países do bloco, contudo, até final de 2017, promovia uma política migratória excludente. Com a nova política, a esperança é que mais direitos sejam de fato respeitados pelo Estado e que cada vez mais as garantias fundamentais sejam cumpridas.

Os conceitos que envolvem as questões de direitos humanos expressam virtudes ocidentais e nem sempre aceitas em todo o globo, no entanto, é extremamente interessante reunir esforços para que os indivíduos, apesar das diferenças culturais, entendam o que os tornam iguais, e em essência, podemos relacionar com a garantia dos direitos fundamentais.

Enfim, acredita-se que com essas reflexões seja possível, através da organização dos documentos e conceitos que englobam as questões de migrações, constituir um arcabouço de ideias e práticas que afetam as políticas internacionais de recepção de migrantes, de uma maneira mais alinhada com a proteção dos direitos humanos. Desta forma, evidencia-se que os aspectos inerentes ao processo de migrações e garantia de direitos no Mercosul dependem de políticas menos restritivas e procedimentos internacionais amplos e multiculturais, que promovam a plena salvaguarda dos direitos humanos.

Referências Bibliográficas

BAENINGER, R.; PATARRA, N. L. *Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica – Brasil no Mercosul*. I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP. Caxambu, MG, Brasil. 18 a 20 de setembro de 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_244.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

BAENINGER, R. O Brasil na rota nas migrações latino-americanas. In: *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo, Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

BARALDI, C. B. F. *Migrações internacionais, direitos humanos e cidadania sul-americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 2014.

BRASIL. *LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815impressao.htm. Acesso em: 20 dez. 2017.

BENONI, B. *A politização dos direitos humanos: o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e as resoluções sobre países*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

IBGE. Censo 2010, Atlas do Censo. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

IBGE. RELATÓRIO CENSO 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

IPPDH. *Migración, derechos humanos y política migratória. Série Migración y Derechos Humanos*. Buenos Aires, Argentina. 2016. Disponível em: <http://www.ippdh.mercosur.int/serie-migracion-y-derechos-humanos/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

IPPDH. *Derechos humanos de personas migrantes*. Manual regional. Buenos Aires. Argentina. 2017. Disponível em: <http://www.ippdh.mercosur.int/derechos-humanos-de-personas-migrantes-manual-regional/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

JULLIEN, F. *O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

MARANDOLA Jr., E. Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em *place and placeness*, de Edward Relph. *XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*, Porto Alegre, julho, 2010. Disponível em: <https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2010/07/eduardo-marandola-jr.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MENDES, J. S. R. PUERTAS ABIERTAS? Migrações regionais, direito e integração da comunidade Andina de Nações e no Mercosul. *Caderno CRH*, Salvador, v. 29, n. SPE 03, p. 77-92, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000400006>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NASCIMENTO, B. L. F. Os fluxos de migrações internacionais e as fronteiras impermeáveis: abordagem crítica às restrições ao processo de migrações voluntárias. *Universitas Relaciones Internacionales*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 23-42, jul./dez.2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5102/uri.v10i2.1801>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NEVES, M. A força simbólica dos direitos humanos. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 4, outubro/novembro/dezembro, 2005. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2017.

OACDH. *Migración, derechos humanos y gobernanza*. Trad. Fernando Puchol. 2015. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Publications/MigrationHR_and_Governance_HR_PUB_15_3_SP.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

OIM. Integración y migraciones. El tratamiento de la variable migratória em el MERCOSUR y su incidencia en la política argentina. *Cuadernos Migratorios*, n. 3. Buenos Aires. 2012. Disponível em: http://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/publicaciones/Cuadernos_Migratorios_3_Integracion_y_migraciones.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

ONU. Conferência Nacional de Direitos Humanos, 1993. Declaração e Programa de Ação de Viena. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volume, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 83-102, fev. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 jun. 2017.

_____; FERNANDES, D. Políticas públicas e migração internacional no Brasil. *Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil en América Latina*. São Paulo: Scalabrini International Migration Network, p. 151-276, 2011. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/LasPoliticPublicasSobreMigraciones.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

PIOVESAN, F. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *SUR, Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 21-47, 2004. Disponível em: <http://www.surjournal.org/index1.php>. Acesso em: 20 jun. 2017.

RAMOS, A. C. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, B. S. For a multicultural conception of human rights. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SARLET, I. W. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. In: MAURER, B. B. et al. (orgs). Ingo Wolfgang Sarlet (trad.). Ingo Wolfgang Sarlet; Luís Marcos Sander, Pedro Scherer de Melo Aleixo, Rita Dostal Zanini. *Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia e direito constitucional*. 2. ed. (rev. e ampl.). Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

VEDOVATO, L. R. *Ingresso do estrangeiro no território do estado sob a perspectiva do direito internacional público*. 2012. 213 f. Tese (Doutorado em Direito Internacional)-Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Recebido em: 30/07/2018

Aceito em: 29/11/2018

¹ Uma anotação interessante sobre a acessibilidade dos documentos pelo site da Secretaria do bloco, não é possível baixar os acordos na íntegra, apenas visualizar em uma tabela o número, título, tipo, matéria, país, organismo, data do tratado e, quando se clica em detalhes, uma breve explicação do caminho legislativo dele. Podemos pensar que a transparência fica a desejar, pois não foi possível acessar o documento apesar deste caminho parecer que daria o acesso. Consultar em: http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/ConsultaMercosur.aspx

² Brasil não ratificou esta Convenção, muito pelo conflito com a Lei nº 6.815 de 1980 – “Estatuto do Migrante”.

³ Para maiores entendimentos consultar: VIEIRA DE PAULA, Bruna. O PRINCÍPIO DO NON-REFOULEMENT, SUA NATUREZA JUS COGENS E A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, [S.l.], n. 7, p. 51-68, jul. 2016. ISSN 1677-1419. Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/94>. Acesso em: 28 jun. 2017.

Regionalismos e Migrações Internacionais na América do Sul: Contexto e Perspectivas Futuras sobre as Experiências na Comunidade Andina, no Mercosul e na Unasul

Regionalisms and International Migration in South America: Context and Future Perspectives on the Andean Community, Mercosur and Unasur Experiences

María del Carmen Villarreal Villamarí
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este trabalho busca descrever as relações existentes entre regionalismos e migrações internacionais na América do Sul, mediante a análise da Comunidade Andina (CAN), do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Estes processos, que incluem entre seus propósitos o tratamento das migrações internacionais, redefiniram seus objetivos ou incorporaram este fenômeno no marco do regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico. Aqui, fatores como a maior politização da cooperação regional, o “giro à esquerda” dos principais países da região, a emergência de novas narrativas a favor dos direitos dos migrantes e uma maior participação de atores não estatais tiveram um papel essencial. Como resultado, foram criadas normativas regionais sobre migrações internacionais com a perspectiva dos direitos humanos e projetos de cidadania regional. Concluímos com algumas reflexões sobre as mudanças recentes no cenário político regional e o retorno do regionalismo aberto com ênfase na economia e no comércio.

Palavras-chave: Migrações Internacionais; Regionalismos; Can; Mercosul; Unasul.

Abstract: This paper seeks to describe the relationship between regionalism and international migration in South America through the analysis of the Andean Community (CAN), the Southern Common Market (MERCOSUR) and the Union of South American Nations (UNASUR). These associations, which include among their purposes policy of international migration, redefined their objectives or incorporated this phenomenon within the post-liberal framework or post-hegemonic regionalism. Here, factors such as the greater politicization of regional cooperation, the “left turn” in the main countries of the region, the emergence of new narratives in favor of migrants’ rights and greater participation of non-state actors played a key role in this redefinition. As a result, regional regulations on

ⁱ Pós-doutoranda em Ciência Política (UNIRIO)/Bolsista PDJ do CNPq. Doutora em Ciência Política/ Universidad Complutense de Madrid. Pesquisadora do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global/GRISUL-UNIRIO. mariavillarreal85@gmail.com

international migration with a human rights perspective and regional citizenship projects have been created. We conclude with some notes on recent changes in the regional political landscape and a return to open regionalism with an emphasis on economics and trade.

Keywords: International Migration; Regionalism; Can; Mercosur; Unasur.

Introdução

A migração é um fenômeno humano natural e um elemento central da mudança social, resultado de causas, sobretudo econômicas, mas também políticas, sociais, demográficas, culturais ou ambientais. Embora autores como Castles e Miller (2004) tenham definido a nossa época como “a era das migrações”, segundo a Organização Internacional das Migrações (OIM, 2018, p. 17), 244 milhões de pessoas eram migrantes em 2015, o que representa 3,3% da população mundial. Se comparados com os 84 milhões migrantes registrados em 1970 (2,3% da população mundial), é evidente que os deslocamentos populacionais triplicaram, mas a residência no país de nascimento ainda continua sendo a norma para a maioria das pessoas. Não obstante, especialmente no começo do século XXI, as migrações têm se tornado um dos fenômenos mais debatidos e polêmicos a nível global.

O aumento das migrações internacionais se produz no contexto da globalização e os migrantes representam o “rosto humano” deste processo. Os deslocamentos populacionais ocorrem em todas as direções, com perfis cada vez mais diferenciados e supõem importantes desafios para os Estados e as sociedades devido aos heterogêneos impactos que geram. Frente a este processo, que influencia tanto as políticas nacionais quanto as relações bilaterais ou multilaterais, os Estados defendem sua soberania e a restrição das migrações. Porém, em um cenário de crescente politização, reconhecem também a complexidade do fenômeno e a necessidade de cooperar com outros atores na sua gestão ou governança (WIHTOL DE WENDEN, 2013; GRANJA e VILLARREAL, 2017; VILLARREAL, 2017; OIM, 2018).

Desde o segundo pós-guerra, o regionalismo se tornou um fenômeno global. Como resultado das diversas ondas deste processo (HOFFMANN e HERZ, 2005), surgiram múltiplas expressões do “velho” e do “novo” regionalismo (SÖDERBAUM, 2003). À diferença do primeiro, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), como exemplos do novo regionalismo, definiram uma cooperação além do plano econômico, incluindo o tratamento de diversos temas, dentre eles o migratório, no âmbito político, social e cultural. Além destes modelos, no começo do século XXI e no contexto do “giro à esquerda” nos governos dos países da região, surgiu o regionalismo pós-liberal (MOTTA VEIGA e RIOS, 2007; SANAHUJA, 2012) ou pós-hegemônico (RIGGIROZZI e TUSSIE, 2012) que permitiu aprofundar a cooperação entre os Estados em esferas não tradicionais e mudou qualitativamente o olhar sobre sua abordagem.

Graças à convergência ideológica dos governos da região, da emergência de narrativas favoráveis aos direitos dos migrantes e de uma maior participação de atores não estatais nas políticas dos blocos, a CAN, o Mercosul e a Unasul criaram nas últimas

décadas legislações e políticas comuns para remover os obstáculos à mobilidade e facilitar os deslocamentos dos cidadãos dos Estados Partes e Associados, ao passo que formularam inúmeros instrumentos para promover e garantir os direitos dos migrantes (RAMÍREZ, 2016; MERCOSUR, 2016; GRANJA e VILLARREAL, 2017; VILLARREAL, 2017; CAN, 2018).

Este trabalho procura entender o tratamento do fenômeno migratório nas três experiências citadas no contexto do regionalismo aberto e pós-liberal ou hegemônico. Para tanto, fazemos um estudo de caráter analítico-descritivo e discutimos a evolução tanto histórica (análise diacrônica) quanto atual (análise sincrônica), utilizando como metodologia a análise bibliográfica e documental de legislação regional.

O texto se divide em três partes. Na primeira se oferecem algumas noções sobre migrações internacionais, globalização e regionalismos, distinguindo os modelos de regionalismo com objetivos específicos, daqueles que incorporam ou aprofundam a agenda de cooperação, com assuntos políticos, sociais e culturais. Seguidamente, apresentamos uma breve descrição das migrações internacionais contemporâneas na América do Sul, e, na parte final, são expostos alguns dos avanços mais importantes no âmbito do Mercosul, da CAN e da Unasul. O artigo conclui com algumas reflexões sobre as mudanças recentes no cenário político da região que evidenciam um retorno do regionalismo neoliberal.

Migrações Internacionais, Globalização e Regionalismos

Algumas das tendências das migrações internacionais contemporâneas são: a generalização dos fluxos e o aumento dos deslocamentos intrarregionais; a feminização das correntes migratórias, especialmente a nível regional; a aceleração e diversificação dos perfis migratórios e a multiplicação das causas das migrações que têm gerado, entre outros efeitos, o crescimento histórico dos deslocamentos forçados provocados por conflitos, violência generalizada ou fatores ambientais, assim como fluxos mistos onde não há distinções claras entre migrações forçadas e voluntárias (CASTLES e MILLER, 2004; OIM, 2018).

As migrações internacionais são uma dimensão importante da globalização, entendida como uma rede complexa de processos de natureza econômica, política, tecnológica e cultural que comporta a intensificação das relações sociais e interconexões à escala mundial, graças aos avanços nas tecnologias da comunicação e dos transportes (GIDDENS, 2006, p. 22-24). O aumento da importância do fenômeno migratório e a complexificação das suas dinâmicas têm provocado também uma progressiva politização do processo com a participação de múltiplos atores não estatais (organizações internacionais, partidos políticos, acadêmicos, ONGs, associações de migrantes etc.) que, em função de diversos interesses e prioridades, atuam e influenciam a criação de políticas e legislação migratória (MÁRMORA, 2010; OIM, 2018).

As migrações internacionais (voluntárias e forçadas) desafiam a ordem westfaliana que estabeleceu como princípios constitutivos a soberania, a autoridade central e a territorialidade do Estado-nação. De acordo com Wihtol de Wenden (2013, p. 74), os desafios que as migrações supõem para o Estado se expressam em três níveis diferentes: na sua soberania, na sua definição da identidade nacional e no seu poder para adminis-

trar as migrações. Os Estados são questionados tanto pela incapacidade de controlar a imigração, quanto pela crescente heterogeneidade que supõe a chegada de novas populações no seu território e pelo aumento de regulação internacional e multilateral sobre o fenômeno. Com efeito, a complexidade dos fluxos contemporâneos, assim como a existência de normas internacionais de direitos humanos, o aumento dos vínculos transnacionais e o surgimento de formas de cidadania transnacional (BAUBÖCK, 2010), ou os projetos políticos que visam construir cidadanias supranacionais (RAMÍREZ, 2016; GRANJA e VILLARREAL, 2017; VILLARREAL, 2017) redefinem a ação estatal e promovem aproximações multilaterais que multiplicam o número de organismos e espaços de discussão do fenômeno a nível regional e global (MÁRMORA, 2010; OIM, 2018). Neste cenário adquire relevância a abordagem das migrações feita pelos regionalismos.

O regionalismo é um fenômeno que surgiu na primeira metade do século XIX, durante a revolução industrial e tecnológica, que facilitou o aumento do comércio e dos vínculos entre os Estados (MANSFIELD e MILNER, 1999, p. 596). Para Hettne (2002, p. 954), pode ser entendido como a ideologia e projeto político de construção de uma região em prol de benefícios econômicos, políticos ou de heterogênea natureza. No que tange à sua classificação, a literatura especializada (HETTNE, 2002; SÖDERBAUM, 2003) tradicionalmente define os processos contemporâneos, segundo os seus atributos, como regionalismos fechados ou abertos. Os primeiros surgiram no cenário bipolar da Guerra Fria e foram analisados como processos de caráter endógeno com objetivos específicos na busca do desenvolvimento das nações implicadas e proteção dos próprios mercados (HETTNE, 2002). Em termos gerais, estes regionalismos aceitam como membros exclusivamente os países que fazem parte da região e têm como princípio o compartilhamento da história e de valores comuns, assim como a existência de sistemas políticos semelhantes entre os Estados Partes (HOFFMANN; HERZ, 2005). Já os regionalismos abertos surgem na ordem mundial multipolar e se analisam como respostas ao desafio exógeno representado pela globalização e como processos de integração inclusiva ampla e multidimensional (HETTNE, 2002) que transcendem esferas de cooperação tradicional como a economia e a segurança (SÖDERBAUM, 2003) e visam atingir a liberalização multilateral através da eliminação de barreiras comerciais entre seus membros, prevendo também a extensão dos benefícios a terceiros países.

A distinção entre regionalismos fechados e abertos, também denominados exemplos do “velho” e do “novo” regionalismo, corresponde às fases que a literatura denomina “ondas de regionalismo” (MANSFIELD e MILNER, 1999; BRICEÑO RUÍZ e MORALES, 2017). Os regionalismos fechados, considerados expressão do velho regionalismo, surgiram durante a primeira onda que ocorreu no segundo pós-guerra, durante as décadas de 1950 e 1970. Estes projetos tinham o propósito de industrializar as economias, através das estratégias protecionistas como a substituição de importações. Alguns exemplos no contexto latino-americano são a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) de 1960; o Mercado Comum Centro-Americano de 1960; o Pacto Andino de 1969 e o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) de 1975 (HOFFMANN; HERZ, 2005, p. 170-171).

Os regionalismos abertos, como expressão do novo regionalismo, surgem a partir de meados da década de 1980 e, sobretudo, na década de 1990, com o objetivo de corrigir

a falência dos modelos precedentes e apontam para uma melhor inserção das economias dos países membros no comércio internacional. Todavia, estas iniciativas incluem a participação de atores estatais e não estatais, preveem a cooperação em esferas não tradicionais como a política, social e cultural (SÖDERBAUM, 2003) e têm a ambição de estabelecer uma identidade e coerência regionais (HETTNE, 2002, p. 956). Alguns dos exemplos mais destacados desta fase na América Latina são: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) de 1989; o Mercosul de 1991; e a transformação em 1997 do Pacto Andino na CAN (HOFFMANN; HERZ, 2005, p. 173-174).

Apesar destas premissas, no caso latino-americano o regionalismo aberto se diferenciou de outros modelos e adquiriu uma conotação mais específica, sendo definido pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) como:

um processo de crescente interdependência econômica a nível regional, impulsionado tanto por acordos preferenciais de integração como por outras políticas em um contexto de abertura e desregulamentação com o objetivo de aumentar a competitividade dos países da região e de construir, na medida do possível, uma base para uma economia internacional mais aberta e transparente. (CEPAL, 1994, p. 8)

Embora o projeto tivesse como meta “a transformação produtiva com equidade” (CEPAL, 1994), na América Latina o regionalismo aberto representou uma mudança em relação ao modelo de desenvolvimento endógeno, até então vigente, e a adoção de uma estratégia de inserção “competitiva” na economia globalizada (LIMA e COUTINHO, 2007, p. 129). Portanto, segundo Briceño Ruíz e Morales (2017), o regionalismo aberto foi entendido como um processo de integração essencialmente econômico e identificado como parte do projeto neoliberal. Assim, em um contexto de difíceis condições socioeconômicas para os países da região, da chegada de governos autodenominados “progressistas” na Venezuela (1998), Brasil (2002), Argentina (2003), Uruguai (2005), Bolívia (2005), Ecuador (2006), Chile (2006) e Paraguai (2008), e de fortes críticas ao neoliberalismo e suas promessas não cumpridas, este modelo entrou em crise.

Como resultado deste processo, Motta Veiga e Rios (2007) e Sanahuja (2012) identificam uma terceira forma de regionalismo que denominam pós-liberal. Este novo modelo, promovido principalmente por governos críticos do *status quo*, surge a partir dos anos 2000 como uma alternativa ao regionalismo aberto, ao neoliberalismo e à globalização econômica na região. De fato, esta tipologia, representada no contexto latino-americano pela Unasul, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) ou a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), tem um caráter mais abrangente que se traduz no aprofundamento da dimensão política e social da integração regional e implica no retorno dos projetos desenvolvimentistas como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), novas áreas de cooperação (como a da segurança ou a monetária)¹ e uma maior participação da sociedade civil.

Desde uma perspectiva convergente, Riggirozzi e Tussie (2012) definem este novo processo como regionalismo pós-hegemônico. Para as autoras, esta nova tipologia de

regionalismo é resultado das mudanças na estrutura internacional de poder e da diminuição da influência norte-americana nos países da região. Um exemplo emblemático deste processo é o fim das negociações para o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), após a IV Cúpula das Américas em Mar del Plata, em 2005. Neste sentido, representa, por um lado, um processo de contestação da ordem neoliberal liderada pelos Estados Unidos e, por outro, fomenta uma maior cooperação e integração (entre Estados e atores não estatais) com o fim de administrar os bens comuns da região (RIGGIROZZI e TUSSIE, 2012, p. 12), aumentar sua projeção internacional e adquirir maiores margens de autonomia no tabuleiro internacional.

Em oposição a estas posturas, Malamud e Gardini (2012, p. 118) afirmam que, na América Latina e no Caribe, não está se desenvolvendo um novo tipo regionalismo e que, portanto, não existe um novo modelo, mas sim um cenário de regionalismo segmentado no qual coexistem diversas experiências sobrepostas que evidenciam que a integração econômica entendida de forma integral está desaparecendo a favor de uma multiplicidade de projetos de cooperação divididos por sub-regiões. Nesta linha, o regionalismo teria alcançado um pico além do qual é impossível avançar. Privilegiando a integração econômica, para Malamud e Giardini (2012, p. 125-126), fatores como a convergência de objetivos políticos ou a cooperação em temas sociais e de infraestrutura são importantes, mas não substituem o objetivo primordial da integração que é essencialmente econômico. Assim, os esquemas de cooperação regionais que, na ausência de cessão de soberania e dependência das políticas externas nacionais, são passageiros, representariam a expressão do fracasso do regionalismo.

Mais recentemente, desde uma perspectiva histórica, Petersen e Schulz (2018) afirmam que a cooperação dos países da região nas esferas política, social e cultural, assim como a participação da sociedade civil nestes processos não é nova e conta com uma longa tradição de mais de um século². Esta cooperação foi desenvolvida, por exemplo, no âmbito do Pan-americanismo, até a securitização da agenda durante a Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria. Assim, mais do que supor uma ruptura com os modelos de regionalismo nas Américas, a “nova agenda” do século XXI, para Petersen e Schulz (2018), representa uma continuidade da lógica e dos métodos de cooperação que está em sintonia com as tentativas dos governos de usar o regionalismo para legitimar o papel do Estado e promover seus próprios interesses.

Migrações Internacionais Contemporâneas na América do Sul

Excetuando a imigração ultramarina histórica, muito importante em países como Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela, a América do Sul é hoje uma região essencialmente emissora de população até destinos extrarregionais como Estados Unidos, Europa e Ásia. Porém, a partir da década de 1970, a imigração intrarregional é uma tendência crescente em todos os países. Com efeito, só no período 2010-2015, a imigração intrarregional aumentou 11% e se estima que 70% dos imigrantes na região sejam provenientes de um dos países que a conformam, com uma forte e crescente presença das mulheres (OIM, 2018, p. 90-91). Os destinos históricos de imigração na região foram Argentina e Venezuela, mas em função da crise humanitária na Venezuela e melhores condições socioe-

conômicas, países como Equador, Chile, Brasil e Peru também se tornaram recentemente polos de atração dos imigrantes regionais.

O incremento da migração intrarregional, majoritariamente laboral, é fruto do endurecimento dos controles migratórios nos países do Norte e dos cada vez mais altos custos da emigração de longa distância que provocaram a busca de oportunidades e alternativas de vida dentro da região. Paralelamente, a escolha de destinos regionais é resultado de elementos como os bons indicadores socioeconômicos e a oferta de salários mais elevados de alguns países, assim como da demanda de trabalhadores qualificados e não qualificados em todos os setores da economia e das condições relativamente favoráveis para emigrar graças à criação de políticas e acordos regionais como o Acordo de Residência Mercosul (GRANJA e VILLARREAL, 2017; VILLARREAL, 2017; OIM, 2018).

Na sub-região merecem também destaque o deslocamento forçado e a migração de refúgio (MARTÍNEZ; ORREGO, 2016), evidentes sobretudo na Colômbia e na Venezuela, e resultado de conflitos e crises humanitárias, assim como do aumento generalizado da violência em função da atuação das redes do crime organizado e da expansão do extrativismo (GRISUL, 2018). Por outro lado, como efeito da crise global e melhorias nas condições nos mercados de trabalho regionais, após 2008 cresceram as migrações de retorno e diminuiu a taxa de emigração extrarregional, ao passo que aumentou o número de imigrantes provenientes de outras regiões. Os europeus, sobretudo de Espanha, Portugal e Itália lideram o número de imigrantes extrarregionais, seguidos por cidadãos caribenhos de Haiti, República Dominicana e Cuba, e por cidadãos provenientes de países asiáticos e africanos (MARTÍNEZ; ORREGO, 2016; OIM, 2018).

O Tratamento das Migrações Internacionais na CAN

A CAN, denominada inicialmente Pacto Andino, surgiu em 1969 com o Acordo de Cartagena e, segundo o seu primeiro artigo, tem como objetivos:

Promover o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos Países Membros em condições de equidade, mediante a integração e a cooperação econômica e social; acelerar o seu crescimento e a geração de emprego; e facilitar a sua participação no processo de integração regional visando à formação gradual de um mercado comum latino-americano.

Da mesma forma, são objetivos deste Acordo diminuir a vulnerabilidade externa e melhorar a posição dos Países Membros no contexto econômico internacional; fortalecer a solidariedade sub-regional e reduzir as diferenças de desenvolvimento existentes entre os Países Membros [...] (CAN, 1969, p. 1)

Os Estados Partes deste processo são atualmente Bolívia, Colômbia, Equador e Peru³. Integram também a CAN Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai como países associados, enquanto a Espanha participa como país observador. Embora o Pacto Andino surgisse no marco do velho regionalismo, dispunha de diversas competências nas esferas política e social e incluiu, desde a sua fundação, convênios e projetos em matéria social,

laboral e educativa. Contudo, a sua estrutura e princípios foram ressignificados em 1997, quando, através do Protocolo de Sucre, se atribuiu à integração uma direção política e não apenas técnica e comercial. No contexto do novo regionalismo este processo adicionou à sua estrutura institucional o Conselho Presidencial Andino e o Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores, aprofundando a cooperação além da economia e do comércio. Hoje a CAN está formada por órgãos intergovernamentais, organismos comunitários e espaços de participação da sociedade civil que conformam o Sistema Andino de Integração (SAI).

Em relação ao fenômeno migratório, a CAN tem criado um conjunto de normas (Decisões e Resoluções) que conformam o direito comunitário sobre migrações. Estas se dividem em diversos temas que incluem: a proteção sociolaboral dos cidadãos do bloco, os documentos de viagem, formas preferenciais de ingresso e controles migratórios, as formas de assistência consular, as normas sobre migração transfronteiriça, as regulações sobre o tratamento das tripulações e as disposições sobre as autoridades de migração (CAN, 2018).

No que tange às abordagens do bloco em relação às migrações, uma primeira visão, segundo Ramírez (2016, p. 42), foi a de enxergar o migrante enquanto trabalhador. Assim, o primeiro passo nesta direção foi a assinatura, em 1973, do Convênio Sociolaboral Simón Rodríguez que visava facilitar a mobilidade da mão de obra e a proteção dos trabalhadores migrantes da região. Posteriormente, mediante a Decisão 116, é adotado o Instrumento Andino de Migração Laboral que estabeleceu um tratamento preferencial para os cidadãos originários do grupo, o seu tratamento igualitário aos trabalhadores locais e mecanismos para a sua proteção e regularização. Outros resultados obtidos neste âmbito são a criação do Instrumento Andino de Migração Laboral (D. 545) e do Instrumento Andino de Previdência Social (D. 583), assim como a criação do Instrumento Andino de Segurança e Saúde no Trabalho (D. 584) e seu Regulamento (R. 957) (CAN, 2018).

A análise do fenômeno migratório no interior da CAN começa a adquirir maior relevância desde 1990 com a assinatura da Ata de La Paz. A partir daí os países membros decidiram aprofundar o processo de integração e facilitar a livre circulação de pessoas na região eliminando, em primeiro lugar, os vistos de ingresso para permanências de até 90 dias e, estabelecendo, em segundo lugar, um sistema andino de informação e controle, capaz de facilitar o trânsito e a residência dos cidadãos da sub-região. Desde então, e especialmente a partir da aprovação do Protocolo de Sucre de 1997, que amplia as competências dos países membros, as decisões do bloco em matéria migratória têm sido abundantes e prerrogativa do CAAN (*Comité Andino de Autoridades de Migración*, hoje Foro Andino de Migrações), assim como de outros espaços tais como o Subcomitê de Autoridades de Migração Laboral, o Comitê Andino de Expertos em Estatísticas Migratórias e o programa de Migração e Trabalho (RAMÍREZ, 2016, p. 47).

Assim, desde finais dos anos 1990 e, sobretudo, a partir do começo do século XXI, somam-se duas perspectivas à visão prevalente do migrante como trabalhador: a de segurança e controle interno das fronteiras que compreende múltiplos esforços para informatizar dados, simplificar e unificar os processos de documentação e identificação

de pessoas; e a de direitos humanos que visa promover, por um lado, facilidades para a circulação e trânsito dos cidadãos migrantes do bloco e, por outro, a oferta de garantias de proteção e uma plena integração (RAMÍREZ, 2016). Entre os principais instrumentos jurídicos desenhados neste processo sobressaem a criação da TAM (*Tarjeta Andina de Migración*) como documento único de controle estatístico e migratório (D. 397) e a Resolução 527 que modifica seu conteúdo e formato e o estabelecimento do SETAM, um sistema estatístico a partir deste documento (D. 750). Outros resultados foram também o reconhecimento de documentos nacionais de identificação para os cidadãos do bloco (D. 503) e sua regulação (R.1559); a criação do Passaporte Andino (D. 504) e sua regulação técnica específica (D. 525); o estabelecimento de Zonas de Integração Fronteiriça (ZIF) (D. 501); a fundação de Centros Binacionais de Atendimento nas Fronteiras (CEBAF) (D. 502); e a abertura de guichês diferenciados nos principais aeroportos dos países do bloco para facilitar a circulação dos seus cidadãos e lhes oferecer um tratamento especial (D. 526) (CAN, 2018).

Em decorrência das visões acima descritas foram criados também o Mecanismo Andino de Cooperação em Matéria de Assistência, Proteção Consular e Assuntos Migratórios (D. 548) e seu regulamento (R. 1546) (CAN, 2018) e o Plano Andino de Desenvolvimento Humano para as Migrações (PADHM). Em 2015, na Plenária do parlamento Andino em Medellín, foi também aprovada a Decisão 1343 que estabelece o Estatuto Andino de Mobilidade Humana com o fim de alcançar a livre mobilidade dos cidadãos do bloco e consolidar uma cidadania andina e sul-americana. Devido às especificidades do panorama migratório na sub-região, a mobilidade humana é um tema recorrente que tem sido também abordado pelos Estados Partes em negociações e foros internacionais e na criação de inúmeros instrumentos e declarações em matéria de refúgio, retorno, emigração, tráfico, contrabando e trânsito de pessoas.

O Tratamento das Migrações Internacionais no Mercosul

O Mercosul nasceu em 1991 no marco do novo regionalismo, mediante a subscrição do Acordo de Assunção pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Tem como antecedentes diretos a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) e a Associação Latino-americana de Integração (ALADI), assim como os compromissos e acordos de cooperação bilaterais subscritos por Brasil e Argentina desde 1985 e a profícua colaboração mantida por estes países com Uruguai e Paraguai (CHUDNOVSKY e FANELLI, 2001). Os objetivos do bloco foram definidos pelo primeiro artigo do Acordo de Assunção que estabeleceu que o Mercosul implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação de direitos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercado e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
O estabelecimento de uma tarefa externa e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio, exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem – a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os mesmos;

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, com o fim de fortalecer o processo de integração. (MERCOSUL, 1991, p. 1)

A partir dos anos 2000, o Mercosul ampliou sua estrutura incorporando novos membros. Em 2006, por exemplo, a Venezuela aderiu ao tratado constitutivo e começou a formar parte do bloco como membro pleno em 2012, mas está atualmente suspensa em todos os direitos e obrigações dos Estados Partes como resultado da aplicação do artigo 5 do Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático. Desde 2015, a Bolívia também se encontra em processo de adesão. Por outro lado, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname integram o processo como Estados Associados.

Embora o Mercosul tivesse inicialmente objetivos econômicos, com o decorrer do tempo assumiu também competências em outros campos. Assim, por exemplo, a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, modificou sua estrutura orgânica, ampliou os seus objetivos e permitiu a participação dos setores econômicos e sociais dos Estados Partes, mediante a criação de um Foro Consultivo Econômico-Social. Desde a segunda metade dos anos 1990 surge, portanto, o denominado Mercosul político e social (MERCOSUL, 2016). Este processo tem como objetivo o aprofundamento das relações interestatais além do comércio e da economia. Posteriormente, com a Decisão 18/98 foi criado o Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP), para consolidar e expandir a crescente dimensão política do bloco e aprofundar o próprio diálogo em relação à política externa e à construção de uma agenda política comum para os países membros e as Repúblicas da Bolívia e do Chile.

No que tange às migrações intrarregionais, cabe frisar que a perspectiva inicial do Mercosul foi a de enxergar a mobilidade de pessoas enquanto força de trabalho, visando alcançar seus objetivos de liberalização econômica e comercial (GRANJA e VILLARREAL, p. 58). Com efeito, os primeiros âmbitos onde se discutiu o fenômeno migratório foram as reuniões dos Subgrupos de Trabalho sobre Trabalho e Previdência Social efetuadas a partir de 1995 e, desde 1996, os encontros do Subgrupo de Trabalho Especializado Migratório, realizados no marco das reuniões dos Ministros do Interior do bloco que incluíram visões sobre segurança e controle dos fluxos. Estes subgrupos, criados também em decorrência de demandas sindicais, políticas e sociais, tiveram como principal objetivo a criação de respostas e políticas a favor dos trabalhadores intrarregionais.

Assim, em 1997, foi criado o Acordo Multilateral de Seguridade Social que reconheceu os mesmos direitos para os trabalhadores nos Estados Partes, seus familiares e assemelhados, ao passo que estabeleceu diversas disposições sobre prestações contributivas pecuniárias e de saúde. Em 1998 destaca também a assinatura da Declaração Sociolaboral do Mercosul (revisada e modificada em 2015) que, além de reconhecer direitos individuais e coletivos para os trabalhadores do bloco e seus familiares – posteriormente

estendidos também aos dos Estados Associados –, facilita a mobilidade intrarregional e estabelece a igualdade de direitos e condições de trabalho para os trabalhadores migrantes, assim como a criação de normas comuns e medidas em benefício dos trabalhadores residentes nas áreas de fronteira. Outros resultados obtidos no âmbito da cooperação sobre assuntos migratórios foram também: canais privilegiados de ingresso nos aeroportos para os cidadãos do bloco (D. 46/00); controles fronteiriços unificados; exceção da tradução de documentos para trâmites administrativos (D. 44/00); documentos específicos para facilitar o trânsito fronteiriço (D. 19/99, D. 15/00); isenção de vistos entre os Estados Partes do Mercosul (D. 48/00) e concessão de um prazo de noventa dias para os turistas do bloco e Estados Associados (D. 10/06); a criação de mecanismos de assistência e cooperação em matéria de assistência e proteção consular dos cidadãos do bloco, Bolívia e Chile em terceiros Estados (D. 35/00).

Mais ações que cabe destacar são a Declaração de Assunção sobre Tráfico de Pessoas e Tráfico Ilícito de Migrantes (2001), a Declaração de Santiago sobre Princípios Migratórios do Mercosul (2004), as Declarações recentes sobre a Proteção Internacional dos Refugiados (2012), Direito ao Asilo Político (2013), situação de crianças e adolescentes migrantes não acompanhados na fronteira Sul dos Estados Unidos (2014) e sobre a crise humanitária e gestão dos fluxos internacionais (2015). Desde 2003, existe também um Foro Especializado Migratório do Mercosul e Estados Associados (FEM) que substituiu o subgrupo de trabalho antes descrito, e contribuiu a potencializar o enfoque de direitos em diálogo com espaços como o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul.

A perspectiva de direitos humanos na abordagem do fenômeno migratório foi promovida especialmente durante as Presidências *Pro Tempore* de Brasil e Argentina (GRANJA e VILLARRREAL, 2017, p. 69). Neste período, um dos avanços mais importantes do Mercosul foram os Acordos (11/02 e 12/02) sobre Regularização Migratória Interna dos Cidadãos dos Estados Partes do Mercosul, e do Mercosul, Bolívia e Chile, e os Acordos (13/02 e 14/02) sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, e do Mercosul, Bolívia e Chile (D. 28/02) que entraram em vigor em 2009. Estes instrumentos, representam um grande salto qualitativo no reconhecimento de direitos, posto que, além de regular a concessão da uma residência temporária (de até dois anos) que pode ser transformada em permanente, sob requerimento do migrante, definem a igualdade de direitos e o tratamento igualitário dos migrantes regionais em relação aos nacionais, assim como os direitos de reunião familiar, transferências de remessas e garantias específicas para os filhos e familiares de migrantes. Dando continuidade a este enfoque, em 2010, mediante a Decisão 64/10, foi aprovada também a elaboração de um Plano de Ação para o Estatuto da Cidadania do Mercosul que visa estabelecer uma normativa comunitária para implementar uma política de livre circulação de pessoas na região, a igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados Partes do bloco. Segundo a Decisão, o plano visa incorporar o conceito de “Cidadão do Mercosul”, mediante a assinatura de um protocolo internacional e poderá também ser estendido aos Estados Associados do bloco.

O Tratamento das Migrações Internacionais na Unasul

A Unasul é um exemplo clássico do que Motta Veiga e Rios (2007) e Sanahuja (2012) têm denominado regionalismo pós-liberal ou Riggirozzi e Tussie (2012) pós-hegemônico. Foi criada em 2004 durante a III Reunião de Presidentes realizada em Cuzco (Peru) e inicialmente se chamou Comunidade Sul-americana de Nações (CSN). Desde 2007 tem a sua atual denominação e, de acordo com o segundo artigo do seu Tratado Constitutivo, assinado em 2008 em Brasília:

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. (UNASUL, 2008, p. 2)

Da mesma forma, o seu Artigo 3 (Inciso i) enumera entre os seus objetivos específicos “a consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado Membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar a cidadania sul-americana”, enquanto que no Inciso k, se estabelece “a cooperação em matéria de migração, com enfoque integral e baseada no respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e harmonização de políticas” (UNASUL, 2008, p. 3).

A Unasul tem como antecedentes do tratamento do fenômeno migratório a Declaração de Ayacucho (2004) e a Declaração de Cochabamba (2006) que estabeleceram a necessidade de abordar este fenômeno e buscar mecanismos de criação de uma cidadania regional. Além destas duas declarações, em 2006, a migração foi considerada como uma oportunidade para a construção integral da Comunidade e, como resultado deste processo, os Ministros de Relações Exteriores do bloco assinaram o Acordo de isenção de vistos entre os Estados Partes (D. 48/00) e o Acordo de reconhecimento da residência de até 90 dias para turistas, adotados no âmbito do Mercosul (D. 10/06) (UNASUR, 2014, p. 4). Como resultado deste processo, mediante a Decisão 8/12 foi instituído o Grupo de Trabalho sobre Cidadania Sul-Americana (GTCS), com a missão de criar um relatório sobre o tema. Após a sua elaboração e ampla discussão, o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da Unasul, mediante a Resolução N.14/2014, aprovou o relatório conceitual e estabeleceu a necessidade de pôr em prática o seu conteúdo, mediante a criação de um Plano de Ação. No relatório, a cidadania sul-americana é definida como:

A condição jurídica de acesso progressivo aos direitos, deveres e obrigações por parte dos cidadãos e cidadãs da UNASUL. Ao mesmo tempo, é a condição de identidade, pertencimento e enraizamento à terra sul-americana, às suas tradições e costumes, às suas culturas diversas, às suas línguas e idiomas e às suas

cosmovisões, cujo fundamento primário é a história compartilhada dos países membros da UNASUL. (UNASUR, 2014, p. 14)

O relatório especifica também que os cidadãos da Unasul, no marco dos ordenamentos jurídicos da União e dos Estados Membros têm, entre outros, o direito à livre mobilidade e residência dentro da região; à consecução da igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas em quaisquer dos países membros; a proteção e defesa dos seus direitos contra o racismo, a xenofobia, a discriminação e o abuso de autoridade, assim como contra a criminalização pela sua condição de migrantes; à convivência, à inclusão sociolaboral, à participação cidadã e à integração e, por último, a pedir o reconhecimento e reivindicar e defender estes direitos perante os organismos da Unasul e diante de qualquer outra instância considerada adequada para este fim. Para garantir estes direitos, a abordagem das migrações dentro da Unasul também está presente nos Conselhos Setoriais e Grupos de Trabalho do organismo e, em particular, naqueles dedicados à cultura, saúde, educação, desenvolvimento social, ciência, segurança cidadã, justiça e ações contra o crime organizado (RAMÍREZ, 2016).

É importante frisar que a Unasul surge como um projeto de União Política e Econômica que busca incorporar os resultados obtidos no âmbito da CAN, do Mercosul e de processos como a Comunidade do Caribe (CARICOM). Uma característica central para compreender a Unasul é que, desde o começo, a União não só busca incluir estes avanços, mas pretende ir além, visando alcançar uma plena integração. Entretanto, é preciso lembrar que, apesar do caráter inovador das propostas, o processo de construção e elaboração de medidas por parte do organismo é ainda incipiente e depende do consenso e vontade política dos Estados Partes. Até 2017, o organismo esteve formado pelos doze países da região sul-americana: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, mas hoje se encontra em profunda crise como resultado da falta de convergência política e problemas na escolha do Secretário Geral com a consequente paralisação da entidade e dificuldades por adotar um posicionamento comum perante a situação venezuelana. Em abril de 2018, por exemplo, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai decidiram suspender sua participação por tempo indeterminado no organismo e, em agosto de 2018, a Colômbia oficializou sua saída do bloco⁴.

Fim do Ciclo Progressista e Retorno do Regionalismo Neoliberal?

A partir do começo do século XXI, a CAN e o Mercosul, como modelos de regionalismo aberto (HOFFMANN e HERZ, 2005; BRICEÑO RUÍZ e MORALES, 2017), ou a Unasul, como um exemplo de regionalismo pós-liberal (MOTTA VEIGA e RIOS, 2007; SANAHUJA, 2012) ou pós-hegemônico (RIGGIROZZI e TUSSIE, 2012), experimentaram diversas transformações e promoveram a cooperação nas esferas não somente econômica e comercial, mas também política, social e cultural. Esta cooperação foi favorecida pela maior politização do processo e pela “sintonia ideológica”, resultado da chegada ao poder de governos autodenominados progressistas e críticos com o neoliberalismo na maioria dos países da região. Os projetos desenvolvimentistas destes mandatários, o boom das *commodities* e os bons resultados econômicos obtidos pelos países sul-

-americanos facilitaram este processo. Seguindo as Agendas Sociais destes blocos, se fomentou também a participação de atores não estatais com destaque para a sociedade civil (MERCOSUL, 2016; GRANJA e VILLARREAL, 2017; CAN, 2018).

Contemporaneamente, as migrações, sobretudo intrarregionais, aumentaram (MARTÍNEZ; ORREGO, 2016; OIM, 2018) e demandaram de forma progressiva novas respostas para sua abordagem. Neste processo, que implicou a ativa participação da sociedade civil e das organizações de migrantes, foi central o surgimento de narrativas a favor dos direitos humanos que defendiam princípios como a livre mobilidade, a cidadania universal e o reconhecimento de que nenhum ser humano é ilegal. Estes princípios foram incorporados, por exemplo, em legislações como a Argentina de 2004 e na Constituição equatoriana de 2008.

Como consequência, a CAN, o Mercosul e a Unasul integraram a perspectiva de direitos humanos na abordagem das migrações que tem permitido ampliar gradualmente os direitos e garantias dos migrantes e seus familiares, assim como a formulação de propostas de cidadania supranacionais. Contudo, embora os três regionalismos aqui analisados tenham atingido significativos avanços no tratamento da mobilidade humana, na prática, ainda existem alguns problemas como a internacionalização e efetividade das normas ou o escasso conhecimento que delas se tem, que obstaculizam a vigência plena de uma abordagem de direitos na região.

Além disso, a xenofobia e a discriminação ainda persistem e, em diversos países da região, coexistem posições a favor dos direitos humanos em relação aos próprios emigrantes com históricas normas restritivas da imigração que abordam o fenômeno sob a ótica da segurança nacional e que permitem, por exemplo, a vulneração de direitos e práticas como a criminalização das migrações, as expulsões e deportações (DOMENECH, 2017).

Por fim, desde 2015 a ascensão ao poder de governos de direita ou centro-direita na América do Sul tem mudado o mapa ideológico da região, desacelerando o avanço das negociações dos blocos regionais nas esferas política, social e cultural e propiciando o retorno do regionalismo aberto que, em termos latino-americanos, assume uma conotação neoliberal e possui uma agenda mais restrita de iniciativas de cooperação, focada sobretudo no âmbito econômico e comercial. Segundo Briceño e Morales (2017), algumas expressões desta nova fase são a assinatura, por parte de países como Colômbia, Equador, Peru e Chile, de Acordos de Livre Comércio com os Estados Unidos ou a União Europeia, assim como a participação destes Estados e de países como Argentina na Aliança do Pacífico. No que tange às migrações, este processo, a nosso ver, se expressa em exemplos como a crise da Unasul e a paralisação das negociações com respeito à cidadania regional, assim como na falta de elaboração, nos casos da CAN e do Mercosul, de respostas humanitárias conjuntas com respeito ao êxodo venezuelano. Em termos domésticos, as mudanças de signo ideológico têm se refletido também na volta da perspectiva de segurança na abordagem do fenômeno migratório com a geração de legislação e disposições restritivas na maioria dos países da região.

Considerações Finais

Apesar de que as iniciativas de cooperação nas esferas política, social e cultural não são uma novidade absoluta na região e sim uma constante histórica há pelo menos um século (Petersen e Schulz, 2018), as experiências da CAN, do Mercosul e da Unasul

evidenciam que elas foram ressignificadas e aprofundadas no marco do regionalismo pós-neoliberal ou pós-hegemônico.

Com efeito, embora desde a sua fundação a CAN e o Mercosul tenham enxergado os migrantes enquanto trabalhadores e adotado um enfoque de segurança e reconhecimento restrito de direitos no tratamento do fenômeno, a partir da assinatura do Protocolo de Ouro Preto (1994) e do Protocolo de Sucre (1997) ampliaram progressivamente suas competências nas esferas política e social e criaram novas medidas para facilitar a livre circulação de pessoas e o reconhecimento de direitos dentro do espaço regional. Nos anos 2000, a CAN e o Mercosul, junto com a Unasul, avançaram ainda mais e começaram a abordar as migrações, sobretudo intrarregionais, a partir de um enfoque de direitos humanos que permitiu a concessão de novas garantias e direitos, a aprovação de acordos de livre residência e a criação de projetos de cidadania regional. Isto foi consequência do “giro à esquerda” nos principais países da região e da convergência ideológica entre seus líderes, assim como do aumento da politização do processo, da presença de narrativas favoráveis às migrações e de uma maior participação de atores não estatais nos blocos regionais.

As novas formas de cooperação regional se estabeleceram em diversas esferas como a educação, a saúde, a segurança e a infraestrutura e, com respeito às migrações internacionais, obtiveram indiscutíveis avanços em relação aos direitos dos migrantes e seus familiares. Não obstante, este processo não esteve isento de contradições, pois não desapareceram as perspectivas históricas de segurança e criminalização das migrações, ainda vigentes nos países da região, e persistem diversos desafios na hora de levar à prática as normas e compromissos adquiridos.

À margem dos resultados de cada processo, os três modelos de regionalismo aqui analisados constituem opções de política internacional determinadas pela vontade dos Estados Partes. O seu desenvolvimento ultrapassa, portanto, os propósitos iniciais de cada bloco ou as fontes jurídicas e simbólicas que lhes deram origem. Porém, o fim do ciclo progressista e a ascensão de governos de direita e centro-direita, evidenciam um retrocesso das agendas política, social e cultural na CAN e no Mercosul e uma crise profunda na Unasul. Estas mudanças apontam a uma fase de cooperação mais circunscrita às esferas econômica e comercial, onde o fenômeno migratório não tem cabido ou é abordado a partir de enfoques predominantemente economicistas e de segurança. Neste cenário, para evitar que os resultados obtidos nos últimos anos não entrem a fazer parte da longa lista de esquemas de cooperação voláteis da região, cabe aos atores não estatais (acadêmicos, organizações de migrantes, ONGs etc.) se apropriar e defender estes avanços para impedir que se verifiquem retrocessos com a imposição de uma nova agenda securitária, como está ocorrendo a nível global.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, D. *The national versus the foreigner in South America. 200 Years of Migration and Citizen Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

BAUBÖCK, R. Cold constellations and hot identities: Political theory questions about transnationalism and diaspora. In: BAUBÖCK, R.; FAIST, T. (eds.). *Diaspora and Transna-*

ionalism. Concepts, Theories and Methods. Amsterdam: Amsterdam University Press, p. 295-322, 2010.

BRICEÑO, J.; MORALES. I. Introduction. In: BRICEÑO, J.; MORALES. I. (edit.) *Post-Hegemonic regionalism in the Americas. Toward a Pacific Atlantic Divided?* Londres e Nova York: Routledge, p. 1-15, 2017.

CAN (Comunidade Andina de Nações). *Acuerdo de Cartagena*. Acuerdo de Integración Subregional Andino, CAN, 1969.

CAN. *Normas sobre migración en la Comunidad Andina*. Lima: CAN, 2018.

CASTLES, S.; MILLER, M. *La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno*, México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina). *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*. La integración Económica al Servicio de la Transformación Productiva con Equidad, Santiago: Naciones Unidas, 1994.

CHUDNOVSKY, D.; FANELLI, J. El desafío de integrarse para crecer. Balance y perspectivas del Mercosur en su primera década. In: CHUDNOVSKY, D.; FANELLI, J. (coord.), *El desafío de integrarse para crecer*. Balance y perspectivas del Mercosur en su primera década. Siglo XXI de Argentina Editores, p. XV-XL, 2001.

DOMENECH, E. Las políticas de migración en Sudamérica: elementos para el análisis crítico del control migratorio y fronterizo. *Revista Terceiro Milênio*, v. 8, n. 1, p. 19-48, 2017.

EL ESPECTADOR. Iván Duque oficializa la salida de Colombia de la UNASUR. 27, ago. 2018. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/ivan-duque-oficializa-la-salida-de-colombia-de-la-unasur-articulo-808643>. Acesso em: 28 ago. 2018.

GIDDENS, A. *O mundo na era da globalização*. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2006.

GRANJA, L.; VILLARREAL, M. MERCOSUR Migrante. Enfoques y evolución del tratamiento de la movilidad humana en el MERCOSUR. *Revista Terceiro Milênio*, v. 8, n. 1, p. 49-78, 2017.

GRISUL (Grupo de Relações Internacionais e Sul Global). *Pacha defendendo a terra*. Extrativismo, conflitos e alternativas na América Latina e no Caribe. UNIRIO: Rio de Janeiro, 2018.

HETTNE, B. El nuevo regionalismo y el retorno a lo político. *Comercio Exterior*, v. 52. n. 11, p. 954-965, 2002.

HOFFMANN, A.; HERZ, M. *Organizações internacionais: histórias e práticas*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2005.

LIMA, M; COUTINHO, M. Uma versão estrutural do regionalismo. In: DINIZ, E. (org.). *Globalização, estado e desenvolvimento: Dilemas do Brasil no novo milênio*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, v. 1, p. 125-151.

MALAMUD, A.; GARDINI, G. Has regionalism peaked? The Latin American quagmire and its lessons. *The International Spectator*, n. 47, v.1, p. 116-133, 2012.

MANSFIELD, E; MILNER, H. The new wave of regionalism. *International Organization*, v. 53, n. 3, p. 589-627, 1999.

MÁRMORA, L. Modelos de gobernabilidad migratoria. La perspectiva política en América del Sur. *Revista Interdisciplinar de Movilidad Humana*, v. 18, n. 35, p. 71-92 2010.

MARTÍNEZ, J.; ORREGO, C. *Nuevas tendencias y dinámicas migratorias en América Latina y el Caribe*. Serie Población y Desarrollo. Santiago: CEPAL, OIM, 2016.

MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Tratado de Assunção. 1991. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2486/1/tratado_de_assuncao_pt.pdf. Acesso em: 26 set. 2017.

MERCOSUL. Protocolo de Ouro Preto. 1994. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/721/1/cmc_1994_protocolo_ouro_preto_es.pdf. Acesso em: 26 set. 2017.

MERCOSUL. Declarações e decisões 1991-2007. Disponíveis em: <https://gestorweb.mercosur.int/?pag=n&tab=0>. Acesso em: 10 out. 2017.

MERCOSUL. *Migración, derechos humanos y política migratoria*. Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del Mercosur, Buenos Aires: MERCOSUR, 2016.

MOTTA VEIGA, P.; RIOS, S. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. CEPAL. *Serie Comercio Internacional*, n. 82, 2007.

OIM (Organización Internacional para las Migraciones). *Informe sobre las migraciones en el mundo 2018*. Genebra: OIM, 2018.

PETERSEN, M.; SCHULZ, C. Setting the regional agenda: a critique of posthegemonic regionalism. *Latin American Politics and Society*, n. 60, v. 1, p. 102-127, 2018.

RAMÍREZ, J. *Hacia el Sur. La construcción de la ciudadanía suramericana y la movilidad intrarregional*. Quito: CELAG, 2016.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. (eds.). *The rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America*. Londres: Springer, 2012.

SANAHUJA, J. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In: SERBIN, Andrés, MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI, H. (coords.) *El regionalismo post-liberal en América Latina y el Caribe: nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe. Buenos Aires: CRIES, 2012.

SÖDERBAUM, F. Introduction. Theories of New Regionalism. In: SÖDERBAUM, F; Shaw, T. (edit.) *Theories of new regionalism*, Londres: Palgrave, p. 1-21, 2003.

UNASUR. Tratado Constitutivo. 2008. Disponível em: <http://www.unasursg.org/images/descargas/DOCUMENTOS%20CONSTITUTIVOS%20DE%20UNASUR/Tratado-UNASUR-solo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

UNASUR. Informe conceptual sobre Ciudadanía Suramericana. Grupo de Trabajo sobre Ciudadanía Suramericana (GTCS). 2014. Disponível em: <http://www.amerindiaenlared.org/download/6639/informe-conceptual-sobre-ciudadania-suramericana>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VILLARREAL, M. Orientações recentes, desafios e potencialidades das migrações na América do Sul. *Revista a Presença do Migrante no Rio de Janeiro*, p. 35-45, 2017.

WIHTOL DE WENDEN, C. *El fenómeno migratorio en el siglo XXI*. Migrantes, refugiados y relaciones internacionales. México: FCE, 2013.

Recebido em: 30/07/2018

Aceito em: 27/11/2018

¹ Exemplos destes processos foram a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano na Unasul e do Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (SUCRE) na ALBA.

² Para uma análise das iniciativas de cooperação dos países da região no âmbito migratório desde a fundação das Repúblicas, ver Acosta (2018).

³ Os países que subscreveram, em 1969, o Acordo de Cartagena, foram inicialmente Bolívia, Equador, Chile e Peru. Em 1973 a Venezuela também aderiu ao acordo, mas saiu em 2006, enquanto o Chile saiu em 1976 e voltou novamente em 2006, mas como Estado Associado.

⁴ De acordo com as declarações do atual presidente colombiano Iván Duque, as motivações que provocaram a saída de Colômbia da Unasul foram a inoperância do organismo perante a situação da Venezuela e a falta de uma denúncia das condições socioeconômicas e das violações dos direitos da população venezuelana (*El Espectador*, 2018).

São Paulo é uma Cidade Global? A Cartografia dos Espaços Urbanos na Visão de Sujeitos em Mobilidade Internacional

Is São Paulo a Global City? The Cartography of Urban Spaces in the Vision of Individuals in International Mobility

Viviane Riegelⁱ

Escola Superior de Propaganda e Marketing
São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as experiências de sujeitos em mobilidade internacional nos espaços urbanos de São Paulo. Para isso desenvolvemos uma discussão sobre os estudos de cidades globais e sua intersecção com as experiências de mobilidade humana; uma descrição do contexto de cidade global de São Paulo, com seus projetos urbanos e seu histórico de mobilidade internacional; e uma cartografia das experiências dos sujeitos em mobilidade internacional nos espaços urbanos de São Paulo, com base nas narrativas de 20 entrevistas, com indivíduos de diferentes nacionalidades, idades e classes sociais, e na observação dos espaços narrados. Encontramos nos diferentes usos dos espaços analisados alguns paradoxos relacionados aos aspectos de cidadania e pertencimento à cidade, que resultam na percepção da cidade de São Paulo como global somente em espaços específicos, principalmente aqueles mais elitizados e centrais, usados por membros das elites, nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Cidade Global; Mobilidade Internacional; São Paulo; Cartografia; Espaços Urbanos.

Abstract: The aim of this article is to analyze the experience of individuals engaged in international mobility in the urban spaces of São Paulo. First, we discuss studies of global cities and their intersection with the experiences of human mobility. After this we provide a description of the global city context of São Paulo, with its urban projects and its history of international mobility. Then, based on the narratives of 20 interviewed migrants, with individuals of different nationalities, ages and social classes, and the observation of the narrated spaces, we present a cartography of the experiences of individuals involved in international mobility in the urban spaces of São Paulo. The different uses of the analyzed spaces were found to create paradoxes of citizenship and of feeling of belonging to the city, which result in the perception of São Paulo as global only in specific spaces, mainly those that are more elitist and central that are used by national and international members of elite groups.

Keywords: Global City; International Mobility; São Paulo; Cartography; Urban Spaces.

ⁱ Doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM-SP. vivianeriegel@gmail.com

Introdução

São Paulo é frequentemente denominada por seus habitantes, empresários, políticos e pela mídia como uma cidade global. Conforme a definição de Sassen (2001), as cidades globais são aquelas que recebem os diversos fluxos globais de forma mais concentrada. Dentre os estudos de cidade global, ela também é assim classificada (KRÄTKE, 2003), sendo que está, de acordo com o Globalization and World Cities Research Network (GaWC, 2008), na categoria alpha (com outras cidades como Milão, Chicago, Moscou e Toronto), abaixo das cidades alpha+ (Hong Kong, Pequim, Singapura, Xangai, Sidnei, Paris, Dubai e Tóquio), e das cidades alpha++ (Nova Iorque e Londres).

Mas seria São Paulo percebida como uma cidade global também para os sujeitos internacionais que a escolhem como destino de seus projetos de mobilidade? Conforme aponta Featherstone (1991), as elites globais viajam pelos espaços onde encontram acesso a produtos e serviços que estejam de acordo com seu estilo de vida móvel e global. Assim, a visão dos sujeitos pertencentes a esse grupo a partir de suas experiências nos espaços de São Paulo pode confirmar ou não a classificação global generalizada concedida à cidade.

A partir desse questionamento, esse artigo tem como objetivo analisar as experiências de sujeitos em mobilidade internacional nos espaços urbanos de São Paulo. Para esse estudo, desenvolvemos: (1) uma discussão sobre os estudos de cidades globais e sua intersecção com as experiências dos sujeitos em mobilidade; (2) uma descrição do contexto de cidade global de São Paulo, com seus projetos urbanos e seu histórico de mobilidade internacional, com foco para os grupos pertencentes a classes sociais mais altas; e (3) uma cartografia das experiências dos sujeitos em mobilidade com os espaços urbanos de São Paulo.

Para a discussão sobre cidades globais, nos pautamos nas leituras de Santos (2008), Sassen (2009; 2011) e Holston e Appadurai (1996). Já os estudos sobre sujeitos em mobilidade, especificamente considerando os de classes sociais elevadas, usados para reflexão são Urry (2007), Featherstone (1991), Van Bochove e Engbersen (2015) e Khan (2013).

O contexto de cidade global de São Paulo é descrito a partir das políticas e projetos da cidade, contrastados com as questões sociais e as experiências de diferentes sujeitos em seus espaços. Dentre elas, dissertamos especificamente sobre os sujeitos em mobilidade internacional, na perspectiva histórica e contemporânea, na intersecção com as categorias sociais de classe, etnia e raça, que revelam as desigualdades entre os diferentes grupos.

Para a análise das experiências dos sujeitos em mobilidade com os espaços urbanos de São Paulo, é desenvolvida uma cartografia. A metodologia de caráter qualitativo foi desenvolvida com base na teoria dos panoramas da cultura global proposta por Appadurai (1996). Appadurai (1995) defende a produção de uma “geografia pós-nacional” com representações cartográficas que não se detenham ao território mas também ao simbólico, que demonstrariam a realidade entre o pluralismo diaspórico e a estabilidade territorial dentre dos espaços de determinada nação, uma vez que as mobilidades humanas desestabilizam a noção de uma identidade territorial permanente. A cartografia é então constituída das experiências dos sujeitos em mobilidade com espaços urbanos de São

Paulo, com base nas narrativas de 20 entrevistas realizadas com imigrantes de diferentes nacionalidades, idades e classes sociais (apresentados no Quadro 1) entre janeiro e abril de 2017, e na observação dos espaços narrados/mencionados por esses imigrantes, entre maio e agosto de 2017.

Quadro 1 – Entrevistados da pesquisa

Nacionalidade	Idade	Sexo	Classe social
Argentina	32-40	Feminino	B
Argentina	32-40	Masculino	A
Bolívia	40-64	Feminino	B
Bolívia	15-39	Masculino	C
Colômbia	40-64	Feminino	A
Colômbia	15-39	Masculino	B
Congo	15-39	Masculino	C
Congo	15-39	Masculino	C
Espanha	32-40	Feminino	A
Espanha	32-40	Masculino	A
EUA	32-40	Feminino	A
EUA	25-31	Masculino	B
França	25-31	Feminino	B
França	41-50	Feminino	A
Haiti	15-39	Feminino	B
Haiti	15-39	Masculino	D
Inglaterra	18-24	Feminino	B
Inglaterra	18-24	Masculino	B
Síria	15-39	Feminino	E
Síria	15-39	Masculino	C

Fonte: Autora

Cidades Globais e Mobilidades Humanas

As cidades globais são espaços de encontros e desencontros, arenas paradoxais onde cotidianamente desafios se apresentam para os sujeitos que nela habitam. Na panaceia de diferentes códigos culturais, que se mesclam e são transmitidos por diferentes

esferas nas cidades centro dos fluxos globais, as desigualdades socioeconômicas tendem a se multiplicar.

Para a discussão sobre espaço e globalização, trazemos a reflexão de Santos (2008), que explica que o meio técnico-científico-informacional impacta sobre o processo de globalização no território, revelando a nova composição técnica e orgânica do espaço, constituído como o conjunto técnico inerente ao novo ciclo da civilização mundial, com conteúdo crescente de ciência, tecnologia e informação. É nele que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais. “O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares” (SANTOS, 2008, p. 29).

Conforme aponta Sassen (2009), no contexto das cidades globais há uma grande complexidade, com novas zonas de fronteiras. Atores de diferentes mundos se encontram nesses espaços, e as regras e práticas que eles desenvolvem são relevantes para os estudos das ciências sociais. Nos espaços das cidades globais os fluxos que se concentram dão prioridade aos interesses financeiros, das grandes corporações de serviços, e de uma classe econômica superior. Os espaços são, então, priorizados para esses sujeitos, sendo que aqueles que não pertencem a esses grupos e a esses processos de acumulação do capital são excluídos e sem locais de referência.

A forma como se opera nas diferentes cidades globais, seja por acesso aos fluxos econômicos ou aos circuitos socioculturais, é denominada por Sassen (2009) de capital de conhecimento urbano. Esse capital pode ser operado em diversas escalas, seja mais micro, como dentro de uma comunidade, de um bairro, ou de uma corporação e da cidade em si.

Na realidade dessas cidades globais, Holston e Appadurai (1996) apresentam diversos paradoxos para as experiências dos diferentes sujeitos, principalmente considerando aqueles que vivem projetos de mobilidade internacional. Destacamos entre eles a questão da diferença entre cidadania e nacionalidade, e do lugar entre o global e o local como forma de pertencimento dos sujeitos aos espaços.

Diante da experiência intercultural dos sujeitos em mobilidade internacional, que seguem os fluxos globais econômicos, e buscam os centros onde há acesso a trabalho e possibilidades de projetos de vida, apresenta-se o outro paradoxo, entre o global e o local. Para Holston e Appadurai (1996), o lugar continua sendo uma categoria relevante para a compreensão dos processos que tornam o sujeito um membro da sociedade, com negociações que acontecem nos espaços das cidades, um espaço vivo de incertezas e de formas emergentes de cidadania. Na prática dos espaços das cidades, ser membro formal da nação não garante a cidadania substantiva, sendo que comunidades “*small-scale*” são criadas e a partir delas se produzem exclusões. O pertencimento privado é uma realidade na lógica capitalista, onde sujeitos de diferentes países podem fazer parte de um grupo global de cidadãos seletos. Podemos citar como exemplo a comunidade internacional “A Small World”¹, um grupo virtual para o qual você se inscreve, passa por um processo de seleção e, ao ser aceito, tem acesso a encontros em diferentes cidades globais e a serviços exclusivos para os membros, incluindo assessoria jurídica em diferentes países.

Dentre as discussões sobre cidades globais e os fluxos que por ela transitam, a compreensão sobre mobilidade é um elemento central, e especificamente a mobilidade de pessoas torna-se um aspecto de relevante análise para a compreensão desses espaços e de suas dinâmicas. A mobilidade tornou-se central na sociedade contemporânea, tanto devido aos fluxos de produtos e serviços resultantes dos processos econômicos da globalização, quanto aos fluxos de pessoas (por mobilidade física) e de comunicação (por mobilidade tecnológica), também relacionados à dimensão econômica, mas igualmente a aspectos culturais. Essa realidade fez com que Urry (2007) afirmasse que estamos vivendo contemporaneamente no paradigma social da mobilidade. No entanto, há diferentes experiências dos sujeitos em mobilidade e trazemos as reflexões sobre as características de cada uma delas, das elites globais.

Nas experiências das vidas móveis, há intersecções entre os sistemas de mobilidade e transformações das práticas cotidianas, sendo que a mobilidade em si atinge um valor prioritário, e a liberdade de mover-se, um direito restrito e desigualmente distribuído, torna-se um fator de distinção, e promotor do que Urry e Elliott (2010) denominam de capital de rede. As diferentes experiências dos sujeitos em mobilidade estão pautadas pelos acessos e pelas barreiras, simbólicos e físicos, que são diferenciados a partir de hierarquias e estigmas sociais.

Há diferentes projetos de mobilidade, temporários ou permanentes, planejados ou urgentes, desejados ou não desejados (pelos sujeitos e pela sociedade), com objetivo de lazer, educação, trabalho, vínculo familiar, e/ou sobrevivência. Estudos voltados para a questão da mobilidade mostram que a decisão de concretizar este ato reside muito mais nas causas de repulsão que nas de atração. A mobilidade pode ser incentivada por uma ideologia, instigada no indivíduo através de uma fantasia irreal. Porém, este indivíduo parte motivado pela esperança, pelo desejo de mudar de vida, de ser melhor, de encontrar um trabalho, condições que lhe proporcionem uma ascensão social, um momento de lazer, dentre outras aspirações. Os processos de mobilidade de pessoas podem ser compreendidos tanto por sua duração, quanto por sua representação para a sociedade. A partir da natureza do processo de mobilidade, assim como de seus fatores de repulsão e de atração, há diferenças nas experiências de mobilidade e conseqüentemente no processo de formação e transformação das identidades culturais dos indivíduos.

A mobilidade não é uma realidade para todos, havendo distinção não apenas entre aqueles que são móveis e aqueles que permanecem sedentários, porque muitas pessoas são forçadas a se movimentar por razões econômicas ou políticas. Deve-se também distinguir aqueles que Hannerz (1996) chama de cosmopolitas voluntários dos involuntários, e entre aqueles que Bauman (1999) chama de turistas da pós-modernidade, cujo crédito é o fator que os classifica como bem-vindos onde quer que desejem fazer compras, dos vagabundos, cuja falta de poder econômico, ou dos vistos necessários, torna difícil para eles se instalarem em qualquer lugar.

Featherstone (1991) argumenta que a economia contemporânea é pautada na promoção de serviços e estilos de vida, em vez de produtos materiais. Na composição desses estilos de vida, os padrões de mobilidade são um importante elemento para as elites, que escolhem quando e para onde querem ir. Para esse grupo, a mobilidade é um costume (*mobility-as-usual*) e não são percebidas barreiras para suas práticas.

Caletério (2013) explora as percepções sobre essas práticas por turistas e aponta que seus entrevistados afirmam que suas aspirações de viagens de lazer são inspiradas menos pela reclusão em espaços de primeira classe, luxuosos, e mais pelo ideal cosmopolita de um mundo de mobilidade democrática, que é recorrentemente representado pela mídia global. Nos processos de turismo, há aspectos presentes no ato de viajar como a curiosidade sobre o desconhecido, sobre o conhecimento do diferente, sobre a surpresa e o encantamento do que se vai conhecer. Esses aspectos, mediatizados em diferentes formatos, tornaram-se representações dos próprios indivíduos e locais de turismo, conforme aponta Noel Salazar: “Peoples and places around the globe are continuously (re) invented, (re)produced, and (re)created as tourism marketers create powerful representations of them .” (SALAZAR, 2007, p. 34). Para os turistas, a mobilidade é passageira e eles gozam de um *status* globalmente positivo, pois, como afirma Augé (2009), eles estão interessados nas representações universais das principais cidades ao redor do mundo, e no consumo dessas representações.

Discutimos aqui, especificamente, as experiências de mobilidade a partir das categorias relacionadas aos sujeitos pertencentes às elites globais. Dentre as figuras dos sujeitos em mobilidade internacional de classes sociais elevadas, podemos destacar os investidores milionários, os expatriados e os estudantes internacionais. As elites globais representam as categorias sociais dominantes. Portanto, a pesquisa social precisa examinar aqueles que se beneficiam mais com o *status quo* e que geram desigualdade. Ao olhar para a realidade das mobilidades para as elites globais, inicialmente destacamos o volume de imigrantes milionários ao redor do mundo. Em 2016, eram 82.000 pessoas, de acordo com relatório da New World Wealth (2016)². Desse volume, 8.000 (praticamente 10%) migraram para o Brasil, apesar de ser considerado pelo relatório um país em queda na atração desse público.

A possibilidade irrestrita de mobilidade dos super-ricos e dos ricos para países que criam barreiras para a imigração e para visitantes em geral é presente igualmente quando analisados os fluxos de expatriados (FINACCORD, 2014), com um total de 50,5 milhões ao redor do mundo, com diversos objetivos.

Os expatriados são compreendidos como migrantes temporários altamente qualificados geralmente retratados como cosmopolitas com laços universais, ou sujeitos de negócio que vivem em uma bolha local de expatriados. Em estudo sobre os expatriados, Van Bochove e Engbersen (2015) demonstram que eles incorporam conhecimentos de outras culturas em programas internacionais e negócios internacionais. Os autores mostram que as identificações dos expatriados são caracterizadas pela fragmentação. Em vez de se verem unicamente como cosmopolitas ou expatriados, eles têm identidades múltiplas, das quais a identidade nacional muitas vezes é um componente importante. Os expatriados teriam tanto laços particulares (com pessoas que são como eles, baseadas em uma experiência ou nacionalidade compartilhada), bem como uma orientação universal e cosmopolita (ou seja, o desejo de superar as diferenças culturais).

Para o estudo dos estudantes internacionais, Khan (2013) propõe uma reflexão acerca de uma transformação na cultura da elite devido a sua mobilidade física. A facilidade da mobilidade apontada pelo autor diz respeito a uma capacidade desenvolvida para navegar em uma gama diversificada de instituições sociais, sendo que a elite teria deixa-

do de ser esnobe para ser onívora, optando por traços culturais que lhe garantem maior permeabilidade em diversos grupos sociais em detrimento de traços culturais distintivos que fixavam seu lugar na sociedade. Nos processos de mobilidade para fins acadêmicos, “a mobilidade internacional estudantil é desejada por todos, porque confere aos países acolhedores a afirmação da superioridade acadêmica e tudo que isso pode significar em termos políticos, econômicos e culturais” (LIMA e RIEGEL, 2012, p. 319).

Contexto de São Paulo

A cidade de São Paulo é a maior região metropolitana do Brasil, com mais de 20 milhões de habitantes. Assim como o país onde está inserida, sua sociedade também convive com uma das mais injustas distribuições de riqueza do mundo. Segundo Caldeira (2000), os espaços urbanos desta região metropolitana, especialmente suas periferias, constituem uma dimensão da sociedade local na qual podemos observar um envolvimento inventivo com a democratização e alguns dos seus limites mais dramáticos. Em São Paulo, a violência e o medo estão emaranhados com processos de mudança social, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social. Edifícios fortificados – com muros, grades e portões em todos os lados –, espaços privados e vigiados para a residência, trabalho e lazer dos que podem pagar por eles – constituem um instrumento central de segregação na cidade.

São Paulo é considerada uma cidade global, na perspectiva de uma cidade a ser moldada para enfrentar o contexto da globalização econômica contemporânea. Exemplos dessa visão de globalidade seriam os fluxos financeiros e de negócios internacionais, e, nesta perspectiva, São Paulo ganhou força como centro financeiro e comercial do Brasil e da América Latina. Este modelo central de cidade global pode ser eficaz no contexto das grandes cidades desenvolvidas do mundo, porém isso não ocorre da mesma forma nas grandes cidades periféricas, como no caso de São Paulo. O Brasil está na 73ª posição e São Paulo na 61ª do índice de competitividade por talentos globais (THE GLOBAL TALENT COMPETITIVENESS INDEX, 2018), números que demonstram também as distâncias que existem entre a realidade da cidade e do país, com de regiões mais ricas.

Na América Latina, há um padrão específico de segregação socioespacial, com uma fragmentação presente nas grandes metrópoles. Essa noção é proposta por Milton Santos (1990), ao analisar o aumento da pobreza no centro de São Paulo como um processo de “involução urbana”. Em paralelo, também há um fluxo na direção contrária, de mudança das classes médias e altas para os municípios periféricos à metrópole. Esses movimentos mostram a redistribuição espacial de São Paulo e o agravamento da situação daqueles que vivem na pobreza (ROLNIK et al., 1990).

Considerando a influência midiática e a globalidade dos lugares, o discurso dominante do pensamento neoliberal, inserido nas teorias urbanas, reproduz as ideias de “Cidade-Global”, “Planejamento Estratégico Urbano” e “Marketing de Cidades”. Essas ideias formam modelos de urbanização, que se tornam aceitáveis em cidades que querem copiar casos desenvolvidos bem sucedidos. São Paulo, olhando para as cidades centrais globais e seus planos de urbanização, busca modelos semelhantes, sem considerar as diferenças e a desigualdade da sociedade local. Se São Paulo pode ser comparada

a centros urbanos globais de excelência de um lado, por outro lado, o crescimento da desigualdade social resulta na parcialidade do cumprimento desse papel, mantendo a realidade de seus desafios periféricos.

Na política mais recente da cidade, com o prefeito João Dória, que assumiu em 2017, essa visão de projeto neoliberal mercadológico da cidade está presente na apresentação da cidade global, “São Paulo is a city of the world” – frase presente no vídeo usado na apresentação da cidade feita no World Government Summit 2017. Com o objetivo de vender as possibilidades de investimento na cidade para um público de investidores internacionais, o vídeo reproduz o discurso do projeto iniciado na década de 1990 de internacionalização de São Paulo, de uma cidade própria para negócios internacionais e para estrangeiros que querem investir – e também viver – na cidade.

Como forma de verificar os resultados desses projetos de São Paulo, podemos apontar o estudo dos mapas sobre a densidade das cidades globais de Sassen (2009, p. 25), que mostra que Londres é a cidade menos densa em relação à população da comparação demonstrada, mas que sua densidade é muito alta quando considerados os escritórios. Essa característica se repete no caso de São Paulo, o que demonstraria, segundo a visão da autora, a função da cidade global de concentrar diversos negócios e corporações especializados para produzir o capital de conhecimento urbano.

Para entender especificamente o contexto contemporâneo dos sujeitos em mobilidade internacional na cidade, é necessário também destacar os principais elementos constituintes da imigração no Brasil e em São Paulo, assim como aspectos sociais que estão relacionados a esses sujeitos. Historicamente e a despeito da propagação da ideia comum de visualizar o Brasil como um país de braços abertos a todos os estrangeiros, o fluxo migratório sempre foi restrito e selecionável. Políticas migratórias, procedendo da campanha republicana brasileira oitocentista até o período entre guerras, buscavam diretamente a seleção de grupos migratórios, principalmente europeus e brancos, que estariam de acordo com as aspirações nacionais, em uma prática classificatória identificada como um racismo metodológico (BARRETO, 2015).

O Brasil é fortemente marcado, historicamente, pela recepção de migrantes, especialmente entre 1819 e final da década de 1940. Estima-se que o país recebeu nesse período entre quatro e cinco milhões de migrantes, principalmente europeus – tais como italianos, portugueses, espanhóis e alemães – e de outras nacionalidades africanas, orientais e árabes (COGO e BADET, 2013, p. 22). Nos anos 1980 e 1990, o país começou a receber uma imigração muito diferente desse período anterior à Segunda Guerra Mundial, porque não era mais de europeus, e sim de sul-americanos, com destaque para os bolivianos, argentinos, paraguaios e peruanos e, posteriormente (29% dos imigrantes no Brasil conforme relatório da OIM de 2015), os asiáticos, mas não mais os japoneses, e sim os chineses e sul-coreanos. Em menor número, também os africanos. Esse perfil se mantém até agora. A imigração de hoje é muito menor do ponto de vista quantitativo.

Na última década, principalmente depois da crise econômica de 2008, o Brasil está recebendo novamente imigrantes europeus, principalmente portugueses e espanhóis. Trata-se de uma imigração completamente diferente da imigração de antes da Segunda Guerra Mundial, porque aquela era basicamente de agricultores e operários. A imigração recente é de profissionais liberais, funcionários de grandes empresas ou profissionais

autônomos com uma qualificação completamente diferente. Os três principais grupos migratórios que chegaram ao Brasil no período entre 2007 e 2014 (UEBEL, 2015) são originários de Portugal, EUA e Japão, com mais de 600 mil pessoas.

Nesse período, os estrangeiros formalmente autorizados a trabalhar no Brasil passaram de 25,5 mil em 2006 para 70 mil em 2011. De acordo com dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, mais de 73.000 imigrantes chegaram ao Brasil no ano de 2012, sendo que grande parte deles era constituída por profissionais com ensino superior completo e com alta especialização técnica, e Estados Unidos, Haiti, Filipinas, Reino Unido, Alemanha, Índia, China, Japão, Itália, Coreia do Sul, França e Portugal eram os 10 países de origem com maior volume de indivíduos (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO, 2012).

O imigrante ideal presente no imaginário contemporâneo do Brasil ainda guarda resquícios do passado. Não existem mais disposições legais dando preferência a uma ou outra nacionalidade ou grupo étnico e, em muitos casos, a resistência à abertura refere-se mais a questões de reserva de mercado do que identitárias. Além disso, ela também está associada à nossa constituição histórica, que provocou exclusões das populações negras e mestiças, repercutindo na relação que estabelecemos com os imigrantes contemporaneamente. Assim, alguns estereótipos permanecem. A compreensão de que quem migra para o Brasil deve contribuir para o desenvolvimento nacional e, portanto, deve ser qualificado e não deve ser pobre faz ligação direta com os estereótipos muito presentes de que negros e índios contribuíram para o subdesenvolvimento do Brasil, pois não seriam aptos ao trabalho, ao conhecimento e ao progresso como os europeus ou os norte-americanos.

Dentro desse quadro nacional, São Paulo foi no passado e é atualmente a principal cidade de atração dos imigrantes que chegam ao país. No século XIX e início do século XX, eles chegavam de navio ao porto de Santos e subiam a serra de trem, encontrando trabalho principalmente na capital paulista. Diversos bairros próximos tornaram-se marcados pela presença de grupos de imigrantes, como Bom Retiro, Brás, Mooca e Barra Funda. Mais recentemente os principais fluxos de estrangeiros e imigrantes têm sua chegada concentrada no aeroporto internacional de São Paulo, principal aeroporto do país, sendo que a cidade continua sendo um polo de atração para aqueles que buscam trabalho, e que vêm com objetivos de negócios.

A partir dos dados do Censo do IBGE de 2010, verifica-se que da população da cidade de São Paulo, que era no total de mais de 12 milhões de habitantes, 2,3% são imigrantes internacionais (280 mil indivíduos), sendo que esse percentual na população total nacional é de apenas 0,34%. A partir dos dados do Censo, podemos analisar o nível de instrução, ocupação e rendimento familiar dos imigrantes, para identificar aqueles que pertencem a classes sociais econômicas mais elevadas. Em relação ao nível de instrução, 23,61% possuem nível superior completo. Um percentual semelhante, de 23,44%, representa aqueles que possuem como ocupação atividades científicas e intelectuais. Há igualmente o grupo de diretores e gerentes, de 12,5%, que pertence principalmente à classificação de expatriados. Em relação à renda, as categorias mais altas também representam ao redor de 20% dos imigrantes, sendo 12,84% daqueles que possuem rendimento entre 5 e 10 salários mínimos, e 8,21% daqueles com mais de 10 salários mínimos.

Com base nesses números, é possível calcular que, do total de imigrantes na cidade, cerca de 50 mil representam o universo de classes sociais mais elevadas. Dentro desse grupo, a distribuição seria entre milionários, 6,4 mil que vieram para São Paulo em 2015 (NEW WORLD WEALTH, 2016), expatriados, 8 mil em 2013 (FINACCORD, 2014), e 12 mil estudantes estrangeiros para a realização de intercâmbios acadêmicos em 2014 (OECD, 2017). Esses números são de sujeitos que podem ter planos temporários ou permanentes de residência na cidade, resultando portanto em variações no volume total de indivíduos considerado no momento da realização do Censo.

Cartografia das Experiências dos Sujeitos em Mobilidade Internacional nos Espaços Urbanos de São Paulo

O desenvolvimento de uma cartografia se baseia na inspiração da geografia, que, conforme Acseledrad (2008) explica, seria a produção do “espaço social do desenvolvimento”, por mapas que possuem escalas, níveis, estruturas e redes. A expressão da geografia nas cidades globais, para Hosltton e Appadurai (1996), é vista na relação com a cidadania, na qual as cidades globais crescentemente operam como estados na economia global, cada vez mais independentes, onde diferentes grupos de indivíduos buscam seus espaços e pertencimento.

A partir dessa visão, é desenvolvida uma cartografia a partir dos percursos dos sujeitos em mobilidade internacional de classes sociais elevadas em diferentes espaços da cidade de São Paulo. O material coletado é composto por duas fontes: (1) pelas narrativas de entrevistas com 20 sujeitos que estão há pelo menos 6 meses e há menos de 5 anos vivendo na cidade; (2) pelos apontamentos de observação realizada dos espaços urbanos mencionados pelos entrevistados (do total de 46, foram selecionados os 8 mais frequentes, dentre bairros e estabelecimentos). Como foco de análise do artigo, são apresentados os dados relacionados aos 4 bairros estudados, Avenida Paulista (Jardins), Pinheiros, Vila Madalena e Centro.

Avenida Paulista (Jardins)

Entre Pinheiros e Vila Mariana, no bairro dos Jardins, está a Paulista, uma avenida de 2,8 km, com diversos prédios de escritórios, comércio, restaurantes, museus e centros culturais, hotéis, órgãos públicos e um parque. Ela é um dos principais cartões postais da cidade de São Paulo, principalmente por suas construções icônicas, como os prédios que abrigam o Museu de Arte de São Paulo (Masp) e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). Ela segue o modelo desenvolvido do horizonte da cidade global, onde as casas históricas dos barões do café, que eram símbolos do crescimento de São Paulo na economia brasileira no século XIX, foram substituídas por edifícios comerciais modernos, onde estão diversas instituições financeiras e empresas multinacionais. O bairro onde fica a avenida, chamado Jardins, possui até hoje uma concentração de residências de elite.

É um espaço visitado comumente por estrangeiros, sendo que muitos se hospedam ou vivem na região, utilizado frequentemente para eventos. Desde 2015, a avenida fica fechada para trânsito de automóveis aos domingos, quando é utilizada como um espaço para lazer. Dentre as questões narradas pelos entrevistados em relação à Avenida Paulista e a região dos Jardins, destacamos os usos da região como local de trabalho, residência

e/ou lazer. Nos usos como local de trabalho, surge a questão da concentração de escritórios na região, assim como na conveniência da proximidade com residência e com lazer.

Eu trabalho na Avenida Paulista e a maioria dos meus negócios está concentrada nessa região, o que facilita o meu dia a dia. Não preciso me deslocar muito, o que é uma vantagem em São Paulo, pois também moro aqui perto. Aqui encontro o que preciso, e tenho facilidade com o contato com pessoas da minha área. (Monique, expatriada, mulher, francesa)

Eu encontro tudo o que preciso na região da Paulista, vou a reuniões de trabalho, depois saio para encontrar pessoas a lazer. Há diversas opções de restaurantes e bares por perto. (Ignacio, engenheiro, homem, espanhol)

Como local de residência, a região da Avenida Paulista é mencionada como segura e como adequada ao estilo de vida desses sujeitos.

Moro nos Jardins e acho ótimo, porque faço tudo que preciso a pé pela Paulista e pelas ruas próximas. Tenho segurança em andar na região porque tem muitas seguranças nos prédios, câmeras em vários lugares. Isso é importante em São Paulo. Mesmo à noite posso sair. (Wesley, expatriado, homem, norte americano)

Eu gosto de morar aqui nos Jardins porque encontro tudo o que preciso, bons lugares de compras, com produtos de qualidade, marcas conhecidas, internacionais, e também posso sair com minhas amigas e passear nas lojas e ir aos restaurantes e cafés da região. Sinto que o bairro é uma extensão da minha casa e que convivo com pessoas parecidas comigo, normalmente estrangeiras que falam inglês. (Lizzie, esposa de empresário, mulher, norte-americana)

Mesmo para aqueles que não trabalham ou residem na região, a Paulista é mencionada como um importante local de atividades de lazer, tanto relacionados a opções culturais, como museus, galerias, livrarias e cinemas, assim como passeios no parque e nas ruas, compras, e idas a restaurantes e bares.

Eu frequento bastante a região da Paulista durante a semana, porque gosto de aproveitar para fazer várias coisas num lugar só. Vou ao cinema, almoço com as amigas, depois vou fazer compras nas ruas do Jardins. É uma região segura e muito conveniente para mim. (Maria, expatriada, mulher, espanhola)

Normalmente eu vou para os Jardins aos fins de semana. Principalmente nos domingos, quando a Paulista fecha. Posso ver exposições, ir a galerias, livrarias, passear no parque. Gosto muito dos restaurantes da região, que são de alta qualidade, de chefs conhecidos. A Paulista é uma concentração de lugares de qualidade, onde eu não preciso me preocupar em ir para lugares muito distantes um do outro. (Marina, pesquisadora, mulher, argentina)

Nos diferentes usos dos espaços da Avenida Paulista e de seu entorno, é possível destacar os seguintes aspectos: (a) a conveniência pela concentração de opções para as diferentes atividades e pela facilidade de mobilidade pela região (seja por ser possível andar a pé entre os locais, seja pela segurança ostensiva dos estabelecimentos); (b) o pertencimento pela identificação com pares e com um estilo de vida de acordo com as ofertas de consumo material (de produtos, nos mercados e lojas de vestuário por exemplo, ou de serviços, como nos restaurantes) e cultural da região, pautado pela conexão mais próxima com estrangeiros e com a utilização de idiomas de origem. Esses aspectos puderam ser verificados na observação dos espaços dessa região, principalmente mencionando a presença de seguranças privados em todos os estabelecimentos residenciais ou comerciais da região e de câmeras de segurança, além do fato de ser comum encontrar transeuntes na Avenida Paulista falando em outros idiomas, principalmente inglês.

Pinheiros

O bairro de Pinheiros está localizado na região oeste de São Paulo, entre a Marginal Pinheiros e a Vila Madalena, sendo que, devida a sua extensão, possui sub-regiões. Há no bairro uma concentração de escritórios, comércio, restaurantes e bares, além de microbairros residenciais. As principais sub-regiões são o Alto de Pinheiros e o Baixo Pinheiros. Seja na região mais valorizada, “Alto Pinheiros”³, entre a Vila Madalena e a Avenida Faria Lima, ou na região que se desenvolveu mais recentemente, “Baixo Pinheiros”, entre a Avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros, a área está sendo denominada como polo gastronômico e de lazer da cidade, com diferentes opções de lazer e serviços, incluindo espaços culturais.

Nas narrativas dos entrevistados, dentre as questões relacionadas ao bairro de Pinheiros, destacamos os usos da região como local de residência e/ou lazer. Nos usos como local de residência, o bairro é mencionado como adequado ao estilo de vida desses sujeitos e conveniente para as *atividades relacionadas ao cotidiano e ao lazer*.

Eu me encontrei na região de Pinheiros, quero dizer que acho que é o lugar com o qual me identifico mais na cidade. Os lugares, cafés, restaurantes, lojas, espaços culturais, tudo tem um jeito especial. Tem um ar cultural e diferente de outras regiões da cidade. Saio nas ruas e caminho tranquilamente, vejo pessoas que têm um estilo igual o meu, tranquilo, sabe? (Fiona, estudante, mulher, francesa)

É muito fácil para mim fazer tudo em Pinheiros, eu encontro tudo o que eu preciso, faço minhas compras, quando eu quero sair e ir para um bom restaurante, um café. Encontro amigos e conhecidos na padaria. Faço tudo a pé. Temos uma micro comunidade de estrangeiros aqui, e sinto que o bairro é um lugar onde é mais fácil para a gente viver e aproveitar a vida. (Maria, expatriada, mulher, espanhola)

O bairro foi o mais mencionado por todos os entrevistados como destino de atividades de lazer, principalmente relacionado a opções de restaurantes e bares, além de locais para compras de alimentos especiais, como orgânicos ou ingredientes de qualidade.

Eu saio do trabalho e vou direto para algum bar ou café em Pinheiros. No fim de semana também somente fico por lá, adoro os restaurantes, as lojas. Também gosto de alguns espaços culturais. Tudo é agradável, tem uma cara cultural e chic. Sempre é um bom lugar para marcar com amigos. Em todo lugar que você vá, você vai ouvir pessoas falando inglês, acho que isso mostra como o bairro é o queridinho em São Paulo por nós. (Eve, expatriada, mulher, britânica)

Meus principais passatempos são cozinhar e comer. E eu adoro Pinheiros porque tem mercados com produtos de muita qualidade, frutas e verduras orgânicas, então sempre vou para lá. Os restaurantes da região também são especiais. Têm um ambiente mais descontraído, mais *relax*, mas têm muita qualidade. (Ignacio, engenheiro, homem, espanhol)

Nos diferentes usos dos espaços de Pinheiros, é possível destacar os seguintes aspectos: (a) a conveniência pela diversidade de opções de locais que agradam esses sujeitos, com facilidade de deslocamento entre os lugares e sensação de segurança; (b) o pertencimento pela identificação com pares e com um estilo de vida de acordo, principalmente marcada pelas ofertas de consumo material (de produtos, de alimentos principalmente, ou de serviços, como nos restaurantes) e pelas atividades culturais da região, com presença frequente de estrangeiros nesses locais. Esses aspectos puderam ser verificados na observação dos espaços do bairro, sendo que em cafés e restaurantes havia diversos estrangeiros falando inglês principalmente, e diversas pessoas fazendo compra a pé no comércio local, principalmente em pequenas lojas do bairro.

Vila Madalena

O bairro da Vila Madalena começa na região oeste da Marginal Pinheiros e vai até a Avenida Doutor Arnaldo, continuação da Avenida Paulista. Juntamente com Pinheiros, de acordo com a empresa EMDOC (que presta consultoria para expatriados), é a área da cidade preferida por estrangeiros expatriados, por sua concentração de bares e restaurantes.

Especificamente, a predileção pelos estrangeiros à Vila Madalena é comentada em relação a festas e eventos na cidade, como foi o caso da Copa do Mundo em 2014. Aos domingos, algumas das ruas são fechadas, e abre-se o denominado “Parque da Vila Madalena”, onde há diversos *tours* feitos no bairro para conhecer os grafites, ver apresentações musicais, participar de feiras gastronômicas.

Conforme as narrativas dos entrevistados, dentre as questões relacionadas à Vila Madalena, há destaque para os usos da região como local de lazer. O bairro foi mencionado normalmente junto ao bairro de Pinheiros, uma vez que são vizinhos, e as fronteiras entre eles não necessariamente são percebidas. As atividades de lazer mencionadas estão principalmente relacionadas a restaurantes e bares, e a diversidade e o clima descontraído aparecem como fatores de atração.

Eu sempre saio para ir a restaurantes ou barzinhos na Vila Madalena e em Pinheiros. Os amigos do escritório se encontram lá, ou também os amigos do

futebol, depois do jogo. Há muitas opções, então é fácil de escolher. Só não é fácil de estacionar. (Wesley, expatriado, homem, norte-americano)

Meu marido e eu vamos a vários restaurantes na região de Pinheiros, Vila Madalena. A Vila é lugar de festa, então, quando a gente quer algo mais divertido, vai para lá. O espírito do bairro é animado. Só não é fácil caminhar por lá... (rsrs). Não é longe de casa, então para voltar à noite também não é tão complicado, porque em São Paulo não dá para ir muito longe, não é seguro, sabe? (Lizzie, esposa de empresário, mulher, norte-americana)

Os espaços da Vila Madalena são principalmente associados aos usos de lazer, e neles o aspecto destacado é o da conveniência pela diversidade de opções de locais de lazer, principalmente bares e restaurantes. Ao observar os espaços do bairro, é possível verificar principalmente no período noturno grande concentração de público nos bares e restaurantes, que principalmente transitam de carro.

Centro

O Centro, na região da Sé, possui diversos espaços que remetem à história da cidade, tanto de prédios oficiais – como a prefeitura e o tribunal de justiça –, comércio em geral, diversas atrações turísticas e culturais da cidade. A região foi remodelada na década de 1990 e muitas de suas áreas deram lugar a espaços culturais. A Associação Viva o Centro, criada em 1991, foi das principais entidades que apoiou a reforma por célebres arquitetos de prédios como o da Estação Julio Prestes, da Pinacoteca e do antigo DOPS, para dar lugar a centros culturais como a Sala São Paulo, novas salas da Pinacoteca e a Secretaria Estadual da Cultura.

É nessa região historicamente onde os imigrantes chegavam e onde diferentes grupos de estrangeiros se concentraram, formando microcomunidades, como foi o caso dos italianos, japoneses, coreanos e bolivianos.

A partir das narrativas dos entrevistados, verificamos que, para esses sujeitos, o Centro é normalmente relacionado a algumas atividades de lazer, mas com seletividade e precaução. A região foi identificada como importante para atividades culturais, como museus e apresentações de concertos. A ida ao Centro normalmente requer planejamento e cuidado, pois na região os entrevistados narraram que sentem mais dificuldades, como uma maior exposição a roubo e atos de violência. Também citaram o aspecto estético do Centro, pois percebem a beleza da arquitetura histórica, mas também destacam a sujeira, a falta de manutenção das ruas e prédios, e a quantidade de pessoas morando nas ruas.

O Centro é uma região muito bonita. Vale a pena conhecer. Tem que ter um pouco de paciência, porque também tem sujeira e lugares que não são tão bonitos. Gosto de ir na sala da orquestra, no Teatro Municipal. Também gosto de levar os amigos que visitam para conhecer, para comer no Mercado Municipal. Mas tem que ter cuidado. Porque é uma região perigosa. Tem muitos mendigos. Não tem muitos lugares seguros para estacionar. Todo mundo fala para ter cuidado lá, não levar nada que seja mais caro, porque pode ser roubado.” (Richard, médico, homem, britânico)

Eu gosto da arquitetura do Centro de São Paulo. Gosto de ir à Biblioteca Mário de Andrade, ao Centro Cultural Banco do Brasil, à Pinacoteca. Mas sempre durante o dia. Vou de metrô e vou direto para os lugares. Tenho um pouco de medo. Porque muita gente me disse que lá é perigoso, aliás isso os brasileiros falam bastante. Acho que falta valorização da história da cidade, com mais cuidado para os prédios, para a limpeza da região. Falta também mais atenção para as pessoas que vivem nas ruas do Centro. (Fiona, estudante, mulher, francesa)

A associação dos espaços do Centro com opções de lazer, principalmente de cultura, é feita com interesse pela diversidade de opções, mas com certa limitação na mobilidade nos espaços da região, principalmente relacionada ao receio de atos de violência. Na observação dos espaços do bairro mencionados pelos entrevistados, é possível encontrar estrangeiros que estão visitando, mas não é tão comum reconhecê-los, como é o caso na região da Avenida Paulista ou em Pinheiros. Não há trânsito de veículos de maneira tão intensa, como é o caso principalmente na Vila Madalena e na Avenida Paulista, pois a região não tem muitos espaços para estacionamento. Há diversos moradores de rua em algumas áreas do Centro, sendo uma delas bem próxima da Sala São Paulo, espaço mencionado por alguns dos entrevistados como opção de atividade cultural que frequentam.

Elementos Destacados nos Diferentes Espaços Urbanos

A partir dos principais usos dos bairros mais mencionados pelos sujeitos em mobilidade internacional, é possível fazer uma comparação para a análise das diferenças e semelhanças encontradas. Para tal, foi desenvolvido o Quadro 1:

Quadro 1 – Comparativo dos espaços urbanos de São Paulo analisados.

Usos			
Espaços	Trabalho	Residência	Lazer
Avenida Paulista (Jardins)	trânsito (proximidade)	segurança, trânsito (andar a pé), idioma (contato com estrangeiros)	segurança, trânsito (proximidade)
Pinheiros	X	segurança, trânsito (andar a pé), idioma (contato com estrangeiros)	idioma (contato com estrangeiros)
Vila Madalena	X	X	trânsito (carro, proximidade)
Centro	X	X	segurança (perigoso), trânsito (carro, metrô)

Fonte: Desenvolvido pelo autor

É possível verificar que há uma região de destaque para trabalho, que é a Avenida Paulista (Jardins), que também é utilizada para residência, juntamente com a região de Pinheiros. Há outras regiões de trabalho e de residência mencionadas, mas não foram tão recorrentes como as analisadas. Já no caso de atividades de lazer, esses quatro bairros foram os mais recorrentes e também principalmente os que concentram todas as atividades de lazer dos sujeitos em mobilidade internacional em São Paulo.

Nos diferentes usos, existem elementos comuns que surgem nas narrativas, são eles as questões de segurança, trânsito e idioma/contato com outros. A segurança aparece relacionada tanto aos usos de residência, como fator importante para o cotidiano, quanto de lazer, como elemento de preferência (Avenida Paulista) ou de seletividade (Centro). Os entrevistados narraram que geralmente são avisados sobre roubos nas ruas de São Paulo – principalmente em regiões onde há muitos moradores de rua, como o Centro –, e que objetos de valor, como celulares e *notebooks*, – principalmente em torno de atrações turísticas e locais de muito movimento, como a Avenida Paulista – geralmente correm o risco de serem roubados a qualquer hora do dia. Isso cria, segundo eles, uma tensão, de sempre ter que estar alerta, desconfiar da pessoa ao seu lado, especialmente nas multidões. Esse contexto explica a escolha por locais de residência onde há segurança por meio de pessoal e aparato tecnológico, sendo que o acesso aos bairros e imóveis que possuem essa estrutura é relacionado aos seus valores altos de aluguel e/ou de compra. Em relação aos locais de lazer, há uma diferença importante entre duas regiões que possuem grande concentração de pessoas, a Avenida Paulista e Centro. No caso da primeira, a segurança é ostensiva e portanto há uma percepção de segurança, e que essa região é própria para fazer parte de suas atividades cotidianas, de todas as naturezas. No caso da segunda, a segurança é vista como escassa e a região é considerada perigosa, sendo propícia para algumas atividades culturais, com seleção e planejamento prévio.

O trânsito é um fator comum que está relacionado em todos os usos: como o de trabalho, o de residência, e o de lazer. Ele é destacado pela questão da distância física e pela proximidade, que facilita a mobilidade entre um local e outro (para trabalho e lazer), assim como pela possibilidade de em alguns locais se andar a pé (fator relevante nas áreas residenciais), de carro ou de transporte público (especificamente no caso do Centro). Os entrevistados narraram as dificuldades em lidar com o trânsito de São Paulo, pela grande quantidade de carros, e pela falta de estrutura para a passagem de ônibus, bicicletas e pedestres. Também destacaram as distâncias da cidade, que são muito grandes, sendo relevante o fator de proximidade, e a concentração de atividades em alguns bairros, como acontece nos Jardins e em Pinheiros, principalmente. Andar a pé é uma possibilidade necessária para as regiões de residência, o que exige segurança, conforme mencionado anteriormente, assim como também é um fator de conveniência, o que também remete à disposição em pagar valores mais altos por serviços e produtos nas regiões onde moram e trabalham. Usar o carro para atividades de lazer, principalmente noturnas, é uma possibilidade, mas a proximidade também é destacada tanto pela questão de segurança, quanto pela questão de conveniência, como é o caso das atividades na Vila Madalena. Já no caso do transporte público, ele não foi mencionado com frequência, sendo que quando utilizado para ir ao Centro foi mencionado como questão de segurança e conveniência, uma vez que não há opções de estacionamento na região.

Por último, a partir dos diferentes usos, a questão do idioma e contato com outros foi mencionada principalmente nas regiões residenciais, e especificamente em Pinheiros, reforçando o aspecto de pertencimento a esse bairro, tanto como lugar de residência quanto de lazer. As duas regiões de residência mais mencionadas, Avenida Paulista e Pinheiros, são também regiões que concentram estrangeiros na cidade, e principalmente aqueles que falam inglês e que possuem um nível socioeconômico elevado. Assim, a sensação de pertencimento se dá pela possibilidade de realizar as atividades cotidianas no bairro, as compras, conversar com vizinhos, e encontrar semelhantes nos estabelecimentos locais, fazendo atividades similares, com interesses comuns. Nas entrevistas, alguns dos sujeitos narraram que não é simples para eles aprender português, e a maioria deles falou ter dificuldade em encontrar pessoas que falem inglês ou espanhol na cidade. Assim, eles convivem mais frequentemente com estrangeiros e pessoas de sua nacionalidade.

Conclusão

Analisando os diferentes usos e as principais questões que surgiram nos bairros mencionados e observados, verificamos os dois paradoxos propostos por Holston e Appadurai (1996). No primeiro, a questão da cidadania está inicialmente no acesso econômico permitido a esses sujeitos, por terem possibilidade de pagar por um custo de vida alto em regiões mais caras de São Paulo, assim como no pertencimento a um estilo de vida de alto padrão e a grupos de estrangeiros qualificados, e por fim de reconhecimento da sociedade local do valor de suas contribuições, por aportes econômicos e/ou culturais que trazem à cidade. Já no segundo paradoxo, de pertencimento dos sujeitos aos espaços, há principalmente uma relação de proximidade com os bairros que oferecem mais segurança, conveniência e adequação a determinado estilo de vida, havendo uma concentração das diferentes atividades e dos diferentes usos em regiões específicas da cidade. Assim, olhando para essas questões, os elementos comuns que surgem são a conveniência e o pertencimento.

A conveniência está relacionada nos quatro bairros analisados, sendo associada tanto a uma questão de concentração de opções – como no caso da Avenida Paulista, pelas diferentes possibilidades para trabalho, consumo e lazer –, quanto à diversidade de opções, para consumo (Paulista e Pinheiros), para lazer (Paulista, Pinheiros e Vila Madalena) e especificamente para cultura (Centro). O aspecto de conveniência está relacionado ao acesso a produtos e serviços de alto valor, assim como disponibilidade de tempo e interesse por diferentes tipos de atividades, principalmente destacando as atividades de lazer e culturais. Nesse aspecto, o fato de esses sujeitos morarem próximo a regiões que oferecem essas possibilidades também é um elemento relevante, uma vez que grandes distâncias em São Paulo igualmente significam tempo de deslocamento. Assim, verifica-se a delimitação de espaços na cidade, tanto como forma de oferta para esses sujeitos que podem pagar pelos preços solicitados, quanto como forma de demanda desses sujeitos por elementos que permitam uma gama de atividades ampla e de qualidade. Esses sujeitos possuem o que podemos considerar um alto capital de rede (URRY & ELLIOTT, 2010), que lhes garante a mobilidade e a qualidade de vida em São Paulo.

O outro elemento comum, o pertencimento, está concentrado principalmente nas regiões que oferecem além do lazer o uso residencial, nesse caso a Avenida Paulista (Jardins) e Pinheiros. Esse pertencimento ocorre tanto pela identificação com pares, sujeitos semelhantes, principalmente estrangeiros que possuem o mesmo nível socioeconômico que os entrevistados, quanto pela adequação desses espaços com o estilo de vida desses sujeitos, em relação aos consumos material e cultural ofertados. De certa forma, os sujeitos em mobilidade internacional de classes sociais elevadas vivem em uma São Paulo imaginada, presentes na cidade, mas vivendo uma realidade específica e diferenciada, que não é comum à maioria da população que nela também vive.

Analisando as experiências de sujeitos em mobilidade internacional nos espaços urbanos de São Paulo, verificamos que alguns percebem São Paulo como uma cidade global, mas esses espaços são restritos, considerando a extensão da cidade. Uma vez que há diversos paradoxos nas cidades globais, considerar os caminhos pelos quais a cidadania de diferentes sujeitos seja possível, além das vias econômicas, é uma questão relevante para futuros estudos. Na cartografia realizada, analisamos como São Paulo se divide e é dividida pelos sujeitos que a habitam, com alguns qualificados para acesso, e com alguns espaços específicos para criar uma São Paulo global, uma realidade que acirra ainda mais as desigualdades apontadas por Rolnik et al. (1990), de uma cidade que continua sendo na maioria de sua extensão e para a maioria de sua população um lugar de diversos problemas sociais e estruturais.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

APPADURAI, A. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema, 1996.

_____. Sovereignty without territoriality: notes for a postnational geography. In: YAEGER, P. (ed.). *The geography of identity*. Ann Arbor, Michigan: The University of Michigan Press, p. 40-58, 1995.

AUGÉ, M. *Pour une anthropologie de la mobilité*. Paris: Payot&Rivages, 2009.

BARRETO, G. *Dois séculos de imigração no Brasil: a construção da identidade e do papel dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015*. Tese (Doutorado). UFRJ, 2015.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CALETRÍO, J. "This is not me": conspicuous consumption and the travel aspirations of the european middle class. In: BIRTCHNELL, T.; CALETRÍO, J. (eds.). *Elite mobilities*. Abingdon: Routledge, 2013.

COGO, D.; BADET, M. *Guia das migrações e diversidade cultural para comunicadores-migrantes no Brasil*. Bellaterra: Inst. Comunicación UAB/Inst. Humanitas Unisinos, 2013.

FEATHERSTONE, M. *Consumer culture & postmodernism*. Londres: Sage Publication, 1991.

FINACCORD EXPATRIATE BASE. *Global expatriates: size, segmentation and forecast for the worldwide market*, 2014.

GAWC. The world according to GAWC 2018, 2018. Disponível em: <https://www.lboro.ac.uk/gawc/world2018t.html>.

KHAN, S. The ease of mobility. In: BIRCHNELL, T.; CALETRÍO, J. (eds.). *Elite mobilities*. Abingdon: Routledge, 2013.

HANNERZ, U. *Transnational connections: culture, people, places*. Londres: Routledge, 1996.

HOLSTON, J.; APPADURAI, A. Cities and citizenship. *Public Culture*, v. 8, p.187-204, 1996.

KRÄTKE, S. Global media cities in a worldwide urban network. GaWC Research Bulletin 80. *European Planning Studies*, 11, p. 605-628, 2003.

LIMA, M.; RIEGEL, V. A Hipermobilidade na pós-modernidade – motivações distintas e repercussões semelhantes. In: BARBOSA, L. (org.). *Juventudes e gerações no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, p. 319-368, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. MTE – Base Estatística. Brasília: MTE, 2012.

OECD. *Education at a glance 2017: OECD indicators*. Paris: OECD, 2017.

ROLNIK, R.; KOWARICK, L.; SOMEKH, N. *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SALAZAR, N. Representation in postcolonial analysis. In: W. A. DARITY (ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. Farmington Hills: Thomson/ Gale, 2007.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

Viviane Riegel

SASSEN, S. The global street: making the political. *Globalizations*. v. 8, n. 5, p. 565–571, 2011.

_____. Cities in today's global age. *SAIS Review*, v. 29, n.1, p. 3-34, 2009.

_____. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

UEBEL, R. R. G. Brazilian dream: a inserção estratégica do Brasil na América Latina como fator de atração dos fluxos imigratórios em massa nas primeiras décadas do século XXI. In: *ENABRI 2015*, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2015.

URRY, J. *Mobilities*. Londres: Polity, 2007.

_____; ELLIOTT, A. *Mobile lives*. Nova York: Routledge, 2010.

VAN BOCHOVE, M.; ENGBERSEN, G. Beyond cosmopolitanism and expat bubbles: challenging dominant representations of knowledge workers and trailing spouses. *Popul. Space Place*, 21, p. 295-309, 2015.

Recebido em: 30/07/2018

Aceito em: 3/12/2018

¹ www.asmallworld.com

² <http://www.zerohedge.com/news/2017-02-27/millionaire-migrants-countries-rich-people-are-flocking>

³ <http://www1.folha.uol.com.br/comida/2014/06/1464361-mapa-reune-17-restaurantes-de-pi-nheiros-na-zona-oeste-de-sao-paulo.shtml>

Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM)

Between Urban Dweller and Riverine Peasant: Navigating Territorialities and Territorial Systems in Parintins (AM)

Estevan Bartoliⁱ

Universidade do Estado do Amazonas
Parintins, Brasil

Resumo: Numa cidade com forte dinâmica ribeirinha constata-se a existência de centralidades sazonais e fragmentos no espaço intraurbano conectados a pontos do território do entorno. Beiras de rio em bairros populares ou portos privatizados por empresas comerciais da cidade denotam diferentes temporalidades, lógicas de uso e circulação de pessoas, onde apresentamos proposta para o entendimento do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho como mediador na produção de territorialidades. Funciona como complemento dual da economia urbana, abastecendo a economia popular e atividades do capital mercantil, possibilitando extração sazonal de recursos através de práticas espaciais de pescadores e carpinteiros navais.

Palavras-chave: Cidade; Parintins; Sistema Territorial; Circulação; Dinâmica Ribeirinha.

Abstract: In a city with a strong presence of riverine peasants, seasonal centralities and fragments of intra-urban space are connected to the surrounding territory. Riverbank moorings located in low-income neighborhoods and private ports appropriated by commercial firms denote different temporalities, logics of use and movement of people in the city. The aim here is to understand the production of urban-riverine peasant territorialities. The two are shown to have complementary functions in the territorial system of the local urban economy, one supplying low-income consumers and the other supporting mercantile capitalist activities, both of which underwrite the seasonal extraction of resources through the spatial practices of fishers and naval carpenters.

Keywords: City; Parintins; Territorial System; Circulation; Riverine Peasant Dynamics.

Introdução

O presente texto investiga a existência de sistemas territoriais compostos por um conjunto de mediações (materiais e imateriais) que influencia a constituição de territórios e territorialidades a partir da cidade de Parintins, localizada no extremo leste do estado do Amazonas, divisa com o Pará. A formação de uma economia urbana “incompleta”

ⁱ Professor da Universidade do Estado do Amazonas, Campus de Parintins. estevangeo@hotmail.com

(incapaz de sustentar populações a partir de atividades eminentemente urbanas) acabou suscitando que grande parte dos vínculos com os territórios de entorno fossem parcialmente mantidos enquanto complementos para suprir a economia urbana intensificando a circulação fluvial, ou reestabelecidos através de novos contextos existentes na cidade.

Pescadores urbanos e carpinteiros navais são os grupos escolhidos para análise. Adensando relações na cidade (comerciais, institucionais, acesso a redes de ensino etc.), esta passa a ser *locus* principal para reprodução de suas atividades. Essa nodalidade, cada dia mais intensa, requer que o espaço urbano seja constantemente adaptado e transformado para que os sistemas territoriais funcionem ligando áreas interiores ao espaço intraurbano através de vários tipos de deslocamentos fluviais.

Questionamos a existência de um sistema territorial intermediário com dupla dinâmica. Uma é zonal e reticular, e outra organizacional e relacional. Denominamos tal sistema intermediário como Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), que possui duplo papel na necessidade de complementar a economia urbana enquanto exerce ligação entre os pontos de extração de recursos regionais para a cidade.

No primeiro momento descrevemos como o fortalecimento de atividades econômicas de abrangência sub-regional com nodalidade na cidade tem afetado a configuração do espaço intraurbano, principalmente as beiras de rio de Parintins. Considerando a existência de espaços de vivências ribeirinhas, iniciamos descrições das formas urbanas, centralidades e aspectos morfológicos relacionados à sazonalidade fluvial, que afetam práticas espaciais de deslocamentos de sujeitos (principalmente a navegação), na reprodução de suas atividades.

No segundo subitem apresentamos a proposta analítica para compreensão do STUR tendo como um dos pontos centrais sua posição intermediária entre o STUF (Sistema Territorial Urbano-fluvial – vinculado a setores econômicos dominantes vinculados ao capital mercantil) e o Sistema Territorial Ribeirinho (STR) predominante nos interiores. A análise empírica a partir das territorialidades de pescadores e carpinteiros navais nos indicou sobreposições, conflitos e alterações no tipo de circulação e formação da malha territorial.

Cidades e Fluxos Urbano-ribeirinhos: Sítio, Centralidades e Temporalidades

Existem alguns aspectos centrais na nossa discussão sobre a existência de Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos. Convivência entre temporalidades e intencionalidades distintas, maneiras de interagir com o território, interpretar recursos, processar e estabelecer laços e redes em diversas relações e uso de técnicas rudimentares. Mas antes, “situar” e descrever qual contexto urbano tratamos.

As práticas espaciais ribeirinhas de populações locais possuem forte relação com os rios. Todavia, o contexto urbano impõe uma generalização da mercantilização das relações. Isso resulta numa evolução de formas-conteúdos (SANTOS, 2004), seja pelas redes produtivas tecidas ou na organização do trabalho e privatização do uso da terra. A inserção de atividades “tradicionalistas” na esfera de mercado em cidades forma um novo contexto alterando práticas artesanais ou de subsistência.

Duas dinâmicas escalares estão presentes na influência da cidade e do processo urbano ao contexto ribeirinho. Uma é sub-regional, com as atividades econômicas da

cidade intervindo nas configurações espaciais até onde sua influência alcança (municípios vizinhos e calhas de rios distantes, no caso do sistema pesqueiro que parte de Parintins até o rio Solimões). A posição de entreposto de distribuição de produtos industriais oriundos da metrópole Manaus também exige maior capacidade de circulação de redes de sujeitos. A outra é a escala intraurbana, com dinâmicas ribeirinhas confrontando ou se adequando às formas e processos urbanos. A primeira escala acaba afetando a segunda por ser coordenada por maior volume da capital empregado, necessitando de portos privados que alteram a dinâmica intraurbana, por exemplo.

Com a evolução de técnicas e instrumentos de trabalho, atividades saem de estágios artesanais para manufatura e pequenas indústrias, implicando maiores deslocamentos de populações. Nossas pesquisas sinalizaram que há aumento da abrangência dos territórios da pesca com adaptações de barcos maiores (batelões) adentrando na calha dos rios Solimões e Madeira, cujos pescadores são “estimulados” pela demanda e estrutura urbana ou por empresas exportadoras de Parintins.

Na escala intraurbana, a existência de espaços de vivências ribeirinhas é interpretada enquanto prática econômica alternativa de pequena escala. Ali “se manifestam fortes relações de permanência da interação, de natureza multidimensional, entre populações citadinas com os rios, à margem dos quais as cidades se localizam” (SILVA; MALHEIRO, 2005, p. 32). Nessa lógica, Santos (2004) aponta que “o espaço econômico é um conjunto de pontos e fluxos, enquanto o espaço geográfico é o espaço banal”, sendo ambos indistinguíveis. Os fixos provocam fluxos em função de seus dados técnicos, que são geralmente locais, mas, também, em função dos dados políticos, como aponta o autor. As massas criadas pelos fixos exigem capacidade de mobilidade no espaço. Executada exatamente pelo poder econômico, político ou social, essa mobilidade é maior ou menor segundo as comunidades, as instituições instituídas em cada grupo social e os homens em ação (Ibid., p. 84).

Portanto, a circulação fluvial a partir da capacidade de deslocamentos sazonais ou pendulares acaba pressionando a reconfiguração de fragmentos do espaço intraurbano. É uma riquíssima reflexão para problematizar a existência de sistemas territoriais que possuem base em diferentes formas de circular pelos rios, adaptando técnicas e manejando recursos, ligando e interpenetrando o urbano aos diversos ambientes circunvizinhos.

Se a extração de recursos naturais ligada à demanda urbana ou mercados externos aumenta, a demanda por pessoas dispostas a navegar, praticar extrativismo ou realizar cultivos também cresce. Isso intensifica a necessidade da mediação entre território-cidade-mercado dinamizada pela circulação, cuja mobilização de pessoas exige uso de conhecimentos tradicionais e habilidades não codificados. Os ciclos passados da extração do óleo de pau rosa (seiva para perfumes), cultivo de juta e malva (fibras) ou na ininterrupta extração madeireira ou pesca são bons exemplos (BECKER; LIMA, 2013). Tais conhecimentos (saber navegar, transitar e explorar o território), que permitem a sobrevivência dos ribeirinhos, passam a ser apropriados a serviço de setores mercantis da cidade direta ou indiretamente. Essa sobreposição, complementaridade e interpenetração são basilares na noção do STUR detalhada adiante.

Nesse sentido daremos atenção às embarcações de todos os portes, que acumulam funções conforme a cidade se transfigura. São formas-conteúdos mutantes e adaptáveis, ultrapassando a função de apenas conectar pontos através da circulação e servem tam-

bém como moradia (temporária ou fixa) e instrumento de trabalho. As embarcações são elementos-chave na busca de meios de vida não obtidos na cidade: complemento de renda, obtenção de alimentos (aceso aos roçados que os cidadãos possuem nos interiores), pesca, acesso a madeira e palha para construir moradias, entre outras tantas atividades. J. F., morador do bairro União explana que *“a madeira tá cara e vou então pegar a bajaranha do meu vizinho e buscar madeira lá no interior. Quero acabar de construir minha casa logo”*. Esse foi um dos inúmeros relatos que ouvimos em trabalhos de campo. Os barcos são elementos centrais na estruturação do STUR, possuindo além da funcionalidade, aspectos culturais de modos de vida tradicionais.

Práticas para obtenção de recursos na mata são corriqueiras para populações interioranas. Como são transfiguradas ou mantidas na cidade através dos fluxos urbano-ribeirinhos é um canal investigativo interessante para entender o que é o urbano em nosso recorte analítico. Como lembra Raffestin (2009), a produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território (RAFFESTIN, 2009).

Enfim, questionamos o tipo de influência que cidades com dinâmicas ribeirinhas intensas (TRINDADE JR., 2013) possuem junto ao entorno direto ao imprimir redes zonais (materiais) ligadas por relações urbano-rurais. As técnicas utilizadas na formação dessas “micro-redes” são rústicas. Os períodos de trabalho variam de acordo com o regime sazonal fluvial.

Aqui vale levantar uma das questões pertinentes às relações e capacidade de mobilidade dos grupos analisados. Numa retomada do “território como abrigo e como recurso” (GOTTMANN, 2012, p. 530), eles estariam sujeitos a quais restrições e “constrangimentos” espaciais? Quais os (re)desenhos da trama territorial estão se consolidando em circuitos econômicos locais?

Variados esforços analíticos sobre cidades ribeirinhas têm sido feitos recentemente, com destaque aos trabalhos de Trindade Jr. (2010; 2013), Trindade Jr. et al. (2008), Nunes e Trindade Jr. (2012), Oliveira (2000; 2012), Oliveira e Schor (2008), entre outros. Para esses autores, as cidades ribeirinhas possuem forte influência socioeconômica e cultural com a escala geográfica local e regional. São enraizamentos que se traduzem em modos de vida e interações estabelecidos entre os cidadãos e os cursos fluviais. Ressaltam ainda a importância de interpretá-las para além da localização absoluta, onde essa interação assume o caráter funcional (circulação fluvial e uso para atividades domésticas), de subsistência material (fonte de recursos alimentares e econômicos), lúdico e simbólico cultural.

Esses apontamentos são úteis, não com intuito de caracterizar Parintins como cidade “ribeirinha”, mas para reconhecer aspectos salientados presentes na dinâmica de seus fragmentos. Estes fazem parte de sistemas territoriais detalhados a seguir, onde espaços de dinâmica ribeirinha dialogam com a cidade enquanto mediadora material e relacional. A projeção dos sujeitos e suas redes possuem momentos de maior ou menor interação com tais espaços de vivência ribeirinha. Em nossa leitura, esses espaços são interpretados como nós para ação, possuindo centralidade quando localizados em bairros populares, feiras e pequenos portos. Tais espaços contribuem na formação das territorialidades, pois condicionam a maneira com que sujeitos circulam, se apropriando e delimitando tais espaços que podem formar microterritorialidades.

Materializados na paisagem, flutuantes, beiras de rio para atracagem, aglomerados palafíticos e rampas para acesso à beiras de rua, sinalizam tais conectores entre a cidade e seu entorno. A cidade como forma, criada por relações entre práticas sociais e a configuração do espaço, pode ser entendida como formadora de territórios específicos, que condicionam práticas específicas. A dinâmica ribeirinha é ampliada por ser relacional. É tanto ponto de conexão enquanto fluxo para formação de redes, quanto materialização do projeto de cada grupo embasado nas benesses que a cidade oferece.

Tais redes de sujeitos possuem os rios como referenciais da organização espacial e sazonal (Figura 1), além de matriz da temporalidade dos ritmos sociais. Essas relações horizontais no espaço, denotando territorialidades, estratégias de reprodução e acesso recursivo dos grupos, passam a compor uma trama socioterritorial, cujas trocas (redes) podem formar, caso potencializadas, sistemas de cooperação importantes para repensar projetos de desenvolvimento territoriais com bases em cidades.

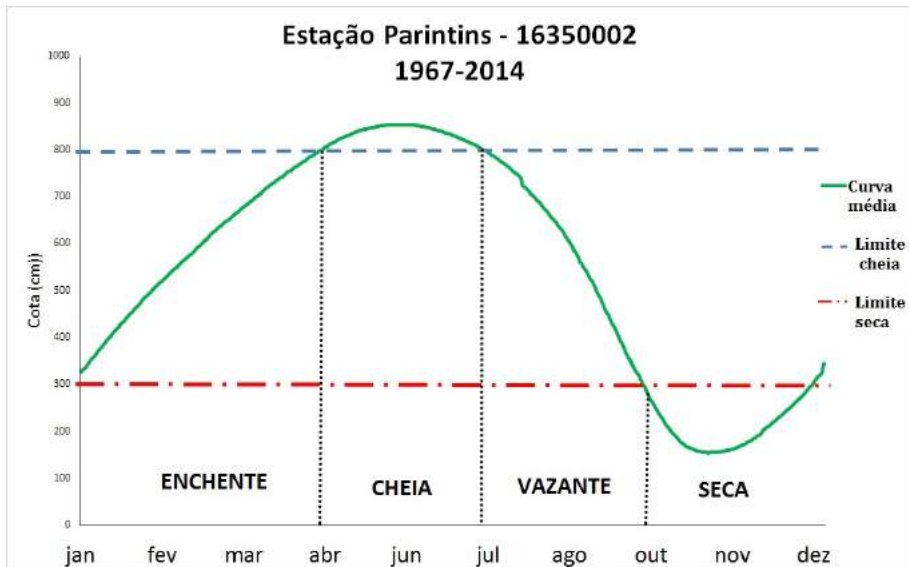


Figura 1 – Gráfico da média das cotas nas oscilações fluviais do Rio Amazonas próximo a Parintins.

Fonte: CPRM. Organizado pelo autor

Foi perceptível nos trabalhos de campo que, a partir do senso comum e da velocidade das oscilações hídricas, nossos entrevistados planejavam ações considerando os ritmos do rio. Percebemos que os carpinteiros navais programam o transporte de um batelão em terra para a água de acordo com o ritmo de cheia e vazante. Dependendo da situação, apressam o trabalho ou o barco não sai de lugares que secam completamente, afetando as demais etapas de construção.

Pequenos canais conectores nos complexos de lagos em várzea e igapós também só são acessíveis em certos níveis hídricos e facilmente conhecidos pelos pescadores sem

nenhum uso de instrumento de localização. Esse saber não codificado e tácito passa a ser usado para a reprodução do capital mercantil que se apodera indiretamente desse conhecimento através da submissão do pescador ao mercado local. O saber fazer embarcações de madeira é submetido a lógicas semelhantes.

Dois dos sistemas territoriais estudados em Parintins (pesca e carpintaria naval) possuem relação intensa com o sítio urbano da cidade e suas beiras de rio (Figura 2). Tal contexto condiciona as atividades desses dois sistemas com dinâmica fortemente influenciada pela sazonalidade fluvial.

Questionar a capacidade de reação e adaptação futura às imprevisibilidades climáticas é essencial para o futuro das cidades, principalmente no tocante às populações menos favorecidas. As beiras de rio da cidade identificadas na Figura 2 são condicionantes para pescadores e estaleiros navais. Possuem grande concentração de atividades relativas ao comércio, produção, circulação regional e mobilidade intraurbana, dinamizadas pelos pulsos de cheias e vazantes. São nós multirreticulares para ações de diversas redes de sujeitos produtores do espaço. No Centro (1), há o mercado municipal e o centro histórico-comercial. Dois principais portos com intensa circulação durante o ano que aumenta na vazante. Nesse período, lagos e furos² do entorno do arquipélago secam e todo o movimento de embarcações se concentra no “beiradão” do rio Amazonas, em vermelho na imagem (pontos 1, 2 e 3).

A área 2 destaca-se pela presença da Colônia de pescadores Z-17, localizada na “Baixa do São José”. Essa parte da cidade é afamada por ser o berço de criação de um dos bois-bumbás do festival de Parintins, o Garantido. Bairro antigo de pescadores, possui forte centralidade no desembarque de pescados em frigorífico privado para processamento e exportação e presença de um pequeno porto fluvial. Uma pequena enseada foi escavada para salvar embarcações das turbulências do rio Amazonas que causam abalroamentos e naufrágios.

A privatização da margem do rio Amazonas é intensa entre as áreas 1 e 2 até a área 3. Ocorre concentração de portos privados e constante movimentação de balsas para transporte de areia, cimento, estivas, combustível etc. Essa dinâmica de apropriação e produção do espaço pelo capital mercantil, com uso de embarcações maiores e servindo a outros propósitos não constituindo a economia popular, receberá o nome de *Sistema Territorial Urbano-Fluvial* (STUF), descrito adiante.

Durante o final da vazante e seca dos rios (setembro a início de dezembro), embarcações se deslocam para essas áreas. Aumenta o movimento de barcos e pessoas pela saturação dos portos centrais, com seca total da lagoa da Francesa, exigindo assim maior aproveitamento dos portos privados. Uma verdadeira centralidade sazonal advinda da dinâmica fluvial.

Conhecida como lagoa da Francesa (bairro do entorno), a área 4 conta com economia bastante dinâmica e diversificada por sua localização estratégica. Ali há grande concentração de embarcações, comércios, entrepostos pesqueiros, fábricas de gelo, hotéis, estaleiros, portos, olarias, madeireiras e usos diversos do solo por populares. É um espaço funcional importante como enseada onde embarcações adentram na época das cheias.

Nesse período, as águas do rio Amazonas são muito turbulentas e perigosas para embarcações de pequeno e médio porte no período de chuvas devido às tempestades ou pelos banzeiros³ causados por embarcações maiores como os cargueiros, grandes empurradores com balsas ou transatlânticos. A lagoa materializa a sobreposição e complementação entre economia popular e o capital mercantil (que configuram dois sistemas

territoriais explanados adiante), apresentando contradições, tensões e convivência entre diferentes formas de uso, apropriação do espaço urbano, considerando a circulação fluvial a partir de circuitos econômicos:

- i) **urbano-ribeirinho (setores populares):** uso de embarcações menores e com trajetos pendulares, com desembarque de pescados, produtos florestais de extrativismo, compra de gelo para barcos pesqueiros, manutenção de embarcações pelos estaleiros navais (chamados regionalmente de “Carreiras”⁴ ou “Tilheiros”), comércio de malhadeiras e apetrechos para pesca, ente outros;
- ii) **urbano-fluvial (capital mercantil):** uso de barcos grandes e balsa com portos maiores, servindo grandes empresas comerciais, distribuidoras de combustível, olarias e as duas maiores madeireiras da cidade.

A margem do lago Macurany (área 5) corresponde ao bairro da União. Formado por ocupação irregular em 2010, é contíguo a outros bairros também formados pelo mesmo processo desde 1990. Bairro popular, os arredores da área demarcada possuem intensa movimentação pendular e sazonal, com presença de feiras, mercados populares, ruas de comércio etc. Na caracterização da beira-rio do bairro União observamos: beiras sem construções com poucos impeditivos para atracagem que cumprem papel social de uso das margens apesar de longos trechos ocupados por flutuantes. Serve a moradores como importante conector para a formação da economia popular, acessibilidade e mobilidade urbana aos bairros mais populosos da cidade. Há intenso trânsito de embarcações pequenas e médias servindo de ponto de apoio das atividades que compõem o STUR.



Figura 2 – Centralidades e influência sazonal em Parintins.

Fontes: imagem: Google Maps; dados: pesquisa de campo. Organização: autor.

A consideração morfológica se faz necessária, pois essas áreas são nós específicos de ligação com a região e o entorno ribeirinho e conectores da área de abrangência que a cidade atinge em cada caso.

A partir dessas localidades (ênfase a beiras de rio), diversos grupos desenham “capilaridades” em atividades variadas, constituindo redes materiais a partir dos rios. Como esboçamos, são parte da retomada de territorialidades que reconfiguram o ordenamento territorial, tecendo continuidades e interpenetrações entre ambientes urbanos e rurais. A formação da paisagem dessas *centralidades beira-rio* conta com atividades que vão da venda do pirarucu ilegal⁵ comercializado nas feiras aos montes de areia para construção civil e pilhas de madeira nos portos privados (sendo em grande parte também ilegais).

Isso nos indica, parcialmente, a maneira como o território do entorno urbano vem sendo utilizado e explorado por esses fluxos de deslocamentos urbano-ribeirinhos ou urbano-fluviais. São altos os impactos ambientais e baixa a capacidade de processamento de recursos que não passam de estágio “genérico” com baixo processamento e agregação de valor. Por outro lado, também se encontram recursos basilares para a sobrevivência de populações da cidade, formando uma importante economia popular.

Esses fragmentos urbanos com centralidade beira-rio demonstram a importância das práticas ribeirinhas para o complemento da economia urbana. O peixe, a farinha, produtos extrativistas e utensílios artesanais embasam parte da economia popular de produtos regionais. Ao mesmo tempo, as formas da cidade, ruas, o domínio do dinheiro como mediador das relações e a rapidez das motocicletas entre pedestres e ciclistas, ratificam a imposição da racionalização do espaço. Isso acarreta em maior capacidade de circulação, eficiência de deslocamentos de caminhões, carros e motos. Essa lógica de circulação “racional” e funcional também ocorre nos rios com o uso crescente de embarcações mais ágeis, lanchas de alumínio ou balsas diversas. Há crescente desvalorização de uso dos rios para práticas populares latente na reflexão sobre morfologia com a análise dos resultados da cartografia participante realizada com pescadores e carpinteiros navais.

A centralidade sazonal possui uma temporalidade espacial. Ocorre, assim, que cada rede de sujeitos constrói sua estratégia territorial, navegando e decidindo os pontos circunvizinhos a serem ativados. Possuem laços afetivos e familiares e ao mesmo tempo mercantis e funcionais com as comunidades que ainda mantém vínculo territorial (no caso do STUR).

Em síntese, os ditos espaços de vivências ribeirinhas aparecem como momentos na conformação do sistema territorial proposto. Muito mais amplo, o STUR envolve movimento, fluxos, interações com circuitos dominantes e demais atributos elencados a seguir. O avanço de atividades das elites locais embasadas no capital mercantil acaba demandando quantidade de pessoas dispostas e capazes de circular pelo território, mas de maneira singular. A existência de redes de sujeitos e suas práticas espaciais sinalizam permanências da longa trajetória de interação de pessoas simples dos interiores com seus ambientes. Teimam em manter aspectos de suas temporalidades mais lentas, absorvidas paulatinamente pela esfera de circulação e acumulação urbana.

O conteúdo da cidade dinamiza e adensa existências ditas “ribeirinhas”, formando uma adaptação da economia popular aos circuitos mercantis, denotando a dualidade que a noção do STUR deseja desvendar: uma adaptação da economia popular ao ambiente urbano, realizando mediações diversas, técnicas, organizacionais, e entre ambientes sob sua influência.

A Proposta Analítica do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR): Fluxos Navegantes Conectando Territórios

A construção do modelo STUR faz parte de pesquisa mais ampla desenvolvida em Bartoli (2017), com uso da abordagem territorial, que pode dar boas contribuições para pensar o caráter relacional e processual em estudos sobre cidades na Amazônia. O sistema de análise multidimensional presente na abordagem territorial (RAFFESTIN, 1993; DEMATTEIS, 2005; 2008; SAQUET, 2007; 2011) abrange a economia, a política, a cultura e a natureza (EPCN), nos auxiliando a evidenciar lutas por sistemas de apropriação, valoração e representação, carregadas de intencionalidade dos sujeitos que disputam trunfos para o ordenamento do território.

Como artifício metodológico, usamos a análise das territorialidades de grupos para “mapear” e identificar atividades que, enquanto subsistemas, dinamizam o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). Propomos tal noção para entendimento da formação de redes de sujeitos que criam, através das práticas espaciais, fluxos que acionam pontos em áreas diversas (rurais, unidades de conservação, terras indígenas e comunidades ribeirinhas) a partir da cidade. Partimos de coletivos organizados que constituem mediações multimensionais com a esfera urbana com transformação de formas culturais adaptativas, evoluídas por longo processo de interação entre sociedades locais e o ambiente de interação direta. Os coletivos passam a ter, nas últimas décadas, suas estratégias de operação e ações a partir da cidade, nós que possibilitam e condicionam tais territorialidades.

Resumidamente, o papel mediador que o STUR abrange aparece em cinco vertentes: i) zonal, reticular e topológico: conectando a cidade a pontos diversos do entorno sub-regional através da navegação fluvial; ii) econômico dual e complementar: dinamizado principalmente pela economia popular mas em interação constante com as esferas de valorização do capital mercantil dominantes na cidade, em alguns casos ocorrendo saltos escalares em relações que ultrapassam a sub-região (BARTOLI, 2015); iii) produção e configuração de fragmentos do espaço intraurbano constituindo fixos úteis para a estruturação do sistema; iv) organizacional e institucional: outros tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância (cooperativas, associações, colônias de pescadores etc.), mediando ações que se desdobram em práticas sobre o território; v) simbólico-cultural: traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares são absorvidos e ressignificados pela inserção ao processo urbano.

Uma série de questões, assim como a delimitação das variáveis selecionadas, orienta a busca de dados para o entendimento da dimensão e natureza desses sistemas. Qual a influência do uso do território sub-regional (levando em conta não só municípios do

baixo Amazonas) na formação de uma malha, acessíveis por meio fluvial (redes) como comunidades ribeirinhas, Unidade de Conservação e aldeias ou Terras Indígenas?

E, por fim, uma das características mais interessantes no estudo do STUR é a identificação das permanências, evoluções e hibridizações de usos de recursos naturais por técnicas e práticas tradicionais. Estas estão associadas a elementos e ambientes de interação na cidade com técnicas modernas em fragmentos do espaço urbano, que se adaptam, conflitam e se articulam aos sistemas rudimentares.

Para análise do STUR, trataremos do universo de relações instituídas em meio geográfico específico. Os pontos de partida foram: o processo urbano que influencia seu entorno (aumento da área de influência da cidade); o espaço urbano que abarca práticas do universo ribeirinho em si (incluindo tensões que esse processo acarreta); o uso de atributos recursivos constituintes do sedimento territorial local formado em longa duração de relações, portadores de elementos culturais arraigados, porém dinâmicos e abertos à evolução nas relações territoriais a partir de trocas com sistemas externos. As práticas espaciais desses sujeitos nos indicaram parte das territorialidades construídas.

Portanto, esses sistemas produtivos formam circuitos que tecem relação dialética entre a cidade e seu entorno impelindo intensificação da circulação de pessoas. São compostos por **forças centrífugas** (busca de recursos regionais) e **forças centrípetas** (necessidade de acesso à cidade por populações interioranas).

As vias que partem da cidade para interiores (força centrífuga) são marcadas pela busca variada de recursos naturais com intenções diversas: subsistência, mercado local, complemento à escassa geração de trabalho e renda urbanos. Mais do que isso, funcionam como retorno a “portos seguros” no território cujos sujeitos possuem relação umbilical, familiar e afetiva, muito evidente entre pescadores e os indígenas Sateré-Mawé. Laços funcionais são adensados e a repetida frase ouvida como na entrevista de A.P., morador do bairro popular Itaúna I: *“fulano tá lá pras bandas do rio Mamurú onde tem parente, cria um gadinho, pesca e planta roçado”*.

A força centrífuga do STUR é aquela relativa à busca do complemento dual repetido ao longo do texto, incentivando o que chamamos de “retorno ao território”: economia mercantil dominante se sobrepondo à popular (mas usufruindo dos saberes desta) e compondo parte expressiva da economia urbana.

Os trabalhadores passam a permanecer cada vez mais tempo (relatos de até 45 dias) nas embarcações, sujeitos a condições de trabalho muito precárias. A exploração do trabalho ocorre de duas maneiras, pois se intensifica o esforço para pesca e os dias de pescaria são estendidos para recompensar os altos gastos e baixo retorno da renda. Esse circuito é mediado pelos receptores/atravessadores na cidade.

Já a força centrípeta no STUR consiste no movimento contínuo de populações que migram na busca de bemesses e melhorias que a cidade oferta. Serviços (técnicos, educacionais, saúde etc.), acessos a instituições, mercados e tantas outras facilidades urbanas. Essa migração e a “explosão” urbana que Parintins atravessou foram indutoras de novas formas de inserção de sujeitos na cidade. Alteraram também sua morfologia urbana como visto anteriormente.

Algumas ressalvas devem ser feitas pela necessidade de uma crítica sobre as atividades que compõem o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho. Enquanto subsistema do

processo urbano como totalidade, como se conectam dialeticamente a circuitos econômicos dominantes? Ao tratarmos de uma formação espacial associada à formação econômico-social, é sempre importante refletir sobre a maneira com que relações dominantes exercem influência sobre as subordinadas. Moreira (2008) afirma que, para o entendimento da totalidade social, devemos sempre levar em conta a função da produção e a expropriação de excedentes, mediadas por arranjos espaciais. No nosso caso, apresentamos a estrutura do sistema mediado pela cidade que sempre cumpriu na Amazônia funções de extrair excedentes.

O processo urbano ligado a fases da mundialização, movimento amplo de realização de mais-valia (CARLOS, 2009), sempre encontrou em cidades da Amazônia nós para ação e organização de territórios (TRINDADE JR., 2013). Como exemplo, o sistema de aviação durante a economia gomífera (final do século XIX – início do XX), que realizava extração de produtos ligados às redes de financiamento e exportação, com escalas de relações em cada ciclo de valorização de produtos.

As atividades econômicas que compõem o STUR possuem interação e condicionamentos vinculados à reprodução do capital mercantil. Este vem transmutando as formas da cidade em benefício próprio. Reduz cada vez mais os espaços de vivências ribeirinhas com a privatização das margens de rios que são submetidas ao domínio da troca. Neste, a lógica da propriedade se sobrepõe aos usos livres que populações diversas sempre tiveram com os rios, mas sem anulá-las. Esses aspectos ficaram claros durante a análise empírica e pelos exercícios de cartografia participativa realizados com dois grupos que possuem uso intenso das beiras de rio: pescadores e carpinteiros navais.

Longos trechos nas beiras de rio em Parintins acabam se submetendo quase totalmente a essa lógica de apropriação do espaço. Segregam e proíbem atracagem de pequenos barcos, impondo racionalidade externa. Isso afeta outras formas de apropriação. Em detrimento das pequenas e médias embarcações, surgem grandes balsas e barcos de ferro, barcos postos de combustível e lanchas de alumínio “a jato”.

É possível afirmar, portanto, que a formação do **Sistema Territorial Urbano-Fluvial** cada vez mais se sobrepõe e absorve dinâmicas ribeirinhas. Usamos o termo *fluvial* considerando que, para os sujeitos que animam esse sistema, os rios são usados primordialmente para *circulação* de mercadorias. Não há intenção de manter práticas diárias de populações que têm no rio um aspecto simbólico, cultural/identitário (ribeirinho), lúdico ou para subsistência. É um sistema vinculado a atividades presentes na cidade ligadas ao capital mercantil com vínculos e conexões escalares diversas, principalmente com a metrópole Manaus.

Grupos de empresários locais produzem a configuração espacial tendo a cidade como nó para extração de recursos naturais e base de ações. Há rebatimento espacial, pois possuem maior poder de organizar espaços partindo da posse de lotes e glebas materializados principalmente nos portos. Suas atividades geram maior impacto ambiental em extensas áreas a partir de ações como extração de madeira, areia, seixo e criação extensiva de gado, búfalos etc. As embarcações usadas: grandes balsas de carga, balsas de combustíveis, empurradores, barcos tanque de gasolina, barcos grandes de ferro, lanchas e iates de veraneio.

Apesar de também afetado pelos ciclos da natureza (sazonalidade fluvial, principalmente), o STUF possui maior margem recursiva para minimizar efeitos. Destaca-se a posse dos terrenos frontais da cidade navegáveis o ano todo e a natureza das embarcações e lugares acessados. As embarcações não necessitam transitar por furros, paranás menores ou lagos para busca de recursos. Exemplo marcante ocorre na comparação entre as marinas usadas para lazer que se localizam nos terrenos frontais da cidade que não secam, e os flutuantes-marina de bairros populares, sujeitos às secas que alteram a navegação.

Em determinadas ocasiões, ocorrem várias sobreposições e interconexões entre o STUR e o STUF. Embarcações menores (canoas-rabeta ou bajaranhas) são ágeis, acessam canais estreitos e rasos e extraem recursos que abastecem o sistema mercantil dominante como peixe, madeira e até ouro nos garimpos clandestinos ou mesmo a maconha cultivada no município de Maués (AM). Embarcações menores são usadas para burlar territórios de acordo de pesca ou áreas ilegais, singrando por canais estreitos e rasos, dificilmente pegos pela escassa fiscalização ou pelos comunitários locais. São circuitos de circulação extremamente complexos atingindo áreas longínquas, internalizando tensões e conflitos raramente noticiados nas cidades e abastecendo, ainda, as elites mercantis urbanas de várias formas.

Assim, há confluência em graus variados dos sistemas que são compostos por circuitos econômicos. A circulação pelo território é feita pelo uso de embarcações, conectando espaços circunvizinhos. Em certo sentido, tais embarcações carregam formas portadoras de conteúdo, contradições que essa sobreposição e complementação abarcam.

Canoas pequenas ou grandes não são registradas em Capitania. Incontáveis nas beiras de rio da cidade são muito úteis à configuração do STUR. Percorrem pequenas distâncias atravessando canais hídricos rasos, acessando territórios e recursos não acessíveis por outras embarcações.

O batelão, casco de embarcação média que recebe vários tipos de funções, aparece como uma das materializações mais claras entre o STUF e o STUR. São guiados por antigos e experientes comandantes, conhecedores de intrincados e complexos caminhos oscilantes pela sazonalidade hídrica. Diversas outras sobreposições (Figura 3) são demonstradas a partir das análises empíricas.

As embarcações usadas no STUR são conectoras flexíveis da intermediação entre dois “mundos” na Amazônia que, a nosso ver, se interpenetram e se sobrepõem em variadas instâncias. O batelão aparece como materialização dessa lógica. Trata-se de “casco” médio de madeira que varia entre 12 e 20 metros. O modelo mais difundido encontrado regionalmente é adaptado a diversas atividades como transporte de gado, pescado, madeira e até posto de gasolina e, cada vez mais, servindo como moradia. Internaliza-se, em seu uso, contradições referentes à maneira como as dinâmicas do capital mercantil vão submetendo as demais formas de produção e circulação no território, outras lógicas de reprodução e manutenção da vida e não só como meios de transporte.

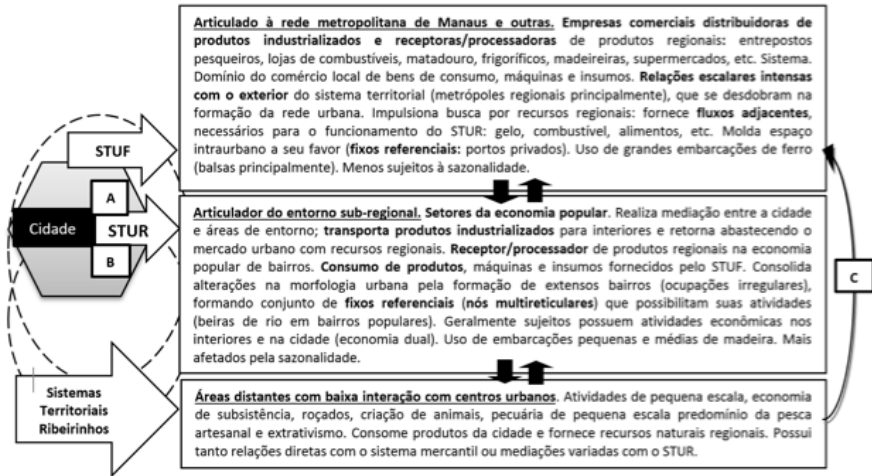


Figura 3 – Fluxograma resumo das interações entre sistemas territoriais mediados pela cidade.

Legenda: A – Tensões e conflitos: produção do espaço urbano (ênfase nas beiras de rio). B – Hibridização: elaboração de soluções criativas e adaptações técnicas em instrumentos de trabalho, moradia, tipos de embarcações e outras formas espaciais perceptíveis em bairros populares. C – extração de recursos regionais (inclusive areia e seixo para construção civil) realizada por grandes empresas comerciais da cidade; não há mediações ou processamento na cidade, mantendo sujeitos populares que abastecem tal fluxo em grau elevado de territorialidade passiva. Organizado pelo autor.

A continuidade da moradia no barco, enquanto há espera para nova saída, sinaliza característica da centralidade da embarcação para a constituição do STUR. As embarcações são refúgio dos que não foram “absorvidos” plenamente pela lógica da cidade, não podendo pagar aluguéis ou construir moradias em escassos espaços da ilha. Acoplados como próteses às beiras de rio, batelões, bajaranas e canoas são composições flexíveis das territorialidades que o STUR abarca.

Antigos barcos, bajaranas, balieiros e canoas vão ganhando adaptações e se adequando cada vez mais às características do urbano enquanto portador de modos de produção e reprodução do capital. Sem perder o sentido para o qual foram construídas, servem os habitantes da Amazônia na oscilação sazonal das águas e cada vez mais entre o “vai e vem” cidade-rios-interiores.

Enfim, as pesquisas com pescadores urbanos e carpinteiros navais nos indicaram que o espaço urbano, como condição, meio e produto (CARLOS, 2009) para ações de pescadores, demonstra contradições de processos que suas territorialidades ensejam na formação do STUR, cada vez mais submissos e envolvidos às determinações e lógica do Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF). Pescadores e carpinteiros navais passam a se

adaptar às restrições do espaço urbano produzido por agentes ligados à sua funcionalidade mercantil enquanto mercadoria vinculada ao valor de troca. Um espaço intraurbano-ribeirinho se desenha nas beiras de rio de bairros populares e diversos fragmentos espalhados pela cidade.

Considerações Finais

Os dois sistemas territoriais (STUR e STUF) funcionam como estruturadores da esfera direta de influência urbana de Parintins. Tanto nodal-zonal, ligando fragmentos do espaço intraurbano através de seus caudais hídricos a territórios circundantes, como no aspecto relacional, pois permitem interpenetração de atividades para o complemento da economia urbana, influenciando (ou sendo influenciado como no caso do STUR) o uso e reordenamento de territórios. Este varia de acordo com o tipo de autonomia relativa conquistada por cada grupo.

As técnicas ditam ritmos, finalidade e contexto para extrair e processar recursos regionais. Quando associadas e adaptadas à cultura regional (amálgama da continuidade de relações do homem amazônico como usufruto de recursos em longa trajetória), constituem mediadoras importantes na construção de territórios.

As atividades pertencentes ao STUR são embasadas na economia popular de pequena escala. Nesta, a “escassez” das possibilidades da cidade é complementada por práticas no espaço e interação com recursos disponíveis se manifestando em: i) adaptações técnicas de máquinas e motores; e ii) formas de circular pelo espaço urbano-ribeirinho entre diversos ambientes conectando o urbano ao entorno. São ao mesmo tempo sistemas complementares e componentes da economia urbana. Complementares, pois sujeitos acessam rios e interiores para obtenção de renda “complementar” à da cidade. Também para subsistência com a manutenção de roçados e pesca no entorno da cidade e nos interiores (o que confere a tais sujeitos enorme vantagem em tempos de “crise”). Complementam, ainda, o sistema mercantil fornecendo recursos e consumindo das empresas locais. São componentes uma vez que se materializam na paisagem (feiras, bairros populares, embarcações, flutuantes, pequenos portos) e têm recursos processados na cidade, movimentando grande parte da economia urbana. Formam redes intensas mantendo laços entre os membros da cidade e entornos. Geralmente famílias que possuem parentes nos dois ambientes, conservando laços, refazendo fluxos, coligando tais localidades que são ativadas pelas possibilidades que a cidade oferece.

O STUR intensifica exploração de recursos florestais pela cidade ou pela propagação do modo de vida urbano e inserção de técnicas mais avançadas. Se o espaço geográfico é composto por sistemas de ações e objetos (SANTOS, 2004) a partir das práticas espaciais são construídas territorialidades e territórios onde podem ser delimitados acessos restritos e direitos desiguais de produção e ordenamento do território, conferindo a definição clássica atrelada ao poder. O Sistema Territorial Urbano-Fluvial passa a ordenar a divisão territorial do trabalho a seu favor. Afeta os demais sistemas impondo uma lógica mais funcional, ditando preços e controlando o mercado urbano de absorção dos produtos e mercadorias advindos de florestas e rios. Por outro lado, não anula práticas espaciais e territorialidades dos demais sistemas.

Referências Bibliográficas

BARTOLI, E. Ações indígenas sateré-mawé na cidade de Parintins (AM) e a formação de sistemas locais territoriais urbano-ribeirinhos. In: Simpósio Nacional de geografia Urbana (SIMPURB), CD-room. Fortaleza: UFCE, 2015.

_____. *O retorno ao território a partir da cidade: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM)*. Tese (Doutorado). Presidente Prudente: PPGG/Unesp, 2017.

BECKER, B.; LIMA, A. Surtos e ciclos econômicos de Parintins (AM): Condicionantes à sua organização socioespacial e estruturação urbana. *Revista Espaço Aberto*. v. 3, n. 1, p. 77-99, 2013.

CARLOS, A.F.A. A ilusão da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. *Revista Cidades*, v. 6, n. 10, p. 289-306, 2009.

DEMATTEIS, G. Il sistemi territoriali in un’ottica evoluzionista. In: DEMATTEIS G.; GOVERNA, F. (orgs.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milão: Angeli, 2005.

_____. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CORRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*. v. 2, n. 3, 2012.

MOREIRA, R. *Pensar e ser em geografia*. São Paulo: Contexto, 2008.

NUNES, D. A.; TRINDADE Jr., S. C. C. (Sobre)vivências ribeirinhas na orla fluvial de Marabá – Pará: agentes, processos e espacialidades urbanas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, p. 209-238, 2012.

OLIVEIRA, J. A. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

_____. Impactos sociais de desterritorialização na Amazônia. *Emancipação* (UEPG, Imprensa), v. 12, 2012.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. *Cidades na floresta*. São Paulo: Anablume, 2008.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

Estevan Bartoli

_____. A produção das estruturas espaciais e sua representação. In: SAQUET, M. SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades*. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp. 2004.

_____. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp. 2007.

SILVA, M. A.; MALHEIRO, B. C. P. A face Ribeirinha da orla fluvial de Belém. In: TRINDADE Jr., S. C. C.; SAINT CLAIR, C.; SILVA, M. A. P. (orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS et al. (orgs.). *A cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto. 2013.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: Pós-Graduação em Geografia da FCT/ Unesp: 2001.

TRINDADE Jr., S. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE Jr. S. C.; TAVARES, M. G. *Cidades ribeirinhas na Amazônia*. Mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

TRINDADE JR. S. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*, n. 50, 2010.

_____. Uma floresta urbanizada? legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. *Revista Espaço Aberto*, v. 3, n. 2 , p. 89-107, 2013.

Recebido em: 18/07/2018

Aceito em: 23/11/2018

¹ Batelão é o nome dado ao casco largo, poupa arredondada, de dimensões variadas, que é a base da embarcação. Quem define o que será construído acima do casco (a chamada “obra morta”) é o proprietário, variando desde a pesca ao transporte de gado.

² Furos são canais que ligam corpos hídricos. Geralmente se formam no período das cheias, ligando lagos, rios e paranás (braços de rios).

³ Banzeiro: nome regional dado às ondas dos rios, que podem ser altamente prejudiciais por afundar pequenas e médias embarcações e erodindo margens de rios causando desmoronamentos (terras caídas). Além de formadas por intempéries climáticas, os banzeiros também se formam com a passagem de grandes embarcações, cargueiros originários de Manaus, na parte frontal de Parintins junto ao rio Amazonas.

⁴ Carreiras são os trilhos usados para retirar as embarcações do rio. Tilheiros são considerados os galpões onde se desenvolve a carpintaria naval, termo similar ao estaleiro.

⁵ Nos últimos anos o pirarucu vem sendo colocado na lista do IBAMA de espécies ameaçadas, permanecendo em defeso permanente. Isso não impede sua captura e comercialização. Pela popularidade e qualidade da carne é facilmente encontrado nas feiras e restaurantes.

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e Crise Político-Econômica no Brasil: o Município de Itaboraí pós-2014

The Petrochemical Complex of Rio de Janeiro and Political-Economic Crisis in Brazil: Itaboraí Municipality after 2014

Wander de Souza Dias Guerraⁱ
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro foi o bastião do modelo novo-desenvolvimentista brasileiro. O município escolhido para localização do megaempreendimento foi Itaboraí, localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A escolha da RMRJ e do município evidenciou o processo de guerra dos lugares tanto entre regiões quanto entre municípios e é recheada de polêmicas. Apesar de ter vencido a guerra dos lugares e vivenciado ligeiras melhorias, Itaboraí, após em 2014, com a crise político-econômica brasileira começa a vivenciar a perversidade da guerra dos lugares e os limites do modelo novo-desenvolvimentista. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar brevemente os efeitos da crise político-econômica brasileira no município de Itaboraí, a partir da desaceleração do Comperj e à luz da guerra dos lugares. A partir de uma pesquisa quali-quantitativa, elaborado por meio de entrevistas e visitas técnicas, pôde-se constatar a condição do município no contexto de crise econômica.

Palavras-chave: Comperj; Itaboraí; Crise; Brasil

Abstract: The Petrochemical Complex of Rio de Janeiro was considered to be the most important example of the Brazilian new-development model. The complex was planned to be one of the largest investments in the history of Petrobras and was situated in Itaboraí municipality, located in the Rio de Janeiro Metropolitan Region. The choice of the municipality as the site of the project was marked by controversy, a war of places and intense competition between regions and municipalities. Despite having won out and having experienced some minor improvement, after 2014 Itaboraí began to experience the perversity of the war of the places and the limits of the new-developmental model as Brazil sunk into a severe political and economic crisis. In this sense, the objective of the article is to understand the current situation of

ⁱ Engenheiro Ambiental – Secretaria Municipal do Ambiente de Guapimirim. Mestre em População, Território e Estatísticas Públicas – ENCE. guerra.wander@gmail.com

Itaboraí after the construction of the Comperj complex stalled and provoked a local crisis. Based on qualitative and quantitative research methods involving interviews and technical visits, the current situation of the municipality after the economic crisis is presented.

Keywords: Comperj; Itaboraí; Crisis; Brazil.

Introdução

Na primeira década do século XXI, graças ao alinhamento político entre o Governo Federal e o Governo Estadual, o Rio de Janeiro retomou o prestígio (perdido em décadas passadas) e voltou a figurar na rota dos investimentos do período novo-desenvolvimentista brasileiro, tendo como principal vetor a cadeia produtiva do petróleo. Com o *boom das commodities* no mercado internacional, o estado do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana se tornaram destinos de diversos investimentos públicos, com vistas à melhoria de infraestrutura e ao fortalecimento do setor de petróleo e gás no estado.

Na rota dos investimentos públicos e privados, em 2007, juntamente com o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento, o Governo Federal anunciou a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). O empreendimento, naquele momento, seria o maior investimento da história da Petrobras, a ser construído na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, no município de Itaboraí, coroando e consolidando a posição do Rio de Janeiro no cenário nacional.

Também naquele momento, a escolha do município foi surpreendente, pois não era, dentre outros concorrentes, o município favorito. A escolha deste município é recheada de polêmicas e questões até hoje não respondidas, mas é signo importante da guerra dos lugares – seja num contexto macro (uma disputa nacional entre regiões metropolitanas nacionais e globais), seja num contexto micro (municípios da própria RMRJ).

A partir do ano de 2013, os limites e as contradições do novo desenvolvimentismo brasileiro, ancorado no mercado internacional de *commodities*, começam a ficar evidentes, sendo o estopim de uma crise econômica. Com a intensificação dos problemas econômicos, somada à deflagração da Operação Lava Jato em 2014, se instaura também uma crise política que, em 2016, resulta no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Ainda em 2014 e em 2015 os efeitos da crise político-econômica se alastram pelos estados brasileiros, principalmente devido à perda ou congelamento de investimentos.

No Rio de Janeiro os efeitos da crise político-econômica chegam ainda com mais intensidade, haja vista a dependência dos recursos federais e dos investimentos da União no estado. As consequências das perdas dos investimentos federais resultam em atrasos e desaceleração de obras de infraestrutura e de projetos importantes como o Comperj, e que, em efeito cascata, mudaram o contexto econômico do município de Itaboraí.

Nesse contexto de transformações socioeconômicas, o objetivo deste artigo é apresentar brevemente os efeitos da crise político-econômica brasileira no município de Itaboraí, a partir da desaceleração do Comperj e à luz da guerra dos lugares.

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa predominantemente qualitativa e de uma revisão bibliográfica sobre o tema, em conjunto com uma série de visitas técnicas em Itaboraí e entrevistas semiestruturadas aplicadas aos moradores do município. As visitas técnicas ocorreram no município de Itaboraí no período de março de 2015 e dezembro de 2016. As entrevistas semiestruturadas foram elaboradas para a dissertação de mestrado, e aplicadas de forma espontânea durante as visitas técnicas. Estas entrevistas se deram com funcionários do comércio local, moradores próximos ao empreendimento e trabalhadores do Comperj.

Buscou-se utilizar também dados quantitativos sobre a questão do emprego, renda, investimentos, dentre outros dados socioeconômicos, tendo como base pesquisas do IBGE. Por fim, as informações foram compiladas e organizadas na dissertação de mestrado apresentada na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, do IBGE, e serão apresentadas neste artigo.

Uma Breve Contextualização: a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e a Guerra dos Lugares

Do ponto de vista econômico, desde a década de 1960, quando ainda era capital federal, o Rio de Janeiro sempre foi alvo de significativos investimentos federais, sendo uma economia dependente deste tipo de investimento. Temos por exemplo destes investimentos a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria Duque de Caxias. Entretanto, a partir da década 1960, o estado do Rio de Janeiro enfrenta um processo de erosão em seu prestígio e importância, que vão desde a mudança da capital federal até a fuga de capitais, resultando em um certo enfraquecimento da sua dinâmica socioeconômica, apesar de ainda figurar como um dos mais importantes estados brasileiros (OSÓRIO E VERSIANI, 2013).

Já na década de 1980 até os meados da década de 1990, com a inversão do processo de crescimento econômico e a crise fiscal que assolou o Brasil na época, a economia fluminense, fragilizada pela histórica dependência de investimentos da União, mergulha em uma estagnação econômica que durou quase duas décadas (OSÓRIO e VERSIANI, 2013).

No final do século XX inicia-se uma mudança significativa em relação ao posicionamento do Rio de Janeiro no cenário nacional. Em 1997, a partir da quebra do monopólio do petróleo pela Petrobras, inicia-se um processo de revitalização da infraestrutura fluminense, com vistas ao potencial de exploração de petróleo da Bacia de Campos. Essa perspectiva transformou o ambiente econômico do Rio de Janeiro, trazendo novas possibilidades de crescimento para a economia fluminense, embora ainda baseado na indústria extrativista (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2009).

Nos anos 2000, o Rio de Janeiro, embalado por mudanças no cenário econômico e político nacional, busca consolidar a reestruturação do seu parque produtivo iniciado no final da década de 1990. A reestruturação produtiva do estado se consolida na primeira década do século XXI, e se dá principalmente devido à parcerias público-privadas capitaneadas, novamente, pela União, por meio do investimento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. A cadeia produtiva do petróleo, consolidada

pela exploração da Bacia de Campos (norte fluminense) é o principal fator e o principal vetor para os investimentos que permitiram o desenvolvimento de infraestrutura física no estado, considerando a necessidade de integração da área de produção com a área de exportação (CRUZ, 2014).

A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro – RMRJ – é a principal região beneficiada com o aumento dos investimentos no estado, e é onde ocorrem verdadeiras reestruturações logísticas e produtivas, pois é nela e a partir dela que se materializa a integração entre o norte fluminense e as demais regiões do Rio de Janeiro – desde a estrutura portuária e industrial na RMRJ até a indústria automobilística no sul fluminense.

Portanto é necessário traçar aqui, neste artigo, uma breve apresentação da RMRJ. Como já dito anteriormente, o processo de metropolização no estado do Rio de Janeiro se deu de forma peculiar, singular. Essa singularidade, para Oliveira e Rodrigues (2009) e Davidovich (2001), se dá, pois a RMRJ surge devido à expulsão das indústrias da cidade central, resultando em um espraiamento acelerado das indústrias do município-sede em direção à periferia imediata. Portanto, a metropolização do estado foi orientada pelas as grandes indústrias, que se tornaram os principais agentes atuantes na reconfiguração do espaço metropolitano, graças ao papel de *ausência intencional* do poder público nesse processo. Destarte, uma vez orientada pelo grande setor produtivo, há um fortalecimento de atores exógenos, alheios às configurações preexistentes e desprendidos de qualquer ligação com as características anteriores da região, com o fito único de inserir a região sob a lógica da competitividade, capacitando-a para a atração de investimentos. A região ainda se tornou destino de uma massa de trabalhadores, que se deslocou para a região e se instalou em áreas próximas às indústrias, contribuindo também para a transformação da metrópole. É nesse contexto que vai se consolidando a segregação socioespacial na região.

Oliveira (2005) enfatiza a segregação socioespacial na metrópole do Rio de Janeiro, evidenciando que é no espaço metropolitano fluminense que se reproduzem de maneira mais intensa os antagonismos das relações de poder, resultando em usos diferentes do território da RMRJ, constituídos de forma desigual e contraditória.

Atualmente, dos 92 municípios fluminenses, 21 estão oficialmente inseridos na Região Metropolitana¹, conforme ilustrado na Figura 1. A RMRJ, de acordo com o Censo Demográfico (2010), possui 11.835.708,00 habitantes, e é a segunda maior área metropolitana do Brasil, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi instituída legalmente pelo Poder Público pela Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, unindo as regiões metropolitanas do Grande Rio Fluminense e da Grande Niterói.



Figura 1 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
 Fonte: Fundação CEPERJ, 2018.

Para Araújo e Rufino (2014), institucionaliza-se a Região Metropolitana com o objetivo *oficial* e ideológico de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas para atender prioritariamente os interesses dos municípios que a compõem, promovendo um fortalecimento da região.

De acordo com Barral Neto et al. (2008), a guerra dos lugares surge a partir da imposição de uma lógica competitiva do mundo capitalista, em escalas menores, incorporando a cidades e regiões expressões de mercado como eficiência, produtividade, concorrência e lucro. Sendo assim, os países dividem-se em cidades-empresas ou regiões-empresas, que buscam a todo o momento mostrar que são mais eficazes que outras e, com isso, atrair mais investimentos e garantir melhor posição no mercado global. Desta forma, grandes grupos empresariais ganham vantagens de ordem técnica e política, visto que formam contingentes de lugares, que permitem a esses grupos hegemônicos promover chantagem locacional (BARRAL NETO et al. 2008).

Contudo, o valor que um lugar ou região adquire no mercado não é perpétuo e, por vezes, é efêmero. Ou seja, espaços outrora altamente valorizados, ocupados por numerosas empresas, podem deixar de ser atrativos, assim como lugares anteriormente ignorados podem se tornar bem-vistos pelos representantes do capital, desde que comecem a oferecer condições para o aumento das taxas de lucro (BARRAL NETO et al. 2008).

O discurso ideológico sustentáculo da guerra dos lugares ancora-se principalmente no argumento da geração de emprego pela chegada de novas indústrias ou empreendi-

mentos, colocando a população da região sob alternativas infernais: aceitar os empreendimentos e os empregos deles advindos, e por consequência também arcar com os males socioambientais oriundos do mesmo empreendimento, ou recusar os empreendimentos e amargar a ausência de postos de trabalho e o atraso no desenvolvimento (BARRAL NETO et al. 2008; MOYSES, 2016; ACSERALD, 2013).

No estado do Rio de Janeiro há indícios significativos que permitem a aplicação do conceito da guerra dos lugares em diversas esferas e contextos. Tomemos, por exemplo, que o estado do Rio de Janeiro, para retomar o prestígio perdido nas décadas passadas, tem como necessidade ideológica e econômica acirrar a concorrência e competição da sua região metropolitana com demais regiões nacionais e mundiais, com o objetivo de atrair investimentos. Assim também são os municípios dentro da mesma região que buscam se mostrar mais atraentes para os investidores (MOYSES, 2010).

Rigolon (1998) verifica que uma alternativa para uma região se tornar mais atrativa é fortalecer o ambiente de negócios com investimentos públicos em infraestrutura (que podem ser entendidos como externalidades do capital), principalmente em áreas estratégicas como produção de energia, logística e telecomunicações. No Rio de Janeiro, os investimentos públicos sempre foram o principal motor da economia. Entretanto, é a partir do alinhamento político nos anos 2000 que se intensifica os investimentos na infraestrutura da RMRJ, com a retomada de megaempreendimentos, para levar o Rio de Janeiro e o Brasil a figurar de forma relevante no mercado global de regiões.

O Plano de Aceleração do Crescimento e o Comperj: Signos do Novo-Desenvolvimentismo Brasileiro

Na chegada do século XXI, o debate acerca da estratégia sobre o desenvolvimento brasileiro retomou força graças ao fracasso conjuntural das políticas neoliberais das décadas de 1980-1990. Dito isso, faz-se necessário entender por que a estratégia chamada novo desenvolvimentista voltou ao cenário econômico nacional como importante modelo de desenvolvimento e, para isso, faremos um breve histórico da economia nas últimas décadas.

No início do século XXI, resgata-se o termo novo-desenvolvimentismo como via estratégica de desenvolvimento, distanciando-se discursivamente das práticas neoliberais do Consenso de Washington (das décadas de 1980 e 1990) e do nacional-desenvolvimentismo (dos anos 1930 e 1960), ao mesmo tempo em que dava-se nova cara e resgatava aspectos estruturais destes mesmos modelos dos quais queriam afastar-se.

Para Bresser-Pereira (2010), o novo desenvolvimentismo é uma estratégia nacional de desenvolvimento fundamentada na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. Essa estratégia tem como pilares a defesa do Estado forte e também de um mercado forte e não vê nenhuma contradição entre eles, atribuindo ao Estado funções como o investimento em certos setores estratégicos. No entendimento de Mattei (2011), o novo desenvolvimentismo representa um ideário que busca valorizar a política e as instituições enquanto estratégias de construção de um projeto de nação, que se materializam por meio de políticas econômicas que buscam romper com o pensamento surgido com o Consenso de Washington.

O Brasil do século XXI se viu obrigado a adotar medidas econômicas e um modelo de desenvolvimento que atendessem a interesses diversos, o que gerou ligeiras melhorias e diversas contradições. A peculiaridade da economia brasileira – e dos demais países da

América Latina – é que o crescimento econômico foi baseado principalmente na exportação de *commodities*². Ou seja, a economia brasileira no século XXI aprofundou suas raízes na exploração dos recursos naturais, o que se denominou como neoextrativismo.

Milanez e Santos (2013) entendem o neoextrativismo como um conjunto de ações estratégicas de desenvolvimento fundeadas na remoção e extração de um volume significativo de recursos naturais, com baixo valor agregado, a ser comercializado no mercado internacional. Para Svampa (2011), o neoextrativismo foi a força motriz que impulsionou os projetos novo-desenvolvimentistas latino-americanos, a partir do fortalecimento das capacidades estatais, e reforçou o modelo neocolonial, estruturado na apropriação e na destruição dos recursos naturais.

Com o bom momento na economia em 2007, lança-se a primeira parte do Programa de Aceleração de Crescimento, o PAC, materializando a estratégia novo-desenvolvimentista do Estado brasileiro de aprofundamento da exploração de bens naturais, principalmente o petróleo. Além disso, o PAC assumia para si os investimentos na infraestrutura nacional, sob a alegação de promoção do crescimento acelerado e sustentado. Contudo, o PAC tem a nítida função de baratear os custos de produção e criar condições que garantam alta rentabilidade para trazer investimentos privados e internacionais. Buscaram-se também estimular as conhecidas Parcerias Público-Privadas, as PPPs (MARQUEZINO e ARAÚJO, 2014; VIEIRA, 2015; RODRIGUES e SALVADOR, 2011).

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro é um dos investimentos que surgem graças ao PAC. Um dos maiores investimentos da Petrobras, um complexo petroquímico, ao ser anunciado que seria instalado no Rio de Janeiro, deixou nítido que o estado voltava a ser uma das mais importantes unidades federativas no que diz respeito à economia nacional. O Comperj trouxe consigo incrementos de infraestruturas, para colocar o estado do Rio de Janeiro de vez no rol de estados mais importantes do mundo. Um dos ativos mais relevantes é o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (conforme Figura 2), pensado na década de 1970, mas implementado devido ao PAC e impulsionado pelo Comperj (VIEIRA, 2015; CONCREMAT, 2007).



Figura 2 – Arco Metropolitano do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: CONCREMAT, 2007.

Logo, o Comperj trouxe em seu bojo concepções sobre o desenvolvimento, modernização e sustentabilidade, numa clara estratégia de fomentar a chegada de novos ativos para o estado e a RMRJ.

Contudo, em meados da segunda década do século XXI, os limites do novo-desenvolvimentismo vão ficando mais evidentes. Isso se dá porque os preços das *commodities* no mercado internacional, principalmente o preço do barril do petróleo, que começam a cair a partir de 2011 (RUGITSKY, 2016; ACOSTA, 2011).

Num cenário internacional pouco interessante no que diz respeito ao mercado de *commodities* somado à acentuada desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar ainda em 2015, a economia brasileira entrou em recessão, com o PIB recuando em 3,8%, maior queda desde 1990. A crise econômica, por sua vez, foi pano de fundo para também uma crise política. No período da bonança externa e de crescimento econômico brasileiro, a legitimação do modelo novo-desenvolvimentista e do neoextrativismo se deu sem maiores problemas. A partir da reversão do *boom* das *commodities* e da desaceleração da economia, os conflitos entre as classes vieram às claras. O setor industrial brasileiro, enfraquecido pela dinâmica econômica nacional, acabou tendo seus interesses interpenetrados com interesses financeiros, que por sua vez refletiram também na crise da hegemonia política, quando as tensões entre o empresariado e o governo aumentaram consideravelmente e resultaram no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016 (RUGITSKY, 2016).

A crise e a desaceleração da economia, somadas à instabilidade política e à queda do preço do petróleo, tiveram efeito significativo nos investimentos do Governo Federal no Comperj. O empreendimento que deveria ser um dos maiores do Brasil acabou sendo reduzido e suas obras atrasadas, conforme quadro.

Quadro 1 – Resumo das mudanças no planejamento do Comperj – Relatório Anual de Atividades da Petrobras.

PERÍODO	CONTEXTO E DIAGNÓSTICO DA PETROBRAS
2006 – 2009	O Comperj tem papel de destaque. A Petrobras enfatiza a capacidade de produção de 150 mil bpd de petróleo pesado, destacando como estratégica a redução da importação de derivados, como a nafta. O projeto contava ainda com a unidade petroquímica básica, central de utilidades e unidades de segunda geração, centro de capacitação de empresas e trabalhadores e central de escoamento de produtos líquidos. Em 2007, é entregue à Feema o EIA-RIMA. Previsão para o fim da terraplanagem em 2008. Previsão do início de operação: 2012.
2010	Continuidade na obra do Comperj. Refinaria do Comperj é programada para operar em duas fases: a primeira, prevista para o final de 2013, com capacidade de processamento de 165 mil bpd de óleo, e a segunda, em 2018, elevando a capacidade para 330 mil bpd de petróleo. As unidades petroquímicas do Comperj, com início de operação previsto para 2017, produzirão petroquímicos básicos e associados.

PERÍODO	CONTEXTO E DIAGNÓSTICO DA PETROBRAS
2011	A refinaria do Comperj é programada para operar em duas fases: a primeira, prevista para 2014, com capacidade de processamento de 165 mil bpd de óleo, e a segunda, em 2018, elevando a capacidade para 330 mil bpd de óleo.
2012	Primeira fase de refino do Comperj programada para 2016. Objetivo de manter as metas de capacidade de refino do plano anterior, buscando para as novas refinarias em avaliação o alinhamento com métricas internacionais.
2013	Destaque para o primeiro trem de refino do Comperj. A refinaria do Comperj é ainda programada para entrar em operação em duas fases: a primeira, a partir de 2016, com capacidade de processamento de 165 mil bpd de óleo. Contudo, a segunda etapa, ainda em avaliação, deverá elevar a capacidade total da unidade para 465 mil bpd de óleo. Investimento de R\$ 8 bilhões na implantação da primeira fase do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).
2014	A companhia optou por postergar as obras do Comperj, devido a mudanças no contexto dos negócios da companhia. Alguns dos fatores que influenciaram na postergação foram a redução das receitas operacionais esperadas no futuro, o declínio dos preços do petróleo, a desvalorização do real e o impacto da “Operação Lava Jato”, insolvência de empreiteiras e fornecedores, com carência no mercado de fornecedores qualificados disponíveis; Reconhecimento de perda por desvalorização no valor de R\$ 21.833. Sem previsão de conclusão.
2015	Reestruturação do modelo de negócios incluindo parcerias para a conclusão do projeto do primeiro trem da refinaria do Comperj. As obras da central de utilidades do complexo seguem em andamento para dar suporte à partida da unidade de processamento de gás natural. Foco na implantação das facilidades que irão atender à unidade de tratamento de gás natural. <i>Impairment</i> de R\$ 5.281 milhões, principalmente em função do aumento da taxa de desconto e nova postergação da expectativa de entrada de caixa do projeto. Sem previsão de conclusão.

Fonte: Petrobras, 2006; Petrobras, 2007; Petrobras, 2008; Petrobras, 2009a; Petrobras, 2010; Petrobras, 2011a; Petrobras, 2012a; Petrobras, 2013; Petrobras, 2014; Petrobras, 2015a.

Por fim, temos o Comperj como signo das estratégias novo-desenvolvimentistas brasileiras no século, desde o seu *boom* até seu declínio. Em outras palavras, o Comperj possui um caráter dialético: na sua concepção é a saída para a crise do capital internacional; atualmente, é um dos signos da crise político-econômica brasileira. Para Iasi (2010), a crise do capital é sentida pela sociedade em geral, no momento em que o

capital está se movendo para superação desta mesma crise. Tal afirmação é nítida com o enfraquecimento do empreendimento, que mais uma vez, traz luz sobre os limites de uma economia neoeextrativista, com baixa autonomia e grande dependência, e um Estado subordinado aos interesses da classe hegemônica, que revela verdadeiros desafios à sociedade brasileira.

Itaboraí: da Escolha do Município à Deserdação dos Investimentos

Para Santos (2000), resumidamente, competir é uma necessidade largamente aceita e difundida, e desobedecer a esse imperativo implica diretamente na perda de posições no mercado ou até no desaparecimento do cenário econômico.

Portanto, o Comperj jamais iria ser negado por qualquer ator político da região, principalmente por causa da sua lógica modernizadora e desenvolvimentista, sob o risco de fazer com que o Rio de Janeiro e a Região Metropolitana deixassem de figurar como atraentes no mercado globalizado de cidades e regiões. O próprio empreendimento, em seu estudo de impacto ambiental, assume pra si a responsabilidade de reverter o processo de esvaziamento econômico do estado (CONCREMAT, 2007).

Nesse caso, não era possível para os agentes políticos e econômicos da Região Metropolitana ser desfavoráveis a qualquer determinação econômica ou alocação de um grande empreendimento, já que, na guerra dos lugares, a única regra é a conquista de melhor posição. Ou seja, os gestores municipais de Itaboraí, município da região metropolitana, sob a lógica da competitividade, viram-se “obrigados” a aceitar o empreendimento, com o objetivo de inserir-se no varejo de cidades, mesmo que isso não garantisse melhorias significativas e/ou benesses para a população.

A alocação do Comperj no estado do Rio de Janeiro ocorreu devido a uma campanha motivada pela percepção de que a chegada de um empreendimento desse porte representaria um vetor de desenvolvimento para o município, para a Região Metropolitana e para o próprio estado.

O debate acerca do local a ser instalado o complexo deu-se entre os municípios de Itaboraí, Campos dos Goytacazes e Itaguaí. Itaboraí foi escolhida com a alegação de facilidades logísticas e oportunidades de negócios da RMRJ, somadas aos interesses políticos envolvidos na escolha locacional, objetivando aumentar os lucros e diminuir gastos da Petrobras, em detrimento do aspecto social e ambiental (SOARES, 2007).

Há um consenso dentro dos órgãos ambientais de que a escolha do local foi motivada por aspectos políticos e econômicos, conforme constataram Faustino e Furtado (2013).

De acordo com as autoras, a questão política trata de que Campos dos Goytacazes se constitui um reduto eleitoral da família do ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho e, portanto, não havia interesses do Governo Federal em realizar investimentos vultosos no município cujos representantes defendiam interesses políticos divergentes dos Governos Federais e Estaduais. No aspecto econômico, em Campos dos Goytacazes o Complexo seria instalado em uma região de plantação de cana, o que eliminaria a necessidade de supressão de vegetação natural e as implicações em unidades de conservação. Contudo, optou-se por não entrar em conflito com os fazendeiros e usineiros (falidos) de cana que hoje não passam de concentradores de terras urbanas e rurais, evi-

denciando, assim, uma escolha que parte de uma disputa entre grupos sociais diferentes e em situações diferenciadas de poder, o que nos indica uma escolha permeada também por injustiças ambientais e com forte componente classista (FAUSTINO e FURTADO, 2013).

No período de anúncio do empreendimento e do início das obras, entre 2007 e 2013, sob o clima de crescimento econômico, expansão de negócios, especulação imobiliária e aumento de investimentos, o município de Itaboraí se tornou destino de muitos trabalhadores e investidores. Para os trabalhadores, o Comperj seria capaz de gerar cerca de 170 mil empregos diretos e indiretos; 75 mil na área de região de influência direta e 65 mil na área de influência indireta. Para os investidores, Itaboraí era o palco de uma das maiores obras públicas e símbolo do sucesso do novo desenvolvimentismo brasileiro. O município que outrora tinha um papel de pequena relevância, fosse ao cenário estadual ou nacional, agora figurava no case de diversos investidores nacionais e multinacionais, pela perspectiva de retorno lucrativo acelerado (BENAVIDES et al., 2009; CONCREMAT, 2007; FIRJAN, 2008).

Durante o *boom* do Comperj, o município teve ligeiras melhoras socioeconômicas. Usando dados exclusivamente econômicos, podemos perceber, por exemplo, que de 2006 a 2014, houve um aumento no incremento da participação da economia de Itaboraí no estado do Rio, com destaque para a indústria e o aumento na geração de emprego e renda como indicarão os gráficos que virão a seguir (GASPAR e AGUIAR, 2015; Firjan, 2016; IBGE, 2016).

Contudo, Milton Santos já avisara que o capital deserda cidades na mesma velocidade que os descobre. A desaceleração econômica somada à crise política e à queda do preço do barril do petróleo em cenário mundial fez com que o Brasil caminhasse para a recessão, o que afetou diretamente o município de Itaboraí.

Apesar de ter sido vencedor da guerra dos lugares, alheio a todos os riscos ambientais e sociais, e de ter se adequadado às regras da globalização perversa, Itaboraí não gozou da prosperidade prometida na época do anúncio do Comperj. Santos (2007) alerta que o capital “escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter [...] e deserdam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas (p. 19)”. O município metropolitano experimenta hoje esse processo, pois vem passando por transformações profundas desde o anúncio da escolha do município para a instalação do Comperj até o presente momento.

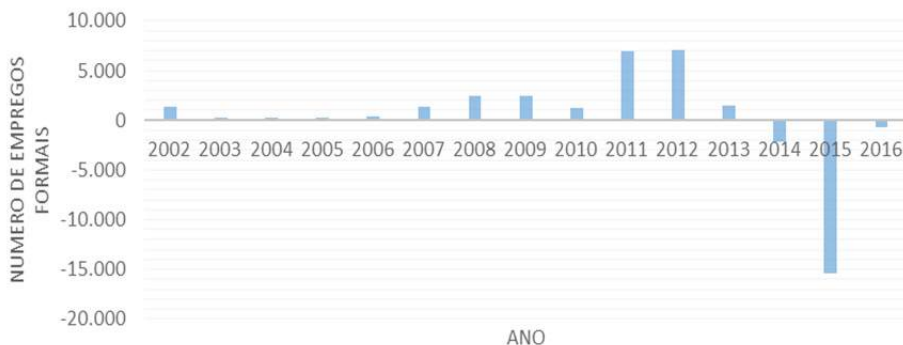
Atraso significativo das obras com postergação de investimentos, a redução da planta do Complexo para apenas refinaria, aumento do desemprego e não consolidação do polo industrial tornou-se a realidade do Comperj e de Itaboraí (GASPAR e AGUIAR, 2015). Sendo assim, o município, que aguardava um futuro de grandes ganhos econômicos e sociais, se deparou com a ascensão do desemprego e do abandono de investimentos.

De 2007 a 2013, houve aumento do emprego formal no município. Contudo, com a desaceleração do Comperj e a consolidação da crise econômica brasileira, em 2014 o número de empregos formais começa a declinar. Em 2015, no pico da crise, o município perdeu mais de 15 mil postos de trabalho formais, conforme dados do CAGED, devido à paralisação de obras do Complexo, ilustrados na Figura 3 (CAGED, 2016).

Outro aspecto a ser considerado como reflexo da crise do município é o fechamento de empresas. Em 2015 e 2016, de acordo com dados da Confederação Nacional do Co-

mércio de Bens, Serviços e Turismo, 512 micros e pequenas empresas fecharam as portas no município. Esse número é superior ao somatório de micro e pequenas empresas que fecharam no período de 2010 a 2014, que totalizaram 333 fechamentos (CNC, 2017).

Figura 3 – Evolução do emprego formal de janeiro a dezembro de cada ano em Itaboraí, com ajustes.



Fonte: CAGED, 2016.

Ainda no que tange ao setor empresarial, de acordo com o Cadastro Central de Empresas, fornecidos pelo IBGE, após crescimento constante no número de unidades empresariais, a partir de 2013, há um viés de queda. Considerando algumas atividades mais importantes como hotelaria, construção e indústria de transformação, é possível verificar viés de queda em todas elas, conforme pode ser verificado na Figura 4.

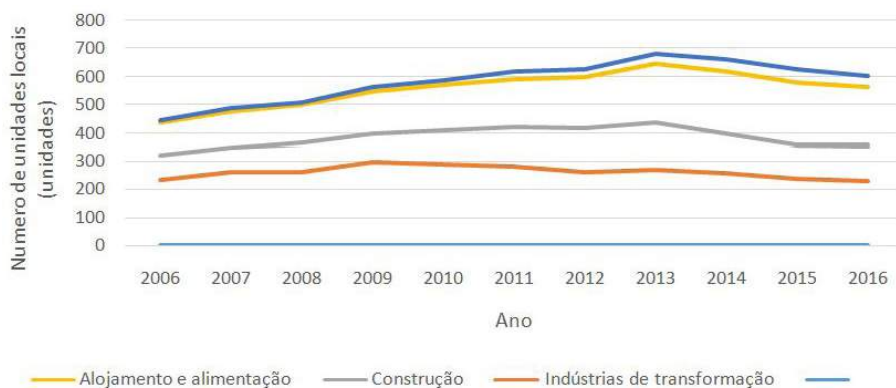


Figura 4 – Número de unidades locais, por atividade, entre 2006 e 2016.

Fonte: Cadastro Geral de Empresas. IBGE. 2018.

Percebendo a perda de investimentos e a fuga do capital, diversos foram os movimentos de trabalhadores e do Poder Público local para a retomada do empreendimento.

Em matéria veiculada pelo jornal *El País*, no dia 29 de julho de 2015, as palavras de Helil Cardozo, prefeito do município de Itaboraí no período de 2012 a 2016, mostram o descontentamento com a diminuição do ritmo do empreendimento:

Riram da população e dos investidores que acreditaram nessas palavras [sobre o Comperj]. Disseram que iríamos ser a segunda renda mais alta do estado do Rio de Janeiro. Foi uma piada de mau gosto [...] Antes do Comperj, éramos um Fusquinha com combustível. Passamos a dispor de uma Ferrari que ia a toda a velocidade, mas que agora não tem nem gasolina nem pneus (ARAUJO, VECIANA, 2015).

Em outra matéria, desta vez para a BBC Brasil, em 26 de junho de 2016, as palavras de Helil Cardozo dão ainda mais destaque à decepção com o Comperj. Nas palavras do político, o “sonho virou um grande pesadelo para a cidade”.

Não obstante, nada mudou até o presente momento, o panorama do município não mudou. Vários veículos da mídia noticiaram o abandono de Itaboraí.

Em visitas realizadas ao município no período de novembro de 2016 a janeiro de 2017, verificamos que um shopping, o Itaboraí Plaza, construído às margens da BR-101, que possui infraestrutura com mais de 60 lojas luxuosas e praça de alimentação de ponta, se encontrava vazio em todas as ocasiões. A praça de alimentação, em pleno horário de almoço, ostentava lugares vazios. O hotel construído junto ao shopping nem sequer foi inaugurado. O estacionamento com capacidade para milhares de carros também estava vazio, signo do esvaziamento econômico. O empreendimento ainda possui 156 unidades residenciais, duas torres comerciais, que deveriam estar ocupadas por gerências de empresas que chegariam a Itaboraí.

No centro do município, a desolação é a mesma. Grandes prédios comerciais com incontáveis lojas vazias, cartazes de “vende-se” ou “aluga-se”. Empreendimentos de grandes redes hoteleiras, como o Íbis, trabalham na menor capacidade de atendimento. Prédios corporativos com infraestrutura de ponta tornaram-se grandes elefantes brancos na paisagem de Itaboraí, como o Helix Business Center, composto por duas torres comerciais com 156 salas e um hotel com 108 quartos, além de 57 lojas, que funcionam em sua menor capacidade. Corrobora com esse cenário um levantamento realizado pela Câmara dos Dirigentes Lojistas, divulgado no jornal *O Globo* (CARDOSO, 2018), que verifica que a atividade comercial despencou quase pela metade, e mais de 700 lojas fecharam, o mercado imobiliário esfriou, os preços dos imóveis caíram quase 45% nos últimos 3 anos, e o comércio da cidade encolheu mais de 40%.

No rosto e nas falas da população local, principalmente comerciantes, moradores do entorno e trabalhadores de lojas no centro comercial, é evidente a frustração e decepção. A maior parte dos munícipes culpa a “falência” do Comperj pela estagnação do município. Afirmam o tempo todo que o município está perdido, abandonado à própria sorte após a paralisação das obras. A sensação da população é justificada. Conforme dados do Cadastro Central de Empresas, a renda da população do município diminuiu. Em 2016, o rendimento médio da população voltou a patamares de 2006, antes do empreendimento e com viés de queda, conforme pode ser visto na Figura 5.



Figura 5 – Salário médio mensal em Itaboraí.
Fonte: Cadastro Geral de Empresas. IBGE. 2018.

Além disso, obras inacabadas e esqueletos de construções surgem na paisagem urbana do município. Estruturas abandonadas, equipamentos de infraestrutura danificados e construções por terminar refletem a situação de estagnação do município.

Considerações Finais

À guisa de conclusão, podemos observar que a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro é uma das regiões mais importantes do país, figurando também em uma das regiões mais importantes do mundo. Contudo, os próprios municípios que a compõem possuem características singulares, o que promove uma disputa entre eles, além da disputa já consolidada entre a RMRJ e demais regiões do mundo globalizado, por investimentos públicos ou privados. Nesse sentido, esse processo retoma aquilo que é denominado de guerra dos lugares, evidenciada e materializada pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Portanto, o Comperj é o signo maior da guerra dos lugares, que buscou trazer a Região Metropolitana para a nova arena de embates entre regiões no mundo. Ao mesmo tempo, os investimentos fizeram com que na própria Região Metropolitana a competitividade entre seus municípios fosse acirrada, contrapondo o objetivo de integração da RMRJ, e colocando a lógica do mercado acima da lógica do bem comum.

Entretanto, a crise político-econômica brasileira afetou de forma significativa o município de Itaboraí. O que se esperava de desenvolvimento para o município não passou de uma ilusão derrubada pela derrocada do empreendimento. Apesar de todas as expectativas positivas trazidas pelo empreendimento, o empreendimento acabou se tornando um exemplo do fracasso do novo desenvolvimentismo, afetando diretamente a vida e o cotidiano de milhares de pessoas que viam no Comperj uma oportunidade de crescimento econômico, dispostos a sacrificar outros aspectos da vida para viabilizar o empreendimento.

Com as mudanças políticas recentes, o Comperj provavelmente voltará à pauta, graças ao seu tamanho. Veremos então se o empreendimento irá, de uma vez por todas, iniciar as atividades e trazer os benefícios prometidos para a população.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Editora Elefante. Fundação Rosa Luxemburgo. Brasil, p.46-85, 2011.

ACSELRAD, H. Liberalização da economia e flexibilização das leis – o meio ambiente entre o mercado e a justiça. *Revista de Educação, Ciências e Matemática*. Duque de Caxias, v. 3, n. 3, p. 62-68, 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/download/2549/1199>>. Acesso em: 26 set. 2016.

ANDRADE FILHO, J. M.; BARROS, E. B. M.; FRANCISCO, C. N. A. C.; PIRES, I. O. Diagnóstico dos instrumentos legais de gestão territorial da área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj. In: XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 3447-3453. *Anais Eletrônicos...* Natal: INPE, 2009. Disponível em: <<http://mar.tecnico.ipecc.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.17.23.28/doc/3447-3453.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

ARAUJO, E. C.; RUFINO, W. B. A especialização do espaço na escala metropolitana – CONLESTE: utopia ou uma forma de blindagem aos impactos do COMPERJ. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. *Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*. São Paulo, 2014. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/artigos/st-st-epc-007-3-araujo.rufino.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2016

BARRAL NETO, J. F.; PASSOS, W. S.; SILVA NETO, R. O petróleo como grande financiador da “guerra de lugares”: o caso dos municípios da Bacia de Campos – RJ. *Cadernos IPPUR*, v. 22, n. 2, p. 185-216, ago./dez. 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download/292/101>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BBC. A decepção na cidade fluminense que esperava prosperar com o petróleo. BBC Brasil, jun., 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36385300>>. Acesso em: 14 jan. 2017

BENAVIDES, Z. C.; CINTRÃO, R. P.; FIDALGO, E. C. C.; PEDREIRA, B. C. C. G.; PRADO, R. B. *Consumo e abastecimento de água nas bacias hidrográficas dos rios Guapi-Macacu e Caceribu – RJ*. Série Documentos, n. 115. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009, 158p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. 2010. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CARDOSO, L. Após três anos parado, Comperj volta a contratar. *O Globo*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/economia/apos-tres-anos-parado-comperj-volta-contratar-22740387>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMERCIO (CNC). Estatísticas sobre a mortalidade de micro e pequenas empresas. Itaboraí, 2017. Disponível em: <http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>. Acesso em: 07 jan. 2017.

CONCREMAT. Relatório de Impacto Ambiental do Comperj. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.COMPERJ.com.br/Util/pdf/rima.pdf>. Acesso em: 01 de mar. 2013.

CRUZ, B. O. A influência dos novos empreendimentos da metrópole do Rio de Janeiro na bacia do rio Imboaçú – SG. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. A AGB e a Geografia Brasileira no contexto de lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. Vitória, 2014. *Anais Eletrônicos...* Vitória: AGB, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405768917_arquivo_ainfluenciadosnovosem-preendimentosdametropoledeoriodejaneironabaciadorioimboacu_sg_.pdf. Acesso em: 19 jul. 2016.

DAVIDOVICH, F. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, n. 6, p. 67-77, 2001. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/9269/6875>. Acesso em: 03 jul. 2016

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. Indústria do petróleo e conflitos ambientais na baía de Guanabara: o caso do Comperj. *Relatório da Missão de Investigação e Incidência*. Plataforma Dhesca – Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). COMPERJ: Potencial de desenvolvimento produtivo: estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. *Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*, n. 1. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2008. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CE9215B0DC40121737C11980860>>. Acesso em: 05 ago. 2016

FUNDAÇÃO CEPERJ. Mapa da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/div_poli/maparj2018RMRJ.png>. Acesso em: 06 nov. 2018.

GASPAR, L. H. M.; AGUIAR, P. R. R. Desenvolvimento do município de Itaboraí durante o processo de instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. In: XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Fortaleza, 2015. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_214_267_26919.pdf. Acesso em: 28 ago. 2016

IASI, M. L. A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada. *Revista Praia Vermelha*. v. 19, n. 1, Rio de Janeiro, p. 25-40, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra*. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso em: 05 out. 2015.

_____. *Cadastro Geral de Empresas*. Brasília, 2016. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

MARQUEZINO, G. M. S.; ARAÚJO, J. Uma análise da inserção do programa de aceleração do crescimento (PAC) no distrito de Itambi/Itaboraí-RJ e suas implicações no contexto socioambiental. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista/article/view/95>. Acesso em: 16 out. 2016.

MATTEI, L. Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”. In: IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). Rio de Janeiro, 2011. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? *Anais Eletrônicos 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindoia/SP*, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2013--Neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda.pdf>> Acesso em: 11 dez. 2016

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Microdados. Brasil, 2016.

MOYSES, Y. Comperj e unidades de conservação: contradições no território. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E X SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1. Rio Claro, *Anais...* Rio Claro: Unesp, p. 5858-5878, 2010.

_____. *Pescadores artesanais e Comperj: discursos ambientais e a disputa pela Baía de Guanabara*. Tese de Doutorado. 190 p. (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal Fluminense). Niterói, 2016

OLIVEIRA, D. S. *Região metropolitana do Rio de Janeiro: confluências e disparidades*. A evolução da segregação sócio-espacial no contexto da RMRJ. 2005. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST5-3.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016

OLIVEIRA, A.; RODRIGUES, A. O. Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. *Semestre Económico*, v. 12, n. 24 (Edición especial), p. 127-143, 2009. Medellín, Colômbia. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v12nspe24/v12nspe24a8.pdf> . Acesso em: 23 ago. 2016.

OSÓRIO, M.; VERSIANI, M. H. O papel das instituições na trajetória econômico-social do estado do Rio de Janeiro. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*. Rio de Janeiro, julho/2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9095>. Acesso em: 25 ago. 2016

PETROBRAS. Relatório da administração. Brasil, 2006 – 2015. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/relatorio-de-administracao>>. Acesso em: 05 jun. 2016

RIGOLON, F. J. Z. O investimento em infraestrutura e a retomada do crescimento econômico sustentado. *Revista Pesquisa Planejamento e Economia*, v. 28, n. 1, p. 129-158. Rio de Janeiro, abril/1998. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/716/656>. Acesso em: 05 jun. 2016

RODRIGUES, T. A.; SALVADOR, E. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas políticas sociais. *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9689/1/ARTIGO_Impli-cacoesProgramaCrescimento.pdf. Acesso em: 07 mai. 2016.

RUGITSKY, F. Milagre, miragem, antimilagre: a economia política dos governos Lula e as raízes da crise atual. *Revista Fevereiro*. 2016. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=03>. Acesso em: 15 mai. 2016

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000

_____. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, M. P.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). *Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Editora Lamparina, 3. ed., p. 13-22, 2007.

SOARES, D. G. *Conflito, ação coletiva e luta por direitos na baía de Guanabara*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) UFRJ/IFCS. Rio de Janeiro, 2012. 168f.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Editora Elefante. Fundação Rosa Luxemburgo. Brasil, p.140-171, 2011.

VIEIRA, T. W. M. *Novo desenvolvimentismo e conflitos ambientais: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e os pescadores artesanais da baía de Guanabara*. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. 126 f.

Recebido em: 26/07/2018

Aceito em: 23/11/2018

¹ Os municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro são: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.

² *Commodities* são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou em pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. No Brasil, as principais *commodities* são o café, a soja, o trigo e o petróleo.

Resenha de livro

VESCHAMBRE, Vincent. *Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. 315 p. ISBN 9782753506121.

Publicado em 2008, o livro *Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition* é o resultado das pesquisas desenvolvidas por Vincent Veschambre. Neste trabalho, ele debate conceitos e apresenta estudos de casos para compreender as estratégias de apropriação do espaço por diferentes grupos sociais através da memória e do patrimônio.

O autor fundamenta seu trabalho nos processos de *marcação* [*Marquage*] do espaço, utilizados por grupos sociais para produzir apropriações simbólicas do espaço. Segundo o autor, esse processo ocorre através da criação de *marcas* ou pela produção de *traços*, vestígios de um momento passado. Para o autor, esses dois processos vão ser realizados, normalmente, a partir das ações de patrimonialização e de demolição, onde a primeira cria marcas e vincula determinado espaço a um grupo, enquanto a segunda apaga a presença e a lembrança de um grupo em determinado espaço. Para Veschambre, esses aspectos já foram bastantes trabalhados por historiadores, sociólogos, filósofos, arquitetos, restando ainda à geografia apresentar contribuições de uma abordagem espacial sobre o tema.

Além de uma introdução e conclusão geral, o livro está organizado em três partes, cada uma com uma introdução e conclusão específicas: a primeira parte é destinada as ações de patrimonialização; na segunda parte as reflexões utilizam ações de demolição de diferentes atores como exemplo da criação de *traços*; a terceira parte é destinada aos processos de produção da memória. Na introdução geral, Veschambre considera que a apropriação simbólica do espaço possibilita a ascensão a um recurso pela produção e usos de símbolos dotados de uma eficácia social e política, destinados a significar que determinado espaço, lugar ou objeto está vinculado a um grupo, a uma instituição ou a um poder. Nesse sentido, o espaço geográfico é visto pelo autor como um recurso finito que os grupos sociais se apropriam através da criação de marcas (inscrições, grafismos, moda, produção arquitetônica) e da transformação dos traços em novas marcas.

Na introdução da primeira parte, intitulada de *patrimonialisation, marquage et appropriation symbolique de l'espace*, é destacado que a renovação da noção patrimonial não representou apenas uma extensão tipológica ou cronológica da categoria, como tratam diversos autores (Choay, 2006), mas significou uma extensão espacial que vai além da difusão do patrimônio em uma escala planetária. Neste sentido, ocorreu uma expansão espacial das normas de salvaguarda, que passaram da proteção do monumento histórico isolado à preservação de áreas, setores de salvaguarda e até mesmo de paisagens. Em função dessas mudanças, o campo do patrimônio tornou-se objeto de interesse dos geógrafos, preocupados em analisar os diferentes processos de *patrimonialização*.

No capítulo 1 da primeira parte, são apresentados os estudos de caso do autor, todos localizados em diferentes regiões francesas e representando distintos elementos

patrimoniais. Esses lugares fornecem os exemplos de mobilizações e dinâmicas sociais importantes para o autor pensar como a patrimonialização representa uma estratégia de apropriação simbólica do espaço por diferentes grupos em conflito. As estratégias ocorrem através de modificações na própria noção patrimonial, que permite a participação de novos atores, novas classes sociais e novas escalas de gestão no processo de reconhecimento dos bens. O autor se aproxima das reflexões de Pierre Bourdieu (2010) ao considerar que o patrimônio representa uma forma de capital econômico (pelos usos turísticos, por exemplo), de capital cultural (pela possibilidade de ganho de conhecimento formal através do processo de patrimonialização), de capital simbólico (pela apropriação/construção identitária ao bem), e também uma forma de capital social (ampliado durante as mobilizações pelo reconhecimento de um bem).

No segundo capítulo da primeira parte, Veschambre observa em seus estudos de caso a gentrificação de um centro histórico francês. O exemplo foi observado pelo autor através das transformações sociais e culturais dos habitantes, bem como nas modificações dos tipos de comércios e de serviços no bairro em questão. No segundo estudo de caso, o autor analisa os conflitos de poder produzidos pelas mobilizações políticas para o reconhecimento de um conjunto arquitetônico moderno e de um sítio industrial. Em ambos os casos, a patrimonialização se constituiu como um suporte privilegiado para a participação social e funcionou como alavanca para contestar decisões políticas, contribuindo para a democracia através da formalização de espaços públicos de debate.

A segunda parte do livro, intitulada *Démolition: effacement des traces, expropriation et déni de mémoire*, conta com três capítulos, além de uma introdução e conclusão próprias. Nessa parte, o autor busca inverter o ponto de vista, focalizando a reflexão nas demolições, seus significados e seus impactos sociais. Para ele, trabalhar sobre a patrimonialização é também se deparar com a demolição, que da mesma forma representa uma escolha realizada por grupos sociais para marcar sua presença no espaço e apagar a presença de outros grupos.

O primeiro capítulo da segunda parte analisa as demolições realizadas em tempos de conflitos armados e das modificações bruscas de regime político. Através dos exemplos já bastante analisados por aqueles que estudam o patrimônio, como a destruição dos *Budas de Bâmiyan* no Afeganistão e os impactos causados pela guerra da Iugoslávia aos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (Castriotra, 2009), ou com novos exemplos para esse campo, como as destruições causadas após a mudança de regime em Berlim pós-queda do muro e em Bucareste após o regime soviético, Veschambre mostra como a demolição de elementos também possibilita a apropriação do espaço por um grupo social e a desvinculação de outro grupo.

Esses exemplos permitem definir o processo como um apagamento das marcas por um poder que deseja estabelecer uma nova ordem e servem para ilustrar a violência simbólica presente em todas as demolições, inclusive aquelas que podem parecer mais banais, como os grandes conjuntos habitacionais e vestígios industriais da região noroeste da França, que vão ser analisadas no segundo e terceiro capítulo dessa segunda parte. Assim, a partir dos exemplos apresentados, é possível observar como as demolições de traços habitacionais e industriais, justificadas muitas vezes em racionalidades técnicas

e econômicas, são realizadas por escolhas políticas que buscam apagar determinadas memórias e construir novas.

A terceira e última parte do trabalho de Veschambre é pautada na pergunta que confere título à seção: *Comment faire mémoire après les destructions et les démolitions?* A grande questão posta pelo autor é se a transmissão da memória pode ser feita apesar do apagamento dos *traços*, ou seja, é possível transmitir uma memória que não está inscrita no espaço? A análise sobre essa questão vai ser pautada nas ações de *mise en mémoire* dos campos de concentração de Belzec e Auschwitz-Bikernau, na Polônia, e do campo de “interdição” para ciganos de Montreuil-Bellay, construído na França durante o regime de Vichy. Veschambre identifica estratégias distintas de estabelecimento de lugares de memória para esses três campos: para o primeiro campo, completamente destruído pelos alemães para evitar sua descoberta, as ações de memória foram pautadas na construção de monumentos e acordos internacionais; para o segundo campo, celebrações destinadas aos judeus do mundo todo estabeleceram aquele lugar como guardião da memória do sofrimento de um grupo cultural. Já o terceiro campo representa uma memória vergonhosa para a França e sua valorização passou não apenas pela construção de monumentos de celebração no local das ruínas do campo pelo Estado, mas pela criação de uma associação local voltada a evitar a destruição dos *traços* restantes e valorizar o lugar.

No último capítulo do texto, Veschambre chama atenção para o grupo dos excluídos ou das histórias dos dominados. Aplicado a este grupo, a problemática da construção da memória está sempre relacionada a dois aspectos maiores: 1) as produções culturais desses grupos não são normalmente pautadas por obras que são mantidas no espaço e 2) quando determinados *traços* permanecem no espaço eles são na verdade uma imposição das elites locais, causando problemas de identificação para os grupos em relação ao espaço. O autor apresenta o caso de construção da memória das classes sociais mais pobres na França, mostrando que as estratégias utilizadas para marcar o espaço são pautadas na formalização das moradias e ocupação de lugares de visibilidade, além da construção de movimentos políticos nacionais. Como mostra a construção da memória dos moradores da antiga *bidonville* de Noisy-le-Grand, a memória é construída pela ocupação dos espaços centrais e de prestígio nacional, que reivindicam o estabelecimento de monumentos e datas comemorativas para *marcar* o espaço e o tempo da nação. Podemos então pensar que, para determinados grupos, a construção de “espaços políticos” (Castro, 2012) torna-se a principal estratégia para garantir sua marcação no espaço.

O livro de Vincent Veschambre se apoia em três temas importantes para a organização e apropriação do espaço no contexto atual, analisados ainda de forma tímida pela geografia. Patrimonialização, demolição e construção da memória são ações presentes no cotidiano das sociedades modernas, normalmente utilizados como um recurso de ampliação do capital cultural, econômico, social e simbólico dos grupos sociais.

Assim, apesar do livro focar em casos franceses, uma tradução para o português poderia contribuir e muito para as reflexões da geografia brasileira sobre estas temáticas. Primeiro, pela ainda recente abordagem espacial desses processos por parte dos geógrafos brasileiros. Segundo, por trazer exemplos que podem auxiliar as análises locais dos diferentes bens protegidos como patrimônio nacional; da construção da memória das fa-

Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho

velas ou dos antigos espaços industriais; ou pela análise das demolições e reconstruções realizadas ao longo da última década do país.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTRIOTA, L. B. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: leds, 2009. 379 p.

CASTRO, I. E. de. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 43-72, 2012.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2006. 282 p.

Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

¹ Doutorado e Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia. dirceucadena@gmail.com

